

Humanidades

16

CIVILIZAÇÃO DOS TRÓPICOS
uma resposta à barbárie



Apogeu e crise da democracia representativa
☐ Madeira Mamoré ☐ Repensando a dívida





BRB-21 ANOS

O Banco de Brasília chega à maioria com a reafirmação do compromisso assumido 21 anos atrás: o de ter no lucro social a sua razão de existir.

Essa filosofia de trabalho direcionou a atuação do BRB durante todo esse tempo, no sentido de fortalecer todas as atividades produtivas do Distrito Federal e da Região Geoeconômica.

Os lucros que o BRB registra ano a ano são reaplicados nessa ação de fomento, fazendo surgir novas empresas e ampliando o mercado de trabalho para a nossa população.

Quem faz aniversário é o BRB.

Mas quem ganha a festa é você.

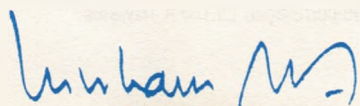


-
- 4 EDITORIAL
Universidade sem medo ☐ Cristovam Buarque
- 6 FUTURO/CAPA
Civilização dos trópicos: uma resposta à barbárie ☐ José W. Bautista Vidal
- 14 POLÍTICA
Apogeu e crise da democracia representativa ☐ João Gilberto Lucas Coelho
- 21 HUMOR
Oscar
- 22 POLÍTICA
Transição? Qual transição? ☐ Elimar Pinheiro do Nascimento
- 27 ECONOMIA
Repensando a dívida ☐ Juarez de Souza
- 36 LINGUAGEM E PODER
O porta-voz ☐ Antonio Fausto Neto
- 44 CULTURA E PSICANÁLISE
O preço da cultura segundo Freud ☐ Richard E. Bucher
- 50 PSICANÁLISE
Tortura do sistema ☐ Fernando Fortes
- 52 ARTE E POLÍTICA
Sinfonia das diretas: a estética do medo ☐ Jorge Antunes
- 64 MÚSICA
O poder difuso da música ☐ Gustavo Lins Ribeiro
- 66 LITERATURA
O machismo arraigado, a mística feminina e suas variantes ☐ Malcom Silverman
- 74 HISTÓRIA
Consciência colonial de alguns "criollos" hispano-americanos ☐ Sara Almarza
- 78 POESIA
Raízes do simbolismo de Novalis a Cruz e Souza ☐ Delton de Mattos
- 84 HISTÓRIA
Madeira-Mamoré: cada dormente um morto ☐ José Menezes de Moraes
- 94 RACISMO
Quem nasce pra Pelé nunca chega a Lincoln ☐ Fernando Conceição
- 96 FILOSOFIA
Nietzsche: um questionamento radical ☐ Nelson Lehmann
- 100 FILOSOFIA POLÍTICA
Poder, mito e realidade ☐ Henrik Skolimowski
- 112 GUERRA E PAZ
Conflitos de baixa intensidade ☐ Mariano Aguirre
- 115 DEPOIMENTO
O amor que é vida ☐ Adriana de Oliveira Nunes
- 120 CIÊNCIA
A dracunculose e as Escrituras. Uma hipótese de correlação ☐ Luiz R. Travassos
- 127 PAINEL
Crítica
Editora da UnB – Lançamentos
-

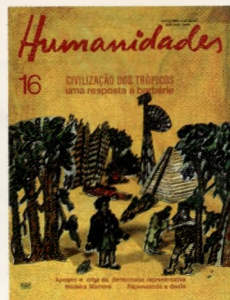
EDITORIAL

■ Universidade sem medo

- A **universidade** ainda é capaz de emergir das perplexidades de nosso tempo e oferecer uma massa crítica em condições de pensar e propor alternativas de identidade para o nosso país e para o Terceiro Mundo.
- A **universidade**, cuja finalidade é produzir o próprio pensamento, é capaz de materializar esta vocação num processo criativo de constituição do novo e da liberdade.
- A **universidade**, que soube criar as bases de uma rápida modernização econômica e de conceber uma lógica e uma razão para o projeto nacional das últimas décadas, foi vanguarda.
- A **universidade**, que recebeu a herança secular do humanismo libertário, recriou seu espaço autônomo e democrático.
- A **universidade**, que se reinventa com as experiências de todas as universidades, transforma-se, assim, dentro de uma dimensão ética que a preserva de vícios e de desvios perversos de muitas formas de administração e gestão.
- A **universidade**, sobretudo, libertou-se da ilusão de suas certezas e de seus dogmas, incorporando a própria crise na sua vocação de pensar o Brasil, o seu tempo e o seu lugar.
- A **universidade**, portanto, não teme crises. Ao contrário, cresce e se envolve no embate que elas suscitam, apurando neste processo o elemento crítico do arcabouço filosófico, científico, tecnológico e estético que molda o país novo. As condições externas para isto estão dadas na própria crise.
- A **universidade** não terá de lamentar a falta de apoio do governo. Devemos entender que esta falta insere-se na lógica de um comportamento conformista. Em vez de reclamarmos contra os que criticam o ensino público, devemos compreender que ainda não conseguimos servir bem ao público. Em vez de reclamarmos da velha estrutura, devemos iniciar a construção de uma nova.
- A **universidade** libertária, autônoma, humanista e democrática qualificou-se na superação de cada um destes desafios: o conservadorismo, o niilismo e a opressão. E é referência para a retomada da auto-estima de uma comunidade habituada à resistência e ao compromisso com o presente e o futuro do país.
- A **universidade** enfrenta, ainda, outros e atuais desafios: estimular a consciência de suas limitações, conscientizando novas alternativas; desenvolver a responsabilidade solidária para uma sociedade que se debate na crise da própria racionalidade; reorientar-se no embate de contradições, não permitindo que se banalize o processo necessário a sua transformação, para extrair dos conflitos a lição de seu renascimento; praticar a democracia realizando a experiência de sua governabilidade, apesar de críticas desorganizadoras motivadas pelos diversos privilégios da elite à qual pertencemos.
- A **universidade** deve dizer não, enfim, a tudo que amplie interna e externamente um ambiente propício à radicalização e à desorientação da crise, do pessimismo e da autocomiseração.



Cristovam Buarque
Reitor da UnB



Capa: Sérgio Bessa

Foto: Juan Pratginestós

Colaboração: Célia Matsunaga, Rino Marconi

Humanidades

A revista **Humanidades** é uma publicação trimestral da Editora Universidade de Brasília.

Editora-chefe: Sílvia Távora

Conselho Editorial: Bárbara Freitag, Dércio Garcia Munhoz, Douglas Marques de Sá, João da Rocha Hirson e José Carlos Córdova Coutinho.

Autores: Adriana de Oliveira Nunes, Antonio Fausto Neto, Delton de Mattos, Elimar Pinheiro do Nascimento, Fernando Conceição, Fernando Fortes, Gustavo Lins Ribeiro, Henryk Skolimowski, João Gilberto Lucas Coelho, Jorge Antunes, José Menezes de Moraes, José W. Bautista Vidal, Juarez de Souza, Luiz R. Travassos, Malcolm Silverman, Mariano Aguirre, Néelson Lehmann da Silva, Richard E. Bucher, Sara Almaraz e Tetê Catalão.

Painel: Adelmo Genro Filho, Airton Lugarinho de Lima Câmara, Carlos Alves Muller, Ézio de Souza Pires, Fábio Lucas Gomes, Glória Regina Costa Tavares de Melo, José Alexandre Gomes Marino, José Humberto Mancuso, José Menezes de Moraes, Lourenço Cazarre (edição), e Néelson Werneck Sodré.

Versões: Mark Ridd e Sara Almaraz.

Ilustradores: Cathleen Sidki, Charles Mayer, Douglas Marques de Sá, Fernando Lopes, Luís Augusto Jungmann de Andrade (Girafa), Luís Eduardo Rezende Brito (Reza), Luiz Fernando Luzzi Las Casas (Nanche), Luiz Fernando Pimentel Mendes (Oscar), Luiz Gallina Neto, Marcelo Terraza, Pedro Henrique Mendes Garcia, Sérgio Bessa e Suzana Gruber.

Edição de texto e revisão geral: Edson Lopes Cardoso

Edição de arte, arte-final e diagramação: Célia Matsunaga, Marcelo Terraza e Sérgio Bessa.

Marketing e comercialização: José Humberto Mancuso e Maurício Sampaio Cavalcanti.

Fotógrafos: Juan Pratginestós e Nelson Maravalhas.

Secretaria de produção: Elmano Rodrigues Pinheiro e Guacira Cesar de Oliveira.

Promoção, vendas e assinaturas: Alexandre Lima.

Apoio administrativo: Elias Romcy Pereira.

Cadastro de assinantes: Rosa Maria Dantas de Oliveira e Gilmar Castelo Branco (sistema)

Preços: Cz\$ 250,00 (exemplar avulso).

Cz\$ 900,00 (assinatura – quatro números)

Cz\$ 600,00 (assinatura para estudantes)

Endereço: Revista HUMANIDADES – Editora Universidade de Brasília. Campus Universitário – Asa Norte – Prédio Dois Candangos Caixa Postal 153001

70910 – Brasília – DF – Brasil

Telefones: (061) 274-5352, 274-3182, 273-1055 (diretos), 274-0022 R. 2110, 2101.

Telex: (061) 1083 UNBS-BR

Fotocomposição e impressão: Escopo Editora

Fotolitos: Policor: Reproduções Gráficas e Editora Ltda.

Os artigos publicados são da inteira responsabilidade de seus autores. Todo o material publicado – artigos, resenhas, ilustrações e fotos – só pode ser reproduzido com a autorização expressa da Edição.

Os direitos autorais dos textos reproduzidos são de propriedade da Editora Universidade de Brasília.

NOTA: A edição da revista agradece ao CNPq e à FINEP pelo apoio financeiro prestado a este número.

Editora Universidade de Brasília: Timothy Mulholland (Diretor)

Universidade de Brasília: Cristovam Buarque (Reitor)

João Cláudio Todorov (Vice-Reitor)

MODERNIZAR A PREVIDÊNCIA É MODERNIZAR O BRASIL.

115 milhões de brasileiros precisam da Previdência desde o nascimento até a morte.

O povo da Previdência é quase todo o povo do Brasil.

E a Previdência é do povo. Com todas as suas falhas, insuficiências e injustiças. E com toda a grandeza de sua missão social, que nem todos conseguem ver.

A conquista da justiça social passa, em grande escala, pela Previdência.

Mas por uma Previdência moderna, ágil, dinâmica e justa, que deve ser construída sem demora.

Uma Previdência que funcione, dê respostas rápidas e atenda bem a todos os brasileiros.

Esta é uma obra gigantesca e urgente. Devemos informatizar todo o sistema previdenciário e elevar seu grau de eficiência.

Por isso mesmo, esta tarefa é

não só do governo e do Ministério da Previdência, mas também de todos os funcionários e, mais ainda, de todas as forças vivas do país, sensíveis à questão social.

Trata-se de uma tarefa que requer a participação e o talento de milhões de brasileiros, de dentro e de fora da Previdência.

A luta já começou. Nós estamos empenhados nela e sabemos que não vai terminar tão cedo e certamente exigirá o esforço de mais de uma geração.

O importante é avançar e continuar avançando. E ter a consciência

bem clara de que é por aí que transita o futuro do Brasil moderno. Ou o futuro seguirá sendo apenas uma esperança.

EFICIÊNCIA

PARTICIPAÇÃO

JUSTIÇA

AGILIDADE

RAPIDEZ

MELHOR
ATENDIMENTO



PREVIDÊNCIA

MODERNIZAR PARA FUNCIONAR

Ministério da Previdência
e Assistência Social – MPAS

Governo José Sarney
Tudo Pelo Social

CIVILIZAÇÃO DOS TRÓPICOS

Uma resposta à barbárie

J. W. Bautista Vidal

A crise brasileira tem sua origem no modelo de crescimento econômico dependente, adotado por imposição dos países centrais. Assim, grande parte das tecnologias externas são dissipadoras de recursos naturais, de baixa eficiência e estruturadas em sistemas fortemente centralizadores. Nosso futuro depende fundamentalmente da criação de uma civilização solidária nos trópicos comprometida com a história e a cultura de nosso povo, que anseia pelo atendimento de suas necessidades, e, como nação, quer existir soberanamente.



Ilustrações: Sérgio Bessa

Tem razão Sérgio Paulo Rouanet¹ quando se preocupa com a tendência crescente ao irracionalismo que vem se instalando no Brasil como reação ao rotundo fracasso de um certo tipo de "racionalismo", que domina, faz trinta anos, o cenário político nacional. De fato, isto vem ocorrendo com o "Desenvolvimentismo", cuja doutrina orientadora é o "modelo" dependente de crescimento econômico e, enfaticamente, nos últimos 23 anos, com a ascensão dos tecnocratas, trazidos pelos militares e solidamente instalados nas estruturas do poder nacional.

Realmente, este falso racionalismo fracassado nada tem de racional. Trata-se de uma orientação política descomprometida com a nossa realidade e a nossa cultura e que objetiva a pilhagem irresponsável dos bens que fundamentam o nosso patrimônio natural, cultural e espiritual.

Assim, é necessário defender o racional, repudiando o falso racionalismo, que, se constituindo na norma, sob pseudofundamentos técnico-científicos, permanentemente agride nossa realidade. Foi esse "racional" que orientou o crescimento econômico dependente, desde a segunda metade dos anos 50. Esse "modelo" consolida no Brasil o mais desabrido neocolonialismo, mais nefasto do que o colonialismo tradicional, pois está fundamentado em métodos e estratégias muito mais sofisticados do que os por este empregados, durante séculos.

Esta dinâmica demonstra-se irracional quando vista do lado de nossos interesses e aspirações; naturalmente, tem configuração oposta quando vista pelos neocolinizadores. Assim, o que parece racional em uma direção pode ser irracional em outras, desde que as ações decorrentes representem interesses conflitantes.

O mau entendimento desta questão está levando ao descrédito tudo aquilo que supostamente tem como referência maior a razão. A perda de fé na ciência, por exemplo, porque vem propiciando a destrutividade humana e da natureza e o surgimento de novos e implacáveis veículos de dominação. Embora verdadeiros em seus efeitos, são denunciados, entretanto, às vezes, com certa ingenuidade.

"A crença cega no progresso expôs o homem a todas as regressões. A utopia concentracionista levou à criação de gigantescos gulags. A crença na mudança das relações sociais, como forma de implantar um paraíso na Terra, como cruzada desmistificadora, soblapou as bases de todos os valores, deixando o homem solitário, num mundo privado de sentido", diz Rouanet.



O ideal dos povos de conduzir seus próprios destinos, livres da tirania; o desejo de superar suas necessidades básicas pelo desenvolvimento das forças produtivas; e o ideal da ciência, posto ao serviço do homem e não de um saber cego, desvinculado de fins humanos e sociais; tudo isto ficou prejudicado pela tutela imposta pelo neocolonialismo – outro nome para o “modelo” de crescimento econômico dependente – que inibe o racional, promovendo uma camuflada porém efetiva irracionalidade.

A postura a que leva esse “modelo” coincide plenamente com o conceito de minoridade dos povos a que se refere Kant, pelo qual o próprio homem é culpado: “A minoridade é a incapacidade de servir-se do seu próprio entendimento, sem direção alheia. O homem é culpado por essa minoridade quando sua causa não reside numa deficiência intelectual, mas na falta de decisão e de coragem de usar a razão sem a tutela de outrem”. Vê-se que, no caso brasileiro, existe a tutela, mas defendida pelas falsas elites dirigentes, evidentemente sem decisão e coragem, por incompetência e pelos benefícios individuais e grupais ilegítimos que usufruem, cada vez com mais indignidade.

Assim, recomenda Rouanet: “Reviver a crença no progresso, dissociado de toda filosofia da história, que o concebe como uma tendência linear e automática, e passar a vê-lo como algo de contingente probabilístico e dependente da ação consciente do homem. O único progresso relevante é aquele que contribui para o bem-estar de todos. Ele não é uma doação espontânea da técnica, mas uma construção intencional em que os homens decidem o que deve ser produzido, como e para que, sem destruição social e depredação ambiental, como em geral leva o crescimento econômico cego que nos vem conduzindo. Pressupõe-se que o homem é capaz de saber e de veracidade, de justiça e de autonomia.”

É, entretanto, necessário não extrapolar “racionalizando além do racional”, quando se cai, então, em outro tipo de irracionalismo, como ocorreu com muitas “ciências” que extrapolaram além do devido os conceitos da física reducionista, já corrigidos, desde o começo deste século, pela física moderna. Infelizmente, no afã de se credenciarem ao status científico, muitas disciplinas, especialmente nas áreas das ciências sociais e humanas, ainda se encontram prisioneiras dessa lógica cartesiana reducionista.

O conceito seiscentista de que a natureza é um mero objeto para ser dominado e explorado, conjuntamente com a desordem

de confundir o desenvolvimento com o crescimento econômico indiscriminado, e, ainda mais, a condução do processo por forças externas que nenhum compromisso têm com a realidade física e social da nação, resultou no uso de tecnologias ineficientes, desumanas, subjugadoras e malsãs. A tudo isto a ciência se acomodou e serviu fielmente. Resultaram, assim, tecnologias que impõem o controle da produção em massa e a padronização, dentro de uma administração centralizada, a nível mundial, e que busca o crescimento ilimitado, mesmo que a custos sociais e ambientais absurdos. Para isto, os meios de comunicação de massa dominam a opinião pública e impõem submissão em confronto com qualquer aspiração de auto-affirmação e soberania. Isto impede a organização independente das sociedades, o exercício da sua cultura, estabelece a barbárie sobre o meio ambiente e constrói um mundo implacável e linear, pré-fabricado e monótono, onde o ser civilizado, inteligente e livre se sente perdido, num vazio incomensurável.¹⁰

A energia solar e os trópicos, passado e futuro

A quantidade de energia que a superfície da Terra intercepta, tendo como origem o Sol, corresponde à de 7 milhões de usinas de potência da de Itaipu e a cerca de onze mil vezes a energia total gerada pelo homem, no mesmo período. Este fantástico volume energético incidente não converge, entretanto, para as regiões temperadas e frias do planeta, onde, no Hemisfério Norte, concentra-se grande parte do consumo mundial, mas sim para as regiões intertropicais. De fato, naquelas regiões, se consome cerca de 90% de toda a energia gerada pelo homem, 75% da qual em apenas dez países. Destes, somente um, a URSS, apresenta balanço energético positivo. E o Primeiro Princípio da Termodinâmica nos ensina que energia não pode ser criada ou destruída, mas apenas transformada; além disto, toda ela provém sempre da natureza.

Em contrapartida, sobre a planície amazônica incide, de origem solar, diariamente, o equivalente à energia gerada por 300 mil usinas de potência da de Itaipu ou por 15 milhões de Balbinas ou ainda a energia despendida na explosão de seis milhões de bombas atômicas, de porte da lançada sobre Hiroxima.

Durante vários milhares de anos, desde que o homem conseguiu domar o fogo, a humanidade vem utilizando, diretamente ou transformada, a energia solar: pela queima de lenha, pela força dos ventos ou pela energia das quedas d'água. Antes utilizava, apenas, a

energia dos seus próprios músculos ou dos animais, e que também corresponde a uso indireto de energia solar, via calorias dos alimentos. Em longos períodos históricos, certas sociedades se suprimiram, ainda, em partes de suas necessidades energéticas, pela nefanda prática da escravidão.

Cerca de 95% da matéria seca que compõe a biomassa dependem, na sua formação, de vapor d'água e de CO₂ (anidrido carbônico) retirados do ar; é, entretanto, indispensável a energia solar para garantir a formação de celulose, açúcares, amidos e demais hidratos de carbono, que a armazenam sob a forma química. A exuberância e a diversidade da biota que se forma são proporcionais ao porte da energia incidente e a outras condições especiais, que ocorrem nos trópicos, como o seu mais exemplar modelo.

Dois mil anos antes de Cristo, a humanidade já utilizava, vinda do sol, 30% da energia que consumia, via madeira e rejeitos orgânicos; o restante continuava sendo a muscular. Já em 1500, ano da descoberta do Brasil, o homem utilizava 90% da energia a partir do que a natureza lhe fornecia de modo renovado: 70% da madeira e 20% de rejeitos orgânicos.

A utilização sistemática de energia renovável da natureza começou, entretanto, a ser alterada a partir do século XVIII, com o início da industrialização em países localizados nas regiões temperadas e frias do planeta; isto porque estas regiões não dispunham de fontes naturais renováveis de grande porte que estimulassem o seu uso extensivo como exigia a industrialização. Daí a recorrência a formas fósseis de energia, cujas formações de estoques naturais ocorrem ao longo de eras geológicas, em dezenas e centenas de milhões de anos. Ainda nestes casos, a origem dessas fontes continua a ser a energia solar, armazenada em reservas de carvões, petróleo, gases naturais, xistos, tar sands, entre outras.

As diversas formas secundárias de energia que têm como origem primária o Sol podem ser divididas em dois grandes grupos, de acordo com as extensões dos períodos de tempo requeridos para adquirirem a conformação com que são utilizadas pelo homem. As que exigem relativamente pouco tempo, como as responsáveis pela formação dos ventos, a energia gravitacional das águas elevadas e a biomassa, são ditas renováveis. Contrariamente, outras formas exigem, como vimos, para suas formações ou renovações, verdadeiros períodos geológicos; são os combustíveis fósseis, não renováveis. Quando dizemos, portanto, que uma fonte de ener-



gia é renovável queremos indicar que ela pode ser sempre transformada ou renovada, de modo conveniente, em intervalo compatível com os ciclos econômicos da vida humana. As fontes de energia hidrelétrica, eólica e de biomassa são renováveis porque são permanentemente alimentadas pela energia solar e estão disponíveis para o uso pelo homem, se forem criadas as condições tecnológicas necessárias, de acordo com as circunstâncias em que elas se apresentam na natureza.

Já neste século, em 1910, o carvão mineral ocupava 65% do consumo energético global. Com as descobertas de grandes reservas de petróleo, rapidamente este foi substituindo aquele. Hoje, no entanto, tem-se uma visão clara da proximidade da exaustão de petróleo e da impossibilidade de uso extensivo e intensivo dos carvões minerais. Assim, desenha-se, nitidamente, o fim de um ciclo civilizatório. A crise dos combustíveis fósseis aprofunda-se a cada instante que passa.

Este ciclo civilizatório teve, como vimos, seus centros de decisão e de poder localizados nas regiões temperadas e frias do Hemisfério Norte. As perspectivas de continuidade desta civilização, no entanto, eram sustentadas na emergência da energia nuclear como nova panaceia, sem alternativas. A energia nuclear, a das marés e a energia geotécnica são as únicas que não têm por fonte primária o Sol.

A energia nuclear, entretanto, mostra-se não dominada, do ponto de vista tecnológico; altamente ineficiente, do ponto de vista econômico; devastadora, do ponto de vista ambiental; perversa, do ponto de vista político e repudiada pela consciência humana, do ponto de vista moral.

Com que direito podemos produzir artificialmente enormes quantidades de nefandas e mortíferas substâncias, sem que seja garantida qualquer possibilidade de controle futuro sobre elas? Estamos falando, naturalmente, da irremediável produção de plutônio pelos reatores nucleares. Basta um milionésimo de grama para destruir a vida de um ser humano; isto é, cinco quilogramas são suficientes, se uniformemente distribuídos, para erradicar a vida do homem sobre a Terra. Simultaneamente, como substância altamente radioativa, continua com o seu poder mortífero por 500 mil anos, enquanto o Homem Neandertal tem, para trás, apenas 100 mil anos... Bastam cinco quilogramas de plutônio para produzir uma bomba atômica. E cada reator, por ano, produz entre 200 e 250 quilogramas dessa substância.... E tudo isto para

gerar a mesmíssima energia calorífica que pode ser obtida com a queima de lenha. De fato, o Primeiro Princípio da Termodinâmica não faz distinção entre essas duas fontes de produção de energia calorífica para aquecer vapor e mover turbinas que produzem eletricidade.

O descomunal perigo potencial que apresenta um reator nuclear exige medidas de segurança para proteger a população, afastando-a desses monstros da morte. Assim, sempre surgem propostas legislativas que procuram garantir essa segurança, todas elas, entretanto, de efeitos reduzidos ante os imensos potenciais energéticos envolvidos e a enorme capacidade de contaminação radioativa que contém. Uma área de segurança de 40 quilômetros de raio, se transformada em floresta, permitiria uma produção de biomassa para alimentar uma termoelétrica com três vezes a potência do reator substituído....

Ademais, por ação terrorista ou qualquer outra causa, a probabilidade de um reator nuclear transformar-se em brutal foco de contaminação radioativa somente fica reduzida com controles rígidos de uma sociedade policial.

A afluência dos países hoje ditos industrializados, no Hemisfério Norte, não comporta restrições ou limites de qualquer espécie. Eles vivem na suposição de disponibilidades infinitas de energia, mesmo não dispondo da permanente abundância solar dos trópicos. Assim pensando, esses países esqueceram-se, entretanto, de avisar o Sol dessa obrigação, indispensável, nas circunstâncias, para a manutenção de suas afluências, a longo prazo.

O Sol, essa imensa bola de fogo, assim como inúmeras estrelas adultas e nebulosas, no dizer de Papinni, foge vertiginosamente e não se sabe para onde nem para que. Fogem desesperadas e ao fugir desagregam milhões de átomos de hidrogênio de cada vez, gerando luz e calor e outras radiações que não chegam até nós. De fato, o Sol se comporta como um gigantesco reator a fusão nuclear que funde no seu centro núcleos de hidrogênio, produzindo quantidades descomuns de energia que caminham pelo espaço sideral até chegar à Terra, sob a forma de ondas eletromagnéticas caloríficas, visíveis, ultravioletas, entre outras. Trata-se, portanto, de gigantesco reator a fusão que, situando-se a prudente distância, não causa dano. Assim, despeja sobre nós apenas radiações limpas, já depuradas do ultravioleta, causador do câncer de pele, graças ao filtro exercido pela camada de ozônio da alta atmosfera. Esta camada, no entanto, está sendo destruída pelo estilo de in-

dustrialização imposto pelos países centrais.

Os fluxos energéticos, a riqueza biológica e as dinâmicas civilizatórias

É precisamente este fluxo de energia que, ao incidir sobre a superfície da Terra, permite, com ínfima probabilidade, o surgimento da vida, da mais elementar à superior, do ser inteligente, capaz de pensar e amar, imaginando-se transcendente.... Esta probabilidade, incrivelmente limitada, alcança, precisamente nos trópicos, em seus efeitos, o seu foco de maior esplendor, exuberância e diversidade. A Amazônia e o Pantanal Matogrossense representam duas de suas mais excepcionais amostras, a nível cósmico, conhecidas pelo homem.

Encontram-se já descritos pela ciência cerca de 1,5 milhão de organismos vivos, sendo mais da metade insetos e artrópodos (875 mil); 250 mil plantas superiores; 150 mil vertebrados; 111 mil plantas e organismos inferiores; 19 mil peixes; 9 mil aves e 4 mil répteis. Avalia-se o total, entretanto, em dez milhões de espécies.

Neste vasto universo de vida, o trópico úmido contribui com um a dois terços dessa imensa riqueza biológica, embora corresponda a uma superfície inferior a 10% dos continentes. Uma evidência clara é que, à medida que se caminha dos pólos para o Equador, existe, em geral, um gradiente de abundância e diversidade de vida, sempre crescente.

Por hectare de superfície dos trópicos úmidos, existem, em média, 179 espécies de árvores com mais de 15 centímetros de diâmetro e 236 com mais de 5 centímetros, além de uma grande diversidade estrutural. Em áreas equivalentes de climas temperados, entretanto, apenas são identificadas entre 5 e 8 espécies. Nas florestas densas das "terras firmes" da Amazônia, a matéria seca da biomassa atinge, na parte aérea, 250 toneladas por hectare. Nos trópicos, em geral, a massa florestal cresce de 5 a 10 vezes mais rapidamente do que em outros climas, em evidente pujança biológica relativa. Somente na Amazônia legal brasileira a vegetação contém 60 bilhões de toneladas de carbono.

O acúmulo excessivo de CO² na atmosfera provoca o conhecido "efeito estufa", que aumenta a temperatura do globo terrestre. Este aquecimento pode levar à fusão da camada polar antártica. Com um volume de gelo de 21 mil quilômetros cúbicos, esta massa fundida pode provocar a elevação em cerca de 130 metros no nível médio dos mares e oceanos, o que evidentemente submergiria uma grande parte das maiores cidades do

mundo e uma parcela ponderável dos continentes. Assim, é prudente que esse imenso estoque de carbono amazônico seja mantido nos ciclos vegetais das florestas tropicais...

"Os fluxos de energia fundamentam todas as ações humanas, especialmente as tecnológicas, assim como todos os fenômenos da natureza e são os principais responsáveis por todos os tipos de climas. Eles estão, também, como vimos, na base da vida vegetal e animal. Nada existe no universo material de mais abrangente e profundo, na origem e na dinâmica de tudo o que pertence ao mundo físico. Assim, o conhecimento das leis e princípios que regulam esses fluxos é essencial para os seus adequados usos ou transformações. A compreensão das normas que regem a vida, sua melhoria e preservação, também dependem do conhecimento dessas inexoráveis dinâmicas naturais. Esta conceitualização de caráter fundamental, entretanto, não faz parte das teorias que norteiam o processo de 'desenvolvimento' brasileiro, nos últimos trinta anos. Em especial, este fato condiciona a qualidade dos resultados do nosso crescimento econômico. As teorias que o suportam ignoram os princípios e as leis que regem esses fluxos energéticos; assim, os tratam, em seus usos, na categoria de mais um entre os muitos ingredientes da produção e dos serviços. Em contrapartida, elas se fundamentam na análise de valores extraídos do que designam como mercado. Como esses valores são estipulados por certas estruturas de poder, a categorização desses fluxos é ditada pelos interesses dessas estruturas. Ou seja, não são considerados. Disto resulta, evidentemente, agressão continuada às leis da natureza e da vida. Ou seja, barbárie"².

Os obstáculos ao desenvolvimento da biomassa tropical, além daqueles de natureza geopolítica, são decorrentes da atitude servil embutida no "modelo" dependente de crescimento econômico. Suas tecnologias de utilização foram desenvolvidas na Europa, onde a reduzida insolação era compensada pelos baixos custos da terra e da mão-de-obra, então subutilizados. Como essas condições não mais subsistiram, a biomassa foi ali abandonada. Nos países tropicais, hábitos de mimetismo cultural, contraídos no período colonial e alimentados pela dependência tecnológica, fizeram com que essa atitude fosse copiada, apresentando-se esta alternativa energética como se estivesse ultrapassada. Esta falsa indução confronta-se tão fortemente com a realidade dos trópicos que necessita ser revista com vigor, em nome de elementar racionalidade. Esta permite identificar para a

biomassa importante papel em nova e pujante estratégia de desenvolvimento para estas regiões.

Incongruências das teorias econômicas ou impossibilidade civilizatória?

Os países hoje industrializados fundamentaram com suas realidades, especialmente aquelas do século XIX, as atuais teorias econômicas. Evidentemente as circunstâncias sócio-políticas e condições edafoclimáticas das regiões temperadas e frias, onde se localizam esses países, condicionaram a natureza dos instrumentos de análise, sempre subordinados a seus interesses. Isto naturalmente provocou, no uso dessas teorias a países tropicais, condicionamentos de toda ordem que impedem a compreensão de seus problemas e perturbam suas soluções. Assim, discutir qualquer questão tecnológica, ecológica, energética, social ou política nesses países sem levar principalmente em conta suas realidades, distintas, às vezes em extremo, daquelas das regiões temperadas, é mistificar suas realidades. Qualquer estrutura produtiva sadia precisa necessariamente fundamentar-se, para ser eficaz, nas forças da natureza, nos seus meios, recursos e potencialidades; ao ignorá-los como faz o "modelo" econômico brasileiro, que equaciona todos os ingredientes de produção em meios físicos profundamente distintos aos dos trópicos, se está construindo um gigante, desestruturado, sem intelecto e com os pés de barro. Nada mais irracional se pode conceber. Tanto isto é real que ainda prolifera entre nós a despropósito e insensata afirmação relacionada com a impossibilidade de desenvolvimento de uma civilização dos trópicos. Evidentemente, este disparate não resiste a qualquer análise séria, por mais elementar que seja. Somente estúpidos, no sentido vernáculo da palavra, podem repetir tal insensatez, tantas são as evidências que comprovam precisamente o contrário. Este bisonho preconceito, também, tem por base a absoluta ignorância das leis e princípios que regem a natureza e a vida.

A decisão de uma nação de fundamentar sua vida futura em fontes energéticas renováveis ou não constitui-se na mais crucial decisão política que qualquer geração pode tomar; realmente, isto compromete, de modo irreversível, a evolução social e política muitas gerações à frente. Ou seja, estabelece a natureza do próprio processo civilizatório. Assim, faz uma grande diferença, sob todos os pontos de vista, a natureza renovável ou não das fontes energéticas que fundamentam as complexas tarefas de construir e manter civiliza-

ções."³

Deste modo, é essencial compreender, em profundidade, o papel que as diferentes formas naturais de energia, perenes ou eventuais, desempenham na conformação, manutenção, desenvolvimento e decadência das civilizações.

As civilizações industriais necessitam para existir e preservar-se do uso permanente de energia na sua forma extensiva e intensiva, cuja origem é sempre, como vimos, a disponível na natureza. Vimos também que os países hoje industrializados, que dependem de combustíveis fósseis, sem alternativas, estão com seus dias contados ou impossibilitados de projetarem suas perspectivas civilizatórias, salvo mudanças profundas em suas estruturas de demanda e oferta energéticas ou a subjugação de países que disponham de recursos energéticos abundantes e permanentes.

O elevadíssimo potencial energético que o Brasil continental representa, devido precisamente a sua grande extensão tropical, com cerca de 50% do trópico úmido do planeta, é praticamente ignorado pelas estruturas servis do poder nacional, especialmente nas áreas financeira e econômica, onde se centralizam os controles desse poder. Também são causas desse despropósito, além da natureza dependente do nosso "modelo" de crescimento econômico, as inadequações e impropriedades das teorias econômicas aqui aplicadas; elas têm levado o país ao fracasso pelas razões evidentes de desconsiderarem nossa realidade, seus fatores de produção e as necessidades e aspirações dos brasileiros.

A questão tecnológica e a soberania nacional

Assim, os dirigentes do poder econômico nacional condicionam o uso de tecnologias, entre nós, às já operacionalizadas e desenvolvidas para as circunstâncias e interesses dos países centrais, embora muitas delas estejam em conflito com as condições dos trópicos. Isto é, na forma como aqui são apli-



cadadas, baseiam-se no pressuposto da desnecessidade do domínio nacional sobre o processo tecnológico, o que significa não identificar o seu papel de procurar o desenvolvimento fundamentando-se na realidade. Com a ausência deste processo, está-se desconhecendo o uso social e político de nossos recursos naturais e fontes de energia, especialmente as renováveis. Com estas práticas, não é difícil identificar a origem de muitos dos problemas pelos quais o país está passando.

De fato, "a tecnologia é atividade de natureza agregativa, instrumento político de domínio, espinha dorsal e intelecto da estrutura produtiva. Fundamenta-se no patrimônio físico da natureza, no controle e na transformação de seus fluxos energéticos e na competência técnico-científica da nação, para formar equações sócio-políticas de poder. Sua ação conforma as estruturas sociais e estabelece divisão internacional do trabalho. E o seu governo permite: a condução social e política da sociedade; a escolha das formas e modos de produção; a valorização relativa dos fatores, em direta relação com a emancipação econômico-financeira; a eficiência produtiva; a distribuição da riqueza e a liberação de condicionamentos culturais resultantes de seus usos. Suas atividades e instrumentos se configuram em patrimônio social da nação, cujos controles lhe são cruciais para a satisfação de suas necessidades essenciais e aspirações, inclusive as de bem-estar coletivo, de sobrevivência como ente político e de soberania."⁴

O processo tecnológico flui, naturalmente, da interação racional do homem com os recursos naturais. Se estes recursos são estratégicos e ao mesmo tempo abundantes, eles podem sustentar, por décadas ou mesmo séculos, a expansão das atividades humanas. Isto foi o que aconteceu com o carvão mineral e com o petróleo, provocando a primeira e a segunda revoluções industriais que, de modo crescente, apoiaram-se nos conhecimentos científicos. Dessa interação com a ciência, gerou-se a quase totalidade das tecnologias que moldam o atual processo industrial. Este, entretanto, peca por estar fundamentado em recursos energéticos não renováveis, em vias de extinção ou de limitação de uso. Sua vulnerabilidade é, portanto, acentuada, pois não oferece alternativa de porte, compatível com sua significação futura.

Enquanto ocorria o desenvolvimento industrial-tecnológico nas regiões temperadas e frias do Norte, todos os países das regiões intertropicais viviam situação diversa e adversa. Induzidos pelos países industrializados a adotarem "modelos" tecnologicamente

dependentes, foi-lhes assim retirada a oportunidade de fundamentarem seus desenvolvimentos nas próprias realidades. Assim, suas estruturas produtivas não conseguem reagir ante as dificuldades, pois as tecnologias exógenas que utilizam impõem-lhes permanentes restrições ao uso das vantagens comparativas dos fatores de produção locais, uma vez que, condicionadas a outros fatores, não se adaptam às realidades que as circundam. Este estilo pouco sadio de crescimento conduz a efeitos negativos. Na realidade, a exclusão da condução do processo tecnológico leva esses países a se transformarem em simples campo de manobras das corporações transnacionais, que objetivam conquistas de novos mercados, garantias de fornecimentos de recursos naturais não renováveis e controle da estrutura produtiva local. A estagnação imposta pelas receitas tecnológicas externas e as ineficiências e vulnerabilidades decorrentes das inadequações aos fatores de produção locais configuram um crescimento com efeitos perversos sobre a sociedade, fruto de um parque industrial invertebrado, desprovido das dinâmicas de uma estrutura produtiva sadia.

É preciso, assim, ter plena consciência do objetivo principal e do esforço dos países industrializados visando superarem suas estratégias vulnerabilidades energéticas. Evidentemente, seus caminhos não serão baseados em substituição de uma fonte de energia por outra, mas algo mais profundo. Para reduzir a dependência externa de recursos naturais não renováveis, inclusive energéticos, estes países darão prioridade à substituição desses recursos escassos por aqueles que lhes são abundantes internamente, especialmente capital, estrutura industrial e de serviços e, principalmente, produção tecnológica. Neste contexto, os países tropicais ficarão expostos ao seguinte dilema: embora relativamente ricos em recursos energéticos, ao persistirem com seus "modelos" dependentes, ficarão submetidos aos instrumentos de poder que lhes serão impostos pelos pacotes tecnológicos externos. Assim, tendem, cada vez mais, a aumentar suas dependências em relação a fatores de produção que não dispõem e a inviabilizar a exploração racional e a valorização relativa dos seus próprios recursos. Estes, embora estratégicos, passam a ser, intencionalmente e de modo crescente, desvalorizados, em contraste com aqueles recursos que têm por origem os países centrais. Forma-se assim uma rígida e inexorável dinâmica de dependência.

"A superação do subdesenvolvimento exige que os recursos abundantes sejam

canalizados para a criação de uma estrutura de produção que, gerando novos recursos de maiores valores agregados, torne o processo auto-sustentado e capaz de se renovar, adaptando-se à própria evolução social e política da sociedade. Assim, o "modelo" atual que tenta reproduzir, por imitação, modelos de outras realidades, é, em princípio, basicamente inviável, a médio e longo prazos, pois exige a mobilização prévia de recursos financeiros, tecnológicos e industriais não disponíveis."⁵

"Modelo" servil e barbárie, faces de uma mesma moeda

A proposta de abandono da postura servil ante os poderes internacionais, até aqui adotada pelos dirigentes brasileiros, é, evidentemente, fundamentada em nossas realidades e aspirações. A privilegiada localização do Brasil nos trópicos e suas dimensões continentais lhe dão vantagens comparativas extraordinárias de elevadas potencialidades e de possível realização concreta a curto prazo, se, mas somente se, resultar de uma postura decidida de seu povo de passar a controlar o seu próprio destino, superando assim a minoridade, a que se refere Kant. De fato, somente considerando o setor energético pelo seu valor estratégico a longo prazo temos: a) o uso de 30% do território nacional de terras impróprias para a agricultura, mas aptas à exploração florestal, nos dá um potencial de produção, por ano, de até o equivalente, em termos caloríficos, a dez bilhões de barris de petróleo; isto é, mais de quatro vezes a atual produção anual da Arábia Saudita; b) a utilização de 70 milhões de hectares na Amazônia e 2 milhões de hectares na Bahia, apropriados para o plantio do dendê, com a produtividade atual, pode alcançar uma produção de cerca de seis milhões de barris de equivalente de óleo diesel, por dia, o que corresponde a 18 vezes o consumo total brasileiro atual; c) com 1% do território nacional, com uma produtividade média, já alcançada, de 6 mil litros por hectare, pode-se chegar a uma produção de 50 bilhões de litros de etanol por ano, o que corresponde a volume muito superior a nossas necessidades no fim deste século.

Assim, com tecnologias já dominadas no país, as florestas e as culturas energéticas podem suprir parcelas ponderáveis das necessidades mundiais de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, bem como de eletricidade, esta de forma indireta, por um período de tempo praticamente ilimitado. Evidentemente, é descabido, por ser lesivo aos interesses nacionais, a maneira como se está expor-

tando energia elétrica de Tucuruí, via alumínio e intermediários, a preços que têm alcançado menos de 30% dos custos de produção, tudo subsidiado pelo povo brasileiro. Este é apenas um exemplo das práticas do sistema servil e corrupto que, no global, causa prejuízo de três bilhões de dólares por ano, somente na área elétrica. Em definitivo, por suas potencialidades, a biomassa pode se constituir, a médio prazo, no principal pólo dinâmico do desenvolvimento do mundo tropical e, a mais longo prazo, em poderosa alavanca de alteração da atual estrutura de poder, retirando-nos da ignóbil posição de neocolônia, incompreensível para uma nação continente.

Sendo o vetor energético o mais fundamental e abrangente promotor do desenvolvimento, e mesmo do processo civilizatório, garantidor de nossa permanência como nação, isto não reduz, entretanto, a importância da imensa riqueza que os trópicos representam em abundância e diversidade de vida vegetal e animal. Esta fundamental característica dos trópicos, além de possibilitar suprir todas as necessidades básicas dos povos que neles habitam, ofertam grandes potencialidades e variedades de matérias-primas para um amplo espectro de setores industriais.

Estas perspectivas, acrescidas daquelas do subsolo, não renováveis, entretanto, estão sendo criminosamente devastadas por meio de ações com sentido nítido de barbárie e malsã perversidade, frutos da lógica econômica de um "modelo" servil e castrador.

Os solos tropicais da Hyléia Amazônica são muito lixiviados, profundos e pobres em nutrientes. Sobre eles, no entanto, se assenta uma imensa e variada massa de vegetação, de longe incomparável com qualquer outra região ou clima. Esta ostensiva evidência, no entanto, leva à conclusão, pela lógica da postura do mimetismo cultural, que a Amazônia não se presta à produção vegetal, porque o seu solo é pobre em nutrientes.... Assim, sob o fundamento desta "lógica devasta-se por meio de imensas queimadas a extraordinária riqueza vegetal, para plantar capim. Deste modo, destrói-se um extraordinário equilíbrio ecológico, cuja estabilidade se formou em cerca de 4 bilhões de anos. Para plantar capim ou para ser coberto pelas lâminas d'água de discutíveis hidrelétricas ou para construir rodovias implantadas no "oceano". De fato, o trópico úmido mais se assemelha a um habitat "oceânico" do que aos continentes secos de outras regiões e climas. Somente na sua bacia, além dos milhares de rios, riachos e igarapés, em permanente mutação, existem mais de dez mil lagos. Esta imensa

massa d'água em equilíbrio dinâmico é absolutamente essencial para a regulação dos gigantescos fluxos de energia que têm o seu centro motor, a nível planetário, precisamente no trópico úmido. Evidentemente, a floresta também tem papel essencial nesta dinâmica planetária. Ela funciona como um grande estabilizador e também motor do processo. Estamos falando de dinâmicas de fluxos energéticos que envolvem volumes de energia equivalentes às provocadas na explosão de seis milhões de bombas atômicas por dia. Assim, 48,5% da chuva que cai na região é devolvida pela floresta por evapotranspiração, que para tanto utiliza 50% da energia solar ali incidente. Esta umidade devolvida em gigantescas proporções serve como veículo de transporte de energia, que irá suprir desequilíbrios energéticos em todo o planeta, especialmente nos pólos. Sobre esta dinâmica motora, em equilíbrio, se está intervindo, sem avaliar seus efeitos, com enorme brutalidade e ignorância, ao devastar essas florestas numa proporção que já alcança dois milhões de hectares por ano, em processo que se afigura exponencial.

Na realidade, os nutrientes essenciais para a vida da massa vegetal situam-se na própria biomassa, em vez de se localizarem no solo. Além da vegetação aérea, na floresta amazônica, acumulam-se abaixo da superfície muitas toneladas de biomassa por hectare. Deste modo, a dinâmica dos nutrientes ocorre dentro da própria biomassa. Assim, nesta estrutura vital, o solo parece ter papel secundário quanto ao fluxo dos nutrientes, em contraste com a diversidade da biota. É, portanto, irracional transferir para estas condições as práticas que se aplicam aos cultivos nos climas temperados, de características completamente diversas. Trata-se, assim, mais uma vez, de ignorar as excepcionais condições dos trópicos e brutalizá-los com tecnologias inadequadas que vêm provocando criminosos e devastadores efeitos em precioso e complexo patrimônio milenar.

"Gigantescas corporações transnacionais, como a Volkswagen, Goodyear e Nestlé, desmataram com bulldozeros milhões de hectares na bacia do rio Amazonas, a fim de cria-

rem gado para a exportação. As consequências do desmatamento dessas gigantescas áreas são certamente devastadoras. Com estes desmatamentos, as evidências mostram que podem desencadear-se reações nos fluxos energéticos suscetíveis de alterar, significativamente, o clima do mundo".⁶

"A experiência brasileira mostra que a exploração racional de biomassa florestal, longe de representar um fator de destruição, constitui a única alternativa para a conservação de cobertura florestal, pois dá um valor econômico à floresta. Os estados de São Paulo e Paraná, que pouco desenvolveram a exploração florestal, estão hoje reduzidos a uma taxa de cobertura de menos de 5%, enquanto o estado de Minas Gerais, onde se concentra a maior produção mundial de carvão vegetal, tem 37% de seu território coberto por matas e florestas."⁷

A Terra, ser vivo inteligente

"Toda matéria viva da Terra, juntamente com a atmosfera, os mares, os oceanos, os rios, o solo formam um sistema complexo com todas as características de auto-organização. Permanece num notável estado de equilíbrio químico e termodinâmico e é capaz, através de uma gigantesca variedade de processos, de regular o meio ambiente planetário a fim de que sejam mantidas condições ótimas para a evolução da vida. O planeta manteve uma temperatura razoavelmente constante em sua superfície desde que apareceram as primeiras formas de vida, faz quatro bilhões de anos, tal como o organismo humano mantém a temperatura do corpo, apesar de condições ambientais variáveis.... Tudo isto é regulado por intrincadas redes cooperativas que exibem as propriedades dos sistemas auto-organizadores. A Terra é, pois, um sistema vivo.

"Os organismos vivos são sistemas auto-organizadores que exibem um alto grau de estabilidade, a qual é profundamente dinâmica e caracterizada por flutuações contínuas, múltiplas e interdependentes. A flexibilidade desses sistemas depende de quantas das suas variáveis se mantêm fluando dentro dos limites de tolerância."⁸

Assim, o meio ambiente se constitui de inúmeros ecossistemas habitados por incontáveis organismos vivos que vêm evoluindo há bilhões de anos em milagroso equilíbrio, sob a dinâmica dos fluxos energéticos, em que usa e recicla moléculas de ar, dos solos, dos mares, das rochas. As organizações desses sistemas resultam naturalmente de um processo multimilenar de ajustes e evoluções de extrema complexidade e sabedoria, a nível



planetário. Os princípios organizadores naturais desses ecossistemas são extraordinariamente superiores à tecnologia humana, resultado de recentes inovações, em geral, sem qualquer compromisso com o equilíbrio da natureza. Às vezes, essas tecnologias são fruto de bisonhas extrapolações lineares e têm como único compromisso os ganhos de curto prazo de seus promotores. A obsessão pela grande escala, sinônimo de ambição de poder, leva as corporações a projetarem suas instalações produtivas com tal porte que os volumes energéticos envolvidos são comparáveis a importantes fluxos energéticos da natureza. Esta prática extensiva provoca efeitos devastadores, especialmente quando não há qualquer respeito pela sabedoria da natureza, seu equilíbrio, havendo em contrapartida ignorância sobre as dinâmicas que configuram o supremo patrimônio físico do homem, que os povos civilizados chamam de Mãe Terra.

Assim, a dinâmica auto-organizadora da natureza é basicamente do mesmo estilo da que rege os organismos vivos superiores; isto é, o meio ambiente natural não somente vive, mas o faz com inteligência. Assim, estabelece tendência predominante a relações de cooperação, que facilitam a integração harmônica de todos os componentes sistêmicos, em todos os níveis da organização. Este é o segredo da milenar estabilidade da biosfera, que garante a vida. Talvez, em toda sua longa história, entretanto, esta complexa organização jamais tenha sofrido agressões tão brutais e sistemáticas como nas últimas décadas; elas atuam precisamente em sentido oposto à harmonia e ao equilíbrio dos ecossistemas naturais; elas são causas de desequilíbrios, de destruição e do caos.

"A manutenção dos modelos de crescimento econômico não-diferenciado não tardará por exaurir as reservas de metais, alimentos, oxigênio e ozônio que são cruciais para a sobrevivência do homem.

"O crescimento tecnológico tanto é considerado a solução final para os nossos problemas, como (também está passando a ser) fator determinante de nosso estilo de vida, de nossas organizações sociais e de nosso sistema de valores. Tal determinismo 'tecnológico' parece ser uma consequência do elevado status da ciência em nossa vida pública – em comparação com a filosofia, a arte e a religião – e do fato de os cientistas terem fracassado no trato com valores humanos, de modo significativo. Isto levou a maioria das pessoas a acreditar que a tecnologia determina a natureza de nosso sistema de valores e de nossas relações sociais, em vez de reconhecer que é justamente o inverso; que os valores e relações sociais determinam a natureza da tecnologia."⁹

Estresse social e ecológico. Estados de entropia

Além das inadequações e ineficiências criadas sistematicamente pela dependência tecnológica, há ainda as deformações resultantes de políticas e injunções, às vezes de natureza cultural, do próprio sistema econômico com objetivos exclusivamente imediatistas. Assim, grande parte das tecnologias externas são dissipadoras de recursos naturais, de baixa eficiência e estruturadas em sistemas fortemente centralizadores. Muitas levam a efeitos antiecológicos, inflacionários e são perniciosas à saúde individual e coletiva; isto é, são nocivas à sociedade e obsoletas do ponto de vista tecnológico.

Também a obsessão pelo crescimento econômico indiscriminado leva a maximizar, por longos períodos, parâmetros sociais e físicos, delicados e complexos, de forma linear, que terminam por retirar-lhes a flexibilidade, levando-os à exaustão. Trata-se de processo semelhante ao do estresse nos organismos vivos; ou seja, estresse social e ecológico. Assim, parcelas ponderáveis da riqueza nacional são dilapidadas, provocando índices crescentes de inflação, nos chamados estados de entropia, efeito semelhante ao atrito excessivo nas máquinas, dissipador da energia motora; como nos grandes recursos malbaratados em atividades especulativas; em ineficientes e gigantescas máquinas tecnocráticas, guardiães do "modelo"; no controle ao crime, fruto dos desníveis sociais e para a segurança de uns poucos; no desgaste e no desperdício de uma sociedade desequilibrada e esbanjadora, sem educação e sem saúde para o seu povo; na desmedida concentração da população em grandes megalópoles, absorvedoras e dissipadoras da riqueza nacional; nos excessivos subsídios destinados a cobrir ineficiências empresariais; em gigantescos serviços das dívidas interna e externa; na corrupção generalizada; em grandes escândalos financeiros e empresariais e em tantos outros nefandos resultados; e, para culminar, na orquestrada e sistemática destruição da auto-estima do nosso povo.

As mudanças profundas que se fariam necessárias encontram a reação organizada e de poder dos defensores incondicionais das dinâmicas lineares das teorias econômicas. Deste modo, congelam arbitrariamente as estruturas que abrigam poderes quase absolutos, impedindo uma contínua adaptação à evolução da sociedade. Assim, mesmo suas correntes mais progressistas tendem a ser profundamente reacionárias e estagnantes.

Da mudança, porém, de todo este estado de coisas depende fundamentalmente o futuro de civilização solidária dos trópicos, por cujo destino estão comprometidas a his-

tória e a cultura de nosso povo, que aspira alcançar o suprimento básico de suas necessidades, e, como nação, quer existir soberanamente. □

J. W. Bautista Vidal, engenheiro e físico, foi Secretário de Tecnologia Industrial e atualmente é professor titular da Universidade de Brasília e Diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da mesma universidade.

Referências Bibliográficas e Nota

1. Rouanet, Sérgio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
2. Bautista Vidal, J. W. *De Estado servil a Nação soberana – civilização solidária nos Trópicos*. Petrópolis/Brasília, Vozes, Editora Universidade de Brasília, 1987.
3. Idem, ib., p. 105.
3. Idem, ib., p. 105.
4. Idem, ib., p. 105.
5. Idem, ib., p. 189.
6. Capra, Fritjof. *O ponto de mutação – a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo, Cultrix, 1987.
7. MIC/STI. *Energia da biomassa – alavanca de uma nova política industrial*. STI, agosto, 1986.
8. e 9. Capra, Fritjof. op. cit.
10. "Como escapar à armadilha da 'racionalidade' econômica que, entre nós, opera inexoravelmente no sentido de favorecer aqueles que controlam o poder?... Temos de exorcizar a doutrina que vem do século XIX, de que existe uma lógica imanente aos processos econômicos...", diz Celso Furtado em seu livro *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*.

Resumen

CIVILIZACIÓN DE LOS TRÓPICOS

El origen de la crisis brasileña es el modelo de crecimiento económico de dependencia, adoptado por la imposición de los países hegemónicos. Por lo tanto, la gran mayoría de las tecnologías externas desperdician los recursos materiales, son ineficientes y están estructuradas en un sistema altamente centralizador. Nuestro futuro depende fundamentalmente del desarrollo de una civilización solidaria en los trópicos, comprometida con la historia y la cultura de nuestro pueblo, el que aspira a que sus luchas sean atendidas y la nación sea soberana.

Abstract

CIVILIZATION IN THE TROPICS – A RESPONSE TO BARBARITY

The Brazilian crisis has its roots in a dependent model of economic growth, imposed by the stronger countries. Thus, most imported technology squanders natural resources, is inefficient and is based on systems with a strong tendency toward centralization. Our future depends fundamentally on the creation of a solidary civilization in the Tropics, grounded in the history and culture of our people, who long to see their needs catered for and, as a nation, aspire to a sovereign existence.

"UMA BOA IMAGEM VALE POR MIL PALAVRAS"

(Confúcio)



EM MATÉRIA DE
IMAGEM NINGUÉM
REPRODUZ TÃO
RÁPIDA E FIELMENTE
QUANTO NÓS.


POLICOR
Reproduções que impressionam.

FOTOLITO
PELO SISTEMA
LASER

GOIÂNIA: Rua 1 n° 60 - Setor Oeste - Fones: (062) 225-7446/225-5452/224-3600/223-3184
BRASILIA: SIG - Quadra 03 - Bloco C - Fones: (061) 225-4442/224-2681

Apogeu e crise da democracia representativa

Quem realmente escolhe os representantes? E, uma vez escolhido o mandatário, quem este deve representar – os seus eleitores, o conjunto da população, ou um partido? Não são apenas os brasileiros que mostram crescentes desconfianças da democracia representativa e se dispõem a experimentar novas maneiras de participar e novos instrumentos de exercício da cidadania.

João Gilberto Lucas Coelho



O CONCEITO

Apesar das crises e da valorização de aspectos pontuais, o atual processo constituinte brasileiro deu-nos oportunidade de rever alguns conceitos de democracia e representação nos seus debates e abriu interessantes oportunidades participativas.

Ao longo da elaboração constitucional foram recolhidas sugestões, realizadas audiências públicas e recebidas propostas de emendas dos cidadãos. Estes, tiveram algum nível de organização constituindo comitês, plenários, fóruns de debates e movimentos para apresentar suas idéias ao corpo de representantes e pressionar em favor delas.

Com a forte contestação mais conservadora que provocou, o Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização pode ser considerado um importante momento da rediscussão que se trava mundialmente sobre o sistema representativo, suas limitações e grandezas e sua renovação pela crescente inserção de mecanismos diretos.

A clássica democracia representativa generalizou-se, tornou-se regra em dezenas de sistemas constitucionais. O cidadão, todavia, quer exercer sua titularidade última de poderes não apenas na hora de votar e conferir uma procuração. Quer ter meios e instrumentos diretos de decisão, de fiscalização dos mandatários e de participação.

A redescoberta da cidadania e das formas de exercê-la marca a atualidade em muitos países. Também no Brasil, onde o atraso e a marginalização impedem o acesso de milhões à cidadania, estes difíceis caminhos vão sendo trilhados e investigados.

O surgimento de novas formas de organização e participação popular e sua interiorização pelos mais recônditos rincões representam esperanças concretas da cidadania sendo assumida e de populações libertando-se da posição alienada de meros instrumentos manobráveis.

A reflexão que segue – sobre a democracia representativa no mundo, seu crescimento e apogeu e as interrogações que a respeito novamente são feitas no seio das sociedades, concluindo com algumas observações sobre o processo constituinte brasileiro até a fase da Comissão de Sistematização – procura contribuir mais tecnicamente para entendermos e participarmos da redescoberta da cidadania e do seu exercício mais ativo, não condicionado unicamente à obrigação de passar procuração para alguém exercer o poder por nós.

Desde o famoso discurso do ateniense Péricles, dando-lhe origem conceitual, depois de ter aperfeiçoado a reforma de Clístenes, a democracia tem sido discutida, revista e alterada. Na experiência helênica, a cidade de Atenas praticava o que se poderia definir como uma democracia direta, fortemente baseada na igualdade entre os cidadãos e nas decisões de assembléia; porém, a sociedade era desigual e a forma democrática de decidir convivía com o escravagismo e populações deixadas à margem do processo político de poder. Já a partir dos experimentos ingleses e das formulações francesas, a democracia tornou-se representativa e, como tal, generalizou-se. Mesmo “democracias de massas” deste século possuem o caráter da representação, às vezes através de um partido único. No século passado e no início deste, restaram ainda tentativas de democracia direta em comunas socialistas ou anarquistas; ela está presente até hoje, e salutarmente, em pequenas comunidades e associações.

A forma democrático-representativa triunfou. Impôs-se na prática aos debates teóricos que cercaram seu nascimento. Às resistências de Jean-Jacques Rousseau quando definia a “vontade geral” e sugeria a divisão dos Estados em coletividades ou módulos capazes de exercer diretamente a democracia. E às acusações que muitos fizeram desde o início, no sentido de que a democracia somente poderia ser direta, a representação seria uma manobra da burguesia para controlar a vontade popular ou ainda de que nela somente uma minoria realmente participa da formação do poder.

De outra parte, a grandeza dos Estados, as complexidades de países populosos e extensos, os desafios da necessidade de respostas diante de um mundo em transformação, concorreram para solidificar as experiências representativas e justificá-las na argumentação de muitos doutrinadores e na prática de um grande número de governos. A precariedade e o basismo de alguns intentos de democracia direta, a fragilidade e curta sobrevivência dessas experimentações, também fortaleceram a fórmula representativa.

Chegamos à atualidade com a democracia de representação proclamada no texto de muitas constituições e praticada nos regimes liberais e socialistas. Ao mesmo tempo, ela expõe seus defeitos e limitações e surgem reações ou buscas de alternativas.

É crescente a exigência de práticas diretas de decisão em organismos como associações, sindicatos, pequenas coletividades e unidades básicas de partidos políticos. Prenunciam alguns que a informatização da sociedade e os modernos meios possibilitarão a generalização de consultas diretas em grandes sociedades e países.

Avaliações e revisões do desempenho da democracia representativa parecem con-

firmar a ênfase de um de seus defensores logo nos primeiros momentos da Revolução Francesa. Sieyès disse naquela ocasião que a representação seria uma barreira ao puro e simples predomínio das massas que considerava indesejável, mas que via como consequência da democracia. Ou seja, distinguia a democracia da representação e esta seria um dique àquela.

A experiência representativa, justificável pelas dimensões e complexidades dos Estados modernos, tem se mostrado controladora do avanço das massas, criando um distanciamento entre representados e representantes e dificultando a manifestação da vontade popular pelas engenharias e fórmulas que intermediam povo e governantes.

Por isto é oportuno incentivar o debate e mergulhar na revisão de aspectos básicos da representação popular, verificando realidades e projetando cenários de evolução. Ao mesmo tempo em que é feita a busca de novos mecanismos de participação, capazes de crescente e corretamente irem misturando dimensões de decisão direta às estruturas tradicionais da representação.

Quem são os representados

Esta questão, básica para analisar mais profundamente a democracia representativa e seus limites, tem duas dimensões: a primeira, investigar quem realmente manifesta a vontade para escolher os representantes, o que significa, na maioria dos casos, saber quais são os eleitores; a segunda, uma vez escolhido o mandatário, quem este deve representar – os seus eleitores, o conjunto da população ou um partido.

Se a democracia direta ateniense merece reservas por ter convivido com a escravidão e outras formas de exclusão, isto é, era democracia dos e para os cidadãos, mas não dos e para os metecos e escravos, também a democracia representativa, desde as suas origens, pode ser questionada sobre quem realmente participa da formação da vontade que escolhe os representantes.

Esse “universo” dos eleitores começou aliás muito restrito, como nas experiências de voto censitário, nas quais o patrimônio ou a renda é que selecionavam os cidadãos capazes de deliberar sobre seus representantes. Foi-se, no entanto, ampliando.

A tese do “voto universal”, embalada pelos democratas com carinho, resultou implantada teoricamente em vários regimes constitucionais. Todavia, mesmo o “voto universal” tem limites, que não os do patrimônio ou da situação econômica.

Assim é que as mulheres tardaram a conquistar o seu direito ao voto. Este já era considerado “universal” e as pessoas do sexo feminino a ele não tinham acesso. A idade na qual o cidadão é considerado apto para votar é outra questão delicada: só mais recentemente os pisos elevados foram sendo abran-



dados, chegando à situação atual em que muitos são os países que admitem o voto a partir dos dezoito anos. Somente Nicarágua e Cuba têm, de forma ampla, o voto desde os dezesseis. Esta questão tem sido muito discutida no Brasil durante o seu processo constituinte.

O "universo dos eleitores" é comprimido por outras restrições: analfabetos, soldados, presidiários, mendigos e discriminações feitas em algumas constituições.

No Brasil, durante toda a República e até maio de 1985, permaneceu o impedimento dos analfabetos, marginalizando do processo decisório uma considerável massa de cidadãos. A concessão do voto em caráter facultativo ainda não resolveu plenamente o problema, porque nos pleitos que se seguiram à nova regra a cédula – instrumento para a manifestação da vontade – era complicada e pouco acessível aos não letrados. Outra restrição existiu em relação às praças – cabos e soldados – impedindo o voto destes integrantes da Marinha, Exército, Aeronáutica e Polícias Militares, um razoável grupamento de excluídos. No atual processo constituinte, o voto dos cabos e soldados está sendo resolvido, exceto quanto aos que estiverem no período do serviço militar obrigatório.

Tudo isto levou a críticas sobre o concreto universo dos representados em nosso país. Já na Primeira República, Gilberto Amado desmistificava a representação no Parlamento, lembrando, em meados da década de 20, que eram pouco mais de um milhão de eleitores numa população de mais de 30 milhões.

Mesmo assim, é de observar que o Brasil chegou antes do que vários outros países ao voto feminino e à redução para dezoito anos do ingresso na cidadania. Hoje temos um colégio eleitoral próximo dos 50% da população. Isto tende a se consolidar e até superar tal percentual na medida em que se vá agregando a massa dos analfabetos que, por terem voto facultativo, mobilizam-se com um certo gradualismo.

Ao examinar as democracias representativas, verifica-se que existem limites no universo realmente consultado para que seja formada a representação. Por outro lado, é correto dizer-se que este corpo de eleitores tem aumentado com a tendência de serem reduzidas as barreiras ao exercício da cidadania, agregando mulheres, jovens, analfabetos, etc., ao processo de decisão pelo voto.

Na questão de quem realmente são os representados deve-se ainda levar em conta a parcela, por vezes significativa, que embora sendo apta a tal, não se manifesta nas urnas. Em países que adotam o voto apenas como um direito, e portanto dão ao eleitor a faculdade de exercê-lo ou não, são elevados os percentuais de abstenção. Noutros, como no caso brasileiro, o voto é considerado não apenas um direito individual, mas, um dever social, e obrigatório. Mesmo assim existe al-

guma abstenção, além dos votos que não conseguem adequadamente expressar a vontade (nulos) e os em branco.

Em experiências deste século, na direção socialista e de democracia de massas, são derrubadas algumas das barreiras e erigidas outras em relação ao corpo verdadeiro de representados. Há casos em que um partido único assume-se como exclusiva possibilidade para a formação da vontade popular e somente os que dele forem membros terão certas prerrogativas de agentes políticos.

A outra dimensão da questão de quem são os representados, a ser examinada, é quem o eleito representa. São vários os enfoques historicamente aplicados a este problema. O mandatário representa os seus eleitores. O conjunto do povo. A Nação como tal. Um partido político.

A representação dos eleitores, que à primeira vista pareceria mais autêntica e justa, tem o inconveniente de colocar o representante na obrigação de optar pelos interesses locais ou corporativos diante de graves questões nacionais. Ela, no entanto, aproximaria a democracia representativa da direta; a decisão dos eleitos do resultado de um plebiscito. Na ordem prática dos fatos, este tipo de representação somente vinga no voto majoritário e distrital, quanto menor for a circunscrição eleitoral. Pode até, e alguns sistemas consagram a regra, haver o direito de retirar o mandato, dos representados demitirem o mandatário, cassando-lhe igualmente pelo voto a procuração dada na eleição. Num sistema de voto proporcional, mais representativo de maioria e minoria, de tendências político-ideológicas e do arco de pensamento da sociedade, este tipo de representação não vinga e nem é possível o controle dos eleitores sobre o representante.

A hipótese do "representante do povo", isto é, uma parcela de cidadãos elege, mas o mandatário representa todo o povo e deve agir e deliberar de acordo com a vontade deste, é teoricamente contemplada em muitos sistemas vigentes. É óbvia a dificuldade de saber exatamente quais são as vontades de todo o povo, as suas opiniões neste ou naquele assunto, apesar dos modernos métodos de pesquisa e aferição. Fica um tanto no ideal, na suposição.

Outros regimes têm adotado expressamente que o representante o é da Nação, não especificamente do povo. Isto é, se sua consciência indicar que o interesse nacional aponta para determinada solução, mesmo não aprovada pela maioria da população, o representante deverá optar pela Nação. A ele é imputada a vontade nacional e popular que pode não ser coincidente com eventuais anseios ou posicionamentos de segmentos ou da maioria da população. Vem da visão clássica da democracia representativa de que os mandatários são capazes e têm condições de escolher caminhos de longo prazo e solu-

ções globais que a falta de informação, preparo político ou capacitação das massas não lhes permite. O argumento burguês contrário à democracia direta e fiel ao ideário da representação.

A Constituição da França diz que é nulo o mandato imperativo (Art. 27) e a da República Federal da Alemanha (bem como algumas outras da Europa Ocidental) vai mais direto ao assunto. No seu art. 38 conceitua que os deputados são representantes de todo o povo, independentes de mandato imperativo e instruções e subordinados unicamente à sua consciência.

Interessante observar que esta dimensão de imputação que está tão presente nas democracias liberais existe de certa maneira na estrutura do pensamento marxista. E o Prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho identifica a relação de imputação no Art. 6º da Constituição da URSS que define o papel do Partido Comunista.

Um processo de representação de vínculo muito forte, com a possibilidade de revisão dos mandatos antes de sua conclusão, tem sido estruturado em experiências mais recentes de países socialistas não tão populosos ou extensos. Baseia-se na divisão da população em unidades pequenas que permitam práticas de democracia direta nos assuntos locais e de relacionamento estreito com o representante para a esfera seguinte. O sistema exige uma pirâmide de circunscrições e os integrantes de uma são eleitos e dependem dos membros da imediatamente inferior. Ao nível do poder nacional isto significa um método indireto. O cidadão vota só nos seus representantes locais, estes nos regionais e assim por diante. Embora o alto grau de participação e de envolvimento das comunidades, há dificuldades para países grandes e no caso brasileiro seria repudiado por indireto: o cidadão votando no representante da unidade de moradores ou profissional, estes elegendo os vereadores que escolheriam os deputados estaduais que, por sua vez, votariam nos federais...

Nos sistemas proporcionais, para pensar o problema da difusão da representação, é também experimentado o vínculo partidário. O eleito deve obediência ao partido em cuja lista foi escolhido. Significa o eleitor votar no programa partidário e exigir dos eleitos fidelidade a este. Existindo em alguns países, esta representação de partido possui também muitas dificuldades e defeitos, além de que haverá sempre uma grande área para a posição individual do mandatário.

Como se obtém a representação

Aqui se deve refletir sobre toda a engenharia que está entre o representado e o representante, o que significa – na maioria dos casos – analisar o voto, os sistemas eleitorais e os partidos. Todos estes são mecanis-

mos da formação do mandato e, portanto, deles depende sua maior ou menor autenticidade.

A questão é tão grave que os vários países têm experimentado um grande número de fórmulas e sistemas. Basicamente, tais diferentes estruturas giram em torno da representação proporcional e do escrutínio majoritário.

A representação proporcional coincidiu em muitos países com a ampliação do colégio eleitoral pela universalização do direito de votar e derrubada das discriminações por renda, sexo, alfabetização... Ele se baseia na necessidade de representação de todo o povo, suas variadas correntes de opinião, maioria e minoria.

Uma definição eloqüente, ainda que um tanto idealista diante da realidade que a História demonstraria depois, é a de John Stuart Mill: "Em uma democracia realmente igual, todas as partes deveriam ser representadas, não desproporcionalmente, mas sim proporcionalmente. Uma maioria de eleitores deveria ter a maioria de representantes; mas uma minoria de eleitores deveria sempre ter uma minoria de representantes. Homem por homem, eles seriam tão bem representados quanto a maioria. Se não o fossem, não haveria um governo igual, mas sim um governo de desigualdade e privilégio – uma parte do povo dominando o resto; uma outra parte cujo direito a uma porção justa de influência na representação lhe é negado..."

O sistema é baseado nos partidos e na eleição por estes de um número de candidatos proporcional à força eleitoral obtida. Daí cada partido ter de apresentar a sua lista de candidatos. E surgem duas questões com algumas complexidades: a distribuição das vagas a preencher entre as legendas partidárias (lista de candidatos) e a distribuição interna das vagas obtidas pelo partido. No primeiro aspecto, o problema dos restos ou sobras a preencher deu origem a dezenas de fórmulas e mecanismos. Na segunda questão existem pelo menos três linhas: o partido organiza a lista e o voto é na legenda, elegendo de acordo com a ordem de colocação na lista, o que fortalece as cúpulas e burocracias partidárias, mas é o mais clássico e puro dos sistemas; o eleitor escolhe o partido e dentro da legenda o candidato de sua preferência, individualizando o seu mandato portanto, como é feito no Brasil, e que implica uma disputa interna desagregadora dos partidos; e fórmulas outras que permitem uma mistura de candidatos de listas partidárias diferentes.

A representação proporcional realmente tem se revelado mais fiel ao arco ideológico da sociedade e protetora das minorias. Entre seus defeitos apontados, a fragilização e pulverização partidárias, com a tendência a um pluripartidarismo variado e instável, e o controle interno das convenções e direções partidárias que se transformam em filtro prévio à manifestação de vontade do eleitor.

O escrutínio majoritário tem utilização



generalizada para as eleições de cargos executivos nos regimes presidencialistas. Igualmente, tem aplicação em vários países para a formação da representação parlamentar, através de sistemas distritais. Remonta, neste último caso, a experiências inglesas no final da Idade Média.

Tem uma discussão prévia: deve-se exigir maioria absoluta ou relativa no primeiro turno? Nos regimes que aplicam o critério da maioria absoluta, esta não se verificando, será realizado um segundo turno para apurar a vontade majoritária do eleitorado.

Quando ele é aplicado à representação parlamentar pela distritalização, surgem algumas questões como a relação de eleitorado entre os diversos distritos, o predomínio do caráter local do pleito sobre os aspectos nacionais, a exclusão das minorias, etc.

O Prof. Eduardo Carrion cita o exemplo da eleição de 1974 na Inglaterra para demonstrar a injustiça e desigualdade na representação obtida pelo voto distrital. Naquele pleito, se apurados os votos obtidos por cada um dos três partidos e divididos estes pelas cadeiras realmente ocupadas, teríamos que cada deputado trabalhista representou a média nacional de 35.915 eleitores; cada conservador 37.771; e cada deputado liberal correspondeu à média de 411.288 eleitores, com sérios prejuízos para esta terceira legenda.

Teóricos lembram que o sistema majoritário conduz a quadro partidário de menor espectro; o escrutínio majoritário em um turno, inclusive, induz ao bipartidarismo. Nesta direção de pensamento alinha-se o conceituado Maurice Duverger.

Neste século tivemos o surgimento de processos que procuram englobar os dois grandes sistemas. Dentre eles, o que mantém o caráter proporcional da eleição – isto é, o resultado final deve refletir uma coerência entre o total de votos obtidos por cada partido e o número de representantes eleitos – embora parte das vagas a preencher o sejam através de disputa majoritária no distrito. Necessita de uma compensação entre os eleitos por distritos e os por legenda ou lista para a obtenção do equilíbrio no final. Dá-se tal forma através do uso de dois votos – um personalizado no distrito e outro na legenda ou lista partidária (como na Alemanha Federal) – ou mesmo através de um único voto valendo no distrito para o candidato majoritário e na circunscrição mais ampla para o cômputo de legenda. Esta última possibilidade é mais restritiva do que a primeira, no que se refere a partidos menores que não possam concorrer em todos os distritos e que terão seu voto de legenda prejudicado.

Todavia, não é apenas o componente fundamental majoritário/proporcional que se coloca entre o colégio de eleitores e os mandatários produzidos num pleito.

Deve ser considerado como é o instrumento do voto. Já foi aberto e sujeito a todo o tipo de pressões. Hoje é, regra geral, secreto.

Pessoas existem que têm dificuldades para votar; alguns países admitem que escolham parentes para acompanhá-las na formulação do voto. Noutros, isto se prestaria a abusos e violações de direitos.

As diferentes formas de cédulas para votar, revelam dificuldades, vantagens e desvantagens. Para coibir pressões, a cédula única é, por exemplo, considerada um grande avanço no Brasil; todavia, ela aumenta a dificuldade técnica do voto, especialmente em eleições complexas com coincidência de vários cargos a preencher.

Modernamente, alguns sistemas eletrônicos e de máquinas de votar estão sendo experimentados com uma boa dose de êxito, mas alguns riscos. É crescente a influência da informatização, que só é conhecida e fiscalizável por especialistas.

O nosso país mostrou no último pleito – 1986 – como um modelo de cédula, aparentemente simples numa eleição para diferentes mandatos, pode complicar o exercício do voto e influir numa alta taxa de votos nulos ou em branco.

Naíguas sociedades em desenvolvimento com notável grau de analfabetismo, a utilização de cores, símbolos e fotos na cédula procura facilitar a correta manifestação da vontade do eleitor.

Ainda se antepõem entre mandantes e mandatários os problemas e desvios na apuração e computação dos resultados eleitorais, com incorreções anotadas especialmente em nações de frágeis instituições políticas ou conturbadas por atos violentos.

A engenharia eleitoral não se esgota nestes aspectos relacionados diretamente com o ato de votar. O Brasil tem sido exemplo do controle prévio de resultados através de modificações no âmbito da representação (números mínimos e máximos por estado ou território; vínculo à população ou ao eleitorado, conforme o interesse eventual), vinculações de voto, proibição de coligações, sublegenda e tantos outros expedientes utilizados de acordo com a ocasião, diante de cálculo para favorecer o predomínio de uma determinada corrente. São os chamados casuísmos.

Em outros países, o estudo e a experimentação de diferentes mecanismos também ocorrem, na tentativa de controlar preliminarmente o resultado de uma eleição e o risco de ascensão de correntes ou na busca de ampliar concretamente a legitimidade da representação.

Nos sistemas apoiados fortemente nos partidos políticos, que são atualmente vistos como indispensáveis à democracia representativa, o papel destes tem um significado especial, porque somente através deles podem surgir as candidaturas, ou seja, fazem uma seleção prévia à dos eleitores.

Daí que o sistema representativo passa a depender da democracia interna partidária. Um colegiado menor-filiados, militantes ou dirigentes de uma grei partidária – realiza uma

montagem preliminar, filtro para a posterior manifestação do eleitorado.

Este é um dos aspectos atualmente contestados ou discutidos: o peso das convenções e das elites partidárias no processo de manifestação da vontade popular para decidir a representação. São intrincados, geralmente, os procedimentos partidários internos. Mesmo experiências mais amplas, como a de votarem todos os filiados na escolha de candidatos, prestam-se a distorções e manobras.

Tal procedimento coloca a legitimidade da representação repousando muito na vida interna de cada partido, nas regras de formação de seu poder próprio e nas práticas menos ou mais saudáveis de seu aparelho fisiológico.

É de se atentar que há novamente, como nas décadas iniciais deste século, e então tendo sido recolhida pelo fascismo e doutrinas próximas, a tendência de valorizar a organização corporativa da sociedade. Considera-se, hoje, altamente democrático garantir e enfatizar a participação de associações de moradores, sindicatos profissionais e outras formas associativas no processo de decisão política.

Historicamente tivemos até representantes corporativos admitidos nos parlamentos e órgãos de representação popular, como no caso brasileiro da Constituinte e Constituição de 1934.

Reconhecendo a importância da “sociedade organizada” ir compartilhando do processo decisório e de poder, e a validade de procedimentos de consulta e envolvimento de entidades associativas, não se pode preterir o voto universal e o seu resultado. Isto é, com todos os limites e defeitos do sistema representativo e riscos de manobras e influências nas eleições, o corpo eleito pelo conjunto de uma sociedade será sempre mais representativo do que dirigentes sindicais ou de associações que congregam parcelas e interesses corporativos da mesma.

Não é legítimo substituir representantes oriundos de eleições por dirigentes setoriais. É, sim, necessário e construtivo ir encontrando novos caminhos de participação dos segmentos organizados e buscando a generalização desta para toda a população.

Alberto Torres propunha nas primeiras décadas deste século que só os sindicalizados tivessem acesso ao voto. Uma postura platônica que não buscava a “república dos sábios” mas a “república dos politizados e ativistas”, resultando em igual negação da universalidade democrática.

No aspecto de como se obtém a representação, anotem-se ainda problemas conhecidos: a forma das campanhas eleitorais; a influência de poderes políticos constituídos, da mídia e do poder econômico; regras que desigualam candidatos ou partidos na pregação; clientelismos e patrimonialismos; vínculos de dependência que constroem os elei-

tores-representados e outros.

Mereceria uma análise específica a abrangência das funções do representante e alguns aspectos de sua condição. Não a fazendo, pelo menos é necessário lembrar um problema: a profissionalização dos representantes. Torna-se o mandato uma profissão, os mandatários uma corporação com aspectos próprios e uniformes, além de conflitos com outras categorias. No Brasil, temos corporações típicas de vereadores, prefeitos, parlamentares e até “colégio de governadores”. Mesmo reivindicações “salariais” dessas categorias já aconteceram, ao lado de outras atitudes tipicamente corporativas. Este é um desvio grave da representação que alguns países e regimes tentam evitar mantendo os mandatários no seio da categoria onde estavam quando foram eleitos e outros experientes.

A remuneração da atividade política remonta a Péricles. O dirigente helênico passou a atribuir um “jeton” por presença nas assembleias como forma de viabilizar a participação dos cidadãos mais pobres. Até hoje este respeitável argumento existe e é procedente; todavia, a plena profissionalização e o surgimento de uma “classe política” como alguns chegam a referir, distorce profundamente o elo da representação, separando o mandatário de sua classe de origem, arrasando divergências ideológicas e partidárias e criando um tipo de ambientação corporativa própria.

Crise e novas tendências

Enfim, o quadro da democracia representativa que se nos apresenta é o de uma grande criação da burguesia, quando se alçava à dominação no início da era contemporânea, e que soube gerar mecanismos de controle para evitar uma pura democracia direta e das massas, desgovernada ou revolucionária. Como em outras tantas ocasiões históricas, a substituição da ordem antiga por uma nova fez-se com limitações e condicionamentos.

Mas, igual a tantos outros instrumentos, a democracia representativa terminou sendo utilizada até mesmo por ideários revolucionários e transformadores. Ela se tornou compatível com a complexidade do Estado moderno e com a magnitude das nações.

As inquietações são presentes e tendem a consolidar mudanças estruturais e até encontrar formas melhores de representação e sua saudável composição com o exercício direto da soberania popular.

No Segundo Pós-Guerra regimes constitucionais apontaram nessa direção, admitindo mecanismos de plebiscito, maior controle sobre os mandatários, além das novas formas de participação organizada da população no processo decisório.

A Constituição da França exalta a so-

berania popular e diz que ela se exerce por "representantes ou referendos"; a da Itália prevê mecanismos de consulta e de iniciativa; várias nações de socialismo recente, mesmo revolucionário, estatuem inovadores mecanismos de decisão e participação.

Interessante observar que o atual processo constituinte brasileiro teve um debate criativo a respeito de democracia direta e democracia representativa. Desde o seu regimento a Assembléia Nacional Constituinte misturou salutarmente a representação recebida nas urnas com expedientes de envolvimento direto da cidadania ou da "sociedade organizada"; assim foram as audiências públicas nas subcomissões, as sugestões iniciais de qualquer associação, as emendas de iniciativa de 30 mil cidadãos e a defesa destas por signatários não-parlamentares.

Na Comissão de Sistematização o texto do Projeto de Constituição solidificou uma forte tendência à inovação participativa e a expedientes de manifestação direta, chocando juristas e cientistas sociais mais apegados à forma clássica da representação.

Por outro lado, ao longo do processo aberto à participação, multiplicaram-se os fóruns em que questões relativas ao exercício da cidadania, métodos de realização direta do poder e mudanças nos mecanismos de representação foram discutidos.

O Projeto de Constituição finalmente aprovado na Comissão de Sistematização representa inovações em referência à tradicional democracia representativa e instrumenta-a e robustece com intervenções diretas da cidadania. Uma possível busca de síntese, recolhendo experiências e agregando algumas novidades. Não é falso dizer-se que tal projeto poderá referenciar novos questionamentos em outros países. É também fato que contém riscos e impropriedades.

Refletindo sobre o sistema representativo deve-se reconhecer que se universalizou; a grande maioria dos povos pelo menos pretende estar realizando um processo de democracia representativa. Ao mesmo tempo, expõe defeitos e dificuldades, recebendo críticas e restrições. É um cenário inquietante e criativo. Parece revelar a procura de uma nova forma democrática de instituições, onde a manifestação direta da vontade da população seja mais presente, sem afastar mecanismos de representação.

Se é nesse sentido que a democracia tende, os recentes debates no processo constituinte brasileiro deram uma saudável contribuição.

O direito de propor leis e emendas à Constituição e de requerer referendo a legislações aprovadas pelos representantes, é exercício de democracia direta já adotado em alguns regimes. O status constitucional da "sociedade organizada", atribuindo-se a vários tipos de associações e sindicatos um grande número de prerrogativas e mecanismos para intervenção no processo de forma-

ção do poder local ou federal, ultrapassa as experiências do direito constitucional comparado. O acatamento a figuras jurídicas novas como os "direitos coletivos", a responsabilidade penal da pessoa jurídica, além do arsenal de instrumentos para garantir e viabilizar direitos (*habeas-corpus*, *habeas-data*, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injunção, ação popular, inconstitucionalidade inclusive por omissão...) significa um passo com boa dose de conteúdo revolucionário em referência às instituições tradicionais no Brasil.

Percorrem todo o texto algumas preocupações básicas com cidadania, participação, envolvimento dos organismos sociais e novos direitos. Haverá momentos ingenuamente líricos ou mais de uma manifestação de propósito a ser perseguido (e as constituições costumam tê-los). Acidentes e equívocos estarão presentes. Mas, no conjunto, o Projeto recolheu um estado de inquietação em relação ao distanciamento da democracia representativa, do manobristmo de suas fórmulas, do controle que impôs às aspirações coletivas. É preciso evitar cair na tentação de basismos, assembleísmos e formas representativas menos legítimas do que o voto universal e igualitário. Ao mesmo tempo reconhecer espaço para novas maneiras de participar e exercitar a democracia, enquanto são corrigidos erros e desvios do sistema representativo e dos instrumentos de que necessita e se vale.

Embora a desilusão que grassa internamente, o processo constituinte brasileiro agregou experimentos novos de participação e o debate que gerou será retomado e aprofundado como contribuição significativa especialmente no que toca à revisão da democracia representativa, diante da qual não são apenas os brasileiros que mostram crescentes desconfiças e expectativas de passos adiante.

Ou se renovam os mecanismos da representação e a eles são acrescidos instrumentos de exercício da cidadania e do poder diretamente pelos seus titulares últimos, ou o princípio democrático de que o poder reside no povo estará reduzido à constatação frustrada de um cidadão: "Estranha titularidade de poder essa que só tem um direito – a obrigação periódica de ir a um cartório, a urna eleitoral, passar uma procuração sobre a qual e seu mandatário nenhum controle resta!" □

João Gilberto Lucas Coelho é radialista, professor de História e advogado. Especializou-se na vida parlamentar em Direito Constitucional, e foi relator da Emenda nº 25 da Constituição (reforma eleitoral e partidária). É membro, entre outras, da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, e diretor do Centro de Acompanhamento da Constituinte (CEAC) da Universidade de Brasília.

Referências Bibliográficas

1. Turpin, Dominique. *Críticas de la Representation*. Pouvoirs nº 7, Paris, 1978.
2. Carrion, Eduardo K. M. *Representação Proporcional e Voto Distrital*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 56, 1983, UFMG.
3. Amado, Gilberto. *Discursos Parlamentares*. Coleção Perfis Parlamentares, nº 11, edição da Câmara dos Deputados.
4. *Eleição e Representação*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1931.
5. Gonçalves, Manoel F. F. *A Reconstrução da Democracia*. São Paulo, Saraiva, 1978.
6. Duverger Maurice. *Os Partidos Políticos*. Editora Universidade de Brasília, 1980.
7. Chacon Vamireh. *A Revolução pelo Voto*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 59, 1984, UFMG.
8. *História dos Partidos Políticos Brasileiros*, Editora Universidade de Brasília, 1981.

Resumen

APOGEO Y CRISIS DE LA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

La experiencia representativa, justificable por las dimensiones y complejidades de los Estados modernos, ha venido controlando el avance masivo, creando un distanciamiento entre representados y representantes. Por ello, es oportuno incentivar y profundizar el debate como también revisar los aspectos básicos de la representación popular, con el fin de buscar nuevos mecanismos de participación y, así, ensanchar la posibilidad de una decisión directa a las estructuras tradicionales de representación.

Abstract

APOGEE AND CRISIS OF REPRESENTATIVE DEMOCRACY

The representative experiment, justifiable in view of the dimensions and complexity of modern States, has been shown to impede the advance of the masses, distancing representatives from those they represent. For this reason, it is opportune to encourage debate and to strive to revise fundamental aspects of popular representation, in search of new mechanisms of participation capable of adding direct decision dimensions to the traditional structures of representation.

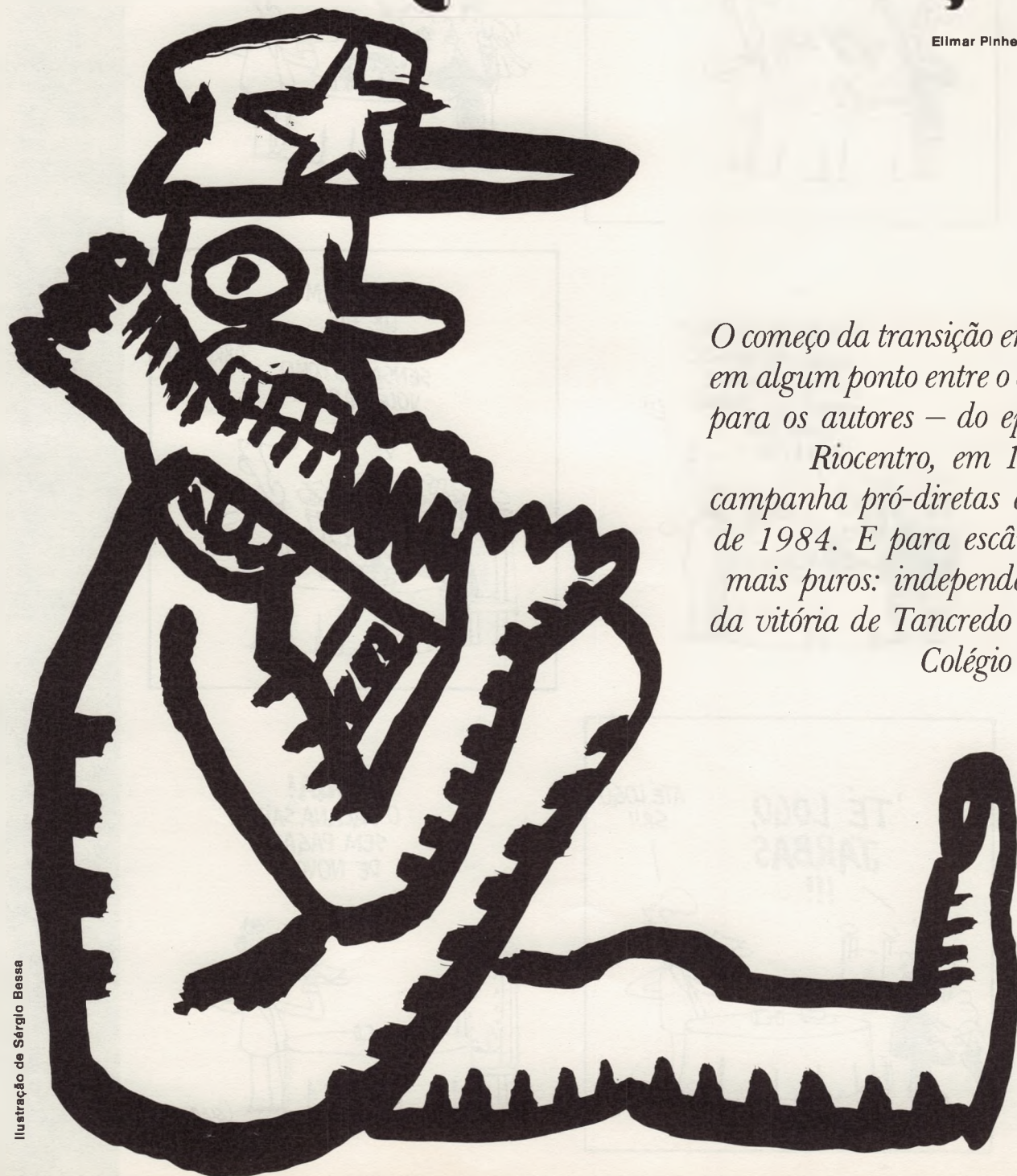
HUMOR



TRANSIÇÃO?

Qual transição?

Elmar Pinheiro do Nascimento



O começo da transição encontra-se em algum ponto entre o desastre — para os autores — do episódio do Riocentro, em 1981, e a campanha pró-diretas em inícios de 1984. E para escândalo dos mais puros: independentemente da vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

Em torno da atual transição brasileira existem já algumas idéias consensuais bem assentadas.

A primeira delas, aparentemente a mais sólida, é clara: vivemos atualmente uma transição entre um regime militar, normalmente denominado de burocrático-autoritário (BA), segundo a acepção clássica de Guilherme O'Donnell, e um regime democrático moderno, à semelhança dos vigentes nos países europeus. Transição normalmente interpretada como um sinal indelével do processo de modernização que o país conheceu com vigor nos últimos quarenta anos, particularmente na década passada. O conceito de transição, aqui, enquadra-se no seu significado mais geral de passagem, mudança radical de uma situação ou estrutura político-social para outra. No caso particular, entendendo-se como a crise de esgotamento de um regime político, incapaz de se reproduzir, e o surgimento de um outro, ainda não vigente em sua plenitude.

O segundo consenso reside na duração desta passagem. A longevidade, quando comparada às transições recentes no Cone Sul (Argentina e Uruguai) e às menos recentes na Europa (Portugal, Espanha e Grécia), parece um traço específico de nossa transição. Ela dataria, nesta perspectiva, dos fins dos anos 73 e inícios de 74 a quando da ascensão do general Geisel à Presidência da República. A transição confundir-se-ia, assim, com o processo de "abertura" proclamado por aquele general-presidente em agosto, vésperas das eleições de novembro de 1974.

A última idéia consensual – para ficar naquelas de maior evidência – diz respeito à forma de condução do processo transitório: o nosso seria dirigido de cima para baixo; decisão e definição emanadas dos militares no governo naquela ocasião. Para alguns, o retorno às origens, na suposição de que o objetivo do governo Castelo Branco era o de repassar o mando governamental aos civis. A filiação de Geisel à corrente castelista emprestando consistência à proposição.

Não nego que haja nuances e mesmo pequenas discordâncias quanto à formulação destas três idéias consensuais, mas a grosso modo ninguém pode negar que elas correspondem aos traços mais visíveis da interpretação reinante nos meios jornalísticos, políticos e, por que não, acadêmicos. Assumem, assim, uma conotação de evidências, idéias indiscutíveis, constituindo as vigas de demarcação do terreno do debate em torno da problemática. Antes que teses, premissas.

É lógico que estas três idéias consensuais compõem uma certa leitura do proces-

so político recente, com forte base empírica, configurando um todo coerente. No entanto, olhadas com certa isenção de ânimo elas parecem se revestir de alguns aspectos, senão insólitos, preocupantes. Refiro-me à linearidade como o processo é concebido, à capacidade de prospecção dos estrategas da transição e, fato inusitado, para dizer o menos, a negação do princípio primeiro de Maquiavel: o abandono espontâneo do poder. Sobretudo que em fins de 73/inícios de 74 não se configurava nenhuma pressão mais consistente por parte dos opositores do regime. A guerrilha estava destruída, a maior parte dos oponentes radicais ao regime nas prisões ou no exílio e a oposição consentida havia sido fragorosamente derrotada nas eleições de 1970. O partido do governo, por sua vez, proclamava a alto e bom som ser o "maior partido do Ocidente". Embora frágil, a legitimidade pelo econômico havia surtido efeito através de um crescimento sem igual na história do país e mesmo da América Latina. E não havia sinais visíveis de esgotamento. Afinal, o ano de 73 concluiu-se com uma taxa de crescimento da ordem de 13%. O mais interessante é que a identidade entre abertura e transição criou-se sem que jamais os militares no poder, na época, tivessem proclamado uma adesão clara e inconfundível a outro regime, como o democrático. Todos os governos militares, e o do Geisel não foi exceção, haviam iniciado proclamando seu apego ao "retorno democrático", porém sempre deixando claro que a democracia aqui era entendida de forma profusamente adjetiva. Claro que não se pode negar uma diferença marcante: Geisel conclui o seu governo não no regime democrático prometido, mas com um nível significativo de liberalização, justo o contrário de seus predecessores. As greves emergem em 78 sem que as respostas estatais sejam exclusivamente repressivas, as críticas se sucedem sem que seus autores desapareçam, a oposição ganha sucessivamente as eleições sem que seus resultados sejam anulados, enfim, respira-se um clima diferente.

No entanto, apesar de todo o respaldo empírico e lógico que consubstancia esses consensos de longevidade e condução de cima no caminho em direção à democracia, os pequenos senões permitem navegar contra a corrente.

Talvez seja possível fazer uma leitura da transição introduzindo-se a distinção entre liberalização e democratização. Nesta ótica diferenciada o governo Geisel poderia ser lido como um profundo esforço em liberalizar o regime, como forma visualizada por ele e seus assessores em assegurar a sua reprodu-

ção e atualização. Algo bem distinto e mesmo antagônico à extinção.

Não é de todo infundado sugerir que os militares no poder naquela época parecem perceber alguns riscos de manutenção do regime segundo a forma legada por seus antecessores. Entre eles: a) a autonomia desmesurada e desagregadora da Comunidade de Segurança e Informação (CSI), particularmente o subsistema do DOI-CODI, comprometido com os constantes desaparecimentos dos presos políticos em masmorras desconhecidas do Alto Comando do Exército; b) os conflitos crescentes no interior da Instituição Militar (IM), face à excessiva politização da oficialidade, que marcam, sobretudo, as mudanças de governo; c) a incapacidade dos militares em controlar o locus das decisões econômicas pela inexistência de competência no ramo; d) a inconveniência de uma imprensa fortemente censurada, tanto como canal de expressão da sociedade civil, como instrumento de conhecimento desta pelos militares no governo; e) a impossibilidade de obtenção de uma legitimidade ao nível da sociedade em geral, face à estrutura de renda crescentemente desigual, que o modelo econômico apenas acentuava; f) os sinais de insatisfação da base social do governo, isto é, empresários e setores favorecidos das classes médias. A decorrência lógica de uma percepção desta natureza era a necessidade de introduzir-se reformas. Através, porém, de uma estratégia cuidadosa, tendo em vista a correlação de forças no interior da IM, cujo corpo médio e parte, senão maioria, do superior não eram favoráveis à liberalização do regime: a maioria desses militares estava, afinal, direta ou indiretamente envolvida no processo repressivo que havia marcado o país, sobretudo após 68.

Se esta leitura está certa, o conjunto das ações do governo Geisel pode ser lido como a busca incessante de sanar dois problemas básicos que ameaçavam a reprodução do regime: a autonomia excessiva e ameaçadora da CSI e a dissociação, sempre presente e arriscada, em relação à sociedade, visto a fragilidade da legitimação. O primeiro problema ameaçava uma implosão, o segundo um esfacelamento conflituoso, caso não fossem devidamente equacionados. Afinal, ambos debatiam diretamente sobre as bases militar e social do governo. Era indispensável, portanto, controlar a CSI (e com ela despolitizar as Forças Armadas) e criar pontes mais sólidas com as franjas superiores e organizadas da sociedade civil. Ambos os objetivos – diga-se de passagem – apontando para a reprodução do regime e não para sua extinção.

Perspectiva que condiz, aliás, com o substrato maior da ideologia dos militares no governo.

Para impedir a implosão do regime, Geisel não desmonta a CSI, mas qualifica-a: apoiando-se no SNI envia esforços para dismantlar o subsistema DOI-CODI, como representante do setor perigoso e incontrolável do aparelho repressivo. Ao mesmo tempo tenta restabelecer a hierarquia e a disciplina condizente com o moderno profissionalismo da IM. A demissão sumária e sem precedentes do comandante do II Exército é a expressão mais insigne deste trabalho. O objetivo, porém, não foi alcançado plenamente, embora tenha o presidente conseguido fazer seu sucessor, diferentemente de seus predecessores. O que é relativo. Nada garante que Figueiredo fosse realmente o candidato de sua preferência ou simplesmente aquele que melhor articulava as diversas correntes internas à IM: a condição de chefe do SNI aproximava-o dos duros, a condição de auxiliar do presidente colocava-o próximo dos castelistas.

A prova, aparentemente mais contundente, de que o conjunto das ações do governo Geisel não comprometeu o regime, em sua essencialidade, encontra-se no fato da manutenção do controle majoritário da IM pelos integrantes da linha dura. A maior parte dos analistas da época concorda que em 1982 a linha dura detinha a maioria do Alto Comando das Forças Armadas. E nem poderia ser diferente, face a ampla maioria que eles possuíam, e isto desde 1968. O maior agravante talvez seja outro: a parte perigosa da CSI não foi dismantlada, continuando a agir claramente na primeira metade do governo Figueiredo. A prova: os incêndios de bancas de revista e os atentados a organismos da sociedade civil de postura oposicionista, culminando no episódio do Riocentro, em 1981. E prova maior: seus responsáveis jamais foram, pelo governo, revelados ou punidos, resultando na demissão do "estratega da abertura", o representante máximo da liberalização do regime, o general Golbery do Couto e Silva.

A melhor imagem para traduzir o governo Geisel em relação à IM é o de uma cabeça sem corpo. Os castelistas detêm a direção, mas o resto é de controle da linha dura.

A questão mais curiosa sobre o período é a de saber por que Geisel sai vitorioso na corrida à Presidência, ou seja, por que a linha dura aceita sua chefia em finais de 73, e, com esta, por que a única rebelião de alguém que se posiciona a favor dos duros, em confronto direto com os militares no governo (o caso do ministro do Exército), não tem sucesso. As razões são provavelmente diversas e não me

parece que os documentos sejam suficientes para construir respostas consistentes. Gostaria de levantar algumas conjecturas a respeito. O elemento visível é o apoio que Geisel recebeu das duas figuras-chaves do esquema Médici: seu irmão, o Ministro do Exército, e seu sucessor, o chefe do SNI. Porém, esta resposta é justamente superficial porque nos deixa na mesma: a que se devem esses dois apoios fundamentais? Ao seu prestígio inegável no interior da IM como chefe e militar exemplares? Ao seu prestígio como administrador à frente da Petrobrás? À ausência de um candidato que galvanizasse o conjunto dos adeptos da linha dura? Qualquer que seja a resposta, sua ascensão não foi sustentada por forças comprometidas com a extinção do regime, mas antes com a sua permanência. É possível que alguns militares tenham visto em Geisel aquele capaz de controlar o locus sempre à sua margem: a economia. É também possível que tenha ganho a adesão daqueles que se posicionavam a favor do fortalecimento do complexo industrial-militar. Finalmente, para encerrar esta curta lista de conjecturas: Geisel não parecia (e confirmou-o na ótica dos militares da época) estar revestido do componente "entreguista" que alguns atribuíam à corrente castelista. Imagem que se configurou e se fortaleceu com a condução da política econômica pelo ministro do general Castelo Branco, o atual senador Roberto Campos.

O segundo objetivo dos estrategistas do governo que ascendem ao poder em 1974 também não foi completamente alcançado: a superação do isolamento da sociedade. E isso, apesar de seus esforços em liberalizar a imprensa, abrir canais de diálogo com a Igreja, OAB e outras instituições da sociedade civil, e dos esforços da oposição consentida (MDB) e parte da esquerda radical, já em franco processo de autocritica. As desconfianças mútuas eram enormes, e as insatisfações só fizeram crescer ao longo do governo. Contaram para este insucesso o vai-e-vem de suas decisões políticas com cassações de mandatos, fechamento de Congresso, pacotes e medidas de força. Uma política que batia ora no ferro, ora na ferradura. Assim como os ouvidos incrédulos (e surdos) a seu "discurso democrático", por parte da oposição encastelada nos órgãos mais populares da sociedade civil.

Conclusão: o general Figueiredo assume o poder com aparato repressivo montado em sua essencialidade, recebe um legado jurídico autoritário considerável (apesar da extinção do AI-5), a linha dura ascende ao poder na IM e, de presente, recebe também

uma cesta de conflitos sociais que nenhum governo – exceto o de Costa e Silva – havia conhecido. Ou seja, com todas as condições para concluir o mandato em situação menos liberal, como ocorreu com todos os seus antecessores, exceto Geisel. No entanto, o processo de liberalização continuou com a anistia, a reformulação partidária e a ampliação das eleições, agora incluindo o executivo dos estados, prevista – mas não cumprida – no governo anterior. Aqui, e não alhures, parece se colocar a questão da transição. É apenas aqui – aparentemente – que se ingressa no processo de extinção do regime.

É lícito supor, na continuidade desta leitura, que a transição inicia-se em algum momento da década de oitenta e não na de setenta, no governo Figueiredo e não no de Geisel. Pois não existe identidade entre abertura e transição, antes excludência. Embora justapostas e sucessivas, antagônicas. Enquanto o primeiro termo indica o processo de atualização do regime, o segundo assinala o movimento de sua extinção. No primeiro reside o desejo da perpetuação, no segundo localiza-se a morada da ruptura, da explosão que faz nascer o novo, a diferença. Não como o resultado de uma vontade, mas como a confluência de processos ímpares, singulares.

Nesta ótica, a problemática da transição não se situa mais na perplexidade do analista em face da perspectivização do "bruxo", a desvendar seus passos e seus passes. Mas, antes, em como ocorreu a articulação de elementos diversos (e por vezes independentes) que impedem a reprodução do regime autoritário. O que torna o problema mais interessante. Expresso de forma simples e direta: por que os militares da linha dura não realizaram a intervenção clássica para assegurar a reprodução/conservação do regime? Em que momento surge a consolidação da transição com a instalação do não-retorno? Qual o momento que marca a articulação dos processos? Quais são os mais importantes?

Prisioneiro da pura factualidade – algo que está na moda, e não só na História – a resposta seria uma só: o momento de não-retorno, o verdadeiro começo da transição, identifica-se com a posse do presidente civil. A Nova República, e só ela, seria a transição. Não estou convencido que assim o seja, como não estou que ela teria dependido fundamentalmente das explosões e posturas autoritárias dos dois generais presidentes. Antes parece-me que a transição deveria ser lida na confluência de uma série de processos não articulados entre si, originalmente. Afasta-se assim, também, a hipótese de alguma determinação econômica com ares fatalistas. A

transição parece decorrer antes de um conjunto de ações e omissões de agentes sociais diversos. Não pretendo provar nada com isso, mas simplesmente conjecturar de forma diferente – e não tão diferente –, tentando organizar interpretativamente, de maneira estranha à consensualidade, um amontoado de fatos empíricos que se situam imediatamente atrás de nosso presente.

Creio que o começo da transição encontra-se em algum ponto entre o desastre – para os autores – do episódio do Riocentro, em 1981, e a Campanha pró-Diretas em início de 1984. E para escândalo dos mais puros: independentemente da vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

Para melhor compreensão da hipótese pode-se supor, pela natureza do BA, que o momento demarcador de sua extinção encontra-se em sua incapacidade de reproduzir-se no interior da IM e de renovar suas bases sociais (empresariado e camadas altas da classe média), provocada, ao mesmo tempo, por um sentimento de isolamento de tal magnitude que faz nascer e generalizar-se a consciência da retirada para salvar a própria Instituição, ao nível militar, e por um sentimento de estranheza de sua base social. Os duros se mantêm, os candidatos à Presidência surgem, os golpistas conspiram, mas tudo em vão, pois a Instituição não mais obedece e as bases do regime se desfazem. O regime morre por exaustão.

Tomemos os episódios centrais. O Riocentro representa o clímax de um processo e um marco em vários níveis: significa o fim da possibilidade de reprodução de um dos pilares do BA, o aparelho repressivo em sua forma autônoma e selvagem. Rigorosamente falando ele não foi desmantelado, mas desmantelou-se na lógica de sua sobrevida, como um ser antropológico. Seu primeiro lugar, destruiu a razão de sua existência, seu inimigo – os “comunistas”. Em segundo lugar, perdeu a capacidade de recrutamento no interior da Instituição Militar. E, finalmente, desgastou-se com o episódio citado, desvelando-se em toda a sua lógica perversa. O sistema desnudou-se. Desta forma, esse auto desmantelamento contribuiu para enfraquecer as proposições e a base da linha dura, aumentando a preocupação dos militares com a questão da legitimidade do regime. Para a maioria dos oficiais ficou patente que aquele era um ato terrorista realizado por quadros de suas hostes, que ficavam nus em face da Nação, e, simultaneamente, impunes. A imagem desgastada da corporação revelou-se assim em toda a sua força e o sentimento de retirada do poder passou a ser um componente real, aju-

dado por outros fatores que nada têm a ver com esse episódio, mas que se somaram para consolidar uma sensação de mal-estar e recusa de manutenção de um regime que ameaçava a própria Instituição. O poder assume as feições da morte.

Com as eleições de 1982, portanto no ano seguinte, em que o governo tudo fez para ganhar com sua legislação casuística, aquele sentimento só fez aumentar. O isolamento do governo militar em face da sociedade ficou patente. Tudo indica que mesmo entre a jovem oficialidade a oposição ganhou. Porém, aquelas eleições trouxeram algo novo: um poder civil de oposição, legal e legitimamente constituído. Enquanto o governo de oposição ganhava os estados centrais e mais importantes política e economicamente, o partido do governo ficou restrito às áreas mais pobres e de menos peso no cenário nacional. O sentimento de mal-estar com o poder penetrou as hostes partidárias do governo. Pouco depois surgiam os primeiros sinais de deserção. Particularmente os governos de Luiz Gonzaga Mota, no Ceará, e de Roberto Magalhães, em Pernambuco, desde o início montaram estratégias de ruptura com o governo central, o que veio a se concretizar pouco depois. Afinal, para estes políticos tratava-se de assegurar, nas novas condições que se configuravam, embora sem uma grande nitidez, a sua própria reprodução e continuidade. Mesmo o Nordeste deixava de ser o reino do PDS. Estabeleceu-se, simultaneamente, uma diarquia e uma fissura no partido civil do governo militar, sem precedentes nos governos anteriores. O mais importante, porém, com as eleições de 82 é que se desenha claramente uma alternativa ao BA, aceitável para as suas bases de sustentação – tanto militar quanto social –, exceto as mais empedernidas, que ganham o isolamento e o ostracismo como presentes pela incompreensão das mudanças do tempo. Afinal, foram os moderadores os vencedores, ou seja, os egressos do PP.

A campanha para as eleições diretas galvanizou a Nação de Norte a Sul, mobilizando as massas jamais vistas nas praças públicas, com participação de todos os segmentos nacionais, demonstrando de forma inofismável à Instituição Militar e aos empresários o grau de isolamento do regime e o quanto a sociedade civil estava desejava de mudá-lo.

A mortal recessão econômica que o país conheceu entre 1981 e 83 demonstrava, por sua vez, o alto custo do exercício do poder nas novas condições de crise internacional e esgotamento do modelo econômico.

O conjunto desses processos – a que se poderia somar uma série de outros meno-

res, como a explosão de greves e a nova postura da esquerda exilada – criou para a linha dura uma situação similar à do governo Geisel: possuía a cabeça mas não o corpo da Instituição Militar. E para ser mais claro na imagem: o sistema nervoso estava completamente quebrado. Neste quadro, as ordens podem sempre ter ressonâncias distintas, senão contraditórias, para aqueles que as emitem. A inércia é o estado natural de uma Instituição nesta situação: nada acontece, nada se mexe, nada ocorre de forma significativa. É preciso deixar as tendências se firmarem, restabelecer-se “a ordem natural das coisas”. O poder torna-se estranho.

A posição inercial é assumida escandalosamente, para alguns, pelo próprio presidente: a partir de 83 o país entra numa situação de ausência de governo e de questionamento generalizado do regime, tanto internamente à Instituição Militar quanto, e sobretudo, externamente. A neutralidade do presidente é um símbolo marcante da impossibilidade do regime reproduzir-se.

Não se pode aventar a inexistência de pretensões, entre os militares, de autoperpetuação, assim como não se pode esquecer que não foram ausentes as expressões dos “bolsões sinceros e radicais” da linha dura, cujos cenários maiores foram São Paulo e Brasília. Nem se pode afastar completamente a hipótese de que alguns pensaram e conversaram sobre a possibilidade de um golpe dentro do golpe, nos moldes de 68: o Riocentro reproduzia, afinal, circunstâncias similares à do Rio em 1968. Não importa quantos foram os comprometidos com essas iniciativas, o mais importante é que as condições de tentativas similares haviam desaparecido. O símbolo maior residia no abraço de Geisel a Tancredo em início de 85: expressão do chefe que sabia interpretar o sentimento mais profundo de sua tropa (IM) e de seus pares (empresários).

Essas considerações, de forma puramente ensaística, parecem questionar duas das três idéias consensuais, mas aparentemente confirma a terceira quando se refere ao processo de democratização. Ledo engano. Não me parece que os indícios sejam suficientes para demarcar este ponto de chegada. Se o retorno ao regime burocrático-autoritário parece fora de cogitação, a caminhada para a democracia não é um dado adquirido. Esta pode ser uma transição para diversos tipos de regimes políticos, entre os quais pode-se considerar o democrático. Na perspectiva de que este é o ponto de chegada, existem fortes componentes empíricos, mas também grande dose de desejo dos analistas.

Sobretudo porque este parece ser o sentimento expresso pela opinião pública. A vitória do partido da resistência democrática nas eleições passadas seria a expressão visível desse sentimento e um indício inegável desse direcionamento.

Com uma postura agnóstica, quero sobretudo chamar a atenção para os obstáculos ainda imperantes, entre nós, na implantação de um regime democrático, entre os quais poder-se-ia citar: a) o peso dos militares no sistema de poder (reforma agrária, ocupação das refinarias, interferência na Constituinte são seus sinais mais visíveis, e talvez menos importantes), e, entre estes, o dos discípulos e adeptos da linha dura; b) a fragilidade do sistema partidário, com o desprestígio crescente das instituições parlamentares, partidos inclusive; c) o questionamento aos moldes clássicos da representação, com o surgimento de alternativas e de práticas corporativistas; d) a sobrevivência de traços autoritários e populistas em nossa cultura política; e) a natureza da crise, simultaneamente, econômica, política, institucional e social, com a emergência de novas formas de sociabilidade, à margem da regra e da norma; f) o sentimento crescente e visível de inconformidade com as desigualdades sociais e regionais; g) o esgotamento do modelo econômico, sem que se desenhe alternativa viável a curto termo, com o comprometimento da estrutura econômica criada nas últimas quatro décadas e a perda de status das classes médias, o substrato da

opinião pública no país; h) as resistências, dolorosamente palpáveis, às reformas sociais, entre elas, a reforma agrária, a urbana e a tributária; i) a limitação de recursos estatais na adoção de políticas sociais e de emprego compensatórias, que paralise o crescimento das manchas de pobreza absoluta. E muitos outros, num arrolamento que, se exaustivo, seria demasiadamente enfadonho.

Pode-se sempre argumentar que as democracias são prenhes de conflitos e dinamismo. Porém, nem todo dinamismo cavalga em direção à consolidação democrática. Por mais que pareça absurda, é mais fácil argumentar que estamos maduros para a democracia como estamos para o fascismo, ou o socialismo, ou formas modernas do Bonapartismo.

Com tudo isso quero assinalar o que penso ser o momento da transição, que apenas se iniciou e pode terminar a qualquer instante: o não retorno ao regime BA configurou-se definitivamente entre 84 e 85, porém o perfil do novo ainda não se desenhou. É esta – aparentemente – a disputa que nos envolve a todos. Os cenários são vários, o futuro, no entanto, é singular. Habitando, por enquanto, o espaço do indescritível.

Brasília, 16 de outubro de 1987. □

Elmar Pinheiro do Nascimento, 40, sociólogo e cientista político é professor da Universidade Federal de Pernambuco à disposição da UnB.

Resumen

¿TRANSICIÓN? ¿CUÁL TRANSICIÓN?

La transición brasileña se inicia en la década del 80 y no en la del 70; en el gobierno de Figueiredo y no en el de Geisel. No existe identidad entre apertura y transición, al contrario estas dos etapas se excluyen. Mientras el primer término indica el proceso de actualización del régimen, el segundo señala el comienzo de su extinción.

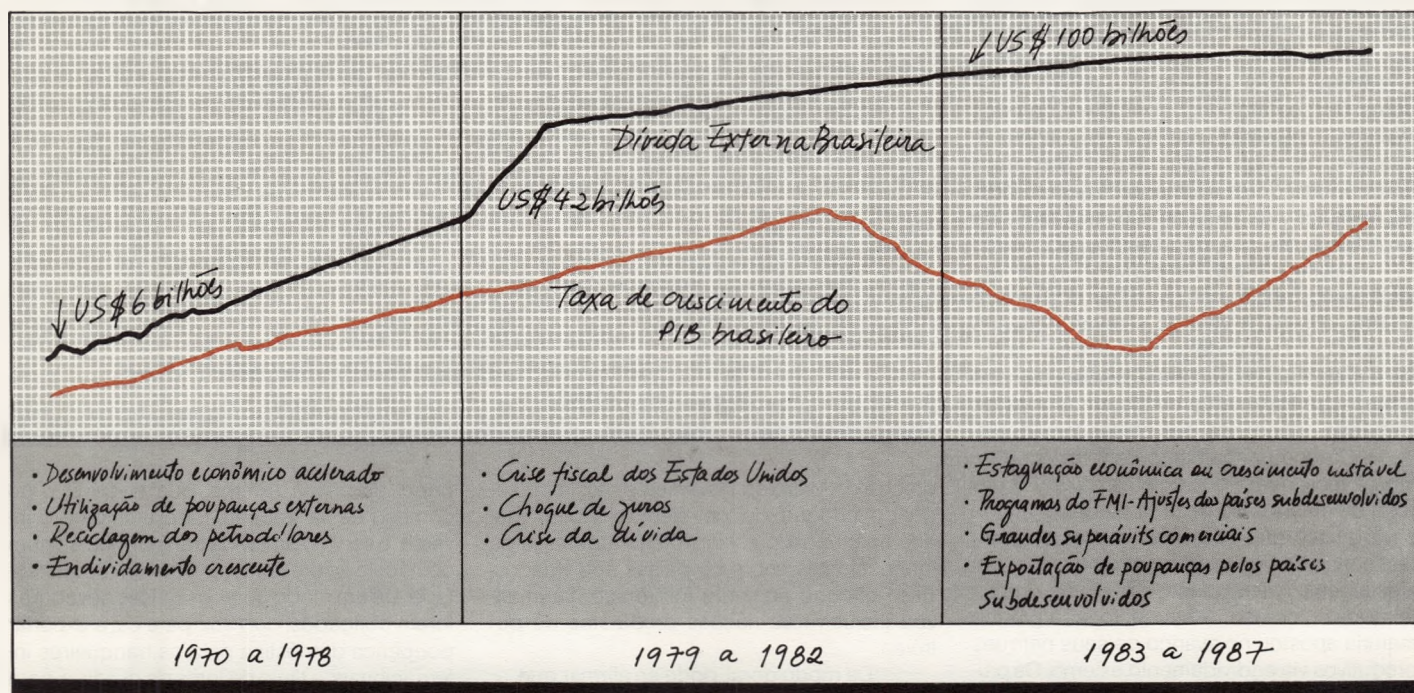
Abstract

TRANSITION? WHAT TRANSITION?

Brazil's transition process begins at some point in the eighties and not in the seventies, during Figueiredo's, not Geisel's government. There is no similarity between the liberalization and transition processes; rather, they are mutually exclusive. While the former indicates a process of up-dating the régime, the latter marks the movement towards its extinction.



Repensando a dívida



A estatização da dívida externa não pode ser vista simplesmente pela ótica da mudança de natureza do devedor, mas no contexto de um país que luta pela definição de um novo marco institucional, a partir da promulgação de sua nova Carta Magna – com o Congresso Nacional fortalecido, qualquer que seja o sistema de governo que venha a ser adotado. Em suma, um sistema no qual as receitas e despesas públicas passem, de fato, pelo crivo dos representantes do povo. Um acordo internacional sobre a matéria aprovado pelo Congresso Nacional seria, seguramente, um avanço em relação à experiência recente.

Juarez de Souza

Ilustração: Lygia Sabóya

Estratégia do financiamento externo

Até meados da década de setenta, a tese dominante nos países periféricos quanto ao financiamento do desenvolvimento econômico foi a de que um país pobre necessitava do ingresso de recursos externos para complementar a sua poupança doméstica e, dessa forma, viabilizar o acesso a novas tecnologias, a modernização de parques industriais, o aumento da participação do chamado setor moderno nas economias e, por fim, a elevação do padrão de vida das populações.

No período que vai do pós-guerra ao primeiro choque do petróleo, em fins de 1973, bem ou mal as economias subdesenvolvidas se engajaram nessa estratégia de financiamento, internacionalizaram suas economias, e algumas delas conseguiram avançar o padrão produtivo através do processo de desenvolvimento baseado na substituição de importações. Do ponto de vista estrutural, há que se destacar dois pontos. O primeiro decorre

da institucionalização de dois organismos multilaterais de crédito logo após a Segunda Grande Guerra. Trata-se do FMI e do BIRD. Este destinado a financiar projetos de longo prazo em setores estratégicos (siderurgia, energia, transporte, comunicações etc.), e aquele previsto para promover o equilíbrio geral dos balanços de pagamentos dos países-membros. Vale dizer, administrar os recursos do Fundo para cobrir desajustes externos e de natureza conjuntural dos países-membros. O segundo ponto estrutural refere-se à geração de excedentes por parte das grandes empresas, a partir dos anos de reconstrução da Europa. Em suma, durante duas décadas, isto é, de 1950 a 1970, a economia mundial cresceu com o aumento da produção exportável dos países pobres, cuja base encontrava-se na alavancagem dos recursos oriundos das instituições multilaterais de crédito (basicamente BIRD, BID, AID e FMI) e do chamado capital produtivo via investimentos diretos das empresas multinacionais.

A partir da ruptura do acordo de Bretton Woods em fins de 1971, quando o governo Nixon rompeu a paridade dólar-ouro que balizava o sistema financeiro internacional, tem início o marco de uma nova era¹. A instabilidade cambial que se seguiu nos anos de 1972-73 desembocou em redução do comércio mundial, em exacerbação do protecionismo e talvez no mais dramático: na crise econômica mundial a partir do primeiro choque do petróleo.

O fato é que a estrutura do sistema financeiro internacional vem sofrendo uma profunda transformação desde então. A mais relevante, talvez, refere-se ao papel que os grandes bancos comerciais dos países ricos – particularmente os bancos norte-americanos e os que operam nos euromercados – passaram a desempenhar na crise que despontava. Assumem a reciclagem dos petrodólares aos países subdesenvolvidos não-produtores de petróleo, e, pasmem, começam a financiar também projetos de longo prazo,

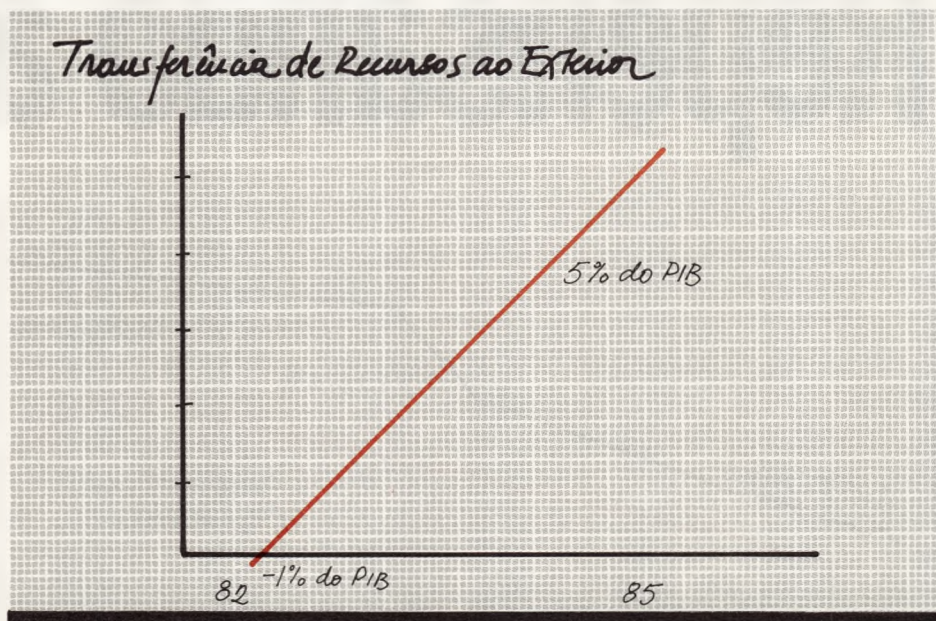
inclusive às nações produtoras de petróleo. Ora, a estrutura de financiamento de bancos comerciais privados não estava, como nunca esteve e nunca estará, montada para substituir os mecanismos das instituições multilaterais de crédito. As fontes dos recursos e os intermediários das aplicações visam, objetivamente, o lucro. Por outro lado, os horizontes dos investimentos privados não coincidem, obviamente, com aqueles dos países tomadores. Desses fatos decorrem, talvez, dois dos maiores problemas daquela reciclagem financeira: o *minismatching* dos horizontes dos emprestadores e tomadores por um lado, e a instituição de taxas de risco (*spread*) e de juros flutuantes nos empréstimos, por outro.

Assim, a maior parte dos financiamentos externos obtidos pelos países do Terceiro Mundo pós-1973 veio do sistema bancário privado, com taxas de juros flutuantes (sujeitas a remarcações semestrais), taxas de risco e prazos relativamente curtos em termos de formação econômica dos países tomadores.

O acompanhamento da forma que tomou a reciclagem dos dólares da OPEP por volta de meados da década passada já indicava o risco que os países pobres estavam "assumindo": ao invés de promoverem um ajustamento interno face aos novos preços relativos do comércio internacional, a grande maioria apostou no avanço de seus parques produtivos via endividamento externo. Os países subdesenvolvidos produtores de petróleo apostaram na ampliação da capacidade produtiva do "ouro negro". Não levaram em conta uma regra elementar de economia: os preços de monopólio, hoje, fomentarão o surgimento de novos monopólios sucedâneos no longo prazo, através de novas tecnologias. Os países pobres não-produtores de petróleo também apostaram na ampliação da capacidade produtiva de suas economias via endividamento externo. Eles acreditaram que a dilatação do parque produtivo geraria, no longo prazo, excedentes comerciais suficientes para, no mínimo, servir a dívida externa e fomentar o processo de desenvolvimento econômico de forma autônoma.

Ambas as categorias de países do Terceiro Mundo (produtores e não-produtores de petróleo) cometeram um grave equívoco: concentraram seus empréstimos externos a taxas de juros flutuantes e *spreads*.

Assim que eclodiu a crise fiscal na economia americana em 1978, a ortodoxia da política econômica daquele país promoveu um aperto na oferta de moeda e crédito. O resultado imediato foi uma tremenda elevação das taxas de juros internacionais – *prime rate*, *libor*, etc. – a partir das taxas de desconto das Letras do Tesouro norte-americano. Teve início, então, o que chamamos de "imposto de usura" dos banqueiros internacionais sobre os países endividados. Em 1979, a crise política no Irã – que culminou com a derrubada do Xá e a elevação das taxas de juros nos centros financeiros mundiais, repicaram os



preços do petróleo novamente. Assim, o segundo choque do petróleo veio bem mal acompanhado: ou seja, do choque dos juros internacionais sobre os países endividados. Esse choque conjunto foi irônico: traumatizou inclusive as nações produtoras de petróleo.

De modo geral, pode-se afirmar que, a partir de 1981, a dívida externa foi transformada em débitos eminentemente financeiros. Em outras palavras, os financiamentos obtidos junto aos credores não correspondem, desde então, a uma contrapartida real de bens e serviços do exterior. No caso do Brasil, o hiato de recursos reais², que girava em torno de 1% do PIB em 1982, passou de -2 em 1983 a -5% do PIB em 1985. Vale dizer, após a crise cambial generalizada de 1982, os banqueiros impuseram a troca de sinais, e os países pobres passaram de importadores a exportadores de capital. De 1982 a 1986, o Brasil remeteu cerca de US\$ 55 bilhões de dólares aos banqueiros internacionais para pagamento de juros, *spreads* e outras taxas. Ou seja, o equivalente à metade da dívida total atualmente.

Em suma, a tese de que o endividamento externo conduziria ao desenvolvimento econômico auto-sustentado dos países pobres, em moda nos meados da década passada, foi literalmente rechaçada a partir do setembro negro de 1982. Ou seja, o processo de endividamento externo em sua primeira fase contribuiu para a expansão da capacidade produtiva, sobretudo dos segmentos substitutivos de importação e daqueles voltados para a exportação. A segunda fase do

papel da dívida externa, que teve início no começo desta década, foi exatamente o inverso: o serviço da dívida transformou-se num obstáculo ao crescimento econômico sustentado. De um modo geral, os países devedores foram obrigados, de 1982 para cá, a exportar poupança doméstica para os banqueiros internacionais, a título de juros da dívida, e, para tanto, tiveram que submeter suas economias a programas de ajustamento econômico ditados pelo FMI. Vale dizer, tiveram que implementar as tradicionais medidas de contenção da demanda interna, a partir de cortes nos gastos públicos, redução de salários reais, desvalorizações cambiais, aperto na liquidez, etc. No caso brasileiro, a recessão econômica de 1981-83 foi profunda, sobretudo no seu aspecto social. Cerca de 5 milhões de trabalhadores do setor formal perderam seus empregos. Portanto, as lições da experiência recente mostram que o serviço da dívida externa transformou-se num estrangulamento do processo de desenvolvimento do país, com dimensões políticas e sociais extremamente perigosas para uma sociedade que tenta organizar-se em bases de um capitalismo moderno e de uma democracia representativa.

Características da economia brasileira

O Brasil é, hoje, a 8ª economia do mundo ocidental, em termos de produto interno bruto. Nos últimos anos, gerou um superávit comercial médio anual acima de US\$ 10 bilhões, o que corresponde ao terceiro lugar entre as nações superavitárias (os primeiros lugares são ocupados pelo Japão e Alemanha Ocidental). É de fundamental importância ter em mente que o país conseguiu, com exceção do período recessivo de 1981-83, manter sua taxa histórica de crescimento econômico nos últimos 15 anos – ou seja, a produção nacional de bens e serviços aumentou, em média, 7% ao ano.

A retomada do crescimento econômico, a partir de 1984, registrou uma recuperação do nível de emprego no último triênio, atingindo, em fins do ano passado, uma taxa de desemprego no setor formal correspondente ao que se entende por desemprego no pleno emprego – algo em torno de 3%. No ano de 1984, a expansão da produção e, conseqüentemente, do nível de emprego tiveram como carro-chefe a demanda externa. Vale dizer, pelo desempenho do setor exportador. Em 1985, e sobretudo em 1986, com a implantação do Plano Cruzado, a expansão do mercado interno foi a variável dominante na determinação do aumento da renda e emprego. Ainda não dispomos das Contas Nacionais referentes ao ano passado. Todavia, a relativa estabilidade do déficit público indica que o desempenho francamente favorável da economia brasileira nos últimos 12 meses foi liderado pelo setor privado. Os dados mostram que, na média, a massa salarial real cresceu, em 1986, cerca de 15%. Ora, como os salários reais não cresceram mais que 5%, é evidente o aumento do número de trabalhadores ocupados na economia. Por outro lado, a alteração na política fiscal de fins de 1985 reduziu a tributação do imposto sobre pessoa física na fonte (introdução do princípio de tributação em bases correntes), aumentou a renda disponível dos assalariados de renda mais elevada; incerteza da reforma monetária combinada com o congelamento de preços e a volta da trimestralidade dos rendimentos de caderneta de poupança fizeram com que a demanda interna, sobretudo o segmento de bens de consumo durável, aquecesse o nível de produção global. O nível de atividade próximo à capacidade plena e a expectativa de descongelamento geral após o Cruzado II em fins de novembro passado exacerbaram a taxa de inflação nos meses subseqüentes. Dessa forma, a inflação no último trimestre (novembro 86 – janeiro 87) retornou ao seu patamar pré-Cruzado, com sérios riscos de explosão nessa fase de realinhamento dos preços, salários, aluguéis e câmbio. As taxas de juros reais recentes refletem, em grande medida, essa expectativa, tendo em vista a inconveniente sistemática de prefixação dos rendimentos em títulos do setor privado.



Segundo os dados oficiais, o déficit do setor público (Tesouro e Banco Central), em 1986, atingiu 2,1% do PIB. Trata-se de um nível baixo, tanto em termos internacionais quanto em termos de taxa de utilização da capacidade produtiva no país³. Ademais, o Estado, no Brasil, tem sido responsável por algo em torno de 30% do emprego gerado nos últimos anos. Ou seja, de cada 100 empregos novos criados na economia, a demanda global do setor público cria direta e indiretamente algo em torno de 1/3 desses novos empregos. As pesquisas mais recentes mostram ainda que o maior impacto na geração de empregos por parte do setor público provém dos gastos com pessoal e investimentos localizados na construção civil e metal mecânica. É fácil compreender esse corolário, visto que os investimentos estatais, em geral, são capital-intensivos, e, por conseqüente, geram relativamente menos emprego por unidade de gasto. Assim, do ponto de vista social – qual seja, da necessidade que o país tem de criar cerca de 1,4 milhão de novos empregos a cada ano – não há muito espaço para a política fiscal ortodoxa, do tipo orçamento fiscal superavitário, equilibrado etc.

Todavia, há que se ter em mente um fato extremamente relevante para a administração econômica deste país: o déficit do setor público brasileiro assumiu um caráter eminentemente financeiro nos últimos anos. Como veremos ainda, o Estado é responsável por, aproximadamente, 3/4 do nosso endividamento externo. O nó da questão consiste, portanto, em equacionar a transformação dos dólares dos superávits comerciais em cruza-

dos, sem exacerbar a demanda agregada via déficits fiscais. Em outras palavras, a esterilização dos saldos comerciais, gerados em grande parte pelo setor privado, requer, nos moldes ortodoxos, um superávit correspondente do setor público. Acontece que os custos sociais de uma política fiscal rígida traria o país aos níveis de desemprego da histórica recessão de 1981-83. O bom-senso parece indicar outras alternativas, algumas das quais abordaremos adiante.

O argumento acima nos remete à questão da dívida externa brasileira.

A dívida externa de médio e longo prazos (a registrada) evoluiu de US\$ 91,0 bilhões em 1984 para US\$ 95,8 bilhões em 1985. Os valores globais, isto é, incluindo-se a dívida não-registrada (de curto prazo), passaram de US\$ 102,0 para US\$ 105,1 bilhões, respectivamente. As autoridades econômicas trabalharam com uma perspectiva de redução do endividamento total em 1986 de, aproximadamente, US\$ 2 bilhões – uma redução de 1 bilhão de dólares para cada parte da dívida. Dessa forma, as estimativas do Banco Central estão assim distribuídas: uma dívida externa total de US\$ 103,2 bilhões em 1986, sendo que, desse valor, US\$ 8,2 bilhões referem-se à dívida de curto prazo.

O último esquema de amortização da dívida externa (portanto, de médio e longo

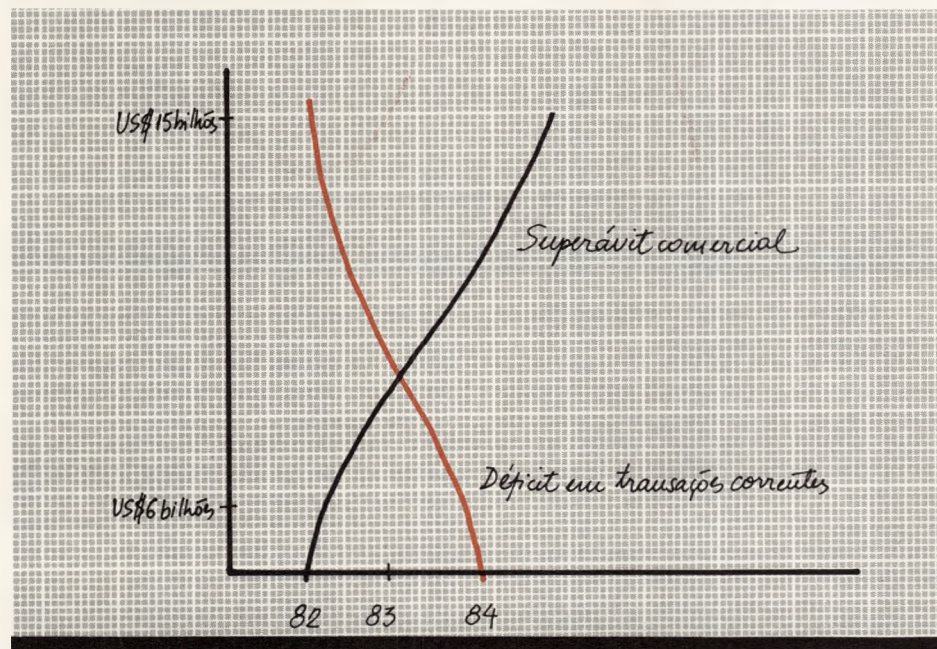
prazos) divulgado pelo Banco Central (no programa econômico, edição de novembro de 1986, nº 13), refere-se a 31.12.85, conforme sumário na Tabela anexa. Importa ressaltar que grande parte desse endividamento refere-se aos chamados "Empréstimos em Moeda", através da Resolução nº 63 e da Lei nº 4131 – vale dizer, empréstimos obtidos junto aos bancos comerciais estrangeiros. Contudo, parcela significativa está classificada na categoria "Financiamento de Importações" (cerca de 22%), e "Empréstimos Com-

déficit em transações correntes de US\$ 14,7 bilhões em 1982 foi reduzido para US\$ 6,1 bilhões em 1983, graças ao excelente desempenho da balança comercial: o superávit de US\$ 6,4 bilhões em 1983 decorreu basicamente de uma redução violenta nas importações (de 19,3 para 15,4 bilhões de dólares), acarretando a famosa recessão daquele ano, com duplicação da taxa de inflação a níveis de desemprego sem precedentes na história do Brasil pós-industrialização.

A estratégia imposta pelos banqueiros

dólar-equivalente da produção nacional no último triênio. Assim, 5% do Produto Interno Bruto – o equivalente a 20% da poupança doméstica total – têm sido transferidos para servir os juros da dívida externa.

Alguns economistas argumentam que graças ao esforço de substituição de importações de bens de capital e de insumos básicos implementados na Administração Geisel (II PND), a economia brasileira foi capaz de – malgrado o custo social – responder ao ajustamento econômico da primeira metade desta década. De fato, o saldo dos resultados comerciais com o exterior de 1982 para cá só foi possível – em termos de bens produzidos – porque a capacidade produtiva instalada respondeu tanto do lado das exportações (saímos de um patamar de US\$ 20 bilhões, em 1982, para US\$ 27 bilhões de exportações em 1984 e US\$ 24,0 bilhões, na média, do biênio 1985-86), como do lado das importações. As compras no exterior foram reduzidas do patamar de US\$ 19,4 bilhões em 1982 para US\$ 13,0 bilhões anuais no último triênio. Ora, a redução do coeficiente de importações para algo em torno de 5,5% em 1986 e o exame da pauta de importações do país nos últimos anos demonstram que o país avançou substancialmente no processo de substituição de importações. Assim, embora a produção nacional de petróleo tenha avançado (de 220 mil barris/dia em 1981 para 600 mil em 1986), o país ainda importa cerca de 580 mil barris/dia do produto e a produção nacional corresponde a apenas 55% do consumo aparente. Esse item da pauta absorve cerca de 22,3% dos gastos com importação e chega a 28,3% quando considerados os derivados (dados relativos a jan.-set. 1986). Os gastos com máquinas e equipamentos no exterior responderam por 18,0% das importações e no ano passado absorveram 25,1% do valor importado. Esse dado indica que parte do parque industrial foi reequipado e parte expandiu sua capacidade produtiva. O consumo de cereais – especialmente o trigo – absorveu 5,3% das importações em 1985, mas foi reduzido para 1,8% dos gastos em 1986, dando lugar aos demais itens relevantes da pauta – quais sejam, os produtos químicos orgânicos e inorgânicos, fertilizantes, matérias plásticas artificiais, borracha natural e sintética, ferro fundido e aço e instrumentos de ótica. Todos esses bens estão voltados para a manutenção e/ou expansão da atividade econômica.



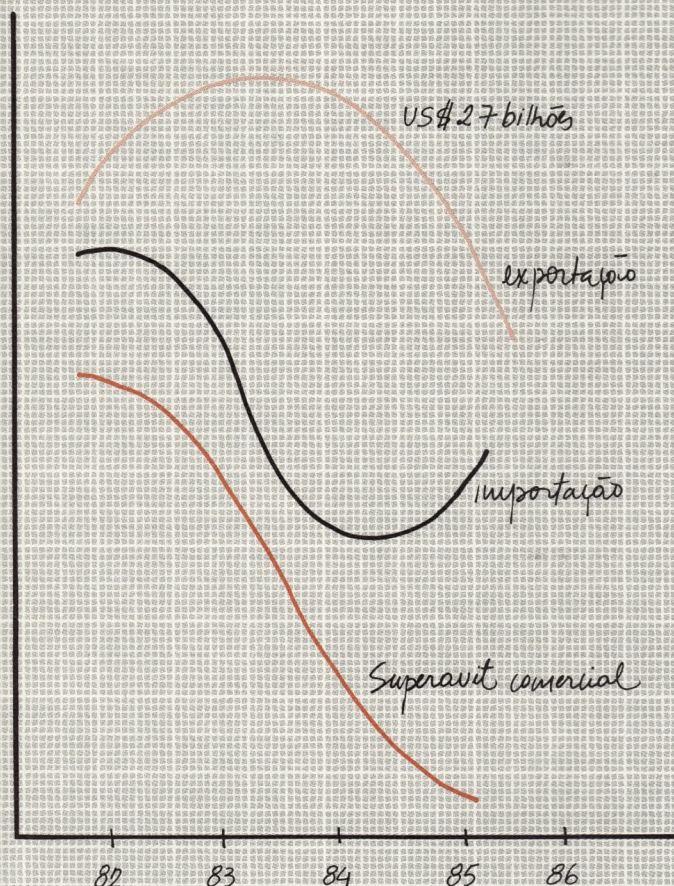
pensatórios do FMI" (em torno de 4%). Portanto, os organismos multilaterais de crédito (FMI, BIRD e BID) e as Agências Governamentais (USAID, EXIMBANK dos EUA e Japão, KFW, etc.), detêm mais de 1/4 dos créditos concedidos ao Brasil nas últimas décadas.

É importante notar que 74,8% da dívida externa brasileira são registrados em dólares norte-americanos, 6,8% em iene, e 5,5% em marco alemão. Contudo, 77,4% dessa dívida estão regidos pelo regime de taxas flutuantes (23% pela prime-rate e 46,2% pela libor) e apenas 22,6% a taxas fixas. Finalmente, convém sublinhar que 93,7% dos débitos de médio e longo prazos estão escalonados para amortização do principal entre 1986-1992.

Como frisamos anteriormente, a partir de 1982 os banqueiros internacionais estabeleceram o fornecimento de "dinheiro novo" aos países endividados e exigiram, através de monitoramento do FMI, que os devedores promovessem ajustamentos internos de suas economias no sentido de que fossem assegurados saldos comerciais suficientes para cobrirem, no mínimo, os juros da dívida.

No caso brasileiro, exigiram que a programação do setor externo (PSE-82) reduzisse o déficit em transações correntes pela metade, a partir de 1983. E assim foi feito. O

vem, de fato, sendo empurrada desde então. Contudo, é bom lembrar que: 1 – não só o déficit em transações correntes foi praticamente zerado no último triênio, mas que nesse mesmo período o superávit da balança comercial praticamente duplicou: atingiu o recorde de US\$ 13,0 bilhões em 1984, US\$ 12,5 bilhões em 1985 e US\$ 9,8 bilhões no ano passado; 2 – a partir de 1983, o Brasil começa, de fato, a exportar parte da poupança doméstica para os banqueiros: cerca de US\$ 10 bilhões anuais de juros líquidos foram remetidos ao exterior no último quinquênio e com um agravante adicional, qual seja, pela primeira vez na história contemporânea deste país, enviamos mais renda líquida aos estrangeiros (na forma de juros, lucros, etc.) que a massa de recursos reais vinda do exterior. Em outras palavras, enquanto em 1982 para cada dólar de PIB brasileiro contávamos com o ingresso de um centavo de dólar de recursos reais do exterior, chegamos ao cúmulo de inverter esta ordem, remetendo 5 centavos de dólar para cada



Deve-se ressaltar que os dados oficiais registram nada menos que US\$ 1,9 bilhão na categoria de "outras importações". Isso significa que ainda há espaço para um programa seletivo de importações, no qual os bens e matérias-primas destinados à reposição/manutenção da produção seriam privilegiados.

Outro aspecto relevante da economia brasileira diz respeito à elasticidade do produto interno em relação às importações – a chamada elasticidade-renda das importações. Assim, embora a taxa de crescimento real do PIB brasileiro tenha evoluído de 4,5% em 1984 para algo em torno de 8%, em média, no biênio 1985/86, a taxa de variação nominal das importações foi negativa (de US\$ 13,9 bilhões em 1984 para US\$ 12,8 bilhões no ano passado). Todavia, deve-se ressaltar que a queda do preço do petróleo propiciou economia de divisa próxima a 2 bilhões de dólares em 1986. Portanto, excluindo-se as despesas com petróleo bruto e trigo, as importações aumentaram mais de 45%. Ocorre, porém, que as compras de máquinas e equipamentos corresponderam a 1/4 do valor importado e tiveram um aumento de 40% em relação a 1985. Esses dados sugerem que parte da economia de divisas derivada da redução no preço do petróleo foi destinada à reposição

de estoques, ampliação da produção etc., para atender o aumento de demanda no mercado interno. Mas algo em torno de 30% dessas divisas foram destinados à reposição e/ou ampliação do estoque de capital do país via importação de bens de capital. Em suma, as informações do triênio passado indicam que – embutida a estabilidade inflacionária dos países centrais e por conseguinte, dos preços do petróleo – a economia brasileira poderá sustentar sua taxa histórica de crescimento de 7% a.a. nos próximos anos, se insistir na manutenção do atual coeficiente de importações como piso. Ou seja, algo em torno de 5,5% do PIB. Trata-se de um corolário parcial, isto é, da ótica do possível estrangulamento externo via dificuldades de importação. O país não pode abrir mão dos 10 principais itens da pauta, obviamente rígida, sob pena de comprometer o seu desenvolvimento.

As exportações brasileiras tiveram um desempenho razoável no último quinquênio (1982-86), com exceção do ano passado. Sal-

tamos do patamar de US\$ 20,1 bilhões de vendas externas em 1982 para US\$ 27,0 bilhões em 1984. No ano seguinte exportamos US\$ 25,6 bilhões e idêntica queda verificou-se em 1986, quando fechamos o ano com US\$ 22,6 bilhões. Os dados sugerem que o país tem condições de estabilizar suas exportações no patamar de US\$ 25 bilhões, sem prejudicar o desenvolvimento do mercado interno. De janeiro a setembro de 1986, por exemplo, o país manteve saldos idênticos aos verificados em igual período do ano anterior no seu comércio externo de mercadorias (exportações acumuladas de US\$ 18,4 bilhões, importações de US\$ 9,3 bilhões e portanto superávit comercial de US\$ 9,1 bilhões). Logo, é preciso ter em mente que fatores adversos – tanto de ordem interna, como de origem externa – afetaram negativamente o desempenho do setor externo em 1986, mas a partir do último trimestre.

Entre os fatores principais, e quiçá de natureza conjuntural, podemos destacar: 1 – após o Plano Cruzado, a desvalorização real do cruzado ocorreu apenas no primeiro trimestre pós-reforma. Assim, a partir de junho a taxa de câmbio efetiva começou a ser valorizada e, em novembro, estava apenas 3,8% acima do nível de fevereiro/86 – quando foi implantado o Plano Cruzado. Dois fatores contribuíram para essa relativa valorização real do cruzado: em primeiro lugar, a valorização média do dólar em relação às demais moedas fortes que ocorreu até novembro; em segundo lugar, devido à elevação da taxa de inflação interna, decorrente do "cruzadinho" de julho e do "Cruzado II" de fins de novembro. O grupo dos sete mais ricos acordou em Tóquio (set./86) medidas para reduzir o déficit comercial dos Estados Unidos, fortalecer o setor exportador e recuperar o crescimento daquele país a partir da desvalorização do dólar. Vale dizer, Alemanha e Japão valorizariam suas moedas e promoveriam a expansão de suas importações. Nos últimos meses o dólar foi desvalorizado em 40% em relação ao iene e perto de 33% em relação ao marco alemão. O G-7 acaba de se reunir em Paris e, ao que tudo indica, selou novo acordo para que as taxas de câmbio atuais fossem mantidas, deixando que o ajuste (isto é, menor desequilíbrio) no comércio fosse promovido a partir de políticas fiscais e monetárias. No plano interno, o Banco Central retornou às desvalorizações diárias e instituiu o "Seguro

Cambial" aos exportadores. Espera-se que o esfriamento da demanda interna, o realinhamento de preços, a desvalorização da taxa de câmbio efetiva real do cruzado e o seguro cambial sejam suficientes para a retomada do crescimento das exportações.

As exportações de produtos primários sofreram uma queda de 7% em 1986, devido à redução de preços, com destaque para o café, soja e suco de laranja. Para este produto, por exemplo, embora tenha quase que duplicado o volume exportado (de 484 mil toneladas em 1985 para 820 mil em 1986), a receita de exportação decresceu de US\$ 799 milhões para US\$ 710 milhões.

Os produtos industrializados, que respondem por 57,8% das exportações, embora tenham compensado a perda de divisas (via queda de preço externo) dos produtos primários em 1986, sofreram uma redução nas vendas de aproximadamente US\$ 1 bilhão em relação ao ano anterior, com destaque para as Matérias de Transporte e Componentes e Derivados de Petróleo.

A ausência de fatos novos no mercado mundial de bens (inflação estável e crescimento das nações ricas, sem ondas protecionistas, estabilidade nos preços do petróleo, nas taxas de câmbio, etc.), sugere que o Brasil tem condições de elevar o atual nível de suas exportações em relação ao PIB de, aproximadamente, 9% para algo em torno de 11% (US\$ 26/27 bilhões), sem traumatismos internamente – assegurando o mesmo perfil de crescimento econômico do último triênio: 7% ao ano.

Em suma, o padrão de exportação e importação do Brasil, verificado no último triênio, sugere que, embutidos os coeficientes de importação em torno de 5,5% do PIB e a participação das exportações ao redor de 11% da produção nacional, é possível gerar um superávit comercial próximo à magnitude das importações. Em outras palavras, há espaço para um compromisso nacional no sentido de gerar um dólar de excedente comercial para cada dólar importado na conta de mercadorias. Esses parâmetros decorrem da hipótese básica: a manutenção da taxa histórica de crescimento da economia brasileira, qual seja, 7% ao ano.

A questão da moratória externa

Como vimos anteriormente, o Brasil fechou o ano de 1986 com um quadro de eminente crise econômica. A taxa de inflação de novembro/86 a janeiro/87 voltou ao patamar pré-cruzado; os saldos comerciais sofreram profunda diminuição, tanto em termos absolutos como em termos relativos a idêntico período do ano anterior; as reservas cambiais foram reduzidas, em poucos meses, ao patamar de US\$ 4 bilhões; as taxas nominais de juros subiram violentamente nos mercados financeiros, acompanhando em parte as expectativas de explosão inflacionária na inevi-

tável fase de realinhamento geral de preços em janeiro e fevereiro deste ano, e em parte a política de juros deliberada do Banco Central para desovar estoques; por fim, ainda que embutido um caráter sazonal, houve sinais de queda na taxa de emprego – especialmente no comércio e indústria dos grandes centros.

O quadro de crise que vem se configurando desde o "cruzadinho" de julho (empres- timos compulsórios para criação do FND) e que foi agravado em fins de novembro após o "Cruzado II" (correção de alguns preços relativos fundamentais da economia, na área de bens e serviços públicos, alimentos e duráveis), parece não encontrar respaldo em bases reais. Não houve nenhum "crack" na estrutura produtiva básica, o que teríamos captado imediatamente pelo termômetro do desemprego. Ainda é cedo para examinarmos o que de fato ocorreu na liquidação de câmbio do setor exportador. Como salientamos anteriormente, os indicadores apontados no texto não são fortes o suficiente para uma explicação convincente. Quanto ao recrutescimento da taxa de inflação, é inegável o papel desempenhado pelo realinhamento parcial iniciado em fim de novembro e pela expectativa de realinhamento geral em janeiro e fevereiro do corrente ano.

Assim, pairava – como ainda paira – na sociedade um profundo temor quanto ao futuro imediato do país. Nessas circunstâncias a incerteza domina o ânimo geral e a primeira atitude de todos é a precaução. Nada mais trágico em uma economia de mercado que a "retranca" generalizada, a falta de parâmetros oficiais para a tomada de decisões individuais, etc. E, ainda que paradoxal para alguns, a coletividade capta, de alguma forma, a incerteza que eventualmente ocorra no próprio centro do poder.

Sumarizando, a crise econômica e a perspectiva sombria que vivemos do período pós-eleitoral até a suspensão do pagamento da dívida externa de médio e longo prazos – moratória técnica em 20 de fevereiro de 1987⁴ – assumiram um caráter eminentemente político. A transição democrática do país entra em sua última fase, qual seja, aquela em que serão definidos os termos da nova Constituição, o mandato do atual Presidente da República e a forma de governo, entre outras coisas.

Nesse sentido, a chamada moratória técnica é mais um ato político que econômico. O país dispõe de reservas prontas para, aproximadamente, 90 dias de importações necessárias à manutenção das atividades correntes, sem sacrificar a sua taxa histórica de crescimento. Esse é o prazo que os banqueiros internacionais têm, especialmente os

norte-americanos, para manter os créditos vencidos e não pagos, em liquidação.

Afora razões de natureza eminentemente políticas – a exemplo de um movimento nacionalista, revolucionário, etc. – um país não suspenderia o pagamento de seus débitos externos se as suas condições econômico-financeiras fossem favoráveis. Evidentemente, havia uma crise de caixa no caso brasileiro. Mas isso não significa que as condições econômicas do país estivessem arrastadas. Nesse sentido, a questão da moratória deve ser vista do ângulo de longo prazo. É o que argumentaremos em seguida.

É importante ressaltar que banqueiros, mormente internacionais, por definição, não se preocupam com "longo prazo". Vale dizer, pela própria natureza de suas atividades – intermediação financeira – eles se concentram no curto prazo.

Administradores econômicos responsáveis de uma nação, por outro lado, têm uma visão de longo prazo e se preocupam, de um modo geral, com as questões clássicas: nível de renda e emprego, desenvolvimento econômico e tecnológico, conquistas de novos mercados, estabilidade do nível de preços, distribuição de renda, etc.

Ora, apesar da existência de relações contratuais do tipo taxas de juros flutuantes, spreads, etc., entre uma nação e banqueiros internacionais, há algumas relações econômicas e tecnológicas que, respeitada a soberania de um Estado, não podem ser refutadas.

No caso do Brasil, por exemplo, dada a relação capital-produto e, por conseguinte, uma condição tecnológica inalterável no curto prazo, a sociedade precisa gerar uma poupança doméstica da ordem de 20% do PIB, se se pretende promover um crescimento econômico da ordem de 7% anuais. A experiência brasileira nos anos recentes, porém, tem se guiado por uma taxa de poupança interna de 16%, dos quais 5% têm sido remetidos aos bancos internacionais para pagamento de juros da dívida. É óbvio que a cumulação de capital no país, a uma taxa residual de 11% ao ano, tem sido apenas a metade da taxa de acumulação necessária para manter o crescimento em 7% anuais, e, por conseguinte, garantir a oportunidade de emprego aos que ingressam anualmente no mercado de trabalho.

Dada a restrição externa imposta pelo pagamento de juros, a taxa média de cresci-

mento da economia brasileira de 7% anuais no triênio 1984-86 foi possível, em grande medida, pela maior utilização da capacidade ociosa gerada pela recessão 1981-83. A proximidade do "pleno emprego" já no segundo semestre de 1986 indicava que os governantes teriam que optar: sacrificar os juros da dívida ou o crescimento econômico. A conciliação de ambos tornar-se-ia impossível no curto prazo, inclusive porque não haveria clima político para elevação de poupança forçada no país. Nesse particular, é interessante notar que a adoção dos empréstimos compulsórios não causaram maiores inquietações sociais, porque destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento e não para servir a dívida externa.

Todavia, como vimos anteriormente, mais de 90% da dívida externa de médio e longo prazos do Brasil estão concentrados em um esquema de amortização do principal para os próximos oito anos. Trata-se de um esquema que vem sendo rolando anualmente desde fins dos anos 70. Por outro lado, mais de 3/4 foram contratados a taxas flutuantes e igual percentagem pertence ao setor público. Ademais, para que a estratégia de rolagem do principal fosse factível, montou-se um esquema desde fins de 1982, no qual apenas os juros fossem pagos e que, para tanto, os bancos concederiam créditos comerciais e depósitos interbancários para financiar as importações e exportações brasileiras. Em outras palavras, há um capital de giro do comércio externo brasileiro nas mãos dos banqueiros da ordem de US\$ 15,5 bilhões. Sem essa liquidez, a performance do setor externo do país pode tomar rumos desconhecidos. Por outro lado, a moratória brasileira não atinge as dívidas de curto prazo, nem as de médio e longo prazos das agências oficiais e dos organismos internacionais. Finalmente, os banqueiros privados têm consciência de que esse capital de giro é necessário para gerar a recomposição das reservas do país – uma condição sine qua non para suspensão da própria moratória – e que representa para eles uma fonte não desprezível de lucro.

A declaração de moratória foi um ato que não capitulou com saídas emergenciais do tipo empréstimo-ponte, acordos stand-by com o FMI, ou qualquer coisa do gênero, como já vimos em passado recente. Parece ter chegado a hora de, efetivamente, promover uma renegociação plurianual da dívida externa brasileira. As opções são várias e a melhor escolha dependerá, em grande medida, tanto da habilidade de nossas autoridades, como da ingerência favorável dos governos dos principais países credores, principalmente os Estados Unidos, o Japão, a Alemanha, a Inglaterra e a França.

A eliminação de *spreads*, a capitalização de juros fixos nos próximos três anos, o comprometimento das nações credoras em permitir um superávit, no mínimo duas vezes superior ao serviço da dívida a ser pago aos

bancos dos respectivos países, o redesconto de créditos suspensos por motivos de liquidez temporária do devedor pelos Bancos Centrais dos países ricos, o chamamento do Japão para contribuir com sua quota específica, tendo em vista os US\$ 80 bilhões de superávit que vem conseguindo nos mercados mundiais, são algumas das variáveis relativas ao objetivo de negociação.

Para um acordo plurianual favorável, o Brasil poderá propor a manutenção e/ou abertura de investimentos em setores-chaves da economia, metas de exportação real e condicionamento do serviço da dívida à taxa de crescimento da economia.

Fatos novos X Idéias novas

A economia brasileira caracterizou-se ao longo do primeiro semestre de 1987, no plano externo, pela decretação da chamada moratória técnica – suspensão dos pagamentos de juros aos bancos privados referentes a empréstimos e financiamentos de médio e longo prazos – e pelo péssimo desempenho do setor exportador. Aliás, uma tendência observada desde o início do segundo semestre de 1986, em decorrência da exacerbação da demanda interna e do congelamento da taxa de câmbio pelo Plano Cruzado. Nos primeiros cinco meses de 1986, o país atingiu um superávit comercial de 5,1 bilhões de dólares, enquanto que no mesmo período deste ano, o saldo comercial alcançou US\$ 2,1 bilhões – uma queda de 58,7% – mantendo-se na taxa anual de “apenas” US\$ 5,4 bilhões.

No plano interno, seguindo a estratégia esperada de realinhamento de preços pós-cruzado, a inflação atinge em janeiro o patamar de 13,2% (IPCA) ou 16,8% (INPC), e mantém-se em escala ascendente quando, em maio ultrapassa os 20% mensais (IPCA de 22,09% e INPC de 23,2%). A escala móvel para reajustes salariais (20% de correção automática toda vez que a inflação acumulada a partir do último reajuste atingisse esse nível), torna-se, de fato, um obstáculo ao controle da retomada do processo inflacionário: todas as categorias passaram a ter reajustes mensais da ordem de 20%. O semestre é encerrado com uma taxa de inflação em torno de 25%. Obtém-se, assim, mais um triste recorde para a história econômica do país. A taxa média de desemprego⁵ nas seis principais regiões metropolitanas do país, que havia atingido o nível de 2,16% em dezembro de 1986 – o mais baixo desde o início dos cálculos de desocupação da PEA pelo IBGE – caminha para os 4% ao final de junho.

Por outro lado, para um IPCA acumulado de 115,8% entre janeiro e maio de 1987 (ou

INPC de 126,9%), a taxa de remuneração das LBC's acumulou 113,6%. Na melhor das hipóteses, uma taxa real de juros insignificante face à conjuntura acima descrita – se se entende que numa fase de realinhamento de preços, o custo de estocagem deve ser mantido elevado para não estimular a especulação, comprometer o abastecimento, a própria taxa de inflação, etc. Nesse ponto, deve-se salientar, porém, um dilema que caracteriza a economia brasileira: sabe-se que taxas de juros elevadas aumentam sobremaneira o custo de rolagem da dívida pública interna e, portanto, o déficit público como uma bola de neve. Sabe-se, também, que os juros são um componente não desprezível na formação de preços. Assim, o impacto dos juros sobre a taxa de inflação será tanto maior quanto maior for a capacidade de repasse dos segmentos que dependem de capital de giro provenientes do sistema financeiro.

Ainda no ambiente doméstico, o fechamento do primeiro semestre caracterizou-se pela substituição do Ministro da Fazenda. No lugar do Sr. Dilson Funaro, o PMDB (partido majoritário da Aliança Democrática) “indica” o economista Bresser Pereira.

Em 12 de junho de 1987, há mais um fato novo: o governo decreta, mais uma vez, um conjunto de medidas econômicas – popularmente chamado Plano Bresser – com as seguintes características:

1 – o “cruzado futuro” é desvalorizado pelo “cruzado presente”, a uma taxa mensal de 15% – i.e., repete-se a “tablita” do Plano Cruzado;

2 – os salários referentes ao mês de junho e, de modo geral, pagos em julho, são reajustados pelo “gatilho” (20%) de maio;

3 – o resíduo da escala móvel – que só no mês de junho atingiu 26% – fica congelado por 3 meses e será pago em 6 “prestações” aos trabalhadores;

4 – cria-se a URP (média aritmética da taxa de inflação de julho e agosto – agora medida do dia 15 de um mês a 14 do mês seguinte), que servirá de base para os reajustes salariais do trimestre setembro-novembro;

5 – todos os preços, salários e aluguéis ficam congelados por 90 dias, após o que iniciar-se-ia o chamado “período de flexibilização” dos preços;

6 – o câmbio, que já havia sofrido uma desvalorização real de 9,5% em maio, é mیدهvalorizado em 9,5% – 3 dias após a ado-

ção do novo Plano.

É nesse quadro de instabilidade e de profunda incerteza que surge o segundo fato novo: como a moratória brasileira recém atravessara os primeiros e nervosos cem dias, sem possibilidade de alteração de rumos no curtíssimo prazo, os banqueiros internacionais iniciam o chamado "reforço de suas reservas". Inicialmente o Citycorp – um dos maiores credores – alocam US\$ 3 bilhões para créditos duvidosos, sendo em seguida acompanhado de parceiros do porte do Bank of America, Chase, Manufacturers Hanover Trust, Chemical Bank, etc. E a onda espalha-se pela Europa. O Banco da Inglaterra apela aos principais bancos credores da Grã-Bretanha (Midland, Lloyds, BancLays, N. Westminster) para que também aumentem suas reservas técnicas. As reservas adicionais dos bancos norte-americanos haviam atingido US\$ 16,7 bilhões em meados de julho.

No caso dos bancos norte-americanos, a legislação exige que os débitos não liquidados sejam reclassificados em função do número de dias do atraso⁶. Embora o postifólio dos bancos sofram com o aumento de créditos do tipo *substandard*, *doubt full*, etc., não houve, até o momento, pânico no mercado financeiro internacional. As linhas de crédito de curto prazo e depósitos interbancários para o Brasil, já referidos, vêm sendo mantidos (apesar do ligeiro aumento nos *spreads*), talvez pela *rationale* do sistema, anteriormente mencionado.

A nível internacional, a crise da dívida externa dos países do Terceiro Mundo exacerbou, em período recente, uma velha prática dos mercados financeiros: a venda de títulos de créditos nos mercados secundários, com desconto do valor de face. O conhecido "deságio" nesse tipo de operação para os créditos brasileiros oscila em torno de 35 e 50%.

No caso da dívida externa, a prática ganhou uma nova dimensão – qual seja, a possibilidade de conversão desses "créditos desvalorizados" em investimentos diretos nos países devedores com uma eventual divisão do deságio entre investidor e país devedor-receptor. Assim, um investidor estrangeiro poderia comprar de um banqueiro um título de crédito com valor de face de US\$ 100 milhões, por, digamos, US\$ 60 milhões e transformar o título em moeda corrente do país devedor, com a finalidade de adquirir, por exemplo, uma empresa nacional. Alguns países, como o México, Chile e Argentina vêm experimentando a chamada "conversão da dívida externa".

No Brasil, a febre da conversão produziu, em meados do corrente ano, um grau razoável de discussão⁷. Embora o exercício seja interessante – tanto do ponto de vista teórico, como de formulação de uma política econômico-financeira para o caso – o fato é que as necessidades de recursos externos do Brasil (na hipótese de não-repúdio aos débi-

tos, aos serviços da dívida, etc.), *vis-a-vis* o que representaria um volume de conversão que tivesse como parâmetro o ingresso de investimentos diretos no passado recente (últimos 15 anos), não seriam nem de longe preenchidas. Apenas para ilustrar, estima-se um hiato de recursos médios anuais de US\$ 7,2 bilhões para os anos de 1987 e 1988, referentes apenas a juros (não se trata, portanto, de dinheiro novo). Ora, a conversão atualmente "suportável" pela economia brasileira – levando-se em consideração o impacto sobre a política monetária e/ou sobre o endividamento público, sobre o próprio déficit fiscal no caso de conversões de dívidas do setor público, os fluxos anuais de investimentos estrangeiros no país durante os anos 70 e início desta década, os controles setoriais para evitar riscos de desnacionalização, etc., – seria da ordem de aproximadamente US\$ 2 bilhões. Portanto, a solução do impasse que o serviço da dívida externa vem gerando à economia brasileira pode, no máximo, contar com um plano de conversão que contribua para "amenizar" a questão e desde que a conversão refira-se aos juros vencidos, caso contrário teríamos uma redução no estoque da dívida, mas não necessariamente um alívio no balanço de pagamentos no curto prazo.

A tese da conversão ganha, todavia, outra dimensão quando se formula um plano de negociação da dívida (desvalorizada), em que:

1 – os títulos fossem adquiridos por um ou mais países superavitários (Japão e Alemanha, por exemplo);

2 – os países credores repassassem o deságio aos endividados (reduzindo, por conseguinte, o valor nominal dos débitos e seus respectivos serviços);

3 – os países credores depositassem esses novos títulos em um organismo internacional – o BIRD, por exemplo – para administrar o novo postifólio.

Assim, ter-se-ia a desova de parte dos dólares acumulados pelo Japão e Alemanha nos últimos anos; aumentar-se-ia a oferta de créditos aos bancos privados – com possível redução das taxas reais de juros e, finalmente, permitir-se-ia uma oxigenação aos países endividados face às novas condições para amortizar e servir seus débitos. Tal proposta passa, naturalmente, pela eliminação de *spread* e pela fixação de taxas de juros – "custos" que seriam bancados pelos países superavitários.

Como o Brasil poderia se encaixar em um plano de tal magnitude? A prática até agora conhecida envolve acordos com o FMI, de natureza recessiva, e que, definitivamente, não resolvem o problema. A hipótese de refi-

nanciamento do total dos juros de 1987, e de 60% dos juros de 1988 com *spread* zero alivia momentaneamente a crise, mesmo que a inversão na regra do tipo "acordo com os banqueiros em primeiro lugar, e com o FMI depois" vingasse. No ano que vem, rodar-se-ia o mesmo filme para os anos de 1989/90, e assim por diante – tentando-se substituir o amplo e ágil mercado financeiro internacional por um comitê de credores, com custos crescentes para os países pobres.

No caso brasileiro, a dívida externa vem sendo estatizada a taxas crescentes – especialmente após a crise de 1982. Os chamados projetos 2-83, B-84 e 2-85, 2-86 e 2-87 que se referem ao reescalonamento do principal (amortização de principal com vencimento em cada um dos exercícios indicados), têm como ponto comum o seguinte: os valores relativos à amortização – que naturalmente não vêm sendo pagos aos credores desde a crise – são, todavia, depositados no Banco Central. Ora, o principal vencido do setor privado e não reemprestado a este segmento está, obviamente, sendo absorvido pelo Estado brasileiro.

Com a decretação da moratória, os juros vencidos também estão sendo depositados no Banco Central. Em suma, após fevereiro de 1987 a dívida externa de médio e longo prazos estatiza-se a cada dia pelo valor do principal e dos juros que vencem. Uma firma está obrigada a depositar no Banco Central o valor dos juros e principal que deve aos estrangeiros. O país, porém, não quitava o principal desde a crise de 1982 e não quita desde fevereiro o principal e juros.

Por paradoxal que pareça, talvez esse fato intrínseco da moratória conduza a uma luz no fim do túnel: a absorção completa da dívida externa pelo Estado como trunfo nas negociações com os banqueiros e/ou países credores-compradores dos títulos. Em outras palavras, o risco da dívida externa passa, definitivamente, a ser o próprio país. Internamente, isso não desobrigaria, é claro, o setor privado de seus compromissos.

Observações finais

A declaração de moratória gera incerteza. Todavia parece claro que estamos diante de um *non-zero sum game*: embora ambos os parceiros joguem, ambos não podem ganhar. Se os banqueiros endurecerem o

jogo, cortando, por exemplo, o capital de giro do comércio externo brasileiro – a retaliação mais pesada e mais imediata – a economia brasileira, e, por conseguinte, a sociedade, poderão tomar rumos imprevisíveis: o leque nesse caso pode se estender do racionamento de bens e serviços a uma revolução social. O interesse político, econômico e financeiro das nações ricas sobre o Brasil (por várias razões, entre as quais por ser o líder do Terceiro Mundo, o líder dos NIC's, por ter um PIB de US\$ 240 bilhões, etc.) e o próprio estoque da dívida junto aos bancos internacionais sugerem que a alternativa será a renegociação plurianual.

Nesse momento, toda a nação deveria se concentrar na recomposição das reservas através de um programa rígido de exportações e importações e na estabilidade interna, pois uma nação debilitada domesticamente não tem cacife político para uma negociação favorável.

A estatização completa dos débitos externos pode indicar uma luz no fim do túnel. Nesse caso, a contrapartida da renegociação da dívida externa, para guardar coerência com as políticas fiscais e monetárias que serão adotadas internamente, deverá ser a renegociação da dívida pública interna – uma consolidação que passe por um deságio semelhante ao da dívida externa. Caso contrário, estaremos tentando cobrir um “santo” para, fatalmente, descobrirmos o outro. É nesse contexto que o governo deveria iniciar o resgate da dívida social no país. □

Juarez de Souza é economista, mestre pelo IPE-USP (1978) e Ph.D em Economia pela Universidade de Illinois (EUA), 1982; ex-professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Economia do PIMES-UFPE, atualmente professor adjunto do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB e Assessor Econômico do Senado Federal.

O presente estudo foi elaborado no final do primeiro semestre de 1987. No início do segundo semestre foi submetido para publicação e, desta forma, não incorpora a tese do ministro Bresser Pereira sobre a securitização da dívida externa brasileira (início de agosto), a experiência recente do caso mexicano, nem a regulamentação ora editada pelas autoridades monetárias do Brasil para a conversão dos débitos externos (Circular do Banco Central e decisões do Conselho Monetário Nacional). São fatos novos que, seguramente, justificarão outros artigos.

Notas

1. A desvalorização do dólar vis-a-vis as moedas fortes seria inexorável, tendo em vista os volumosos excedentes comerciais da Alemanha e Japão no final dos anos 60 e a conversão dólar-ouro pela França. Nada mais prudente que mudar as regras do jogo, declarando a inconvertibilidade do dólar.

2. Hiato de recursos – Saldo Transações Correntes – Renda líquida de capitais enviada ao exterior. Um hiato positivo e totalmente coberto com empréstimos externos significa entrada de “dinheiro novo”, de fato, no país.

3. O déficit fiscal dos Estados Unidos, por exemplo, é histórico. Trabalha-se com uma estimativa de déficit de 3,9% do PNB para 1987 e de 2,3% para 1988. Isso corresponde, em dólares, ao PIB brasileiro de um ano e quase duas vezes e meia a dívida externa brasileira.

4. Vide pronunciamento do presidente da República em 20.02.87 e Resolução 1263 do Banco Central. No começo de julho, a moratória é ampliada aos bancos e agências oficiais (Clube de Paris), quando o governo brasileiro suspende o pagamento do principal para não comprometer as reservas cambiais.

5. Calculada pela FIBGE com base na “relação entre o número de pessoas que estavam procurando emprego ou aguardando o resultado de proposta para ingresso no trabalho à época da pesquisa e o número de pessoas economicamente ativas (PEA), com idade igual ou superior a 15 anos”.

6. Há quatro tipos de classificação: 1 – special attention; 2 – sub-standard; 3 – doubt full; 4 – write off.

7. Vide J. Serra, “Conversão da Dívida: Realidade e Alternativas”, *Jornal do Brasil*, 02.08.87.

Referências Bibliográficas

1. Arida, P. e Lara Resende, A. – *Recessão e Taxa de Juros: O Brasil nos primórdios da década de 1980*, REP, 5 (1): 5-20, jan.-março 1985.
2. Bacha, E. *Prólogo para a Terceira Carta*, REP, 3 (4): 5-20, out.-dezembro 1983.
3. Banco Central – Brasil – *Programa Econômico: Ajustamento Interno e Externo*, maio 1985 e maio 1986.
4. *Conjuntura Econômica* – vários números.

5. Dornbusch, R. *O problema da dívida e as opções para sua redução*, REP, 5 (1): 40-68.
6. Marques, Maria S. B. e Batista Jr., Paulo N. *A Terceira versão do acordo Brasil-FMI*, REP, 4(2): 5-28, abril-junho 1984.
7. *Plano de Controle Macroeconômico – MiniFaz*, agosto 1987.
8. Pronunciamento do Ministro Funaro, no Comitê Interino do FMI – abril 1986, publicado in: *O Estado de S. Paulo*, 10-04-86, p. 26.
9. Senado Federal – *Comissão Especial da Dívida Externa – Pronunciamentos*:
 - Dilson Funaro – maio 1987
 - Fernão Bracher – junho 1987
 - Bresser Pereira – agosto 1987
10. Serra, J. *Conversão da Dívida: Realidade e Alternativas*, *Jornal do Brasil*, 02.08.87.
11. Souza, Juarez de. *Social Backlog in Brazil: a Parameter in the Renegotiation of External Debt*. Trabalho apresentado no XIII International Congress – Latin American Studies Association, Boston, Oct. 1986.

Resumen

REPENSANDO LA DEUDA

La estatización de la deuda externa no puede verse simplemente por la óptica de cambio de naturaleza del deudor, sino en el contexto de un país que lucha por la definición de un nuevo marco institucional – a partir de la promulgación de la nueva Carta Magna –, con un Congreso Nacional fortalecido, independiente del tipo de gobierno que se adopte. En suma, un sistema en el cual los recursos y los gastos públicos pasen, de hecho,

por la crítica de los representantes del pueblo. Un acuerdo internacional sobre la materia aprobado por el Congreso Nacional sería, seguramente, un avance en relación a la experiencia reciente.

Abstract

RETHINKING FOREIGN DEBT

The nationalization of Brazil's foreign debt cannot be examined solely from the viewpoint of a change in the nature of the debtor. Rather, it should be looked at in the context of a country struggling to define a new institutional landmark, beginning with the promulgation of the new Magna Carta, which will strengthen the hand of the National Congress, whatever system of government is eventually adopted. In other words, there will now be a system by which public revenue and expenditure will really be scrutinized by the representatives of the people. An international agreement on the subject, given the National Congress's seal of approval, would certainly be a step forward in relation to recent experience.

O PORTA-VOZ

Antonio Fausto Neto

Ilustração: Reza

Construindo a tagarelice...

O porta-voz não se constitui num "algo de novo" no cenário dos rituais do discurso político do país. As manifestações (simbólicas) presidenciais foram sempre mediatizadas por "palavras intermediárias". Entretanto, o que parece ser significativo, para dizer também sintomático, é o fato de que durante grande parte do mandato do último presidente do ciclo militar – o Gen. Figueiredo – a fala deste ter sido pronunciada, sistematicamente, pela articulação de um portador oficial. O porta-voz teve a missão discursiva principal de, pelo recurso da repetição, negar sempre uma fala atribuída ao presidente, produzindo um desmentido de algo anteriormente anunciado e, posteriormente, negado pelo presidente.

Esta reflexão procura entender e suscitar algumas interpretações sobre o problema da inscrição da subjetividade na construção do discurso político. Este entendido como mito, isto é, uma fala, como diz Barthes, não uma fala qualquer, mas um modo de significação, e que se caracteriza pela maneira como a mensagem é proferida.

A emergência deste suporte discursivo – o porta-voz – somente pode ser entendida se se procurar conhecer algo do "monumento" do sujeito, como lembra Lacan. Assim, no percorrer topográfico da biografia do sujeito, pode-se resgatar a questão da subjetividade, especialmente como ela se instaura na fala e como faia. O estilo é sempre o resultado singular de um processo no interior do qual desponta o sujeito crivado pela disposição simbólica. E o seu discurso determinado pela especificidade das suas "condições particulares de produção".

De que sujeito se fala? Que discurso se busca compreender?

O Pai, um rival?

O presidente pertence a uma família de militares. Seu avô foi combatente na Guerra do Paraguai, país onde Figueiredo cumpriria, mais tarde, missão militar. Além dele, dois dos seus 5 irmãos chegaram ao generalato, a

exemplo do seu pai. Seu nascimento, em 1918, ocorre num contexto em que o pai exerce a vida militar articulada com movimentações civis. Antes do nascimento do presidente, seu pai combatera o movimento messiânico do Contestado. Pouco depois, ajuda a debelar um foco insurrecional na escola militar, solidário com o "movimento dos tenentes". É um dos responsáveis pela modernização do Exército brasileiro, através de estágio, ainda como jovem militar, realizado no Exército Prussiano. Funda a revista "Defesa Nacional". Bem antes, ainda como aluno da escola militar, tomou parte na revolta contra a vacina obrigatória, iniciativa que lhe valeria seu desengajamento temporário do Exército.

A infância do presidente é marcada de breves contatos com o pai, pois já aos 5 anos de idade ele ingressa numa escola de religiosas espanholas. É internado, posteriormente, no Colégio Marista, de onde sai, aos 10 anos, para o Colégio Militar no Rio Grande, para onde fora transferida a família. Um ano depois, em 1930, seu pai é preso. Libertado, ele passa a conspirar e vem a se constituir em um dos principais líderes da revolução constitucionalista de São Paulo, em 32, o que lhe vale o exílio em Portugal.

A transição da adolescência do presidente é marcada por registros fortes, no que diz respeito à trajetória do pai. Quando o presidente está prestes a entrar na Escola Militar, aos 17 anos, seu pai tenta se eleger deputado, algo em vão. Um ano após Figueiredo ter logrado o aspirantado, seu pai é preso por ter feito oposição ao Estado Novo. Isso no ano em que Figueiredo recebe promoções no Exército, para as funções de segundo-tenente.

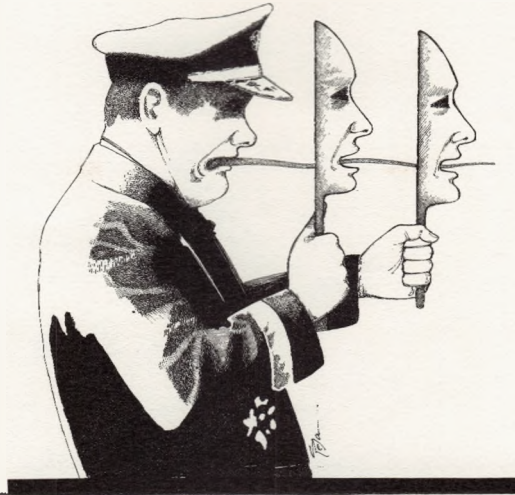
Durante 4 anos, seu pai permanece recolhido na Fortaleza de Santa Cruz, onde aproveita para escrever para os jornais do Rio de Janeiro, sob o pseudônimo de um "observador anônimo". O presidente, na caserna, desempenha cargos técnico-militares, pelo que recebe as promoções previstas. Libertado, o pai se entrega à política. É co-responsável pela fundação da antiga UDN, elege-se parlamentar constituinte, onde defende a

Durante um período recente, um determinado estilo enunciativo caracterizou o funcionamento do discurso político no Brasil. A nação assistiu a um jogo desenvolvido por sujeitos da cena política cuja regra básica consistia na repetição do desmentido e cujo ator central era a figura do porta-voz, instância delegada a suportar o discurso do presidente da República.

"Ontem eu disse que não.
Hoje eu digo que sim..."

"Às 9 horas está perfilado no terceiro andar para aguardar a chegada de Figueiredo, que mal costuma lhe tributar um aceno de cabeça, quando está tudo bem; quando está tudo mal, Figueiredo resmunga-lhe uma queixa sobre alguma coisa que leu e não gostou. Tem de desmentir, costuma apostrofar".

"Eu pensei que pudesse agir, fora do quartel, como agia dentro. Aí é que me dei mal. A massa era completamente diferente".
(ISTOÉ, 30.1.85)



ampliação da anistia, pede a extinção da polícia especial, algo que muitos anos depois seria transformado nos órgãos de informações. Defende a não-cassação de parlamentares comunistas. É companheiro parlamentar de Jorge Amado, e é quem encaminha a Lei de Direitos Autorais elaborada pela Associação Brasileira de Escritores.

Em 1954, retira-se da vida pública, após ter submetido seu nome, em vão, ao voto do povo, tendo em vista sua eleição para deputado federal. Nesta época, ele publica o livro "Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932". Morre em Campinas em 1963.

Seu filho, o presidente, passa 32 anos na caserna desempenhando funções especificamente militares. Somente em 1961, aos 43 anos, começa a desempenhar funções militares de abrangência civil. Nesta época, no governo Jânio, assume elevado cargo no Conselho de Segurança Nacional. Dois anos após a perda do pai, assume a representação do SNI no Rio de Janeiro, indo depois chefiar a Força Pública de São Paulo. Em 66 comanda o III Exército, já no Governo Médici, que o desloca daquelas funções para a chefia do Gabinete Militar, de onde sai, finalmente, para assumir as tarefas de oficial de informação, até sua nomeação para a presidência, em 1979.

Na cronologia destas duas histórias, merece ser destacado que o período da formação técnico-profissional militar do presidente contracenava com a intensa vida política, de natureza civil, vivenciada por seu genitor. Este, já cadete, faz levante na escola militar. Mais tarde inclina-se a favor da campanha presidencialista civil de Rui Barbosa, aos 27 anos. Com 30 anos funda uma revista. Aos 31 participa do Contestado. Aos 47 experimenta o exílio. Na faixa de 50 a 55 anos experimenta a prisão. Aos 60 se elege deputado. Após, escreve.

De sua parte, o filho, além de ter ocupado sua vida com os "affaires" militares, desfrutava das promoções, ao contrário do pai que amargava os castigos e as privações. Ao contrário do pai que se valeu de várias tribunas públicas (a imprensa, o parlamento, o partido político), o

presidente exerceu cargos marcados pelos traços do silêncio e da mudez.

Este contraste de "estilos" é algo que ultrapassa sua infância e alcança a maturidade.

São duas trajetórias construídas por ações diferentes. O pai, desde cedo, mistura a caserna com a política, submetendo-se ao ritual da vida parlamentar e do sufrágio, bem com ao debate das idéias. Isto lhe vale as privações e algumas subtrações. Entre os 40 e 60 anos experimenta a chefia de uma revolução, o exílio, o jornalismo, a prisão e o parlamento.

O filho, na mesma idade, esteve sempre a serviço do Exército, no SNI (lugar onde "devia ficar mais encolhido ainda (...) quando eu desapareci de circulação ninguém mais me viu", – Veja 1.9.79, p. 16), no ritual da instrução, da cavalaria, da guerra psicológica, e de uma disciplina que lhe impõe posteriormente a presidência como missão a ser cumprida, enquanto soldado.

Como se vê, em anos diferentes – ou em épocas distintas – pai e filho enfrentam, quando portadores das mesmas idades, mundos específicos, através de exercícios diferenciados da palavra e da subjetividade. Um vive a política por paixão. Outro o faz por obrigação. Ambos são obrigados a se retirar da vida política. Um, coerente, porque seu nome não fora sufragado pelo voto direto. Outro, desencantado, porque não conseguirá eleger seu candidato. Um não se permite – ou não deseja – ser esquecido. Pelo contrário. Sem o parlamento, adota o ofício de escrever, produzindo uma memória sobre seus engajamentos cívicos. O outro pede para não ser lembrado. Quer se recolher, porque tem vontade de nada falar...

Um novo signo?

O presidente é o novo signo de um estilo presidencial que se diferencia dos seus colegas militares que estiverem anteriormente na chefia do governo. É preparado como embalagem. Mudam-lhe os óculos. Quando em campanha pronuncia mais de 110 discursos e algumas milhares de palavras em entre-

vistas (Veja 7.2.79). Monta a cavalo e se deixa fotografar em trajes atléticos, fazendo ginástica, mandando dizer com isso à Nação que está em forma. Simplificam-lhe o nome. Não mais general. Tampouco presidente. Nem muito menos o João Batista dos programas de humor da televisão. Simplesmente, o João. Na campanha política tenta convencer do seu civismo e do seu gosto para política. Faz juras e promessas, ficando célebre pelo enunciado "prendo e arrebeito quem for contra a abertura".

A palavra delegada

O presidente que na campanha eleitoral discursa acaloradamente assusta-se quando, poucos meses após sua posse, ao sair pelo país, recebe vaias e fica furioso porque ofensas são dirigidas à sua mãe. Isto o forçou a subverter o protocolo e sair no corpo-a-corpo com manifestantes.

Um ano depois, em 80, manda seu "delfim" – o chefe do SNI – demitir o seu primeiro porta-voz, que na realidade foi quem transformou, na linguagem dos publicitários, a "imagem" do general... O ministro da Comunicação Social é demitido porque houvera feito declaração política – de cunho próprio –, o que aliás lhe valerá o comentário de um auxiliar do presidente: "não é possível agora o Faraht está falando sobre política". Recorde-se que o ministro demitido era a pessoa credenciada para falar pelo governo. Recorde-se ainda que meses antes Faraht demitira seu colega – co-porta-voz Alexandre Garcia – porque aparecera pousando, com peito nu, entre lençóis, na revista *Ele e Ela*. Lembrem-se que Garcia é o responsável pela penúltima entrevista que Figueiredo concede, antes de deixar o governo, ocasião em que pede para que o esqueçam...

O novo porta-voz escolhido é um diplomata de carreira, que permanece no cargo até os últimos dias do governo.

Até os anos 83, o porta-voz é apenas um sujeito que divide com o presidente seus pronunciamentos. Isto porque o presidente, não atemorizado com o primeiro incidente, prefere discursar diretamente, sem interme-

diários, indo aos palanques e aos meios de comunicação para pedir votos para candidatos, nas eleições de 1982. Desfila ao lado de passistas de escolas de samba. É advertido pelo tribunal eleitoral por estar burlando a lei eleitoral, a quem responde dizendo que "não há lei neste país que me impeça de dar minha opinião", desejo este ratificado posteriormente: "Amanhã, se houver necessidade de interferência de lei para assegurar a liberdade de expressão, vão dizer que foram as forças da repressão e que o processo de abertura falhou. Podem dizer os argumentos que entenderem. Mas eu vou usar os meios legais para falar em praça pública". Ainda: censura jornalista por não gostar da forma como uma pergunta lhe fora feita.

Depois das eleições de novembro de 1982, há um refluxo e, conseqüentemente, uma mudança no estilo discursivo do presidente. Ele silencia e, à exceção de pronunciamentos protocolares, passa a falar pela intervenção quotidiana do porta-voz, o embaixador Átila.

Mudez disfarçada

Em que consiste este agenciamento discursivo? Trata-se de uma estrutura enunciativa composta de dois níveis distintos: um domínio externo – o lugar situacional do fazer, e um outro interno, denominado como a dimensão subjetiva do dizer.

A tradição da pesquisa, de inspiração lingüística, sobre a análise do discurso, diz: "Suponhamos que X pretenda ser somente o porta-voz de Y (dessa forma o padre é considerado, em determinadas circunstâncias, o porta-voz de Deus, bem como ainda um quadro subalterno pode se apresentar como o porta-voz de um quadro superior do qual ele relata ordens; desde que se recite ou se leia um texto, ainda que não tenha sido redigido pelo subalterno, se é igualmente porta-voz. Isto não impedirá de se considerar X como o sujeito das palavras que efetivamente pronunciou, atribuídas a Y, e de se interessar pelas motivações e mecanismos acionados para que X preencha a atividade lingüística que foi a sua" (DUCROT, p. 29, 1980).

Esta concepção guarda suas proximidades das diferentes definições apresentadas por fontes especializadas, para quem o porta-voz é concebido como: "funcionário autorizado para divulgar, de maneira oficiosa, a opinião de um governo em algum assunto" (nuevo diccionario ilustrado Sopena de la lengua española. Barcelona, 1970); "aquele que fala em nome de outrem" (Grande dicionário enciclopédico Novo Brasil ilustrado, SP, 1970) "Interlocutor, representante" (Dicionário Barsa. Português/Inglês). Ou, finalmente, "pessoa que toma a palavra em nome de um outro, de uma assembléia, ou de um grupo" (Petit Robert, Paris, 1973).

Por lugar situacional do fazer, entende-se aqui o lugar do sujeito do enunciado, "um sujeito social de identidade designada pelo exterior; é o lugar do código, das regras e das leis comunitárias (Valejo). A dimensão subjetiva do dizer refere-se ao plano da enunciação. Construído por uma situação enunciativa externa – através das convenções da cultura política – ele, o porta-voz, é nomeado também pelo agenciamento da linguagem como significante, ao mesmo tempo em que pelos significantes que nomearão e articularão uma relação fronteira de presença/ausência com aquele que regula a sua fala.

Como se poderia ilustrar o dispositivo enunciativo do porta-voz? Pode-se dizer que a organização interna do dizer supõe dois níveis: de um lado, um sujeito dos enunciados, um eu, a figura institucional do porta-voz. De outro, um EU I, o presidente da República, que faz falar o porta-voz a partir do processo enunciativo engendrado de outro lugar. Define-se aí uma estrutura, no interior da qual alguns lugares são ocupados, cujo exercício passa a ser praticado por determinado(s) personagem(ns), a partir de certas regras e convenções lingüísticas. Assim sendo, tem-se um conjunto de situações pelas quais o porta-voz transpõe a fala do presidente:

A – 1º nível enunciativo – Figueiredo autoriza porta-voz

Ele disse que eu diga que ele disse
| | |
/presidente/ /porta-voz/ /presidente/

Exemplos:

como o porta-voz se sente autorizado?

(1, 2 e 3)

(1) "O presidente Figueiredo reuniu-se ontem com ministros da Casa, extraordinariamente, por mais de hora e meia, após o expediente, para uma avaliação de cunho político. A revelação foi feita pelo porta-voz da Presidência Carlos Átila, que no entanto acentuou ter recebido "ordem expressa do próprio presidente para não avançar em detalhes" (...).

Os repórteres insistiram se havia alguma relação entre o encontro e a campanha pró-diretas em andamento no país: "Não fui autorizado a revelar. (...) Recebi apenas essa informação genérica do presidente e estou passando a vocês" (FSP, 14.2.84).

(2) O presidente Figueiredo não aceita negociar a data das diretas fixadas em sua emenda para 1988... A afirmação é do porta-voz Carlos Átila (...). Ele disse que Figueiredo lhe pediu que desmentisse notícias veiculadas na imprensa de que ele aceitava negociar a data das diretas (...) (FSP, 27.4.84).

(3) "O presidente está determinado a assegurar a estabilidade do processo sucessório nos termos da lei." A afirmação é do porta-voz da Presidência Carlos Átila (...). "Eu falo pelo presidente. Agora, pelos adversários e pelos inimigos do presidente eu não posso falar" (...) (FSP, 30.10.84).

B – 2º nível enunciativo – Figueiredo autoriza porta-voz

A mesma estrutura anterior também é válida para aquela situação em que o presidente delega que porta-vozes outros sejam os intermediários de suas palavras, conforme os exemplos (4, 5, 6, 7 e 8).

(4) "Dizendo-se porta-voz de Figueiredo, ao sair da audiência, Maluf afirmou que foi autorizado a informar que o presidente "apoiará o político que ganhar a convenção" (FSP, 19.6.84).

(5) "Morro aqui, mas não haverá golpe, mesmo porque nas Forças Armadas não há um só general que esteja contra seu governo. Isto foi o que assegurou o presidente João Figueiredo em audiência que con-



cedeu ontem ao deputado Alcides Fonseca, do PDT do Rio de Janeiro (...)" (Tribuna da Imprensa, 6.9.84).

- (6) "O presidente Figueiredo poderá não encaminhar ao Congresso nenhuma proposta de emenda constitucional a curto prazo reestabelecendo as eleições diretas. Ele manifestou-se em conversa com o senador Maciel (...). Após uma hora de conversa com o presidente, Maciel assegurou que ouviu do próprio Figueiredo a afirmação de que não há data marcada para o envio de qualquer emenda ao Congresso (...)." (7) "O presidente Figueiredo está aborrecido com as seguintes críticas surgidas nos últimos dias sobre a carga horária de trabalho que tem dado à Nação. Quem captou este estado de ânimo foi o deputado pró-indiretas Alcides Franciscato (PDS-SP), após almoçar ontem na Granja do Torto" (FSP 14.02.84).
- (8) "O presidente Figueiredo garantiu ontem, ao governador Franco Montoro, que as regras do jogo sucessório serão mantidas, em audiência que durou 55 minutos (...). Empolgado com as afirmações do presidente da República, Franco Montoro pediu autorização para reproduzi-las, na entrevista com os jornalistas, e foi prontamente atendido: "Diga tudo sem restrições" (FSP 8.11.84).

C – 3º nível enunciativo – Figueiredo desautoriza porta-voz(es)

A sucessão de desmentidos e a própria desautorização dos porta-vozes caracteriza um dos níveis do estilo enunciativo da fala presidencial.

O(s) porta-voz(es) antes autorizado(s) a falar é/são ordenado(s) pelo presidente a desmentir e a retificar informações que anteriormente lhe foram atribuídas. Dessa forma, organiza-se uma estrutura significativa cujos movimentos – a negação na repetição – fazem emergir uma espécie de sintoma enquanto mensagem.

O funcionamento deste nível enunciativo pode ser ilustrado com as situações exemplificadoras (10.a até 10.g).

(10.a) "O porta-voz desmente a si mes-

mo"

Ele disse que eu dissesse que ele não disse

(presidente) (porta-voz) (presidente)

Situação anteriormente afirmada:

(Ele disse que eu dissesse que ele disse)

"Presidente, e o comício de um milhão de pessoas? – Se eu estivesse lá, seria a milionésima primeira" (...)

(...) O diálogo entre o presidente Figueiredo e seu amigo, deputado Francisco Franciscato, do PDS, ocorreu no Marrocos e foi reproduzido aos jornalistas em Madrid, pelo parlamentar. De acordo com seu relato, Franciscato ouviu ainda de Figueiredo a seguinte observação: "Essa bandeira é minha. É minha e do povo brasileiro. Porque fui eu quem levantou na África a bandeira das eleições diretas" (FSP 12.4.84).

(10.b) Situação ulteriormente desmentida

(Ele disse que eu dissesse que ele não disse)

"O presidente recebe a reprodução fotográfica das primeiras páginas dos principais jornais brasileiros. Nelas, a presença unânime de Figueiredo, milionésimo-primeiro participante do comício do Rio (...). A reação do presidente: não dissera nada do que estava nos jornais ao deputado Alcides Franciscato. Inicia-se uma caça ao parlamentar. Finalmente, recebido por Figueiredo, ouve a pergunta: "Poxa, Franciscato, quando te disse isso?". O deputado tenta se explicar, "não foi bem assim..."

(...) "Eu interpretei mal o seu pensamento". "Como é que você interpretou mal meu pensamento se eu não lhe disse nada?" "Não, é que eu sou engenheiro, não sei me expressar bem. Por isso dei uma interpretação má do seu sentimento. Mas eu só quis lhe ajudar, prestar um serviço a favor de sua bandeira pelas eleições diretas (...)." Franciscato é instruído, não uma, mas várias vezes a desmentir nos termos devidos, como reproduziu o porta-voz Carlos

Átila. O deputado Alcides Franciscato reconheceu que errou ao atribuir ao presidente a afirmação. Confirmou que conversou com o presidente sobre o comício, mas admitiu que a frase atribuída a Figueiredo não passou de fruto de sua imaginação. O que me arrependo é ter dito aquilo. Irritado e tentando evitar a imprensa, o deputado (...) disse: todos nós na vida temos equívocos. E paguei caro por isso. Muito caro mesmo. Qualquer declaração adicional que vocês quiserem perguntem ao Carlos Átila. Ele é que é o porta-voz" (FSP e JB, 13 e 14 de abril de 1984).

(10.c) O porta-voz desmente porta-voz

Ele disse que eu dissesse que ele não disse

(presidente) (porta-voz) (presidente)

o que ele disse

(porta-voz X)

a) Situação anteriormente afirmativa:

"O presidente Figueiredo deseja que o deputado Paulo Maluf e o ministro Mário Andreazza sigam o exemplo do vice-presidente Aureliano Chaves e do senador Marco Maciel e concordem em retirar suas candidaturas à presidência (...). A informação foi dada ontem, em SP, pelo porta-voz do Planalto Carlos Átila antes do presidente embarcar para Brasília", (CP 10.05.84).

b) Situação ulteriormente negada:

"O presidente Figueiredo afirmou ontem ao senador e presidencialista Marco Maciel, ao empresário Mário Garnero e ao ex-governador Antônio Carlos Magalhães que não pediria a renúncia de nenhum dos candidatos à sucessão, em favor de um nome de consenso (...)." (10.d) Porta-voz desmente a si mesmo

Eu digo que não disse

(porta-voz) (porta-voz)

(...) "Quando Átila desligava, entrou o próprio Andreazza com uma cópia do telex



ciador externo não desmente diretamente, mas organiza as maneiras de negar. Não se permite falar sem o intermediário – salvo nas circunstâncias de raros pronunciamentos protocolares, pelo rádio e TV, cujos códigos asseguram-lhe a condição de ser falante solidário de sua própria solidão, e não se sentir ameaçado pelas “perturbações” da Nação interlocutora. Reserva a si o desmentido, pronunciado na “trombeta” do porta-voz, que pela repetição estrutura uma cadeia cujos significantes transformam-se em significado provisório, através da denegação.

Não se trata de observar a repetição apenas como um signo lingüístico, mas como algo de natureza simbólica, segundo o espírito de Freud, para quem a repetição é a transferência do passado esquecido. No interior desta estrutura se produz o desmentido, que deve ser apreendido como um sintoma que, enquanto manifestação simbólica, mantém relação com outra cena.

Treinado a não falar, mas a proceder “escutas perversas”, a ordenar e a cumprir ordens, a Presidência não é para ele um lugar de prazer, mas de sacrifício. Não se trata de uma estrutura de simbolização, mas espaço de perda. De destruição mesmo. Não parece sintomático a frase que o presidente pronuncia momentos antes de uma solenidade, dias após sua investidura na Presidência? “Hoje vão enfiar uma corda no meu pescoço” (Veja 21.3.79). A política lhe evoca o amargor e a decepção:

“Agradeço a vocês essas manifestações que muito me desvanecem. Mas devo dizer com toda sinceridade que a experiência foi muito amarga para mim” (Discursos presidenciais, Recife 1 de novembro de 1982).

A política é também sinônimo de morte e de doença, temas que sempre aparecem associados em seus discursos: “Anteontem, recebi os resultados dos exames médicos periódicos a que me submete a ‘equipe de dotadores’ que me acompanha. Como era de esperar, os resultados não foram bons, taxa de colesterol alta (...) e outras tantas taxas que fazem de mim um quase moribun-

do” (Brasília, 6 de outubro de 1982, discursos presidenciais).

“E espero, após deixar o governo, nesse esforço que tenho feito para dar aos governos os representantes que eu acho que o povo de cada estado merece, para que eu possa retirar-me e aguardar a morte com a consciência tranqüila” (Curitiba, 8.11.82).

“Eu agora vou ser presidente da minha casa. Vou cuidar da minha saúde” (FSP, 1.10.84).

A política evoca-lhe ameaça e lugar de silêncio. Recorde-se que numa de suas “missões de saúde”, ao permitir a aproximação de jornalistas que, em seguida, formulavam perguntas, ele retrucou fulminante: “Isso já é desculpa para entrevistas”. A interlocução ameaça desestabilizá-lo. Ele não gosta de falar, à exceção dos rituais protocolares. Sobre tudo ele não gosta de ouvir falas que procedam de lugares não previstos. Sua reação a uma repórter que lhe fazia pergunta sobre sua saúde é típica: “Por que você não fica calada?” (FSP 1.10.84). “Vou falar, sim, mas com minha mulher ao telefone”.

Em 1984, no inesquecível momento das mobilizações pelas “diretas-já”, vários enunciadores provocaram o presidente, instando-o a falar fora da estrutura do porta-voz e mostrando-lhe o lugar onde estava. A Nação lhe devolvia o pai ausente, pela evocação do seu civismo. Os atores políticos, pediam-lhe que saísse da reserva e da emissão do próximo desmentido. Alguns, chegaram até mesmo a funcionar como uma espécie de “analista”, desenvolvendo-lhe a faculdade de falar, conforme o seguinte registro de uma entrevista que o vice-presidente Aureliano Chaves manteve com ele:

“Após manter audiência de uma hora com o presidente Figueiredo, ontem ao final do expediente, no Palácio do Planalto, o vice-presidente Aureliano Chaves proclamou ser evidente que o Brasil de hoje tornou-se um país completamente diferente. O presidente – informou – autorizou-me a divulgar o que ele disse mais eu então devolvi a ele a

responsabilidade, afirmando que não revelaria nada mais. Deixaria que ele o fizesse quando achasse conveniente”.

Na política ele tem várias diferenças com o pai. Rememora a faceta política do pai com melancolia ou, simplesmente, pela recusa em falar sobre ela:

“P – Tem-se falado muito sobre a influência que as idéias do general Euclides Figueiredo exerceram sobre o senhor. O senhor seria realmente um herdeiro do pensamento democrata do Gen. Euclides?”

“R – Eu acho que já se falou o que tinha que ser dito sobre isso. Eu tenho do meu pai as mais gratas lembranças de minha vida. Ele foi um homem excepcional, mas para mim foi um pai excepcional. Eu era garoto e ele vinha me ensinar a fazer uma “pipa” ou um balão. Mas não era uma pipa, ou um balão comum. Ele propunha, p. ex., que fizesse um balão em forma de pirâmide invertida, ou qualquer coisa assim, com tanto por tanto, na base e altura “X”. Eu fazia o balão ou a pipa hexagonal com tais medidas, e, com isso, aprendia matemática” (ISTOÉ, 5.4.78).

O presidente, um pouco antes de deixar o governo, fala e faz um pedido: ser esquecido e que não se fale de política perto dele. O registro faz pensar, por exemplo, que o sujeito quer fazer passar diante de si este lugar simbólico que é a Presidência, porque nele “não sou, mas estou...”. No enunciado estaria associada à questão da destruição e da morte. Vem ele nos dizer que, em relação a uma determinada estrutura significativa, ele foi personagem que resistiu e escapou à simbolização. Pela resistência repetiu. Pela repetição provocou a negação. Na repetição ele resistiu. Na negação ele insiste no registro vazio, na perda, no zero do significado (Barthes 65: 1977).

Entre o pai e o filho uma rivalização? O pai, o paradigma do civilismo, para quem a vida não é um previsto. Tem a alternância: conspira, agita, escreve, debate, reflete e narra a história. O filho, instrutor militar, a política lhe ocorre por acaso. No poder, duas lembranças

a dívida para com ele, bem como a sua impossibilidade de pagá-la. Daí, então, ele assume o seu próprio projeto (político) e o não-querer pagar a dívida. Assumir a Presidência com o despreparo para a política é reconhecer o não-pagamento dessa dívida. Em consequência, o seu desejo político não é desenvolvido por ele, mas pelo porta-voz.

"O presidente entre o ódio e o amor..."

Sujeito de uma trajetória diferente daquela do pai, o presidente recusou-se a falar. Quem sabe, a fala evocava algo que ele se recusara, mas que o pai fizera.

Nos momentos em que foi instado a falar, pelo reconhecimento do seu lugar, o presidente sentiu-se ameaçado. Certamente, admitiu que neste momento poderia estar pagando a dívida com o pai... Resistir? Desqualificada a sua fala, emudecendo passou a ter raiva de tudo aquilo que dissesse respeito ao enunciar-se. Falando através de outrem, mas autorizando a esta figura desmentir o que houvera falado, o presidente quer manter o rival. O pai. Continua, finalmente, devendo a um lugar que julga "ser maior que ele" (O grande OUTRO?), pois é assim que um sujeito convencionou aquele a quem deve...

Na permanência da mudez e na recusa em falar, o reconhecimento de que ele fica "devendo algo" que lhe é demandado: "Eu não vou responder nada" (janeiro de 1985).

A gramática nos lembra que a função sintática do hífen é a de ligar "os elementos das palavras compostas em que se mantém a noção de composição" (grifo nosso), isto é, das palavras compostas que mantêm independência fonética, conservando cada uma sua própria acentuação, porém formando o conjunto perfeita unidade de sentido" (grifo nosso) (AURÉLIO).

Mas se é correto dizer que a palavra está no lugar de outra coisa, entre porta e voz, não é conectivo articulante, mas um traço. Não apenas o traço gráfico do hífen. Mas um significante a desmentir a harmonia do sentido imposto pela competência, como pede a língua. Trata-se de um significante a assinalar não a composição sintática, mas composição discursiva, que é a não-correspondência entre duas falas. No discurso – lugar onde se inscreve a subjetividade – a barra (o traço, o estilo) entre a porta e a voz aí está não para estabilizar a articulação semântica das palavras, mas para simbolizar que entre um delegante e um delegado, um autorizador e um autorizado, há a história, funciona a resistência, se coloca o desejo. No jogo delegação da fala – negação da fala, a fala de denegação. Lembranças recusadas?

João Pessoa (Praia de Manaíra),
novembro de 1986.

□

Antônio Fausto Neto é professor-adjunto da Universidade Federal da Paraíba.

Trabalho apresentado na 7ª Jornada do Centro de Estudos Freudianos, Recife, novembro de 1986.

Bibliografia

- BLEICHMAR, Hugo. *O Narcisismo*. Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, 1985.
- ROZA, L. A. Garcia. *O acaso e repetição em psicanálise*. Zahar, RJ, 1986.
- VALLEJO, A. et alii. *Lacan – operadores da leitura*. Ed. Perspectiva, SP, 1979.
- BARTHES, R. *Mitologias*. Ed. Difel, SP, 1982.
- _____. *O prazer do texto*. Ed. Perspectiva, SP, 1977.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguistique générale*. Ed. Gallimard, Paris, 1974.
- MEZAN, R. *Freud – a trama dos conceitos*. Ed. Perspectiva, SP, 1982.
- LACAN, J. *O seminário. Liv. II – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Ed. Zahar, RJ, 1979.
- FREUD, S. *Obras Completas* (Tomo I, II e III). Ensaios:
- Psicopatologia de la vida quotidiana
 - Psicología de las masas y analisis del "Yo"
 - La negación
 - Recuerdo, Repetición y elaboración
 - Inhibición, Sintoma e angustia
 - Biblioteca Nueva, Madrid, 1973
- HOLANDA FERREIRA, A. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Ed. N. Fronteira, RJ.
- Dicionário Histórico Brasileiro 1930/1983 FGV/Forense, RJ, 1983.
- Enciclopédia Delta Universal. Ed. Delta, RJ, 1982.
- FLAHAUT, F. *Les paroles intermediaires*. Ed. Seuil Paris, 1981.
- DUCROT, O. *Analyses Pragmatiques*. In: *Communications*, (Actes des Discours, nº 32) Ed. du Seuil, Paris, 1980).
- FIGUEIREDO, E. *Discursos Parlamentares*. Sel. Int. de Vamireh Chacon – Câmara dos Deputados. Brasília, 1982.

Resumen

EL PORTAVOZ

No hace mucho, específicamente durante gran parte del mandato del último presidente del ciclo militar, un determinado estilo enunciativo caracterizó el funcionamiento del discurso político en el Brasil. La nación asistió a un juego, desarrollado en la escena política, cuya regla básica consistía en la repetición del desmentido. El personaje central era la, figura del portavoz, sujeto que, según ciertas reglas de convenciones derivadas de la cultura y del lenguaje, funcionaba como la instancia responsable en apoyar el discurso del presidente de la República.

Abstract

THE SPOKESMAN

In recent times, for a good part of the mandate of the last of the succession of military presidents, a particular style typified the workings of political discourse in Brazil. The Nation looked on at a game, played out in the political arena, the basic rule of which consisted in repeating official denials. The leading role in this game was played by the spokesman, a man who, in obedience to certain rules and conventions derived from culture and language, acted as a delegate, shouldering the discourse of the president of the Republic.

e duas referências. O estilo e a autoridade do pai. De outro, os ensinamentos do Exército. De um lado, a evocação da vida política, cujo cenário já se situava nos primeiros anos de sua vida. De outro, a racionalidade da outra "Escola", o Exército, que lhe ensinara, basicamente, a não falar. Na rivalização, dois desejos. No por acaso de sua escolha para a Presidência, um compromisso: viabilizar a transição. Apenas viabilizar a transição política ou viver este lugar como sendo algo a ver com estes dois desejos?

A Presidência é, pois, o lugar onde o sujeito se defronta com dois "projetos". Ao se preparar para ela, a fala fluida, muitos discursos, a exuberância do corpo, o "manual de pensamentos", um recado enfim dando conta do seu desejo e da sua aptidão para exercer este poder. Reencontro com o pai, ou apenas um "pai fantasmático"? O esquecido?

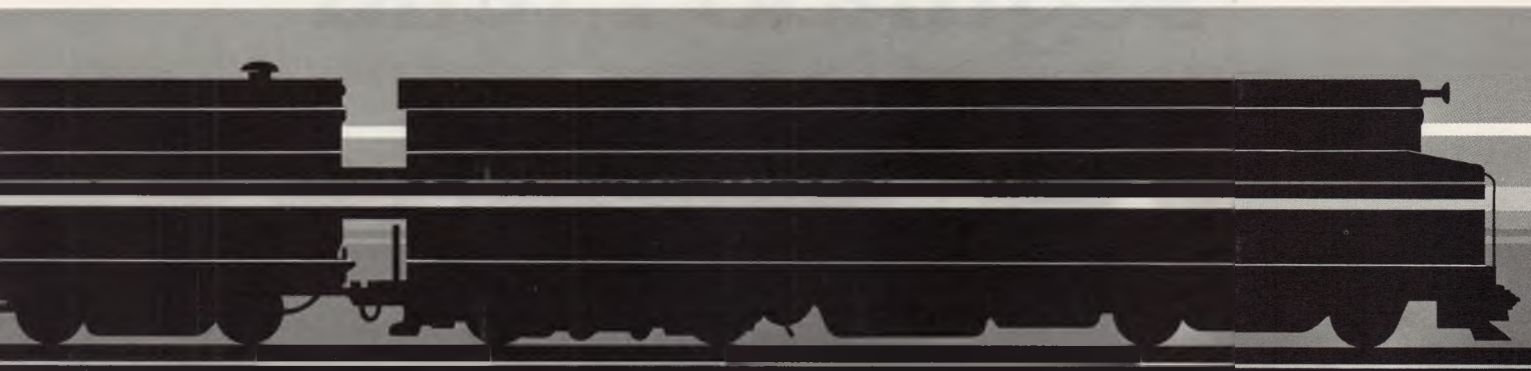
No exercício da Presidência, a doença, o não-falar, o querer ser esquecido, o morrer. O que lhe molesta a política? Esquecer um significante – o pai político – com quem ele não pode e não quer se confrontar?

O que o pai dispõe, ele não tem. O general-mudo não dispõe de fala. Seu pai dispôs da fala. Ele não encontra nela mesmo o caminho de chegar ao pai. Ele é um mudo. Ele assume a presidência como soldado, como tarefa que lhe foi passada. Estilos rivais, dívida instaurada?

Quando Aureliano diz para ele falar – negando-se a ser mais um porta-voz de seus desmentidos – chama o presidente para falar do seu lugar, a Presidência. Mas Figueiredo não fala. Recusa o caminho do recalcado, onde estaria o pai político? Mas se ele encontrasse o pai político o reconheceria, e assim pagaria a dívida. Reconheceria o lugar político. Esse caminho ele recusa percorrer, pelo que ele institui o porta-voz. Da mudez militar a uma nova mudez. Esta, uma espécie de tagarelice.

O porta-voz está aí sempre para dizer que ele não falou. Mas quando ele fala por essa estrutura – o desmentido –, isso quer dizer que ele tem um outro a ser esquecido, e uma dívida aberta. Falando e repetindo este esquecido, ele assinala o lugar do pai político,

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.



NOSSA ECONOMIA NOS TRILHOS

Com 43.000 vagões e 1.600 locomotivas, a Rede Ferroviária Federal é a maior empresa ferroviária da América Latina.

Uma empresa transparente, com números muitos claros.

De Porto Alegre a São Luiz do Maranhão, seus 23 mil km de linhas levam todo tipo de carga: minério de ferro, derivados de petróleo, cimento, produtos agrícolas e siderúrgicos, carvão mineral, etc... Uma carga essencial para o progresso do País. Somente no ano passado, 82 milhões de toneladas foram transportadas.

O equilíbrio financeiro alcançado, o aumento do índice de produtividade (de 150 mil funcionários, nos últimos anos, a Rede passou para 62 mil em 1987), os investimentos de US\$ 1,7 bilhão que estão sendo feitos na melhoria das linhas, o novo gerenciamento operacional. Esta é uma pequena mostra do que a Rede é hoje.

Se continuarmos nesse caminho, ferrovia como principal meio de transporte de carga, em breve nossa economia estará no mais certo dos lugares. Nos trilhos.



O preço da cultura segundo Freud

Richard E. Bucher

Segundo Freud, a cultura tem um preço, baseado na renúncia à mera procura de prazer. Renúncia, castração, limite, trabalho, culpa – eis a série de equivalências que fundamenta a cultura e constitui o seu preço. Cada sujeito tem que se responsabilizar para que este preço não seja exorbitante, para que a neurose da civilização não apague o seu desejo, nem sufoque o seu Eros sob o peso da culpabilidade.

O título pode parecer estranho – cultura tem preço? No âmbito da cultura governamental ou da cultura materializada em produtos de consumo, é claro que sim; mas no caso da cultura popular, da cultura indígena...? Cabe pois definir bem, em primeiro lugar, o que Freud, o que a psicanálise entendem por cultura. Didaticamente, podemos defini-la em oposição à natureza, no sentido biológico: conforme a psicanálise, a humanidade do homem (o seu caráter especificamente humano) desenvolve-se aos poucos, enquanto que chega, através de um complexo processo de aprendizado (cultural...), a ingressar no universo simbólico. Este, caracterizado pelas codificações, combinações e permutações dos elementos que o constituem, sendo não-biológico, transcende o reino da natureza e transforma o homem em um “animal simbólico” (Cassirer).

Esta distinção é capital em psicanálise. Ela se situa paralelamente àquela entre instinto e pulsão: à medida que a criança, em suas vivências e anseios, se afasta da estrita programação instintiva, desenvolvendo desejos e anseios pulsionais, ela ascende a uma outra dimensão, ou melhor, cria uma outra dimensão, propriamente humana. No entanto, este universo simbólico evidentemente precede a criança, já que existe no momento da sua concepção, sendo que ela tem que se iniciar aos poucos nesta nova dimensão, intersubjetiva por excelência.

Para que isto se torne possível, são necessárias duas condições: os pais, os familiares e adultos que a cercam, têm que ajudá-la, têm que lhe possibilitar esta evolução, abrindo mão de relações imaginárias possessivas que ameçam confinar a criança em redomas talvez cintilantes, mas esterilizantes. A criança tem que conseguir sair dessas redomas dualistas, para poder abrir-se no plano das relações humanas, para seguir o seu processo de maturação, para transformar-se em um ser falante, em um “sujeito”. Por outro lado, a criança também tem que “que-

rer” esta evolução, tem que se dispor a isto, tem que se desfazer de algo – mas de que? Eis a questão onde Freud introduz o problema do preço da cultura, isto é, do processo civilizatório (sem diferenciar pois, aqui, entre cultura e civilização, tomando-as, simplificadoramente, como sinônimas).

Este processo se baseia, segundo a tese de Freud, na renúncia a determinados desejos infantis; é deles que a criança teria que se desfazer, dos desejos de onipotência, de prazer permanente, de plenitude, de gozo absoluto... Esta renúncia, Freud a descreve como uma renúncia à pulsão (Triebverzicht), a um prazer pulsional, para que o trabalho da cultura possa desenvolver-se.

Mas esta renúncia encontra sérios empecilhos, visto que o anseio de prazer pulsional assedia a economia psíquica da criança (mas também do adulto, ainda) com uma insistência avassaladora, colocando permanentemente em perigo seus processos de adaptação, senão a sua sobrevivência. Somente através de um “trabalho” árduo consigo mesmo – para o qual o concurso dos pais, representantes da “lei”, é indispensável – é que a criança conseguirá, paulatinamente, pôr em cheque a veemência incondicional das suas pulsões, e pôr em diques o fluxo inexorável dos desejos que daí emanam, dirigindo-os para objetos e objetivos socialmente integradores.

De fato, a noção de trabalho se encontra cedo nos escritos de Freud; em 1900 ele fala do “trabalho do sonho”, mais tarde do trabalho de chiste, de luto... Todas estas noções implicam um processo econômico ou energético interno, visando à transformação de determinadas constelações intrapsíquicas, e notadamente às transformações do processo primário em processo secundário, produzindo não-somente as “formações do inconsciente”, mas também produções culturais, artísticas, científicas, etc. A noção de trabalho, portanto, não se limita à esfera intrapsíquica, mas aplica-se também à obtenção dos “bens

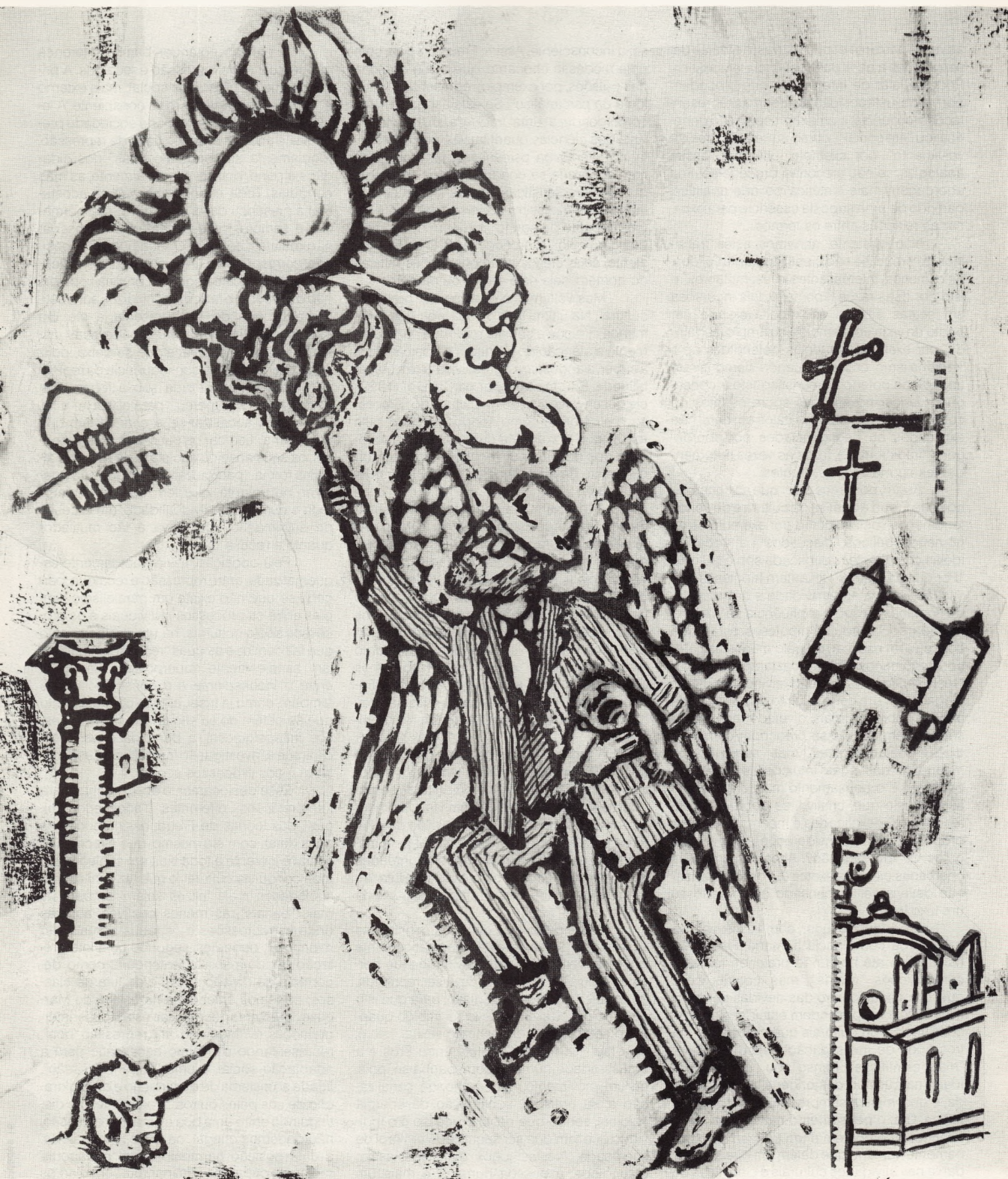
culturais”.

Resumindo, podemos dizer que a cultura, no sentido psicanalítico, consiste nas produções simbólicas, realizadas pela interação humana sob determinadas condições adversas; o preço que se paga pela cultura é o preço do trabalho, ao qual estamos condenados desde as origens da humanidade, como o atesta de maneira simbólica o mito bíblico. O refinamento do homem, podemos acrescentar, representa precisamente aquilo que Freud chamou de *Kulturarbeit*, comparável com a drenagem e a secagem da *Zuidersee* holandesa ou de um pantanal qualquer, seja este intrapsíquico...

Contudo, referir-se às origens da humanidade significa colocar uma questão embaraçosa: onde situar esta origem, como entendê-la e como estabelecer um vínculo com a maturação da criança da qual falamos? Com outras palavras, estamos diante da comparação entre o desenvolvimento filogenético e o ontogenético, comparação freqüentemente usada por Freud (em conformidade, aliás, com o espírito de sua época), quando dirige a sua atenção para problemas sociais e culturais.

O que é pouco conhecido – até pelos próprios psicanalistas de hoje – é que a metade dos trabalhos publicados por Freud dedica-se à análise de problemas sociais, no sentido amplo. Freud propõe extrapolações, às vezes ousadas e problemáticas, dos conhecimentos obtidos pelo trabalho clínico. Lembro os quatro trabalhos mais importantes que seguem esta linha de raciocínio: “Totem e Tabu”, “O Mal-Estar na Cultura” (ou Civilização), o “Futuro de uma Ilusão”, “Moisés e o Monoteísmo”.

Da parte de grande número de sociólogos e antropólogos, estes trabalhos encontram fortes críticas quanto à metodologia e ao enfoque adotado. Tais críticas sem dúvida são justificadas: não se trata de análises rigorosas dos processos sociais e dos seus determinantes, mas, como já frisamos, de extrapolações,



às vezes bastante especulativas, de idéias desenvolvidas a partir da experiência terapêutica. Pode-se falar de inferências que procedem por via da justaposição de algumas representações (ou idéias) a uma representação genérica (ou "essencial"), como aquela de "desenvolvimento", por exemplo; utilizando assim analogias, se não alegorias, procede-se uma abordagem mais sintética do que analítica, partindo de uma suposta essência para explicar as relações entre os termos...

Não obstante, achamos estes trabalhos de Freud, se não cientificamente válidos, pelo menos interessantes e estimulantes, e isto por duas razões: primeiro, tais incursões em searas alheias são aceitáveis, de um ponto de vista epistemológico amplo (segundo, por exemplo, as idéias defendidas pelo "racionalismo crítico"), quando demonstram um grande potencial heurístico, isto é, conseguem lançar novas luzes sobre os fatos ou constelações examinados (fatos em geral não explicados ou negligenciados por abordagens "tradicionais"), luzes às vezes surpreendentes ou mesmo irreverentes.

Assim, podemos dizer que as contribuições de Freud à análise da cultura e de certos fenômenos sociais (como por exemplo os fenômenos bélicos, discutidos na troca de idéias com Einstein, publicada sob o título de "Por que a Guerra?") levantam hipóteses inusitadas sobre a agressividade e destrutividade humanas ou sobre a influência da infância na vida social adulta, hipóteses estas que conseguem explicar, ou pelo menos esclarecer, fenômenos até aí bastante obscuros. Neste sentido então, Freud reivindica o direito (negado por um certo espírito positivista...) de pensar sobre os mais diversos fenômenos sociais, sem ter que se preocupar com ortodoxias metodológicas, mas seguindo os meandros das suas intuições e teimosias pessoais. E o pensamento mais original não será aquele que, criativo, se debruça sobre fenômenos inexplicados e incompreendidos, propondo novas considerações e novos ângulos de investigação? Afinal, mesmo nas chamadas ciências exatas ou formais, pensar não deveria ser dispensado como se fosse um luxo inútil...

Em segundo lugar, com tais investidas na área da convivência humana, Freud (e a psicanálise até hoje) não pretende fornecer contribuições "exatas", mas contribuições que, colocadas dentro das devidas perspectivas históricas, pretendem elucidar significações sociais ou culturais que escapam a outros tipos de investigação, sejam estas até "mais científicas". Penso aqui, em primeiro lugar, na questão das origens, já mencionada, e que implica sempre em uma dimensão mítica. Ora, o pensamento mítico e as significações que contém é um pensamento plenamente humano que detém um direito de cidadania nas atividades culturais e científicas do homem – além de manter um vínculo todo especial com o objeto privilegiado da psicaná-

lise, o inconsciente. Assim, Freud precisa, com uma modéstia chocante, que a sua doutrina das pulsões, por exemplo, representa a "mitologia da psicanálise". Se este aspecto mítico corresponde a uma fraqueza, do ponto de vista das ciências quantitativas, ele representa, no interior da psicanálise, um enriquecimento, porque se coaduna especificamente com as características das manifestações do inconsciente. Assim, pode-se falar, além de um "trabalho de sonho", também de um "trabalho de mito", exercendo, a partir do inconsciente, seus efeitos nas construções míticas do homem, seja este antigo ou moderno...

Mas voltemos à questão do "preço da cultura". Na última fase de sua vida, três fenômenos clínicos e sociais retiveram particularmente a atenção do fundador da psicanálise, a saber, a angústia, a agressividade e a culpabilidade. Em "O Mal-Estar na Cultura" (1929), ele desenvolve a visão da cultura, do "processo civilizatório", como sendo marcado pela renúncia e por aquela culpabilidade que resulta dos desejos pulsionais, reprimidos sob o impacto da sociedade (não confundir com recalque).

A tese aí sustentada deixa-se resumir da seguinte maneira: o mal-estar que se manifesta na cultura, isto é, nas sociedades "civilizadas" modernas e que se traduz por uma busca infeliz e infantil da felicidade, corresponde ao sentimento de insatisfação que os homens experimentam face à civilização e os seus "progressos". Nesta aceitação, a civilização é encarada, simultaneamente, como "obra dos homens" e como processo que os ultrapassa; eles a acompanham com estranheza, sendo que ela passa, por assim dizer, "por cima" deles, à maneira de um rolo compressor.

A repressão das pulsões, pois, seria a condição *sine qua non*, mas também o motor do movimento civilizatório ou cultural, sendo que nesta repressão intervêm dois momentos: uma luta interna a Eros, a pulsão da vida, força unitária, luta esta responsável pela instauração de uma oposição entre as unidades maiores e as menores; de outro lado, a luta "interpulsional" entre Eros e Tanatos, a pulsão da morte.

Essas duas lutas ou jogos conflitantes seriam complementares. Esquemáticamente pode-se dizer que a agressividade (que pertence à pulsão de morte...) deve ser reprimida, ou expulsa para fora do sujeito; para que isto se torne possível, Eros deve ser inibido quanto ao seu objetivo diretamente sexual, isto é, deve ser "sublimado". A luta entre Eros e a agressividade humana acompanha-se, pois, de um movimento, necessário, de canalização e, se possível, sublimação da energia libidinal, sendo que neste processo é o indivíduo que tem que ser sacrificado em prol da sociedade. Nestes jogos dialéticos, assim entendidos, a pessoa humana é mais um brinquedo do que um ator dos processos libidinais...

E preciso entender bem a diferença conceptual entre repressão e recalque. A primeira atua ao nível mais social, mais externo ao sujeito e é, portanto, mais consciente. A legislação de uma determinada sociedade preconiza e encena diversos tipos de repressão, regulamenta as condutas "boas" dos cidadãos e pune, policial e judicialmente, as más condutas. Toda criança tem que se acostumar à presença da lei em sua vida, lei normativa e sempre, necessariamente, repressiva: não matarás, se não... O recalque, em oposição, corresponde a um processo inconsciente: o sujeito recalca contra a própria vontade, não o percebe, o faz por assim dizer, automaticamente, quando se apresenta a ele um material conflitivo reprovado pelas suas instâncias censoras. O recalque se deixa, pois, entender como uma consequência da repressão externa, interiorizada sob a forma bem conhecido de "supereu": para absorver a lei, isto é, para socializar-se, a criança tem que começar a recalcar os seus impulsos violentos, os seus anseios egoístas; ela deve, de alguma forma, "padronizar-se" – o que não quer dizer, no entanto, que tem que renunciar a toda e qualquer individualidade: um excesso de sublimação adaptativa é tão mutilador quanto a recusa da lei.

Pela oposição, assim rapidamente esquematizada, entre repressão e recalque, percebe-se que não existe um paralelismo simples entre os processos individuais e os processos sócio-culturais: há um deslocamento que faz com que as duas "realidades" não sejam simplesmente superpostas. Ele opera entre o inconsciente e a consciência, mas também, como já frisei, entre o conhecimento que se obtém do sujeito (e dos seus processos intrapsíquicos), a partir da experiência clínica, e a investigação (científica ou especulativa...) dos processos sociais.

Esse deslocamento abre brechas para interpretações diferentes, "sócio-econômicas", das teorias de Freud; assim, podemos considerar, com ele mesmo, que a repressão social é inerente a toda vida em sociedade, a toda conquista cultural (o que faz com que as sociedades mais felizes sejam também as mais "banais", as menos criativas, aquelas onde as repressões e os tabus sexuais são mínimos...); podemos, segundo uma interpretação freudo-marxista, entendê-la como decorrente da divisão social e da luta de classes; podemos entendê-la na esteira de Marcuse, que tenta reconciliar estas duas interpretações, distinguindo uma repressão "boa", representando o mínimo necessário para a adaptação social, e uma "super-repressão", ligada ao sistema de dominação e de exploração de uns pelos outros... Porém, mesmo distinguindo entre uma boa e uma má repressão, não podemos chegar, na visão psicanalítica, a uma posição harmoniosa de "pedagogia racional", capaz de eliminar (ou controlar) os desejos pulsionais (tanto da criança quanto do adulto), sua violência e o sofrimento que

causam.

Encontramos aqui o bem conhecido “pessimismo freudiano”, que, de fato, é compartilhado pela psicanálise até hoje. Mas trata-se de entendê-lo e não simplesmente de criticá-lo, em nome de um “humanismo otimista” por exemplo. Em psicanálise, pois, não se acredita no ideal de uma sociedade não repressiva: a repressão é inevitável, é necessária e estruturante, tanto para a criança quanto para a sociedade; não há vida social (nem criatividade) sem lei, e a criança, para poder crescer e humanizar-se, tem que encontrar um, vários, muitos não ao seu redor, impondo-lhe os limites dos quais precisa para integrar-se socialmente, ou para simplesmente sobreviver.

O problema é como fazer isto, é de saber qual a “medida certa” para evitar traumatismos... Pois bem, a resposta de Freud é bem conhecida: não existe esta tal “medida certa”; os traumatismos são inevitáveis, e isto por duas razões: primeiro por causa da permanência da agressividade e da destrutividade humanas, independentemente de tal ou tal forma de organização social, independentemente também do grau consciente e perceptível da repressão em uma determinada sociedade. Em segundo lugar, este ceticismo baseia-se na idéia, melhor, na experiência, a partir da clínica, da inconciliabilidade da sexualidade humana, do seu funcionamento pulsional, dos desejos que suscita, para com a organização social. Esta inconciliabilidade, no entanto, não se restringe apenas à presença de interdições ou às contingências de determinada organização psicossocial; ela caracteriza, segundo a psicanálise, o cerne da sexualidade humana em si, e não em relação a tal ou qual fator externo.

Podemos até avançar a hipótese, seguindo Laplanche, de que estas duas razões tenham uma fonte comum, sendo que, nesta perspectiva, a idéia de pulsão de morte representa nada mais do que a expressão teórica daqueles aspectos irreduzíveis, irrecuperáveis ou, ainda, não dialetizáveis da pulsão sexual e da violência dos seus desejos – violência que contém o elemento destrutivo que produz todos aqueles estragos, individuais e sociais, que infelizmente conhecemos bem demais.

A respeito do processo civilizatório e das renúncias em que implica, podemos invocar um texto curto, mas significativo de Freud. Trata-se de um trabalho tardio, pouco conhecido, tão especulativo quanto estranho, mas que exemplifica bem esta tese, a saber “Sobre a aquisição do fogo” (Zur Gewinnung des Feuers, 1932). Redigido três anos depois do “Mal-Estar”, ele retoma a tese central da renúncia pulsional. Porém, a interpretação que Freud propõe da conquista do fogo pelo homem é surpreendente, e opõe-se categoricamente às interpretações simbólicas (ou simbolizantes) deste tema (de Abraham, de Jung, mas também de Bachelard). De fato, Freud li-

mita-se a citar as significações simbólicas habituais do fogo, em particular aquela de representar a libido, o ardor do desejo sexual e das paixões (isto até popularmente!); é uma outra questão que lhe interessa, aquela da origem da conquista e da domesticação do fogo – no entanto, não ao nível instrumental, mas em relação à mola psíquica, ao motor pulsional deste movimento de conquista, símbolo do processo civilizatório.

Freud recorre aí ao mito de Prometeu, lembrado tradicionalmente a respeito do processo de humanização pela conquista do fogo. Mas precisamente, na aceitação tradicional, Prometeu é considerado como um herói, o herói da conquista do fogo pelos homens. Assim, Bachelard (em “A Psicanálise do Fogo”) desenvolve, com desenvoltura criativa e fantasiosa, a sua tese de que é o desejo, e não a necessidade que representa o motor da evolução humana. Em sua visão, o “complexo de Prometeu” refere-se à desobediência perante o pai; seria o “complexo de fabricação do homo faber”, mas também do desejo de saber e de dominar (no caso, o fogo). E Bachelard conclui, peremptoriamente: “O complexo de Prometeu é o complexo de Édipo da vida intelectual” (...).

A interpretação de Freud do mito, da figura de Prometeu, é menos triunfalista, e chega a conclusões menos idílicas... Ele renuncia a uma interpretação de tipo alegórico; segundo ele, o mito funciona baseado na inversão ou transposição para o contrário. Isto significa que se deixa interpretar como uma formação do inconsciente, da mesma maneira que um sonho. Ambos sofreriam pois distorções consideráveis e representariam tentativas de realização de desejos inconscientes (recalcados). No caso do mito, tratar-se-ia da realização histórica de um desejo, ou melhor, de uma dialética histórica girando em volta do desejo, da sua repressão (pela sociedade), da sua realização (pessoal ou coletiva)

e das fantasias (de origem pulsional) que suscita, substitutivamente ou compensatoriamente.

Como toda interpretação de “psicanálise aplicada”, o intérprete opera uma escolha. Aqui, Freud privilegia três momentos para sustentar a sua hipótese. Em primeiro lugar, refere-se à maneira pela qual o fogo foi transportado por Prometeu, quando o roubou dos deuses do Olimpo: escondido dentro de um talo de funcho, ou erva-doce. Freud, todavia, não se atém a apresentar este talo como um símbolo fálico ou como um pênis-útero, receptáculo do fogo libidinal; ele apela àquele fator que considera como original da criação mítica, a saber, a inversão para o contrário. Destarte, o fogo representaria o seu contrário, que é, no caso, evidentemente a água.

Mas o que a água teria a ver com a conquista do fogo? Fora da referência clínica da psicanálise e da sua experiência do inconsciente, esta alusão à importância do elemento oposto, ou melhor, do elemento inimigo do fogo, não se deixa entender. Podemos propor, em uma primeira abordagem, que o transporte e a dominação do fogo seria ligado, de alguma forma, à dominação da água, no interior de uma concepção conflitante dos diversos elementos – concepção com traços de animismo, sem dúvida, decorrente de uma visão infantil e fantasiosa, característica de toda formação do inconsciente. Freud precisa então a sua tese: “A condição preliminar para dominar o fogo tem sido a renúncia ao prazer, de tonalidade homossexual, de apagá-lo com um jato de urina”...

Para sustentar essa tese estranha, evoca certos fatos etnológicos, para em seguida apoiar-se em mais duas características do mito de Prometeu que retêm a atenção. Quanto à questão do caráter delituoso do ato de Prometeu, afasta-se mais uma vez da interpretação tradicional do mito, segundo o qual Prometeu seria um benfeitor da humanidade,





enquanto herói enganador dos deuses. Mas quem foi roubado? Os deuses, é claro, que, segundo as representações da antiguidade, gozam de um privilégio todo especial, a saber, ter o direito à satisfação plena, total, sem limites dos seus desejos; em particular, ter direito ao gozo incestuosos.

Não obstante, Freud não percebe Prometeu como um herói de transgressão (como Bachelard o faz) que conquista para os homens o fogo divino, ou seja, o direito libidinal; invertendo mais uma vez, o apresenta como o **herói da renúncia**, renunciando àquele gozo que consistiria em apagar o fogo... Porém, conforme a sua interpretação, os deuses enganados, os deuses do gozo completo, eles não se situam fora de nós, em um Olimpo qualquer, mas em nós: seria o Isso (o Id), o nosso anseio pela plenitude que se vê privado de gozo – condição *sine qua non* para que a conquista cultural seja possível, graças a renúncias pulsionais abrangentes, em particular ao incesto...

Em terceiro lugar, Freud atém-se à interpretação do castigo sofrido por Prometeu, bem conhecido. De fato, o fígado, na antiguidade, representava a sede, a matriz das paixões e desejos, o que poderia significar que Prometeu, enquanto herói libidinal, seja punido ali onde pecou, em seu Isso – só que, mais uma vez, Freud inverte: Prometeu não pecou

por transgressão do Supereu (isto é, realizando um desejo proibido); conquistando o fogo, ele não realiza uma façanha sexual ou libidinal, mas uma façanha anti-sexual! Logo, ele está sendo castigado por onde não pecou.

Vale a pena citar Freud aqui in extenso. Prometeu não é um herói pulsional, “ele praticava a renúncia pulsional e tinha mostrado quão benéfica, mas também quão indispensável era essa renúncia para fins culturais. E por que a lenda haveria de retratar um tal benefício cultural como sendo um crime passível de castigo? Ora, se através de todas as distorções deixa transparecer que a conquista do fogo pressupõe uma renúncia pulsional, ela expressa abertamente o ressentimento que a humanidade, dirigida pelas suas pulsões, tinha que sentir contra o herói cultural”.

Prometeu, pois, é castigado não por onde pecou, mas por onde frustrou, por onde fez sofrer a “humanidade pulsional”, o Isso: ele é castigado na matriz do Isso, o fígado, segundo as tradições (míticas, elas também), do bode expiatório. Este, como se sabe, é o ente que carrega a culpa dos outros – e a questão do castigo de Prometeu reflete assim toda a problemática da culpabilidade humana, fenômeno estranho e complexo... E a clínica psicanalítica mostra que a contradição que marca Prometeu em seu castigo, não é uma exceção mas a regra: a culpabilidade (neurótica...) não suscita castigo ali onde se pecou, onde se falhou, sendo que o castigo aparece sempre deslocado, “alhures”...

Percebemos pois que com essas três reviravoltas na interpretação, o Prometeu que nos apresenta Freud não tem mais nada de “prometéico”, no sentido do conquistador intrépido que, transgredindo a interdição das potências superiores, se encontra castigado na medida da sua desmedida... Freud muda de enfoque, afasta-se das visões tradicionais e insere a figura de Prometeu em um contexto mais amplo, aquele que investiga a origem da cultura e as condições (de “metabolismo energético”) do seu progresso. Para que este seja possível, a libido tem que passar por determinadas metamorfoses (e notadamente daquilo que Freud, no referido trabalho, chama de “erotismo uretral”); a renúncia pulsional sobre a qual se insiste tanto, assemelha-se então à **castração**, imposta à humanidade como limite do gozo, mas também como marca inicial de sua organização social. Estamos longe pois do “hedonismo” que Freud teria defendido, ou do “pansexualismo” que teria introduzido na psicologia ou na sociedade – visões superficiais tanto quanto aberrantes, quando se conhece o enfoque ético dos trabalhos de Freud sobre a cultura...

Neste sentido, Prometeu seria marcado pela castração, incorporando-a como exigência radical; “herói castrador”, ele é reprovado pela humanidade, dentro das construções míticas que esta elabora – em oposição ao Hércules, por exemplo, citado por Freud como o oposto de Prometeu e representando,

aí sim, um herói libidinal que corrige, ou pelo menos torna tolerável, a renúncia imposta (e que, na lenda, salva Prometeu do seu castigo).

É graças à **renúncia pulsional**, isto é, pela aceitação da castração que a cultura se torna possível, que leis podem formular-se para organizar a coexistência dos homens. No entanto, há aí uma circularidade, pois a lei, do seu lado, é oriunda da cultura: ela se torna possível e operante somente dentro de uma **estrutura cultural**, isto é, simbólica – o que, de sua vez, pressupõe a castração. A castração, pois, é a pedra angular da compreensão psicanalítica do edifício cultural. Atentado contra a onipotência do homem, ela é coextensiva a uma **ordem simbólica** particular e restritiva, correspondendo a uma **ordem lógica** que podemos chamar de “lógica fálica”, baseada na diferença dos sexos como marca e primeiro limite absoluto.

Renúncia, castração, limite, trabalho, culpa: eis a série que, com equivalências variadas, fundamenta a cultura e constitui o seu preço. O homem a faz e a sofre, condenado a submeter-se a ela se quiser tornar-se criativo, se quiser tornar-se “homem...”

Essas equivalências, Freud as afirma repetidas vezes e em contextos bem diferentes, clínicos, metapsicológicos, históricos, especulativos, míticos. É a respeito do **sentimento de culpa**, ou seja, da questão da **culpabilidade** que esta complexidade aparece com maior nitidez. Se a culpabilidade se manifesta permanentemente no trabalho clínico, Freud levou tempo para perceber todo o seu alcance. Na neurose obsessiva e na melancolia, ela representa, por assim dizer, a mola mestra da patogênese e das manifestações clínicas; no entanto, as auto-acusações insistentes que caracterizam estes dois quadros não se referem a fatos positivos, observáveis, ocorridos no passado destes pacientes; não obstante, elas contêm, segundo a análise de Freud, algum “pedaço de verdade histórica”, ao nível daquela história subjetiva cujas retumbâncias constituem a trama inconsciente da vida do sujeito.

De fato, o neurótico – tanto quanto o normal, esta distinção sendo progressivamente apagada por Freud – pode ser inocente em ato, mas nunca o será em pensamento, nem ele nem nós: pode não ter atos correspondentes, mas será culpado ao nível dos seus desejos e fantasias. Como no inconsciente, no processo primário, o pensamento opera de modo onipotente, não há consideração ao princípio de realidade, nem, portanto, critérios ou meios para discernir entre fantasia e realidade; perante as suas instâncias morais e ideais, os desejos de incesto, de parricídio, de violência transformam, pois, quer queira quer não, o sujeito em culpado. Esta **culpabilidade**, decorrente do conjunto de representações pulsionais fantasiosas e reprovadas, acarreta aqueles fenômenos clínicos bem conhecidos que são a reação terapêutica negativa, a conduta de fracasso, a incapaci-

cidade de assumir sucessos, o crime por sentimento de culpa, as mil formas de expiação, de reparação e de formações reativas... Todos eles satisfazem de alguma forma a necessidade inconsciente de punição, encenada de múltiplas maneiras ao nível individual e retomada nas grandes manifestações coletivas desvendadas pela psicanálise. O que leva Freud a formular – será que abusivamente? – ter toda a humanidade como paciente...

A culpabilidade como sintoma, ou pior, como doença da humanidade: eis o alcance que Freud paulatinamente vislumbra e tematiza, até o último trabalho sobre a origem da religião, "Moisés e o Monoteísmo" (1937). Trata-se aí da construção de um "mito científico", seguindo uma linha de raciocínio presente em toda a sua obra. Assim, já em 1897, nas cartas a Fliess, ele fala da "psicomitologia" que estava descobrindo, constituída do conjunto de "mitos endopsíquicos" que elaboramos defensivamente – para nos defendermos contra a realidade, impiedosa em suas exigências, e para manter, sigilosamente, valores absolutos, fantasiados sob diversas figuras de onipotência, ilimitação, imortalidade e recompensas do além... Em 1908, Freud formula: "Os mitos são, mui provavelmente, vestígios deformados de fantasias de desejos comuns a nações inteiras (...), representando os sonhos seculares da jovem humanidade".

Detectamos na reflexão de Freud um movimento circular, partindo da análise clínica do pensamento mítico da criança (ou do neurótico), passando pela análise científica deste mesmo pensamento, embutido em diversas formações culturais, para desembocar em uma nova forma de pensamento mítico, aquela do "mito científico". Este consiste em uma construção mítica mais elaborada, mais ousada, embora se aproveitando de um complexo arcabouço de análise científica: recorrendo aos conceitos e hipóteses desta última (sociologia, etnologia, história...), Freud os utiliza de maneira mitológica – como se o pensamento mítico, exorcizado pelo próprio Freud em obediência aos seus postulados realistas e ao seu "supereu positivista", voltasse a insistir quando passa da investigação de fenômenos clínicos individuais àquela de fenômenos culturais. Ao proceder desta forma, vincula a ontogênese com a filogênese, aplicando uma idéia comum do evolucionismo de sua época – mas que, precisamente, é uma idéia mais mítica do que científica.

Como entender a relação entre o mito científico de Freud (aquele apresentado em "Totem e Tabu" sobre desejo incestuoso e parricídio nos primórdios da humanidade), o mito do pecado original (ou da falta universal), e o mito de Prometeu? Se todos os três participam, em grau variável, da dimensão mítica, eles situam a origem da culpabilidade segundo visões diferentes. Mas todos eles referem-se a certas experiências humanas, configuradas na vivência fantasmática de cada

sujeito. Esta, objeto de investigação da psicanálise quanto às suas incidências inconscientes e às formas de compromisso que daí resultam, não se deixa esgotar pela análise científica, nem da psicanálise nem da antropologia, seja esta estruturalista; existe uma verdade do mito e da fantasia que a análise científica não apreende nem, menos ainda, elucida ou elimina. Se a teoria freudiana representa – como formula Lévi-Strauss – uma versão entre outras do mito de Édipo, não significa isto que a análise das construções humanas, por mais rigorosa e coerente que seja, longe de abolir a dimensão mítica a reinventa, sendo ela mesma a fonte de novas figurações míticas e/ou fantasmáticas?

Dessa forma, protela-se a culpabilidade de ressentida, vivida ao nível subjetivo e social, encaixando-a em novas concepções da convivência cultural e, quem sabe, suscitando novas estratégias para torná-la mais tolerável, senão para repará-la...

Em suas reflexões sobre o preço da cultura, Freud sem dúvida percebeu as distinções entre pensamento mítico, filosófico e científico. Se não as respeitava, embora pretendendo fazer obra de cientista, é que, levado pela sua verve especulativa, aventurava-se fora do campo científico restrito, à procura de um "acréscimo de sentido", oferecido pelas sugestões inerentes naquele sedimento da história cultural que é o mito. Portanto, o discurso de Freud sobre a cultura e o seu preço não se deixa reduzir somente a uma forma de pensamento – nem, tampouco, deixa-se "operacionalizar". Apesar dos seus próprios postulados realistas, evolucionistas e historicistas, ele indicava um outro caminho, aquém e além do reducionismo de visões simplistas ou "positivistas", para induzir novas reflexões, para "fazer pensar".

Quem sabe se Freud não procedeu assim também para chocar o conformismo de visões eufemísticas acerca do drama da culpabilidade humana? Colocando-se profeticamente de sobreaviso, admoestava a humanidade quanto a iminência de catástrofes decorrentes da indestrutível e incorrigível destrutividade humana...

A origem deste processo perde-se nas trevas da pré-história humana, relatada pelos mitos; se estes constituem "reminiscências humanas distorcidas", eles representam, simultaneamente, a necessidade da renúncia e da castração, e a indestrutibilidade dos desejos pulsionais, renascendo sempre como Fênix das cinzas do fogo das paixões. O que significa que, se a renúncia é necessária e inevitável, ela nunca será total, de sorte que sempre haverá sentimento de culpa; porém, ela nunca deverá ser total, para que haja vida, para que haja desejo possível. Cabe a cada sujeito cuidar para que em sua vida este preço não seja exorbitante, para que a neurose (da civilização) não apague o seu desejo, nem sufoque o seu Eros sob o peso da culpabilidade. □

Richard Bucher é psicanalista e professor do Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília.

Palestra proferida em setembro de 1986 na UnB, durante a jornada sobre Psicanálise, Cultura e História.



Resumen

EL PRECIO DE LA CULTURA SEGÚN FREUD

Según Freud, la cultura tiene un precio basado en la renuncia a la mera búsqueda de placer. Renuncia, castración, límite, trabajo y culpa. He aquí la serie de equivalencias que fundamenta la cultura y constituye su precio. Cada sujeto tiene que responsabilizarse para que este precio no sea exorbitante para que la neurosis de la civilización no apague su deseo, ni sofoque su Eros bajo el peso de la culpa.

Abstract

THE PRICE OF CULTURE ACCORDING TO FREUD

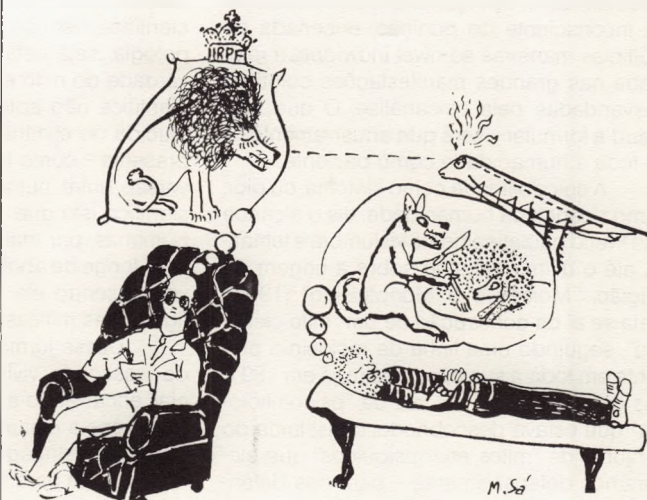
According to Freud, culture comes at a price, based on the renunciation of the simple quest for pleasure. Renunciation, castration, limitation, work, guilt – this is the series of equivalences that underpins culture and constitutes its price. Each subject is responsible for seeing that the price is not exorbitant, for ensuring that the neurosis of civilization does not stifle his desire or smother his Eros under the weight of a sense of guilt.

QUEM TEME CRISES NÃO CRESCER

a UnB convive com a crise
cresce com a dúvida
aprende com a insegurança
e renasce pelo conflito.

Humanidades

a melhor resposta é a que provoca novas dúvidas



A TORTURA DO SISTEMA

Fernando Fortes

Antes de Freud, os neuróticos sobreviviam graças a seus próprios esforços para conviver com suas mazelas, sem a escravidão terapêutica. O que é cura? Quais os verdadeiros objetivos do tratamento analítico?

Todo paciente candidato a analista é um torturador que se deixa torturar para aprender, de comum acordo com o didata (torturador), a torturar os futuros pacientes sem se sentir torturado; de curar (torturar) os outros, depende sua própria cura. Tal é o jogo do sistema. Só seria possível, transferencialmente, curar alguém, no dia em que o paciente se sentasse na poltrona e ajudasse o analista no divã: toda transferência só funciona quando o paciente se coloca no lugar do analista e se julga, projetivamente, na problemática dele, analista. Tudo o mais é falsa transferência, verdadeira contra-resistência. Quem disse que o analista é mais sã que o neurótico? Sua posição de superioridade na relação é que o faz crer. Não existe sã ou doente, analista ou paciente: o que existe é um arranjo convencional. Se se invertem as posições, o resultado será muito mais rico, pois a convenção empobrece o insight, eliminando a responsabilidade dos atuantes em jogo. A troca de posições, além de ser mais dinâmica, contém, em sua gênese, o elemento ativo pré-verbal, que ajuda a reviver situações matriciais, na primeira infância, de forma muito mais autêntica. Todo analista é um neurótico, e todo torturador é um torturado; e isto é tanto mais verdade, quanto mais selvagem é o capitalismo dos analistas aspirantes a ricos neuróticos, e os neuróticos ricos aspirantes a equilibristas do suposto bom senso dos analistas. De onde se conclui, que o Lobo está para o Cordeiro, assim como o Leão está para o Lobo. Por que o Cordeiro não devora o Lobo, e o Lobo não devora o Leão? Afinal, duas coisas iguais a uma terceira, não são iguais entre si? Por isso, o Leão e o Cordeiro não passam de imagens introjetivas de um mesmo espelho sócio-econômico-cultural. O Lobo é a consequência e não a causa: O inconsciente coletivo é uma alcatéia homicida; já o homem é tão-somente um animal que não deu certo.

É este mesmo sistema de consumismo delirante que faz da análise um vício de dependência, como a droga – a classe A fazendo fila nos consultórios, pagando polpudos ágios sem reclamar; sim, porque análise dá IBOPE, internaliza o conflito, permitindo aos pacientes explorar os dependentes sem culpa, torturar presos e empregados, ficarem mais ricos (tanto o analista e o candidato a, quanto o paciente-patrão.) A transferência analítica reduz-se, assim, a uma utopia perversa. Debaixo de seu manto reassegurador, prospera a contra-resistência: o que o analista logra, na realidade, é aparar algumas arestas, refinar os instintos agressivos, fornecendo-lhes novas artimanhas com que se possam consumir, burlando a periferia crítica; em suma, o que o método analítico consegue é fazer do paciente um robô neurótico de geração mais avançada, dotando-o de uma informática de maior complexidade e sofisticação, para que exerça o máximo de poder com o mínimo de culpa. E não nos esqueçamos também que, o êxito do analista, na pretensa cura de seus pacientes, realimenta sua vaidade, glorificando-lhe as próprias limitações de animal esquiza-paranóide.

Como vemos, a equação capitalística de consumo médico-paciente falha, porque o problema não é *ter*, é *ser*, pois, neste mundo, quem não é, tendo, renunciou à sua personalidade para ser personagem dos outros. As compensações individuais de posse e lazer, de lucro e de ócio, já provaram conduzir as pessoas à alienação e à neurose; e, depois, quem se compensa, confessa, implicitamente, que não tem: a compensação é uma metáfora decadente de quem não se consubstanciou, é a falência envergonhada, o adjetivo sem o substantivo, o símbolo no lugar da matriz, a substituição da substância.

Antigamente, as pessoas iam à igreja, confessavam, rezavam penitência, comungavam e estavam livres para pecar de novo. Hoje em dia, com a crise de fé na religião como método apaziguador, é na psicanálise que se depositam as maiores esperanças da classe dominante para neutralizar suas enormes culpas. A análise vende os melhores argumentos para o sujeito se tranquilizar: basta provar a ele que os seus complexos provêm todos de fantasias da primeira infância, parar assinar o cheque com prazer e sair do consultório para o

seu negócio, onde explorará os empregados ou torturará seus presos, com o orgulho de um algoz analisado, até que a morte os separe. Quanto ao analista, esfregará as mãozinhas de satisfação, ante o polpudo óbulo, e pensará com seus botões que, no dia em que tiver tanto dinheiro quanto o seu cliente, comprará todos os bens de consumo que o sortudo já tem, e será o neurótico mais feliz da terra. De onde se vê que é mais fácil um camelo passar por um buraco de agulha do que um pobre entrar no reino da psicanálise. As ligações desta com o sistema capitalista são tão óbvias que um profissional que cobre menos (tabela sem ágio), ou aceite tratar seus pacientes com um número menor de sessões, é mal reputado entre os neuróticos ricos e os analistas em voga.

Não custa lembrar, por exemplo, que, antes de Freud os neuróticos sobreviviam, graças a seus próprios esforços para conviver com suas mazelas, sem a escravidão terapêutica; que a China tem uma população cinco vezes maior que os Estados Unidos, e muito menos neuróticos; que várias interpretações de diferentes analistas, ante um mesmo material, produzem igual efeito curativo; que diversos tipos de relação transferencial médico-paciente, (da umbanda ao confessionalismo) conduzem ao insight e à cura.

Finalmente, quais os verdadeiros objetivos do tratamento analítico? O que é cura? Marque com uma cruzinha o item certo: a) É equilibrar o indivíduo para aceitar uma sociedade desequilibrada? b) É prepará-lo para modificá-la, recusando-a como é? c) É ensiná-lo a tolerá-la, acomodando-se às suas deficiências? d) É educá-lo para ser um vencedor, desprovido de valores éticos? e) ou um revolucionário que se rebela para transformá-la numa sociedade mais justa?

De minha parte, creio que a psicanálise tem oscilado entre duas tendências: ou constrói o homem como indivíduo, tornando-o antipreconceituoso, mas egoísta e irresponsável para com os semelhantes; ou tenta livrá-lo de certos instintos perversos, e trocá-los por outros invisíveis, menos gastos, estruturando-o dentro de valores classistas altamente comprometidos. Mas como poderia a psicanálise conduzir a outras formas mais satisfatórias, se é um tratamento de minorias elitistas, gerado e corrompido pelos valores de um sistema dominante autofágico? O conflito dos membros de uma sociedade comunitária injusta, sejam eles médicos ou pacientes, torturadores ou torturados, só se resolverá quando a sua interação contribuir, criativamente, para transformar, fora do consultório ou da cadeia, as razões que o causaram. Fora disso, o tratamento será, sempre, mais um engenhoso sofisma apaziguador.

Rio, 10/10/86. □

Fernando Fortes nasceu no Rio, em 1936. Médico psicanalista e autor de vários livros de ficção e poesia, foi o mais jovem analista titulado do Brasil (29 anos), pela SBPRJ, da qual desligou-se, oficialmente, em 1970, por razões ideológicas. Desde então, trabalha como analista independente e dedica-se à literatura.

Resumen

LA TORTURA DEL SISTEMA

Con la crisis de fe en la religión, entendiéndosela como método apaciguador, es en el psicoanálisis donde se depositan las esperanzas de neutralización de enormes culpas. El tratamiento psicoanalítico es otro sofisma tranquilizador en la medida en que no contribuye, creativamente, para transformar, fuera del consultorio, las razones que causaron el conflicto.

Abstract

THE TORTURE OF THE SYSTEM

The crisis of faith in religion as a means of pacification has led people to lodge their hopes of neutralizing engulfing guilt in psychoanalysis. If it fails to make a creative contribution to transforming the root causes of the conflict, beyond the four walls of the consulting room, psychoanalytic treatment will be set to become yet another cleverly contrived piece of pacifying sophistry.

SINFONIA DAS DIRETAS

a estética do medo

Jorge Antunes

A **Sinfonia das Diretas**, apresentada em praça pública em 1984, durante o histórico comício de Brasília, marcou os traços típicos de uma “estética do medo”. A experimentação musical, uma bela e fascinante pesquisa no domínio da acústica e da psicoacústica, e uma arrojada estratégia delinearam um percurso na fronteira que separa os terrenos do medo e da ousadia. A orquestra incluía um conjunto instrumental, um coro, sons eletrônicos e cerca de duzentos automóveis tocando buzinas. O resultado foi **Música**, altamente revolucionária e subversiva, que apontava para novos caminhos estéticos e políticos.

“Paulo Magno apressou-se em abrir um pouco mais a boquilha do saxofone para afinar o lá. Freitas Nobre me empurrou, fez menção de arrancar o microfone do Tolentino e disse que seu avião saía dentro de uma hora. Alfredão e Corbal davam os últimos retoques na afinação da guitarra e do baixo. Bruna Lombardi pisou no meu pé, mas achei macio e sorri. Rênio, com as mãos espalmadas no teclado, sorriu ao me ver, pisado, sorrindo. A voz cansada do Ulysses Guimarães chegou ao fim e o “Sr. Diretas” devolveu o microfone ao Tolentino. Múcio de Athaide, o “Homem do Chapéu”, queria falar a todo custo. Mariúga, de olhos esbugalhados, não tirava o indicador do botão “play” do Revox. Fui subir no caixote e tropecei. Gritei para o Tolentino, ameaçando tirar os músicos do palanque. Ouvi o “Dó” da buzina do Guerinha e fiquei mais nervoso ao sentir que o “spalla” da orquestra de automóveis estava nervoso. O Boca fez um rufo no tarol. Carlos Alberto, do partidão, gritou alguma coisa no ouvido do Pompeu de Sousa. Foi quando este desferiu a frase cruel, reveladora, preconceituosa, anti-estética, num grito de braços sacudidos: – Isto aqui vai virar um recital!!! Foi quando me arrojéi decididamente à frente, subi no caixote e levantei os braços. As bocas imediatamente se fecharam. Fez efeito a postura de maestro, que refreia, intimida e impõe silêncio. Não estava de casaca, mas estava mais alto que todos. O hábito da cultura da “cara de pau” e da ditadura falou mais alto. Em fração de segundos corri os olhos sobre o vasto estacionamento. Embaixo, ao pé do palanque, apenas cinco crianças, munidas de suas panelas, indicavam que surtira efeito a declaração do coronel Lauro Rieth, feita na véspera, ameaçando com a proibição do uso de buzinas e com a repressão. Os 173 “motoristas-músicos” ali estavam. Só que, por precaução, a maioria havia deixado suas crianças em casa. Mas a massa estava ali, inarredável. Calculei cerca de trinta mil. Dei a última mirada varrendo o formigueiro de automóveis da es-

querda para a direita, arregalei os olhos, enchi profundamente os pulmões e baixei o braço direito na direção da fileira de automóveis com buzinas em “Sol”. Apon-tando, uma a uma, as fileiras de automóveis, fiz brotar a melodia triste, de apenas três notas, que após desen-volvida envolveria a massa numa inebriante e insuflante nuvem exalada pela estética do medo”.

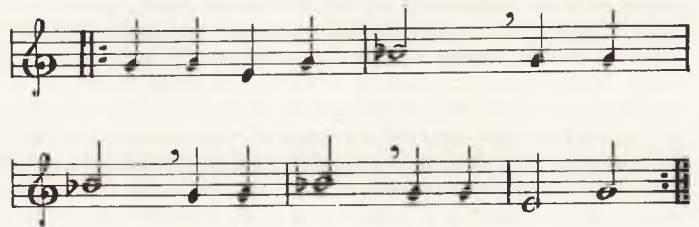


Ilustração 1

Os textos

A idéia original não tinha sido a Sinfonia das Diretas, para o comício do dia 1º de junho de 1984. A Sinfonia nasceu, mais longa, portentosa, em razão da mordada imposta, através das medidas de emergência, ao modesto “Moteto das Diretas” composto para o cancelado comício do dia 24 de abril.

Para o “Moteto”, Tetê Catalão escreveu dois longos poemas: um era extremamente onomatopaico, o outro extremamente epopéico. O primeiro poema pedia um tratamento musical jogresco. Tetê Catalão, com seu estilo peculiar, desenvolve uma estrofe em que predominam os fonemas fricativos, sonoros e surdos, a partir das palavras “já” e “janela”:

“um... dois... três... já

um, dois, diretas já
já já já janelas abertas já já já
chega de jogo, chega de jugo, já, já, já

jazidas pro jeca, já, já, já, jazigo pros juro

Estrofes onomatopaicas se alternam a textos discursivo-metafóricos:

"os atores principais, presentes aqui nesta praça, solicitam aos figurantes, que até agora estiveram no poder, que se retirem delicada e naturalmente de cena porque.....

..... é a vez
da voz que vota,
da voz que veta,

Destinei os textos onomatopaicos ao coral, sob a forma de jogral polirrítmico e "polissônico". Os textos discursivos foram destinados a um declamador que, devendo assumir a postura de um político-trovador-irônico, discursaria simultaneamente a "obstinados" rítmicos do Coro.

O segundo poema de Tetê Catalão, composto de 23 versos, era bastante épico. Tratava-se de uma ode, com uma constante e única rima, terminando cada verso com o fonema "ã" [an]. No que concerne à métrica o poema era terrivelmente polimorfo, não me permitindo dar vazão à idéia que me cativava: a de escrever um moteto a quatro vozes.

As frases, belas em conteúdo, precisavam, para tanto, de uma reforma que permitisse o surgimento de alternados heptassílabos e pentassílabos. Tetê autorizou-me fazer a transformação.

Assim:

"amanhã será um país outro se ninguém virar o jogo-desmentir a cortesã".

Transformou-se em:

"amanhã será o nascer
de um país bem novo,
desmentida a cortesã."

E ainda:

"amanhã será ternura nas mãos antes duras-
-unir com a força de ímã.
amanhã será o justo evitando mais um susto-
-suprimir com a febre pagã".

transformou-se em:

"amanhã será ternura
nas mãos antes duras,
já vencida a voz malsã.
amanhã será o justo
evitando mais um susto,
suprimida a dor pagã".

O título do poema foi usado como "refrão do moteto-rondó: "Amanhã é a primeira manhã de um novo amanhã".

A palavra "amanhã" se referia, de modo otimista, ao dia 25 de abril de 1984, dia da votação da Emenda Dante de Oliveira. O moteto seria apresentado no comício que o comitê suprapartidário do DF havia programado para a véspera da votação, dia 24.

No dia 23 o presidente João Figueiredo decretou as medidas de emergência, nomeando o general Newton Cruz seu "executor". Estas páginas de arbítrio na história de Brasília viriam castrar o programado comício, e, com ele, o Moteto das Diretas.

As buzinas

Em sua coluna permanente do "Correio Braziliense", Tetê Catalão publicava, no dia 29 de abril de 1984, em plena vigência das "Medidas de Emergência", o belo artigo intitulado "As buzinas de Jericó". De modo felicíssimo relembra ele a passagem da Bíblia em que Josué lidera seu povo, na cidade sitiada de Jericó. Logo após a Páscoa, depois que sete sacerdotes tocaram sete trombetas por seis dias, o povo daria voltas em redor da cidade. Na última volta todos emitiriam um grande clamor. Feito isto as muralhas da grande fortaleza ruiriam.

Brasília saiu às ruas, em plena "Emergência", com as "trombetas" de seus automóveis. Num grande clamor pretendeu que a fortaleza ruísse. Nada ruiu. Como em Jericó, seguiram-se as cenas de barbárie explícita. O general Newton Cruz chicoteou algumas daquelas máquinas infernais que "trombeteavam".

Marshall McLuhan bem analisou o significado, na vida social, desta carapaça, desta concha protetora e agressiva do homem urbano e suburbano:

"É simples e óbvio que o carro, mais do que qualquer cavalo, é uma extensão do homem que transforma o cavaleiro num super-homem".

O povo de Brasília inaugurou o repertório básico de uma estética do medo.

Vinte anos de ditadura incrustaram o medo no inconsciente coletivo. Mas o homem, a mulher e a criança de Brasília extravasaram seus sentimentos e esperanças através do buzinaço e do caçarolaço, porque se sentiram super-homens ao se vestirem com a armadura do automóvel e com a carapaça protetora das janelas dos edifícios.

Derrotada a "Emenda Dante de Oliveira", as lideranças políticas reunidas no comitê suprapartidário, com a palavra de ordem "A luta continua", não desistiram de promover o "comício de Brasília".

A idéia da "Sinfonia das Diretas" surgiu durante a frustração do "Moteto", nas reuniões escondidas e comunicações telefônicas metafóricas, ocorridas no período das "Medidas de Emergência."

Desta vez a obra musical incorporaria, de modo organizado dentro de uma estrutura musical forte, as novas e belas fontes sonoras: a orquestra de buzinas e a orquestra de painéis.

Tão logo foram suspensas as "Medidas de Emergência", dei início a uma criteriosa observação e análise experimental das potencialidades musicais da buzina. O ouvido musical, num trabalho de detecção apurada, presenciou as intensas horas de rush de Brasília e permitiu uma avaliação tipológica que logo acendeu o fogo da invenção musical.

Uma catalogação minuciosa de buzinas permitiria a realização de melodias, pois que a grande maioria das buzinas produzem sons de alturas fixas no escalonamento do sistema temperado. A paleta sonora se enriquecia, à medida que se desenvolviam idéias de utilização semi-aleatória das buzinas. Desta forma a linguagem musical, e não apenas o vocabulário musical, adquiriria uma intensa originalidade, conforme uma adequada orquestração das buzinas permitisse o uso de "melodias" simultâneas e "acordes tonais" e entidades sonoras não tonais: "nuvens de sons pontuais", "trajetórias de sons" e "contrapontos de massas sonoras".

Tão logo a esquematização das idéias tomou corpo, reuni um grupo de alunos, com o objetivo de iniciarmos o complexo trabalho de equipe.

Novos textos

O projeto da "Sinfonia das Diretas", em razão de sua duração e de sua estrutura morfológica, exigia novos textos a serem dados ao Coral, ao declamador e ao "Coro Popular" que eu desejava organizar.

Pedi então a Tetê Catalão novos textos, desta vez alusivos às frustrações e aos eventos "pós-25 de abril". Dois dias depois Tetê entregou-me seu belo poema intitulado "Atestado de Óbvios", e ainda uma lauda com cerca de 40 frases soltas.

O poema "Atestado de Óbvios" foi destinado ao declamador, para a "coda":

"Sempre haverá luz que se atreva às trevas, veredas.
Ar outra vez haverá.

Haverá quem ilumine as trevas.

Ilumine.

Revelar.

Sempre haverá quem se atreva à travessia...

ao atrás; mesmo por um triz.

Sempre haverá clarear, trovão, luz, trevos, ternos, lema, motriz.

Sempre haverá quem se atreva a ser feliz".

As 40 frases soltas formavam uma salada de estilos e conteúdos, com ingredientes que iam desde o "quem ruma, não buzina... fon-fon... Terezinhaaaaa... bi-bi-biiii", até o "bate panela, abre a janela, dispensa o choro e a vela, solta uma fita amarela".

O poeta pediu-me que escolhesse os versos que mais conviessem às minhas estruturas musicais já idealizadas.

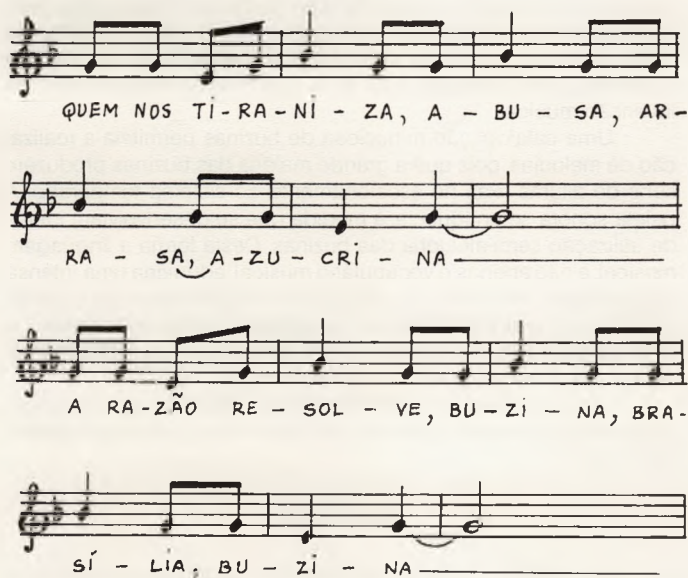
Escolhi, para o Coral e para o "Coro Popular", duas construções verbais que considerei primorosas:

"Um dia é do caçador, o outro da caçarola; abre a janela, bate panela".

"Quem nos tiraniza, abusa, arrasa, azucrina; a razão resolve, buzina, Brasília, buzina".

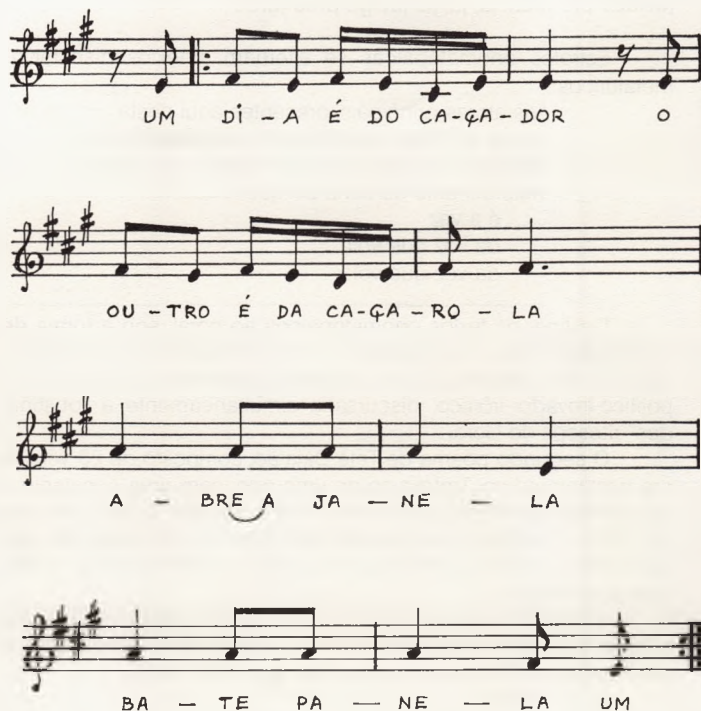
Esta segunda tirade estava magistralmente montada com a constância de variantes sutis da consoante fricativa dental e alveolar sonora [z]. Este era o som que me interessava: o "zzzzz" do zumbido ruidoso a ser levado às ruas. Além disso, se encaixava como luva na melodia de *terças menores*, formando um acorde de quinta diminuta, que logo me veio à cabeça e que seria o tema principal de toda a obra, adaptando-se perfeitamente às possibilidades de minha orquestra de buzinas. As únicas três notas do tema eram fartas na minha coleção de buzinas, como se verifica na Tabela 1.

A melodia de três sons, que seria destinada ao Coro e às buzinas, era bastante simples, de modo a poder ser imediata e facilmente apreendida pela massa popular que assistiria ao comício.

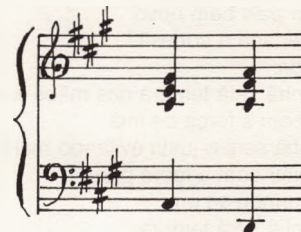


Exemplo musical 1

Com a primeira construção trocadilhada, resolvi compor uma melodia simples, com estrutura fraseológica binária, com a qual seria possível construir um "canon" de duas entradas. Mas apesar de minha paixão e opção pela *terça menor*, a melodia me veio no modo maior. Embora partidário das hipóteses de Hegel, achando bizantina a clássica polêmica entre Hanslick e os wagnerianos, resolvi fazer uma harmonização "triste", "plagal", de apenas dois acordes: o da tônica (I grau) e o da subdominante (IV grau). A "cadência plagal" (de "plaga", "chaga", "ferida"), abrandaria eventuais sentimentos de alegria e júbilo.



Exemplo musical 2



"Estava maravilhosa a improvisação com os meus dois acordes de buzinas: "Dó-Mi-Sol-Sib" e "Mi-Sol#-Si". De vez em quando dava sinal para o Abel e ele começava a improvisar com o seu "naipe" de automóveis. O acorde "Mib-Sol-Sib" do Abel completava um *cluster* estereofônico de sabor azedo e malicioso. De repente fiquei aturdido com a movimentação de um fusquinha vermelho que abandonava a fileira de "Fás" da Damelis. Agucei a vista furibundo com aquele músico indisciplinado que abandonava sua "estante", mas logo me acalmei: era um dos espiões do SNI que certamente mudava de posto de observação. No ensaio o Benjamin Sicsu havia me prevenido: o fusquinha vermelho em Fá e um dos Opalas em Lá se infiltraram no ensaio, pedindo para participar e seus motoristas haviam sido reconhecidos por ele e pelo Jorge Vinas como sendo agentes do SNI. A mim pouco importava..."

"- Desde que tocassem afinados e na hora certa!..."

	Si	Si ^b	Lá	Lá ^b	Sol	Fá [#]	Fá	Mi	Mi ^b	Ré	Dó [#]	Dó	
BOOGUI								1					1
BELINA		1	5				1					1	8
BRASÍLIA				1	1			13	3				18
CARAVAN			1										1
CHEVETTE	3	2	1	1	3			4	2			1	17
CORCEL	6		1	5	1	2	1						16
DEL REY			1										1
DODGE							1						1
FIAT	2	9	5	1	2			3	5	1			28
FUSCA	1	1	6			1	1	35	10	1		7	63
GOL	2				1		3	1					7
HONDA moto		1	3										4
MAVERICK		1											1
MONZA	1												1
OPALA			7	1				1					9
PASSAT	6		3	1	1	1	15	6	1				34
PUMA									1				1
VOYAGE			2				5						7
YAMAHA moto			1	4									5
	21	15	36	14	9	4	27	64	22	2	0	9	223

Tabela 1

Catalogando buzinas

O esquema estratégico montado seria facilmente concretizado, graças ao rápido apoio oferecido pela imprensa e pela comunidade brasileira. O inusitado da idéia provocou fenômeno raro: a imprensa acorreu, sedenta e voluntariamente, ao grupo. O artista revolucionário acostumado com a luta permanente pela busca de espaços na imprensa, nos palcos e nas cabeças, alegrava-se e revoltava-se com a novidade. Desta vez não era necessário procurar a imprensa. Ela nos procurava.

Os jornais locais começaram a divulgar minhas conclamações. Os brasileiros motorizados que quisessem participar da "Sinfonia das Diretas" deveriam comparecer aos estacionamento indicados, nos dias e horários divulgados, para a catalogação de suas buzinas. Num período de duas semanas os músicos, divididos em grupos e agora investidos nas funções de pesquisadores-acústicos, muniram-se de formulários, megafones e diapasones, dando plantões em vários pontos do Plano-Piloto: estacionamento do campus da Universidade de Brasília, estacionamento da Colina (conjunto residencial de professores, localizado dentro do campus), passagens de pedestres nos semáforos do Setor Comercial Sul, Superquadras 107 Norte, 308 Norte, 208 Sul e estacionamento em frente ao Sindicato dos Professores.

Os formulários a serem preenchidos tratavam de estabelecer um inventário completo do material sonoro e visual que o motorista poderia fornecer, além do endereço e telefone para posterior contato: afinação da buzina; existência ou não de alarme; marca, cor e placa do veículo. Além disto, um espaço era reservado para se registrar o número de crianças munidas de painéis que o motorista pudesse levar no dia do comício.

A primeira "pesquisa de campo", feita no estacionamento do Departamento de Música da UnB, serviu como experiência laboratorial para verificação das enormes surpresas e dificuldades que surgiriam na pesquisa. Foram necessárias urgentes reuniões e aulas-relâmpago de revisão de Acústica e Psicoacústica com os alunos, para a perfeita observação e tomada de dados nos futuros plantões.

Os casos mais surpreendentes, e com diferentes graus de dificuldade na observação, eram: buzinas com dois sons simultâneos, buzinas com afinação totalmente fora do sistema temperado, buzinas de timbre "rouco" com altura ininteligível, buzinas com altura inconstante em veículos com problemas na bateria, veículos com mais de duas buzinas com melodias já programadas, etc.

Durante os plantões verificou-se que apenas 10% dos veículos abordados não eram pesquisados. Os motivos variavam: uns eram contra as "diretas", outros não estariam em Brasília no dia do comício; outros estavam apressados, não podendo parar para a pesquisa; e outros simplesmente diziam não querer participar, sem dar explicações.

Foram pesquisados um total de 303 veículos. Destes, 223 produziam uma nota "afinada", 48 produziam duas notas "afinadas" simultâneas ("acorde") e 32 foram deixados de lado, por produzirem sons "indesejáveis". Dos 303 veículos, 292 eram automóveis e 11 eram motocicletas.

A Tabela 1 relaciona os sons emitidos pelos 223 veículos produzindo uma nota. A Tabela 2 relaciona os veículos produzindo sons duplos.

Não podemos deixar de salientar que a construção de melodias e acordes de buzinas só seria possível graças às grandes e maravilhosas imperfeições do ouvido humano. Quando catalogamos 64 veículos com buzinas afinadas em "MI" (V. Tabela 1), não queremos dizer que todas as 64 buzinas emitiam sons com frequências de exatamente 164,81 Hz. Para a catalogação de cada som adotou-se uma banda de tolerância da ordem de 2%. Esta faixa de tolerância permaneceu fixa para todas as observações, tendo em vista que todas as buzinas emitiam sons da oitava 2, ou seja, sons entre o "Dó 2" de 130,81 Hz e o "Si 2" de 246,94 Hz. A única exceção foi um

automóvel Passat que emitia dois sons simultâneos em oitava: "Si bemol 1 – Si bemol 2" (V. Tabela 2).

A questão da adaptação do ouvido, que tende a "afinar" um som "desafinado", foi apropriadamente analisada por vários pesquisadores, entre eles Fritz Winkel, mas a colocação mais exata a encontramos em Alain Danielou:

"A faculdade de adaptação do ouvido, tão habitualmente evocada para justificar o temperamento da escala musical, consiste, de fato, na interpretação de um som ligeiramente desafinado como um som de afinação justa. Esta possibilidade repousa sobre um fenômeno particular de *feed-back* que corrige as impressões recebidas ao compará-las a "figuras-tipo" depositadas na memória".

A questão aqui enfocada nada tem a ver com o limite diferencial da percepção humana do parâmetro altura. Este é da ordem de 0,5% em média, e é conhecido com o nome de "coma". A adaptação do ouvido, aqui tratada, refere-se ao condicionamento do homem do Ocidente ao sistema temperado, e também às bases estéticas, no âmbito das "alturas" do som, que delimitam os "traços pertinentes" da linguagem musical. Estas bases estéticas dão preferência às "notas grossas", como as qualifica Pierre Schaeffer. Assim, cada nota do piano, nas regiões média e aguda, é emitida por duas ou três cordas. O piano "bem afinado" e de "bela sonoridade" é aquele em que as duas ou três cordas, correspondentes a uma mesma tecla, não são afinadas exatamente ao uníssono. São as "pequenas desafinações" entre as cordas de uma mesma nota do piano que dão lugar aos "batimentos" que enriquecem o timbre do instrumento. Pela mesma razão o Lá da corda solta de um violino solista tem timbre muito mais pobre do que o mesmo Lá de cordas soltas de um naipe de violinos da orquestra.

Da mesma forma pretendíamos organizar nossa "orquestra de buzinas": o naipe de automóveis em "Fá", por exemplo, emitiria um "Fá" de timbre rico, graças à existência simultânea de 27 "Fás" (V. Tabela 1) diferentes, com frequência entre 171,11 Hz e 178,10 Hz.

Terça menor: a primeira decisão musical

O Comício das Diretas do dia 1º de junho de 1984, em Brasília, teria mais um caráter de protesto e de "lamento" do que de pressão reivindicatória. A derrota da "Emenda Dante de Oliveira" era um fato consumado. A massa, ao que tudo indicava, compareceria ao grande espaço entre a Torre de Televisão e a Funarte, para, irmanada e em coro, afogar sua frustração. Tudo acontecia com o mesmo clima de uma partida de futebol do Flamengo, em que a torcida rubro-negra, nos últimos minutos do jogo, vendo seu time derrotado, emite seu canto anímico de lamento e desespero:

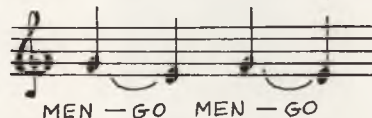


Ilustração 2

A massa carioca, no Maracanã, quando a tristeza é muito grande, chega mesmo a usar o quarto de tom para diminuir o intervalo:

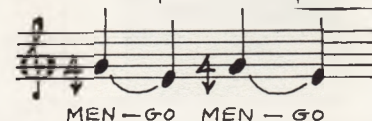


Ilustração 3

O programa ético-musical da República de Platão já tratava, com rigor, destas questões relativas às reações emotivas da massa popular. J. J. Rousseau, no século 18, bem esclareceu suas importantes observações dos mecanismos emocionais: "A terça maior, a qual nos excita naturalmente no sentido da alegria, nos imprime até mesmo idéias de furor quando é muito alargada; e a terça menor, que nos leva à ternura e à suavidade, nos entristece quando é demasiadamente pequena".

	Si ^b 1-Si ^b 2 8 ^a J	Dó-Lá 6 ^a M	Lá-Ré 4 ^a J	Fa-Si ^b 4 ^a J	Lá ^b -Dó 3 ^a M	Sol-Si 3 ^a M	Fá-Lá 3 ^a M	Mi-Sol [#] 3 ^a M	Dó-Mi 3 ^a M	Sol [#] -Si 3 ^a m	Sol-Si ^b 3 ^a m	Fá [#] -Lá 3 ^a m	Fá-Lá ^b 3 ^a m	
BELINA										3	6			9
BRASÍLIA										1				1
CARAVAN													1	1
CHEVETTE		2	1		1					1				5
CORCEL		1			1						3	1		6
DODGE							1					1		2
FIAT											2	2		4
FUSCA							1							1
GOL						1		2						3
HONDA moto											1			1
MONZA										3				3
OPALA				1			1				1	1		4
PARATI							1							1
PASSAT	1					1					1			3
PUMA		1							1					2
VOYAGE							1							1
YAMAHA moto							1							1
	1	4	1	1	2	2	6	2	1	8	14	5	1	48

Realmente, na prática do canto popular verifica-se que são várias as “terças menores” encontradas. A terça menor do Sistema Temperado, fixada no piano, é bem diferente das “terças menores” dos Sistemas de Pitágoras, Dídimo, Ptolomeu, Erastótenes, Zarlino e Euler. Independente de tudo isto, o povo canta suas terças menores cujos “tamanhos” variam em função da magnitude de suas mágoas e tristezas.

Verifica-se, de fato, que todos os cantos tristes de todos os povos e de todas as épocas contam com a predominância da terça menor. Assim acontece nos cantos religiosos de todos os povos indígenas das Américas e principalmente em seus cantos fúnebres. As famosas pesquisas do casal d'Harcourt nos oferecem uma coletânea de terças menores, de diferentes tamanhos intervalares, nos llantos de Cuenca, Quito e Cuzco, que exaltam as qualidades do amigo morto, sendo o canto interpolado de vários soluços. Esta prática existia já ao tempo dos Incas.

Construídos os quadros e as tabelas das pesquisas com as buzinas, verificamos, de imediato, a supremacia da terça menor. Na Tabela 2 verificamos a maior ocorrência deste intervalo. Ali encontramos: 28 terças menores, 13 terças maiores, 4 sextas maiores, 2 quartas justas e 1 oitava justa. O levantamento dos sons listados na Tabela 1, por outro lado, evidenciava a grande ocorrência de notas que permitiriam a construção de melodias e acordes com predominância de terças menores. Em vista de tudo isto, não poderia ser outra a minha decisão: toda a obra seria baseada no intervalo de terça menor.

“Olhei para a Guta e ela levantou o cartaz com a bola azul. Era o sinal para a Damelis iniciar a improvisação com o seu “naipe” de automóveis em Fá, Lá, Dó e Mi. De repente lá longe, no gramado, abriu-se um claro na multidão. Engasgamos. O arrepio geral provocou um silêncio tenso entre a quinta e a sexta seção da obra. O Lincoln espichou o pescoço lá dentre os baixos do “Tonto de Tanto Canto” e alertou que era gás lacrimogênio. Chico Expedito pediu calma à massa: “— Calma, gente; a Sinfonia vai continuar”. Lula e Cristina Tavares pararam de cochichar e me fizeram sinal para seguir em frente. Fomos em frente.”

Topologia das buzinas – a espacialização

A análise das Tabelas 1 e 2 nos levou à formação de quatro acordes básicos de buzinas:



Ilustração 4

Dois destes acordes poderiam ser desmembrados, dando lugar à formação, no total, de oito acordes:

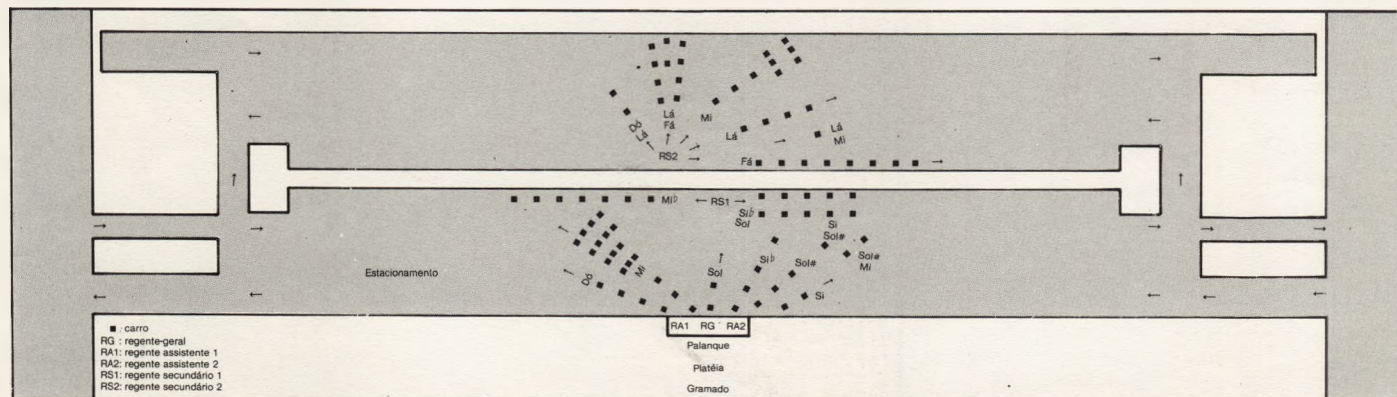


Figura 1

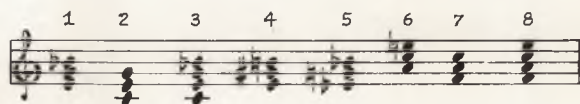


Ilustração 5

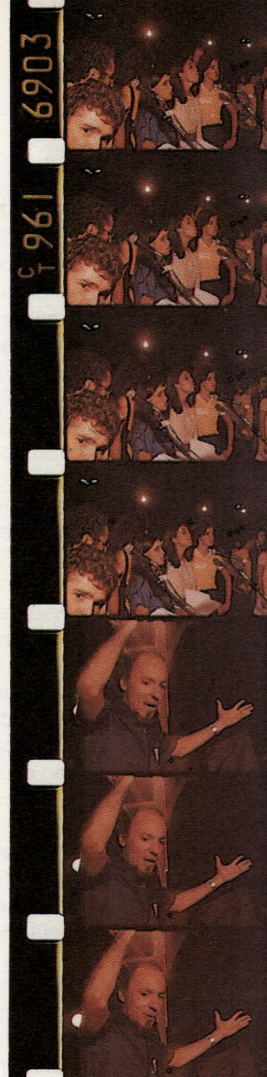
Quase todos os acordes garantiam uma atmosfera em torno da tonalidade de Fá Maior. Tudo, portanto, se ajustava às idéias estéticas iniciais. Desde o começo me atraía o uso predominante da nota “Si bemol” e da nota “Fá” que, segundo a teoria cromofônica, corresponde respectivamente às cores amarelo e violeta. O amarelo era a “cor das diretas”. O violeta, cor complementar do amarelo, era a cor do sofrimento, da paixão, do hematoma. O “Fá Maior” era a tonalidade do hino nacional que, desde o início, planejava utilizar próximo ao final da obra. Apenas o acorde nº 4 (Mi-Sol#-Si) fugia da atmosfera de “Fá”. Mas, como apojatura do acorde nº 5 (Mi-Sol-Sib) e como elemento surpresa dissonante, seria extremamente útil nas estruturas livres de improvisação.

Após estabelecer o material de acordes básicos, o próximo passo no trabalho seria a espacialização das fontes sonoras. O fato de cada automóvel ocupar uma área aproximada de 13,50 m², impunha um sério problema para com o trabalho de organização e regência das buzinas. Um total de 300 automóveis exigiria uma área de mais de 4.000 m², tendo em vista que cada “naipe” de automóveis de mesma nota deveria se agrupar em fila indiana, cada fila convergindo para o regente. Isto seria necessário para que cada fileira de motoristas pudesse distinguir com facilidade os gestos do regente. Quando o maestro apontasse para uma fileira, seria necessário que apenas aquela fileira se sentisse apontada pelo regente. Numa orquestra tradicional, no palco, isto não é problema. O músico mais afastado do regente, o timpanista, por exemplo, vê o maestro a uma distância de aproximadamente 14m. Mas na orquestra de buzinas, no vasto estacionamento, o “músico” mais afastado do regente estaria a cerca de 70m deste. Vi que seria necessário abandonar minha escurinha para, como quem num trabalho de “locação”, estudar “in loco” o “palco” da sinfonia: o vasto estacionamento entre a Torre de Televisão e o prédio da Funarte.

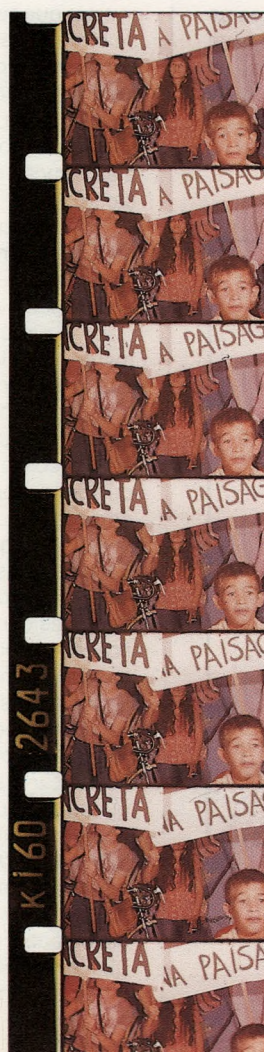
Após um dia inteiro, de trena na mão e estratégias musicais na cabeça, cheguei à conclusão: um único regente não daria conta do controle da grande orquestra.

A configuração topológica ideal encontrada está esquematizada na Figura 1. No palanque, ao centro, eu me localizaria, no papel do “regente-geral”. A cada lado do “regente-geral” se posicionaria um “regente-assistente” que, munido de grandes cartazes com código de cores, daria sinais aos dois “regentes-secundários” no meio do estacionamento.

Na Figura 1 está esquematizada a configuração topológica das fontes sonoras. O espaço global é dividido em seções, de modo que cada conjunto de notas formando um grupo acórdico fica sob o controle de um regente.



Fotogramas do filme "Diretas Já", produzido e dirigido em 1984 por Maurício Pinheiro, Nelson Maravalhas e Sérgio Bessa.



Tipologia das buzinas – o ensaio

Na noite do dia 25 de maio de 1984, uma semana antes do comício, haveria condições de ser feita uma prévia do possível sucesso do projeto. Os 303 motoristas foram convocados para um ensaio. Naquela noite seriam colocadas à prova, no grande laboratório da praça pública, diferentes desafios: 1) a resposta e adesão dos motoristas convocados; 2) a viabilidade do projeto musical com as buzinas; 3) a capacidade de organização e articulação da grande equipe formada para organizar os automóveis no estacionamento; 4) o comportamento da Polícia e do Detran, com relação às condições democráticas de realização do projeto.

Tudo sairia a contento. Dezenas de luzes vermelhas piscando no fundo do cenário escuro do Eixo Monumental indicavam que a polícia estaria observando tudo de longe, embora sitiando a área. O Detran, com apenas duas viaturas e poucos homens, organizava a entrada dos “buzinistas” no estacionamento. Ao entrar, cada motorista era rapidamente entrevistado e checado por membros de nossa equipe, munidos da lista completa das placas dos veículos pesquisados. No vidro da frente de cada carro era colada uma folha de papel com o nome da nota musical da buzina. Os automóveis eram orientados, no trânsito interno do estacionamento, a tomarem suas posições corretas, de acordo com o mapa topológico das notas musicais.

Verificou-se que, dos 303 veículos cadastrados e convocados, o índice de não comparecimento foi de apenas 40%. Ao ensaio compareceram 173 veículos. As ameaças das autoridades governamentais e policiais, divulgadas pela imprensa, fazia-me prever um índice de não comparecimento de mais de 50%, o que não aconteceu.

A organização dos automóveis em seus devidos lugares tardou duas horas. Conseguíamos apenas três megafones, que corriam de mão em mão entre os membros da equipe. O processo de organização, que passou por momentos vários de humor, atropelo, desespero e pandemônio, conseguiu chegar a termo ao cabo de duas horas.

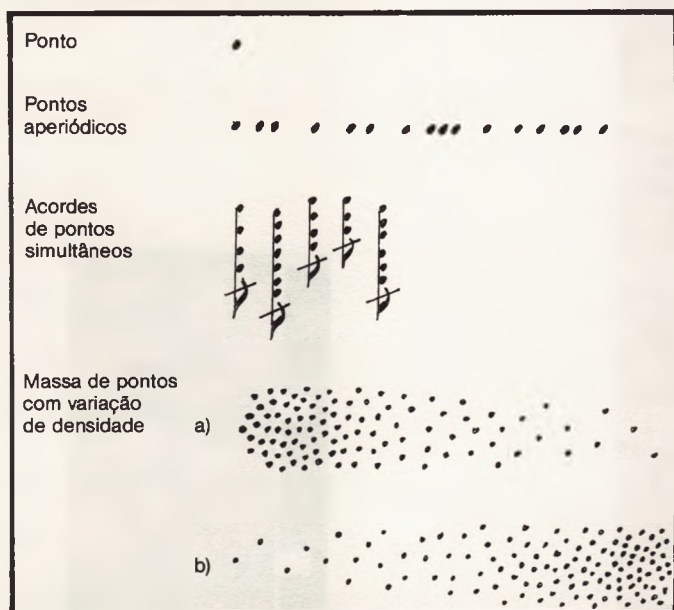


Figura 2

Como equilibrista, no alto das armações tubulares que formavam o esqueleto do futuro palanque, dei início ao ensaio. O trabalho, além de um simples ensaio, viria a ter também as características de uma bela sessão de criação coletiva ao luar, e de um animado workshop de educação musical.

Com o megafone, dávamos as instruções aos 173 motoristas, introduzindo-os no vocabulário da nova linguagem musical, apresentando, de forma didática, a tipologia sonora usada na obra. Eu havia preparado um minucioso “roteiro” do ensaio. Este “roteiro” previa, para o entendimento e aprendizado de cada tipo sonoro, cinco fases no processo pedagógico: 1) a explicação teórica do tipo sonoro; 2) os gestos convencionados indicativos de cada tipo sonoro; 3) os gestos convencionados indicando o início, o desenrolar e o fim de cada tipo sonoro; 4) a execução de cada tipo sonoro, como exemplo, feita pelo “motorista-spalla” da orquestra; 5) a repetição, por todos os “naipes”, do tipo sonoro exemplificado pelo “motorista-spalla”.

Os tipos sonoros básicos eram o som do tipo “linha” e o som do tipo “ponto”. A figura 2 mostra alguns dos objetos sonoros construídos com aqueles dois materiais básicos. A textura vertical da segunda parte do objeto adquire um caráter granulado, com densidade decrescente. Verifiquei, no ensaio, que este tipo de construção só adquiria interesse musical na medida em que ele era adotado para formações acórdicas tradicionais. A construção de grandes massas pontuais, com blocos sonoros em clusters e com grande densidade, resultava naquela sonoridade de buzinas nada agradável que estamos acostumados a ouvir nos grandes centros urbanos, na hora do rush, durante engarrafamentos.

Esta e várias outras limitações de ordem técnica e estética tiveram que ser energeticamente observadas para que a obra resultasse em uma realização musical, e não em um simples “buzinaço”. O fato de não contar com a possibilidade de trabalhar com o parâmetro “intensidade” também foi um importante fator limitativo. Como a buzina de um carro, queiramos ou não, toca sempre “forte”, foi necessário desenvolver técnicas de composição de objetos musicais com a exploração de outros parâmetros que compensassem aquela limitação.

Vale aqui lembrar que o “buzinaço” livre, comumente ouvido na hora do rush, equivale, na orquestra sinfônica tradicional, ao conjunto de sons produzidos pelos músicos que preludiam ou afinam seus instrumentos antes de iniciar o concerto.

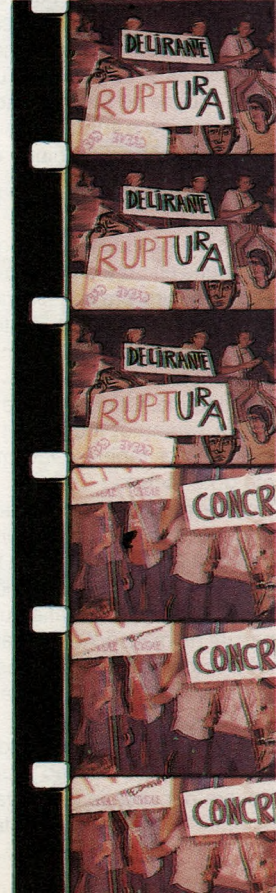
Na música sinfônica contemporânea, salvo intenção justamente especial e contrária, o compositor toma sempre o cuidado de não provocar aquele tipo de massa sonora quando induz, na partitura, à improvisação coletiva. Por um consenso universal tácito aquele tipo característico de massa sonora, em que predominam cordas soltas que se afinam em quintas justas, pertence à categoria de sons “importunos”. Aquele é o som da “orquestra que ainda não começou a tocar”.

Na orquestra de buzinas eram vários os objetos sonoros que deviam, pelas mesmas razões semânticas, ser deixados de lado.

Embora toda a estrutura da sinfonia estivesse pronta, algumas daquelas constatações feitas durante o ensaio determinaram modificações imediatas na partitura. As decisões a este respeito deviam ser, e foram, rápidas, tomadas no próprio ensaio, pois não haveria um segundo ensaio antes do “concerto”.

A emoção tomava conta, a cada momento, de todos os “buzinistas”, da pequena assistência e dos membros da equipe. Isto acontecia quando conseguimos montar, com sucesso, cada pequena estrutura musical: a melodia de três notas; as construções de acordes; suas sucessões determinando uma estrutura temporal harmônica; etc. A cada pequena estrutura recém-montada, os 173 motoristas e seus acompanhantes aplaudiam, em euforia, a eles mesmos. A partir destes achados musicais e das realizações estéticas alcançadas, chegou-se, ao final do ensaio, a um clima psicológico que aproximava fortemente os 173 “motoristas”.

Havia no ar a sensação de uma força que irmanava todos os



participantes, que se sentiam partícipes, cúmplices e companheiros de um expressivo ato musical e político. Ficava ali demonstrado que a buzina, uma fonte sonora aparentemente antimusical, era elevada à categoria de instrumento musical quando o esforço comum unia pessoas que, embora não se conhecendo, possuíam os mesmos sonhos de inovações e mudanças no domínio do estético, do político, do econômico e do social.

“Entramos na última seção da obra. Já estava cansado. Os músculos dos ombros doíam porque era necessário me exceder naqueles gestos muito largos para controlar a massa sonora. O piano elétrico, o sax e as guitarras deram início aos intervalos de quarta justa, insinuando o tradicional “quinto-primeiro”. A um discreto sinal meu, os músicos deram início à introdução do hino nacional brasileiro. Dei a entrada para a fita magnética. Ali estavam montados e mixados os efeitos eletrônicos que produziram um contraponto “sacana” (não existe outra palavra) com o hino. A pretensão era a contraposição e as polaridades dos dois mundos sonoros, rumo ao dramatismo intenso. No palanque, as caras de alguns políticos até então amargamente fechadas se abriram num sorriso rasgado como quem pensa: “Agora sim, a massa vai vibrar”. Vários deles se voltaram para a multidão agitando os braços, convidando o povo a cantar o hino. Alguns políticos abanavam freneticamente os braços e cantavam o hino de boca escancarada como quem pensa: “Quem, daqui de cima, gesticular e cantar mais, certamente vai ganhar mais votos nas próximas eleições”. Os 30.000 começaram a cantar acompanhando o coral do palanque. Mas atravessavam o ritmo. Não havia outra saída: dei meia volta e comecei a reger a massa, com gestos mais largos e escandalosos que os do Pompeu. Na hora do “deitado eternamente” percebi que a intensidade sonora do coro de 30.000 vozes começava a emascarar os sons eletrônicos. Fiz sinal para o Hermann, que controlava os potenciômetros da mesa, pedindo que subisse o som da fita. Pedi mais e ele me fez um sinal que dava a entender já estar no máximo. Tudo indicava que a massa popular queria se sobrepor àquele contraponto eletrônico, dramático e irônico. Desisti do contraponto e me dediquei à regência do hino... e me emocionei às lágrimas.”

O coro popular

O evento político-musical que estava arquitetado em minha cabeça só seria eficaz e completo se incluísse uma efetiva participação do povo. Assim, era necessário que a massa popular assistindo ao comício fosse parte integrante da sinfonia, não simplesmente como espectadora, mas também como participante ativa usando sua fonte sonora natural: a voz.

Desta forma, a simplicidade relativa das duas principais melodias da obra (exemplos musicais 1 e 2) se justificam pelo fato de que elas deveriam ser rápida e facilmente apreendidas pelo povo, no momento do concerto.

Uso a expressão “simplicidade relativa”, ao qualificar o grau de complexidade das melodias, porque realmente a relatividade de suas singularidades determinam uma fuga do banal. Não estava interessado na banalidade e na mediocridade. Não sou daqueles que acreditam numa “burrice” popular e que, por isto, derramam mediocridade comercial na massa. Ao contrário, certo da grande musicalidade de nosso povo, embora reconhecendo a total ineficiência da educação musical em nosso país, quis fazer com que a massa participasse de modo não-banal.

Mas, para o rápido aprendizado na hora do concerto, que determinaria a rápida adesão e participação do povo cantando as melodias, era necessário arquitetar um esquema estratégico. Seria preciso contar com algumas centenas de populares que, já conhe-

cendo previamente as melodias e as letras, se infiltrassem na massa, nela espalhados, para induzi-la rapidamente ao canto e à participação.

Durante a semana que antecedeu o comício convocamos os estudantes da UnB, através de panfletos, para os ensaios. Nas quatro sessões marcadas no Anfiteatro 9 (duas no horário de almoço e duas à noite), conseguimos congregamos cerca de 500 estudantes.

As sessões de ensaio com estes estudantes foram uma outra apaixonante experiência, pois que quase todos nunca haviam cantado em conjunto. A maioria era de estudantes das áreas de ciências. A única dificuldade estava na montagem do “canon” com a melodia do “exemplo musical 2”, pois que o canto a 2 vozes era praticamente uma novidade na prática musical daqueles universitários.

Quase a totalidade dos estudantes previamente preparados compareceu ao comício e, tal como havia sido estabelecido, se posicionaram, esparsos na multidão, ensinando e induzindo-a à participação.

As letras das duas melodias foram preparadas em enormes faixas de pano. No comício a massa popular aprendeu a letra na hora, lendo as faixas, e cantou as melodias “à primeira vista”, graças ao inusitado e efetivo processo cognitivo.

O esquema formal da sinfonia

A idéia de escrever uma obra intitulada “Sinfonia” nada tinha a ver com um eventual vínculo à conhecida forma tradicional. Na realidade a idéia tinha unicamente vínculos com a origem etimológica da palavra.

A forma tradicional da sinfonia, cristalizada na obra de Haydn, é calcada na estrutura ternária do primeiro movimento da sonata. Mas, em meu mister, eu preferia a assimetria livre do século XVII, pois que, à polifonia vocal, eu me propunha agregar a pluralidade tímbrica que ia do saxofone ao som eletrônico, passando pela buzina.

O título “Sinfonia”, por outro lado, pretendia bem direcionar o grau de expectativa do público para o qual a obra era destinada. Aproveitando-me do problema semântico, nos meios populares, de certas terminologias eruditas, eu queria deixar bem claro que aquela proposta de arte-panfletária seria, acima de tudo, arte. Isto é, o evento musical não seria um banal “show” de música. Seria ele, sim, um complexo corpo musical caracterizado por um bem estruturado discurso sônico e articulado de seções, em que a fácil comunicação se ajustaria às qualidades inerentes à boa obra de arte musical.

Sem preconceitos, queria demonstrar as possibilidades artísticas de um “panfleto” musical. As vanguardas, no decorrer dos últimos decênios, trataram de derrubar arrojadamente diversos preconceitos: o da forma tradicional, o da harmonia, o da tonalidade, o do timbre, o da repetição e o da redundância.

Mas um tabu continuava, ou continua, de pé. Refiro-me ao tabu da “arte-panfletária”.

O meu interesse maior era o da audácia: escrever uma obra musical de estilo veemente e polêmico. O próprio objetivo maior, portanto, embrenhava-se nas características do “panfleto-musical”, ou da chamada “arte utilitária”.

“A composição utilitária consiste no ordenamento de seus detalhes de tal modo que resulte ser instrumental para algum fim ou uso ativo. “Utilidade” é a adaptabilidade para algum uso além da pura contemplação, audição, compreensão ou meditação.”

Este “algum uso”, ou “uso ativo”, não era, evidentemente, o da ação revolucionária armada ou desarmada.

Não havia pretensões de insuflar a massa. Mesmo porque não acredito que a massa brasileira seja tão facilmente “insuflável”, e nem acredito em tamanhos poderes para a música.

Mas o “outro uso” existia. Seria o uso catártico que traria à tona as frustrações e os anseios da massa popular. Na medida em que estes anseios eram políticos, sociais e econômicos, tudo ali poderia se revestir de cunho histórico-revolucionário, que sempre acrescenta tijolos na construção das inevitáveis mudanças futuras.

A "Sinfonia das Diretas" teria uma duração aproximada de 35 minutos. Para o grande público acostumado a ouvir músicas comerciais cujas durações têm no máximo 5 minutos, todo o processo musical deveria ser estrategicamente muito bem montado.

O mecanismo psicológico da percepção do discurso musical foi exaustivamente estudado, à luz do gestaltismo, por Léonard Meyer. O processo de pensamento desenvolve-se com a alternância de "campos estimulantes" e de "soluções-satisfação". Um "campo estimulante" apresenta-se ao ouvinte como ambíguo, inacabado, e provoca uma "espera de satisfação". Esta espera cria um estado de crise que obriga o ouvinte a buscar e encontrar, no discurso musical, um ponto de resolução da ambigüidade.

"Todo retardo na clarificação (ou satisfação) esperada provoca um movimento afetivo..., e quanto mais a solução é inesperada maior é o prazer (estético)".

Mas estas considerações teóricas, bastante válidas para o público culto acostumado à contemplação e compreensão de estruturas complexas, não serão certamente aplicáveis ao público tercio-mundista que tem fome de comida e de voto.

Assim, não querendo correr o risco de abusar e esgotar a paciência da grande massa que iria à praça para assistir a um comício, optei pelo discurso musical de articulações múltiplas, com seções breves. Os "campos estimulantes" haveriam de ser curtos, para que as "resoluções" não tardassem, provocando a "impaciência", sentimento tão comum no público de comícios. A forma, assim, se aproximaria dos padrões de uma espécie de "Suíte sem interrupções" ou de um "Rondó de estribilho cambiante".

A peça constava, enfim, de 12 seções "costuradas", entre si, de modo tecnicamente imbricado: 1 – solo de buzinas com a melodia de 3 notas; 2 – pedal da nota "Dó" sustentando a melodia de 3 notas alternadamente cantada pelo coral no palanque e pelo povo na praça, seguida do "canon" a 2 vozes; 3 – trama de buzinas com o mesmo acorde anterior, trasladando da "linha" aos "pontos", justificando-se às novas entradas do "canon" cantado pelo coral e pelo povo e ainda à nuvem de sons eletrônicos; 4 – resolução do acorde no baixo "Fá", que sustenta o coro falado em jogral; 5 – embolada nordestina; 6 – trama de buzinas; 7 – resolução no modo de "Lá", que sustenta o canto do coral e do povo, com o "canon" da melodia nº 2; 8 – grande seção de improvisação de acordes de buzinas, de modo espacial, com a participação de todos os regentes; 9 – ambiência de Sol Maior que canaliza a execução do grande moteto "Amanhã é a Primeira Manhã de um Novo Amanhã"; 10 – hino nacional brasileiro; 11 – inevitável intervenção apoteótica do público após o hino, com palmas, ovações e assobios; 12 – decrescendo das palmas, provocado pela gesticulação apropriada do regente controlando a massa, para a declamação do poema "Atestado de Óbvios" feita, sobre o último acorde em *bocca chiusa*, pelo coral.

Eu fiz a obra e vi que ela era boa. Boa sim, mas para quê? Ela foi boa como mais um passo na revolução que estou fazendo desde décadas e de continuarei fazendo através das décadas futuras. A revolução de que falo não mudará grupos no poder, nem mudará a estrutura do poder, porque o que ela pretende é o fim do próprio "poder" e o da "autoridade". Ela muda e mudará mentalidades. Para tanto, o fuzil, a metralhadora e o canhão de nada servem. Nem mesmo o voto serve. Eis escancarada a minha farsa. Infiltrei-me no comício que pedia o voto direto, compoendo a sinfonia que pedia o voto direto, sem acreditar no voto. Sabia que, sem um longo trabalho de educação e de transformação de mentalidades, o poder econômico e outros poderes sempre desvirtuam qualquer legitimidade, consciência e eficácia do voto.

Para a mudança de mentalidades resta-me, portanto, as únicas armas eficazes da "estética da fome" e "do medo": a palavra, o som acústico, o som eletrônico, o apito, a buzina e a paciência. □



Nota

1. Os músicos participantes da estréia da obra, no comício de 1º de junho de 1984, foram: Regente Geral – Jorge Antunes; Primeiro Regente Secundário – Abel Eustáquio de Faria; Segundo Regente Secundário – Damelis Castilho; Primeiro Regente Assistente – Maria Augusta Ramos (Guta); Segundo Regente Assistente – Paulo Barbosa Fontes; Saxofone – Paulo Magno de Almeida Borges; Guitarra Elétrica – Fernando Corbal; Baixo Elétrico – Alfredo Paixão; Piano Elétrico – Rênio Quintas; Bateria e Percussão – Ademir Alves de Lima (Boca); Difusão da Fita Magnética – Mariúga Lisboa Antunes; Declamador – Chico Expedito; Coral – Coro "Tonto de Tanto Canto"; Preparador do Coral – Antonio Lincoln; "Spalla" da Orquestra de Buzinas – Antônio de Pádua Guerra Vicente.

Resumen

SINFONÍA DE LAS DIRECTAS: LA ESTÉTICA DEL MIEDO

La Sinfonia das Diretas, presentada publicamente en 1984 durante la histórica manifestación de Brasília, marcó los trazos típicos de una "estética del miedo". La experimentación musical, la bonita y fascinante investigación en el dominio de la acústica y de la psicoacústica, y la valiente estrategia delinearon un camino fronterizo entre los terrenos del miedo y la osadía. La orquesta incluía un conjunto instrumental, un coro, sonidos electrónicos y cerca de doscientos automóviles tocando la bocina. El resultado fue música altamente revolucionaria y subversiva que apuntaba hacia nuevos caminos estéticos y políticos.

Abstract

"SINFONIA DAS DIRETAS": THE AESTHETICS OF FEAR

Sinfonia das Diretas (Symphony for Direct Elections) was performed in the open air during the historic rally in Brasília in 1984. It bore the characteristic traces of an "aesthetics of fear". Musical experimentation, a beautiful and fascinating research in the realm of acoustics and psychoacoustics, and a bold strategy mapped out a course along the narrow divide between fear and audacity. The orchestra consisted of an instrumental ensemble, a chorus, electronic sounds and approximately two hundred automobiles sounding their horns. The results was highly revolutionary and subversive Music that pointed the way to new aesthetic and political inroads.

O poder difuso da música

Gustavo Lins Ribeiro

O homem tem necessidade permanente de comunicar-se, de romper a barreira da individualidade e da subjetividade angustiante. A música é uma das dimensões mais importantes na ansiosa procura humana de comunicação total. A universalidade da música como prática social permite ao homem encontrar a si mesmo na potencialidade dos outros.



Muitas definições sintéticas já foram dadas sobre o que é o homem. Mas não se poderá escapar de um duo indissociável. O homem é um produtor de suas necessidades, um utilizador de instrumentos e ao mesmo tempo um produtor de linguagem, um simbolizador. Não que a análise das formas de produção da realidade econômica e social seja mais simples, mas encontra-se relativamente mais desenvolvida. A compreensão da capacidade de simbolizar – um dos eixos centrais de disciplinas como a lingüística, a psicanálise, a antropologia e a teoria literária – oferece resistência, mas desenvolve-se rapidamente, principalmente se considerarmos que a descoberta formal dos signos e seus componentes fundamentais (significante/significado) tem perto de cem anos.

Não é, no entanto, a “juventude” das análises simbólicas a única explicação para seu relativo atraso. Isto parece apontar antes para a complexidade dos processos de significação, representação, comunicação. Não somente as unidades simbólicas apresentam grandes dificuldades de análise – os signos e símbolos são escorregadios, muitas vezes polivalentes, mestres da ambivalência e da ambigüidade –, mas também os contextos (e aqui como aumenta o grau de complexidade de tudo o que está em jogo!) onde os acontecimentos e encontros comunicativos ocorrem. Neste sentido, a música, esta sofisticada linguagem de signos flutuantes e polissêmicos, talvez represente um dos universos mais complicados de análise.

O homem tem necessidade permanente de comunicar-se, romper a barreira da individualidade, da redução a uma subjetividade angustiante porque totalizadora. A própria existência de linguagem é a prova/mecanismo através do qual, a cada instante, a subjetividade se pulveriza em incontáveis redes de intersubjetividades. Ser homem é viver numa rede intersubjetiva mesmo quando se está só, porque os signos são sociais. Pensamos com signos socialmente compartilhados, formadores não somente de uma comunidade de falantes, mas também de “pensantes”. Não seria esta uma das razões para a forte sedução exercida pelos meios de comunicação de massa, especialmente a televisão: dissolver a solidão/individualidade através do estabelecimento de uma ilusória comunidade de “pensantes”?

A busca do outro, da dissolução da prisão individual/subjetiva é a razão mesma da linguagem. Para estabelecer a mínima forma de comunicação, de uma pessoa com outra, é necessário compartilhar uma comunidade de signos. Linguagem é compartilhar. Linguagem é pertencer a algo maior que um. A impossibilidade de comunicação, a negação de uma essência do ser homem, é de tal violência que se traduz em conflitos (guerras por assunção de superioridades étnica ou econômica, conflitos individuais e neuroses), mitos (a torre de Babel), punições (as penitências e a solitária), ou exclusões divergentes percebidas pela maioria como loucura (eremitismo, autismo).

As palavras constituem um poderoso sistema de comunicações, e como todos os sistemas de signo elas são um calidoscópio aberto. São eficazes portadoras de significado, permitindo passar informações precisas, técnicas – para dizê-lo de algum modo, realizar trocas psicológicas, físicas e sociais, até evocar sensações e sentimentos difusos (“difíceis de expressar”), como nas poesias. Ainda que reúnam todas estas qualidades, sendo o meio de comunicação por excelência, as palavras não terminam de satisfazer a necessidade – quase avidez – total do homem por comunicação, por pertencer a uma comunidade maior que potencie sua individualidade. A música é uma das dimensões mais importantes que concorrem para preencher a busca da comunicação total.

Aqui entenderemos a música antes como música instrumental para evitar momentaneamente as especificidades e complexidades próprias à relação letra (texto)/música. A música, justamente porque seus referenciais são difusos, permite realizar analogias e evocações que despertam desde recordações precisas (nada melhor que uma melodia para marcar nitidamente um acontecimento ou um período) até sensações que necessitam de um meio para se exteriorizarem, para se projetarem (alegria, tristeza, cerimônia ritual). Não é de estranhar, assim, que esteja ela presente em encontros sociais tão

distintos quanto a chegada protocolar de alguma autoridade, uma missa, ou os desfiles das escolas de samba no Brasil. Tampouco é de estranhar que seja freqüentemente usada como o meio ótimo – por não ser problematizador e por ser aparentemente neutro, em geral – para a criação de comunidades de ouvintes (o termo já indica uma atitude passiva), de “pensantes”, ilusória e momentaneamente homogeneizados pelo fascínio, produto das qualidades difusas dos signos musicais, de pertencerem a um mesmo todo social harmônico, guiado por tantos flautistas de Hamelin quantos músicos já existiram. Pode-se perguntar: não é isso também o que a política tenta realizar? Não é isso que nos permite tentar compreender por que multidões podem ficar de pé silenciosamente e com reverência e respeito concentrarem-se numa seqüência de sons? Ou tentar compreender o que une a todos num estádio durante um concerto de rock ou música popular?

A universalidade da música como prática social aponta para sua eficácia como estabelecadora de um nível de comunicação difuso, não totalmente satisfeito pelo uso de palavras, que permite aproximarmo-nos de um ideal de comunicação total, na busca permanente do homem em encontrar a si mesmo na potencialidade dos outros. □

Gustavo Lins Ribeiro é Ph.D em antropologia pela Universidade de Nova Iorque.

Resumen

EL PODER DIVULGADOR DE LA MÚSICA

El hombre tiene una necesidad permanente de comunicarse, de romper la barrera de la individualidad y de la subjetividad angustiada. La música es una de las dimensiones más importantes en la ansiosa búsqueda humana de comunicación total. La universalidad de la música como práctica social permite al hombre encontrarse a sí mismo en la potencialidad de los otros.

Abstract

THE DIFFUSE POWER OF MUSIC

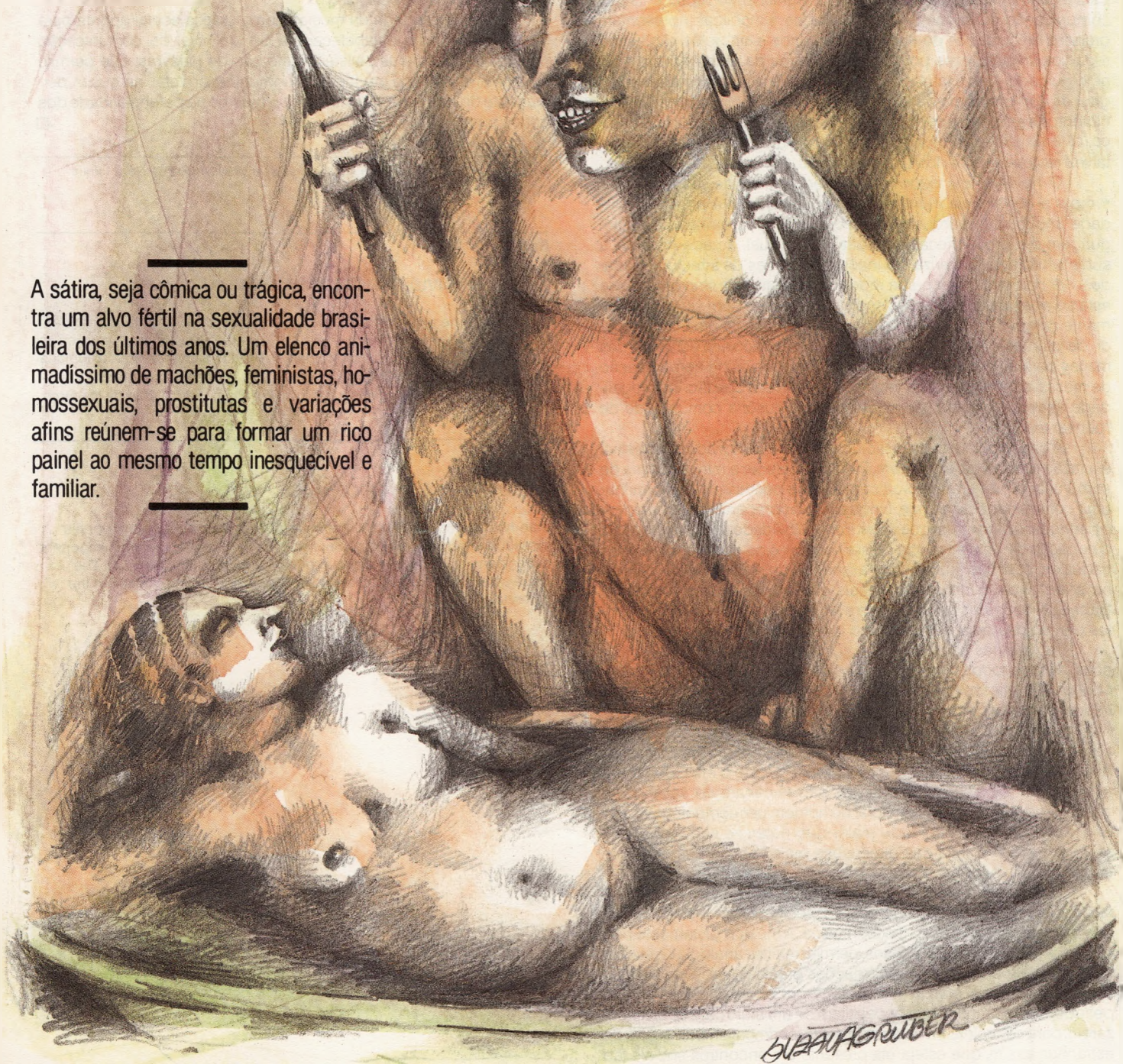
Man has a constant need to communicate, to break the bounds of his individuality and vexatious subjectivity. Music is one of the most important dimensions of mankind's anxious quest for total communication. The universality of music as social praxis allows man to find himself in the potentiality of others.

LITERATURA

O machismo arraigado, a mística feminina e suas variantes

Malcolm Silverman

A sátira, seja cômica ou trágica, encontra um alvo fértil na sexualidade brasileira dos últimos anos. Um elenco animadíssimo de machões, feministas, homossexuais, prostitutas e variações afins reúnem-se para formar um rico painel ao mesmo tempo inesquecível e familiar.



O machismo arraigado

Desde suas próprias origens, o Brasil tem sido machista, com sua "colonização fálica, a posse da terra pela fecundação do sêmen!"¹ Mais recentemente, o maniaco sexual-protagonista de "Conquista"² lembra a um companheiro de libertinagem que "Quem manda na cama manda no mundo" (p. 16). A tendência, entretanto, é universal, uma espécie de "maçonaria sexual masculina"³, para usar outra metáfora eufemística.

Transcende também as diferenças de idade, como em "Prisão em flagrante"⁴, de Chico Anísio. Aqui, um inspetor de polícia observa um adolescente e pretendo transgressor da moral com um prazer vicarial e um orgulho quase paternal:

– E ela? Era jeitosa? – indagou o comissário, voltando ao tom antigo.

O rapaz confirmou, com um sorriso maroto. O comissário já tinha o seu parecer sobre o caso. Atentado ao pudor, achava ele, tinha sido o da mulher que ficara cruzando e descruzando as pernas. O rapaz, coitado, tinha feito o papel que lhe cabia. (p. 68)

Justamente, assim que o acusado é solto, o inspetor recebe um telefone aflito de sua filhinha angustiada: a vítima tinha sido ela!

O papel feminino é, naturalmente, o cerne de toda a questão machista. Para alguns homens, as mulheres podem encarnar subliminarmente "uma crassa ambição material e um gosto pelo 'kitsch'"⁵. Para a maioria, contudo, são simplesmente o proverbial objeto sexual, e personificação atualizada do antigo conceito de tráfico de mulheres. Um coronel casca-grossa em Tereza Batista cansada de guerra⁶ explica (a juiz e companheiro de freguesia) como normalmente lida com as seleções do bordel: "– Quando ela [a catina] tem novidade me avisa, se gosto compro, troco, alugo, faço qualquer transação. Quando enjoa da bichinha, a gente negocia de novo" (p. 123).

Outros ampliam a metáfora escravocrata às suas posses e, de forma nada lisonjeira, às vacas (por exemplo: *As vacas leiteiras – e os animais que as possuem*⁷). Stanislaw Ponte Preta dá título a uma crônica de "Vaca, porém honesta"⁸ e a uma outra de "A revolta vacum"⁹. Todos empregam algo além do duplo-sentido, isto é, embora sejam apresentados ao nível literal, obviamente não tencionam ser interpretados apenas como meras parábolas mas como "inocentes" anedotas machistas também. (As éguas, também, vêm à mente, notadamente em Camilo Mortágua¹⁰ [p. 196] e Dona Anja¹¹ [p. 37] de Josué Guimarães.)

O sexo oposto é logo designado de sphincter vaginae em *Sempre viva*¹² (p. 29) e, quando a Vedetinha de Simulacros,¹³ "principalmente e quase que só esta bocetinha dourada com seus pêlos graciosos" (p. 125). Em *Tarde da noite*,¹⁴ Luiz Vilela inclui "Esse amor besta de inicial maiúscula", onde um machista realista é categórico em seu pronunciamento: "Mulher é sexo, rapaz; o resto é conversa fiada, bobagem. Mulher é na cama. Quem não pensa assim é porque tem qualquer problema, qualquer anormalidade..." (p. 165). No ironicamente intitulado "Madona"¹⁵, o protagonista também reduz sua presa feminina a sua essência... de acordo com sua visão: "Escolhi as pernas. As pernas comiam um cheeseburger" (p. 121). O Primo Altamirando comenta numa linha paralela, ao saber de experiências científicas no exterior que estão reestruturando as configurações do corpo: "... disse que vai escrever... pedindo uma produção acelerada de mulheres com oito pernas"¹⁶. A opinião de um entrevistado no sarcástico "As Mulheres, sempre por cima"¹⁷, de Millôr Fernandes, compensa em entusiasmo sexista o que perde em especificidade: "Seus olhos brilham: 'Se eu gosto de mulher, pô. Gosto tanto de mulher que, não podendo ter mais de uma mulher, gosto até de minha mulher'" (p. 89).

O anti-herói do bas fond e personagem-título de "Paulinho perna torta"¹⁸ lembra que "Mulher lava os pés do seu homem e enxuga com os cabelos" (p. 78), parodiando involuntariamente os escritos do Novo Testamento. Leon Eliachar também faz uso da paródia, num comercial hipotético mais apropriado a objetos inani-

mados: "Pode ser usada em casa, na rua ou no escritório. É de fácil transporte, podendo lhe proporcionar um excelente fim de semana"¹⁹. Em *Que país é este?*²⁰, um anúncio de emprego para mulheres é satirizado a fim de revelar as verdadeiras intenções masculinas:

Moça de boa aparência – isso quer dizer que a moça não precisa ter qualquer conhecimento do serviço. Basta ser bacana. Quer dizer que o patrão gosta de agradar aos seus clientes com uma secretária de bonito aspecto... De uma coisa esteja certa: você vai trabalhar com um amante do belo. Defenda-se. (p. 98)

Uma vez empregada, deve se proteger, como no conto de Chico Júnior onde uma atraente secretária executiva causa um frisson entre os machistas tacanhos por morar sozinha, pois, bem, "ninguém entendia isso como uma independência, e sim como putaria da grossa" (p. 76). Quanto a seu patrão, é estereotipamente inarredável em que "ou como essa mulher ou apronto uma bagada aqui dentro" (p. 77).

Parece que as mulheres empregadas devem ser ainda mais cautelosas caso tenham sido casadas. Haja visto, por exemplo, a tradicional atitude masculina exprimida pelo personagem-título de *O simples Coronel Madureira*.²²

– É solteira?

– Não, coronel. Sou desquitada.

Madureira sentiu no peito uma sensação semelhante a descarga elétrica. Mulher desquitada era um ser de exceção, algo pecaminoso, romanesco, que exercia sobre ele a mais intensa fascinação – ah! – e moderando-se:

– Não foi feliz no matrimônio? (p. 42)

A simples palavra *desquitada* parece conter poderes afrodisíacos instantâneos para o macho mediano, esse mesmo homem de família hipócrita que relega a sua esposa ao equivalente a uma prisão preventiva à la islamismo. E os homens aprendem desde cedo, como o Serginho pré-pubescente em "Um chão de muitos enganos" de *Um pássaro em pânico*²³ que rebate os conselhos maternos com tudo menos tato: "– A conversa ainda não chegou na cozinha, vá com calma, coroa" (p. 51). Além do mais, "não basta a uma mulher ser honesta. É preciso também parecer"²⁴ e não importa qual o comportamento do maridinho!

Em *Zero*,²⁵ o governo dominado por homens – o mesmo tipo devoto que há pelo mundo todo, que rotineira e unilateralmente nega às suas cidadãs o direito ao aborto legalizado – aprova um "DECÁLOGO PARA AS MULHERES". É uma mistura paródica dos *Dez Mandamentos* e da *Declaração dos Direitos do Homem das Nações Unidas*, na qual um paternalismo farisaico (medo subconsciente de ser corneado?) leva ao ocultamento medieval dos contornos femininos, e para o inferno com a *persona* da fêmea! A lista inclui aumentar o comprimento das saias, ficar em casa e aprender a cozinhar, a costurar e a cuidar das crianças (p. 217).

Um marido durão, de fato, domina de tal maneira sua "mulherzinha" que ela se retrai fisicamente também: "Quando a carregou pela mão ao médico... ela já estava da altura do seu joelho"²⁶. Por comparação um dos "considerandos"²⁷ de Fraga, em face das prerrogativas da esposa, é tão "revolucionário" quanto comicamente paradoxal: "... no mínimo uma vez por semana as mulheres têm permissão de duas horas para sair e participar daquelas reuniões prêmancipação feminina" (p. 49). O personagem-título machista de "Relatório de Carlos"²⁸, de Rubem Fonseca, gostaria de fazer crer ao leitor que a esposa (burguesa) é alguma espécie de princesa indigna. A sua é uma invectiva hiperbólica, aludindo a uma esposa que gasta seu tempo "na cama dormindo com uma preguiça retardada e

na hora da separação... metade de tudo aquilo que o sujeito ganhou pertence àquela parasita" (p. 79).

O notório duplo-padrão dos homens há muito tem sido parte do folclore brasileiro, no fundo, do latino em geral. Quem sabe? Essa noção, ou pelo menos essa fantasia, pode mesmo ter sido inspirada num tempo e espaço mais distantes: "Me vi cavalgando as areias do deserto num fogo alazão puro-sangue, albomo ao vento, e depois no meu harém cercado de fogosas..."²⁹ Por exemplo, Fernando de "Duas irmãs"³⁰ obtém sucessos amorosos com ambos os personagens-título, embora não no mesmo instante. Quando indagado como tudo vai acabar, responde: "– Sinceramente, não sei. Pelo meu gosto não acabaria nunca" (p. 58). Stanislaw Ponte Preta propõe o "Dia da Outra", já que, afinal, "sempre ganha os melhores presentes..."³¹ A recomendação paralela de Luís Fernando Veríssimo é ainda mais direta, como se evidência no seu "O dia da amante"³². Prossegue definindo essa classificação amorosa com cinismo e precisão pseudoquantitativos, e um descaso tradicional e aviltante pelo papel feminino: "... se a mulher der para o mesmo homem mais de dezessete vezes seguidas, ele deixa de ser seu namorado e, tecnicamente, passa a ser seu amante" (p. 108). Ao mesmo tempo, manter concubina corre certo risco, conforme aconselha um machista cínico: "... as amantes, decorridos tantos anos, têm a fraqueza de envelhecerem como as esposas. Fique com a recordação e trate de encontrar outra..."³³

O dom-juan prototípico de hoje em dia, "um tarado sexual de uivar nas esquinas,"³⁴ é bem capaz de ter, como filosofia, uma máxima freqüentemente citada na obra amadiana: "Não era possível, a um homem só, dormir com todas as mulheres do mundo mas devia-se fazer esforço para consegui-lo..."³⁵ Ora, o personagem-título de "Isaac, o conquistador"³⁶ tem seu próprio ditado tão cínico quanto egoísta ao manter que "– Não paquerar a mulher de um amigo é indelicadeza" (p. 58).

Tonico Bastos de Gabriela, cravo e canela³⁷ pratica, com a figura-título, o que Isaac apenas sugere. O sucesso daquele, contudo, é limitado, como reflete o seguinte epíteto sarcástico:

O Tonico Tinico
don Juan de puteiro
se fudeu por inteiro
– Tu és bem casada?
– Eu sou é amigada.
E levou bofetada
o Tonico Pinico." (p. 414)

Ele é tamanho mulherego (e palhaço) que, inclusive, quando o nome dele é mencionado como candidato à prefeitura, a opinião geral é "só se fosse para encher a sede da municipalidade de prostitutas" (p. 331).

Em *Cabeça de Papel*, a libido masculina é desancada impiedosamente em face das maquinações sexistas perante a presença catalisadora de uma mulher deslumbrante, e, ao mesmo tempo, contrastada com a indiferença feminina:

... as mulheres reterão na memória a roupa e maquiagem, material de estudo, os homens se perguntarão "quem está trepando", se consideram os candidatos ideais, se quisessem, "pegava ela pela bunda e essa pose toda virava logo pudim", ao pensamento levantam e alargam os ombros e suspendem o cinto, ou equivalente, e encolhem o estômago. (p. 38)

Sob tais circunstâncias, é de surpreender que um certo Capitão Justo, de nome errôneo, personagem de Tereza Batista cansada de guerra, "pendura no pescoço um colar com argolas de ouro a lembrar cabaços de pobres roceiras"? Pode se visto também sempre "Arrotando macheza" (pp. 155-156), sendo portanto reminiscente, de maneira caricaturalmente desleixada, do gigolô bestial em *A noite sem homem*.³⁸ A manhã seguinte à tempestuosa visita ao bordel deste último, é, na verdade, um clássico da sátira safada e do humor cáustico, tanto pela presença cacofônica do intruso quanto pela reação a ela por parte das prostitutas:

As mulheres ainda estão alvoroçadas junto ao quarto onde Dr. Benvindo, a espaços, ruge, uiva, rosna, palavreia.

– Tem horas que eu chego a pensar que Deus não existe, palavra de honra. (p. 61)

Casos divertidos nos moldes dos de Don Juan abundam: conta-se que um antecessor nobre em *Dona Anja* deixou seus traços viris nos lençóis de muitas das donzelas locais assim como "na árvore genealógica de quanto pomar espúrio houvesse pelas redondezas" (p. 57); um general idoso adere a uma *ménage à trois* em "A desquitada da Tijuca"³⁹, levando assim um amigo a comentar que "quando ele vai com duas ao mesmo tempo, ele não agüenta até as 7" (p. 168); e o personagem-título de *O sobrinho do General*⁴⁰ é alvo da inveja machista, quando um admirador jocoso comenta como que "parece que a intenção principal dele é aumentar a população do país. Está contribuindo para o próximo recenseamento..." (p. 31). Mesmo um humilde varredor de rua não pode deixar de tomar parte nos galanteios provocantes para as transeuntes femininas; e ao ser indagado sobre suas chances de sucesso, retruca filosoficamente: "– Vai ser difícil, doutor. Mas 'as veis' uma delas pode ser tarada"⁴¹.

No outro extremo, há "Decadência"⁴² e Grande Tarado, seu campeão sexual-protagonista vagamundo que

se tornou uma legenda em vida depois que atacou sete funcionárias públicas dentro do elevador de uma repartição estadual antes de chegar ao quarto andar, e uma de cada vez. As próprias vítimas tiveram que reconhecer: "Que tarado!" (p. 121)

O machismo exagerado, também, fica mais evidente através do ubíquo motivo fálico. O referido "O campeonato" em *Feiiz Ano Novo*,⁴³ por exemplo, é na realidade um teste para ver qual o participante masculino que consegue obter o maior número de orgasmos num determinado período de tempo. Em "Shazam"⁴⁴, a paródia de Moacyr Scliar dos heróis da fase áurea dos quadrinhos, o super-humano Capitão Marvel por pouco não empala uma prostituta desprevenida: "– Me enterraste um ferro, bandido! Perverso!" (p. 26). Quanto ao sugestivamente intitulado "As voluntárias do sexo"⁴⁵, seu astro, por assim dizer, um pênis, parece condenado a ou "o tal gigantismo improdutivo ou a tal miniatura hilariante" (p. 103). Ironicamente, enquanto é em *O rei dos paus*⁴⁶ que a fixação fálica é mais forte, sua encarnação-protagonista está varado de insegurança. Masturbando mais do que fornicando ("– Meu recorde foi sete" [p. 173]), inventa tais eufemismos cômicos para seu pênis como "bailarino" (p. 40), "cobrona" (p. 165) – propenso a esguichar jatos de "veneno" – e, em deferência ao seu comprimento, "dezoito e meio" (p. 51). Ao mesmo tempo, é um cavaleiro andante e, como infere o título do romance, um rei "com o cetro inativo" (p. 163), ao menos logo após a morte de uma namorada terrorista.

É também um cavalo (p. 39), metáfora que aparece em *Incidente em Antares* como "único meio de locomoção digno dum homem macho..." (p. 26). O personagem-título de *O mulo*⁴⁷ propicia uma espécie de variação paródica, embora sua desejada virilidade animal preveja um "pau duro e elástico como borracha de pneu" (p. 321). O Major Tancredo de Roda de fogo⁴⁸ – um círculo incandescente é retratado na capa do romance com um garanhão ereto sobreposto – é obcecado por pistolas e bananas, cujas reaparições parecem aumentar a cada novo fiasco erótico. Igualmente notável é a "lúbrica banana, meio murcha, coberta de mosquinhos" que abre *Os deuses de Raquel*⁴⁹, ou, do mesmo modo, um ato de felação em *Cabeça de papel*, executado "como se o pau dele fosse uma Banana Split..." (p. 163).

A visão machista dos atos sexuais, per se, certamente traça um

paralelo, podendo ser equiparada ao abate do caçador, muitas vezes um anticlímax em si, e acompanhado pelo banquete glutônico. De fato, a imagística é canabalesca⁵⁰, especialmente dado o uso figurado generalizado de comer e termos similares significando a cópula. Por exemplo, duas anti-heroínas amadianas, ou melhor, as suas curvas titilantes, estão intimamente ligadas a suas deliciosas criações culinárias, pelo menos aos olhos masculinos: Gabriela e Flor. Esta última, especialmente, em *Dona Flor e seus dois maridos*,⁵¹ é de tal maneira assim caracterizada, ao ponto de, na verdade, ser tratada como se fosse o ingrediente principal da receita de um chef, e aprimorada, por seu turno, sob a égide de sua "Escola de Culinária, Sabor e Arte". (O trocadilho em torno de **saborear-te** é intencional).

Mas, se vosso hóspede quer ainda caça mais supimpa e fina, se busca o non-plus-extra, o xispeteó, o supra-sumo, o prazer dos deuses, por que então não lhe servir uma viúva, bonita e moça, cozinhada em suas lágrimas de nojo e solidão, no molho de seu recato e luto, nos ais de sua carência, no fogo de seu desejo proibido, que lhe dá gosto de culpa e de pecado?

Ai, eu sei de uma viúva assim, de malagueta e mel, em fogo lento cada noite cozinhada, no ponto exato para ser servida. (p. 221)

Outra metáfora abrangente, em torno do mesmo motivo, desenrola-se em "Conquista"⁵², de Ivan Ângelo, onde dois amigos (heterossexuais) trocam reminiscências de façanhas sexuais enquanto comem sensualmente acepipes gastronômicos. São as observações parentéticas do narrador, porém, que resultam ser mais sugestivas. Alguns exemplos, entre vários:

(Os homens mordiscam salsichas, perfuram batatas.) (p. 28)

(Os homens cheiram gostosamente aquele cheiro que o queijo deixou em seus dedos e se olham compreendendo o gesto igual, identificados.) (p. 29)

A dupla também se recorda das masturbações com a proverbial bananeira, deslançando uma torrente de lubrificantes na maior parte comestíveis: "– Banha de porco./ – Sem sal. Salgada arde pra burro/ – Toucinho./ – Manteiga./ – Óleo de cozinha" (p. 31).

O hedonismo machista é um mundo estonteante de violência, egoísmo e paixões espontâneas. A fantasia associa-se livremente com a rudeza instintiva, criando êxtases seletos em meio a, por assim dizer, "corpos suados se lambuzando gostosamente"⁵³. Dentre este mundo incongruente de um neonaturalismo romantizado, as mulheres viram brinquedos sexuais para os caprichos masculinos. O próprio título de *Virgem louca, beijos loucos*⁵⁴, por exemplo, de Dalton Trevisan, conjura – pelo menos para o leitor masculino médio – a ansiedade libertinagem feminina, quase tanto quanto o faz seu *Linha tardo*⁵⁵. Em *Romance d'a pedra do reino*⁵⁶, o fenômeno é determinado na repetição inerente ao impulso sexual masculino, na hipérbole de um trovador popular e nas metáforas vulgares de um comercial de rádio: "... era Onça fêmea sendo fudida por Gavião macho, era Onça macho fudendo Cabocla fêmea, era Onça fêmea sendo trepada por Veado macho, era o diabo!" (p. 350) As mulheres são percebidas simplistamente como sendo todas iguais (com exceção da mãe e de talvez uma ou duas irmãs) em sua apreciação de masoquismos e sexo distorcido, ou, como um machão curtidor comenta: "... descobri que as analfabetas são iguais às grã-finas; todas apreciam cama e pancada"⁵⁷. A prostituta-protagonista de *Beco da fome*⁵⁸ sintetiza melhor a situação, em meio a uma ironia cômica: "Tempo de papai e mamãe já passou. Nem sei como é que ainda nasce tanta criança" (p. 46).

Por fim, há a encarnação da antítese do machão, cujo próprio físico e/ou hábitos ridicularizam o protótipo viril através do contraste caricato evidente entre ambos. O élan do clássico perfil cinematográfico, por exemplo, torna-se um tanto maculado com os "Cabelos ao vento, caspas voando nas correntes do ar, cicatrizes"⁵⁹. Guido Guerra cria um certo Teotônio, cujas limitações amorosas transformam o cenário romântico convencional num cruzamento entre um

curral e um asilo para velhos:

... enfiava a cara no travesseiro, roncava feito porco, peidava como gambá, chulé fedendo que nem chiqueiro. Dedé tapava as ventas, se aperreava:

– Velho bosta! Nem presta pra fazer amor.⁶⁰

Há então o anacronismo personificado de um coronel idoso, tradicionalista, em "Joãozinho da Babilônia"⁶¹, um gigante frouxo que há muito perdeu o controle até de sua bexiga. São as qualidades farsescas de seus "atributos" físicos, porém, que mais desmerecem o machismo:

Grandalhão, balofo, um desengonço. O velho Batista, de dentadura postiça, papadas e cabelos tingidos de caju, era uma peça. Tinha a mania de bravo, charuto na boca e uma mauser que não tirava do cinto nem para ir ao banheiro.... (p. 45)

O próprio apelido de um personagem de Marquês Rebelo, o empertigado Rufino Osório da Silva Costa – Dr. Fifinho⁶² – apenas sugere o que outras figuras cômicas (e incidentais) encarnam: uma insegurança quando confrontadas com o que certamente visualizam como uma mulher fatal. Em *Bar Don Juan*,⁶³ por exemplo, um revolucionário incendiário confessa envergonhado que ainda é "donzel", revelação surpreendente considerando o fato de que "tinha derubado homem com tiro, na estrada, mas tinha medo de deitar numa cama" (p. 196). Dr. Teodoro, de *Dona Flor e seus dois maridos*, limita suas proezas conubiais "Às quartas-feiras e aos sábados, às dez da noite..." (p. 347).

Outro homem comete o engano de super-romantizar a garota de seus sonhos. Numa reversão inicial de papéis tradicionais, ou talvez numa paródia de Romeu e Julieta, ele a vê primeiro (na rua) ao debruçar-se inocentemente à sacada. Quando, no final, enfim consegue fazer amor com ela, praticamente tem que entrar na fila: era uma garota de programa muito solicitada⁶⁴. Em *A noite sem homem*, há as aparições repetidas de um aspirante a freguês de um bordel que apenas "hesita alguns segundos, prolonga o pescoço, ensaia dois ou três passos, olha, sai". Tão humilde é seu comportamento que algumas das mulheres até lhe fazem chacota (insulto dos insultos): "– Pra mim, ele vem dar uma olhada, ver se a irmã tá por aí.../ – Ou a mãe..." (p. 18).

O professor ancião do sarcasticamente intitulado "Procedimentos amorosos"⁶⁵ não só assumiu há muito um voto de castidade – junto com sua esposa – mas também de virgindade; e quando ela, num momento de afeto desabrido, sugere que dispensem com tais impedimentos "divinos", ele se enfurece. O narrador pega a partir daí, emoldurando sua observação numa divertida metáfora abrangente:

... e por isso, sua esposa santíssima contenta-se em prevaricar com o encanador ultimamente, na casa deles, muito cano rachado, outros a desentupir, conexões a fazer, afrouxa ali, aperta aqui. (p. 37)

O caçador desventurado de Fernando Sabino é uma seqüela adequada ao septuagenário virginal. Quando ele (felizmente) deixa de abater um passarinho engaiolado, e a seguir ameaça disparar numa galinha, ouve-se a proposta humilhante porém realista de "caçar borboletas."⁶⁶

A pederastia é vista como uma aberração cômica do machismo, tanto para o satírico quanto para o público de modo geral. Daí, os homossexuais são retratados como intensamente efeminados, palhaços passivos sempre na mira das condescendentes piadas machistas. (As lésbicas, curiosamente, não parecem inspirar nem humor nem crítica e portanto são raras no elenco satírico.) Nem sequer Dom Sebastião livra-se de generalizações absurdas e con-

clusões pseudocientíficas, como as do pedante Clemente de Ariano Suassuna:

... era apenas um problema de homossexualidade, sendo sua famosa e louvada "castidade" tão-somente resultado disso! Daí é que vinham seus assomos, sua inquietação, seu fanatismo de monge-militar, sua horrorizada misoginia, sua loucura, seus desequilíbrios e alucinações!⁶⁷

Na mesma tradição, supostamente, é, por exemplo, um cáften gay chamado Salomé, cuja instabilidade recente deve ser "-Menopausa... menopausa no duro!"⁶⁸ *Milagre no Brasil*⁶⁹ apresenta Cristina Jacaré, que se sente ofendido quando ignorado pelos outros presidiários masculinos. Ele é, ironicamente, incapaz de perceber a causa de tal rejeição: "– Eu sou boa, sou boníssima. Por que vocês não gostam de mim? Por que não sou política?" (p. 117)

O Davi de Josué Montello, em *Cais da Sagração*,⁷⁰ é mais irônico do que patético com seu corpo robusto, escuro e peludo em contraste flagrante com os exagerados gestos efeminados:

Parou defronte do espelho, corrigiu a cabeleira à altura das têmperas, umedeceu a ponta dos dedos, adivou a curva dos cílios...

– Quem não se trata se maltrata – comentou Davi, após deslizar um pente fino pelas sobrancelhas... (pp. 269-270)

Sebastião Nunes não se constrange ao ridicularizar a pedestria e sua inclinação pela sodomia, tratando o ânus como uma extensão personificada do personagem:

Homossexual masoquista, trocou bananas por cabos de vassoura, cabos de vassoura por espigas de milho, espigas de milho por lagostas vivas, além de ser frequentador assíduo dos botequins da Lapa, onde era mais conhecido como Túnel Rebouças.⁷¹

O humor cáustico é acentuado com a introdução do surreal, e culminado com o apelido hilariante. (Ironicamente, Túnel Rebouças também pode trazer à mente um supermacho fugaz, cuja imagem é inseparável de seu "G.M.C., um carro-tanque G.M.C."⁷², o mesmo tipo de veículo que percorre diariamente as vias do Rio, inclusive seus túneis.)

A mística feminina e suas variantes

A visão (masculina) respeitável e tradicional da feminilidade, ou o que um crítico denomina de "arquétipo da princesa-encerrada numa torre"⁷³, está evoluindo lentamente, embora tarde demais para beneficiar a heroína-título em "Ser mãe no paraíso"⁷⁴. Ao contrário do local enganador do título, o conto desenvolve-se em torno de uma visão comprimida do martírio da esposa como somente Dalton Trevisan pode relatar:

João casa e faz na moça um filho por ano. Faz filho até deixar a dona imprecável. Bêbado, surra a infeliz. Obrigada a se esconder no chiqueiro para não apanhar. Tanto filho, tanto apanha, tanto se esconde no chiqueiro, ela morre. (p. 93)

Mesmo assim, o matrimônio é atraente para as mulheres, especialmente para os personagens ilusoriamente intitulados de "As virgens blindadas do footing"⁷⁵, o docu-melodrama de João Antônio sobre o sexo e o namoro no interior paulista. O footing assemelha-se a uma vitrina de açougue para as candidatas em desfile; e quanto mais velhas são menos protetoras se tornam de seus espaços privados: "É preciso casar. Basta que seja solteiro, tenha um pênis e esteja disposto a casar. Casar" (p. 67). Essa obsessão com o casamento e com a dependência implícita, onde o futuro marido transforma-se numa paródia grosseira de seu pai (dominador), é ainda mais desancada comicamente em *Os velhos marinheiros*⁷⁶. Aqui, um expert autoproclamado (masculino) define os estágios da feminilidade baseado nos variados impulsos conjugais das mulheres (algo semelhante ao instinto). Reduzida à essência, sua teoria pseudo-erudita

sustenta que "a baqueana... é a balzaquiana quando baqueia, a balzaquiana baqueada" (pp. 256-257).

(Quanto à maternidade, é relegada humoristicamente à lixeira dos clichês políticos numa sátira do casamento escrita por Deonísio da Silva e, intitulada, inocentemente, "Vida acompanhada"⁷⁷. Segue abaixo um ponto alto na discussão pseudopolêmica a *deux*, na qual, por sinal, ele, como sempre, está por cima intelectualmente:

– Isso é um reflexo da tua mentalidade capitalista.

Queres ter um filho para poderes dizer às amigas: Olha! Esse aí é meu. Quem engravidou fui eu, quem gerou fui eu, quem amamenta sou eu, sou eu quem crio, ele é meu. [p. 118])

Os papéis maritais estão mudando e uma maior independência das esposas, mesmo que inspirada unilateralmente, é uma realidade crescente. Em *Simulacros*, Vedetinha protesta verbalmente contra o fato de ser tratada como um mero objeto sexual: "Eu não sou apenas um buraco, entende...?" (p. 78) Quando, em "Diálogos do 3º mundo"⁷⁸, uma esposa é traída e abandonada pelo marido, os papéis convencionais, impostos pelo macho, invertem-se ainda mais:

Aí eu disse: olha que se tu num vem eu vô aí e te arranco os culhão. Mas ele num acreditou o safado... eu tenho minha honra e fui lá e peguei ele dormindo. Num contei história não, e cortei o saco dele todinho: si num era meu, num era de mais ninguém.... (p. 160)

No conto-título de *O analista de Bagé*, a esposa está questionando abertamente a monogamia, ao ponto de seu esposo atencioso (e provavelmente infiel) levá-la para uma consulta com o personagem-título e arquiachista crasso: "– Epa. Opa. Quer dizer que a negra velha é que nem luva de maquinista? Tão folgada que qualquer um bota a mão?" (p. 8) Gabriela encaminha mais o nascente movimento feminista, no seu apelo pioneiro a favor, e pela prática do casamento aberto. Afinal "Coisa mais tola, sem explicação: por que os homens tanto sofriam quando uma mulher com quem deitava, deitava com outro?"⁷⁹

Gud, de *Cogumelos de outono*,⁸⁰ segue seus impulsos extramaritais de uma maneira mais contida, com encontros clandestinos no local mais estranho porém seguro:

As visitas... ao cemitério também se tornaram mais assíduas. Já não precisava arranjar desculpas para sair sozinha... Com o pretexto de visitar a sepultura da mãe, somente não ia ao cemitério nos sábados e domingos.

– Que amor tardio é esse pela sogra? – estranhou Bernardo.

– É minha mãe, não é?

– Antes também era... (p. 645)

Flor, também, recusa-se a abrir mão de seu direito conjugal ao tradicional duplo-padrão (masculino), embora o triângulo adúltero seja completado pela participação sobrenatural do seu finado marido Vadinho. De fato, a obra amadiana termina no seguinte tom aprovador, para cima e tipicamente cômico:

Do braço do marido felizardo, sorri mansa dona Flor: ah!, essa mania de Vadinho ir pela rua a lhe tocar os peitos e os quadris, esvoaçando em torno dela como se fosse a brisa da manhã. Da manhã lavada de domingo onde passeia dona Flor, feliz de sua vida, satisfeita de seus dois amores.⁸¹

Outra esposa faz por onde, mas sem apoio surreal, em "Chantagem"⁸², onde um marido prestimoso (envergonhado?) concorda em

pagar pelo que acredita ser negativos de sua esposa nua em pelo. Quando os revela, realmente, encontra-a despida... mas não está só!

A reviravolta irônica caminha para uma paródia humorística – dos valores atribuídos à noiva tradicional – em *A força do destino*,⁸³ onde ocorre o seguinte diálogo entre futuros marido e esposa; e, mais uma vez, os papéis são invertidos em detrimento do homem: “Por favor, não me chame de amante, Leonora, que me ruborizo./E como te chamar?/De marido, é melhor./Como quiser, mas quase perco a tesão só de vir a chamar-te de esposo” (p. 78). O casamento iminente, entretanto, nunca estorva a liberdade sexual em *As meninas*,⁸⁴ como um personagem-título confidencia desinteressadamente para outro: “Então. Em dezembro me costuro e em janeiro Valdo faz o vestido. Quero branco. Estilo medieval. Pérolas, um fio de pérolas brancas. Enormes” (p. 34). Em mais de uma maneira hipócrita, as aparências são de suprema importância.

Em *Gabriela, cravo e canela*, Jorge Amado apresenta sua precursora tragicômica do *Women's Lib*. O dilema familiar da heroína é, a certa altura, encaixado liricamente na “Cantiga para ninar Malvina”, meia reza, onde a revulsão ao matrimônio (tradicional) assume o sabor de uma fuga pastelão da perseguição e da morte. Um trecho:

Estou presa em meu jardim
com flores acorrentada.
Acudam! vão me afogar.
Acudam! vão me casar
numa casa me enterrar
na cozinha a cozinhar
na arrumação a arrumar
no piano a dedilhar
na missa a me confessar.
Acudam! vão me casar
na cama me engravidar.
(p. 196)

As mulheres retratadas satiricamente fora de um contexto marital suscitam uma transição menos inibidora, afastando-se do estereótipo convencional em direção a uma igualdade seletiva com seus correlatos masculinos. Conseqüentemente, por exemplo, a mesma Leonora de *A força do destino* pode questionar (e mesmo ridicularizar) com credibilidade o direito exclusivo de seus irmãos à herança – o romance é uma paródia da ópera de Verdi – “Só porque nasceu dotado de um pauzinho minúsculo entre as pernas...” (p. 88). Protestar, contudo, não é de forma alguma uma garantia de sucesso, como reflete-se no breve “A galinha reivindicativa ou the hen's liberation”⁸⁵, de Millôr Fernandes. Farta de botar e chocar ovos, a galinha-título pára repentinamente a fim de frisar seu argumento... e prontamente acaba sobre a mesa de jantar. A moral parodiada, tecida tipicamente em torno de um trocadilho: “Um trabalho por jornada mantém a faca afastada” (p. 23). Outra candidata a profissional – algo raro fora da conexão secretária/amante – aparece num diálogo de um cartum. Ele diz: “Como é; eles te deram o cargo de locutora?” Ela responde: “Que-e-ee o queeee; a-aaqui-ilo é... é... uum baa-ando de por-por-coos cho-cho-viii-nistas!”⁸⁶

As prostitutas chegam mesmo a fazer greve, a fim de reduzir o custo de seus serviços em *A noite sem homem* (p. 167-), e de repudiar os abusos policiais em *Tereza Batista cansada de guerra*, onde no estilo despreocupado esperado, as mulheres “semelham um bando de estudantes abandonando as aulas” (p. 402). Bob Chamberlain expõe mais acerca da sátira multifacetada desta última obra:

... a faixa do piquete retratando mulheres seminuas com cadeados entre as pernas cumpre uma função burlesca com sua palavra de ordem de “TODO O PODER ÀS PUTAS” (p. 442), uma imitação do popular “Todo poder ao povo” de há alguns anos. O mesmo pode ser dito de outra frase típica de greve – “fecha o balaio” (p. 401) – pois parece uma adaptação jovial do brado padrão de “fechamento” que operários irados têm ecoado repetidamente desde os primórdios das organizações trabalhistas.⁸⁷

A “liberação” das mulheres, ao menos como é interpretada pelos autores, na maioria masculinos, aproxima-se de sua realização à medida que as fêmeas tornam-se tão cândidas, hipócritas e/ou desinibidas sexualmente quanto o sexo oposto. A fala franca de uma jovem garota de programa, todavia, fornece mais do que contraste à espécie amadiana relativamente dócil: reflete um realismo pungente em nada temperado pela presença de um humor cáustico. Na verdade, seu próprio começo é uma inversão paródica de um epíteto consagrado (Deus e a bondade implícita não se encontram em parte alguma), seguido por uma visão degradante de, essencialmente, a sujeição contínua ao sexo “mais forte”: “O mundo é grande. Quem tem boca, com dente ou sem dente, chupa. E gente querendo ser chupada tem aos cachos por aí, do mais fudido ao doutor”⁸⁸. E o que dizer de *Mulher*, o jornal “das mulheres” parodiado em “Corações solitários”⁸⁹, onde a única feminilidade presente são os pseudônimos assumidos pela equipe toda masculina?

A repulsa visceral pelo machismo institucionalizado que fomenta uma mentalidade tão colonizada pode assumir ramificações tanto coletivas quanto individuais; e quer sejam críveis ou não, essas (excessos de) reações feministas são marcos satíricos na busca tantas vezes malograda por uma igualdade autêntica. A fanática (e sexualmente frustrada) Prima Dona de *Simulacros*, por exemplo, propõe uma forma de genocídio tão despropositada que só pode mesmo evocar o desprezo. É declaradamente cômica no seu cinismo e irônica na sua semelhança a experiências de laboratório, mas com moscas ou ratos, não com seres humanos:

... nem mesmo será preciso pegar em armas, para destruir os homens. Bastará abortá-los... quando as novas técnicas já permitirem antecipar com segurança o sexo de um feto. E só deixaremos sobreviver os poucos machos que julgarmos necessários ao prosseguimento da espécie. Quanto a esses poucos machos, não serão humanos no sentido integral da palavra, mas simplesmente eunucos mentais, reprodutores, como os zangões das colméias. (p. 157)

Os precedentes históricos são autóctones, se se aceita a lenda facetosa em *Maíra*⁹⁰ tratando de amazonas desmitologizadas que comprovam ser mais “machistas” do que qualquer machão varonil: “Os homens elas usam para foder e reproduzir-se e depois matam e comem. Matam e comem os filhos machos que parem” (p. 216).

Nenhum episódio, porém, compara-se à retribuição dispensada em “Acerto de contas”⁹¹, de Chico Júnior, em meio a uma sarai-vada de sangue-frio, humor escaldante e ironia à la Hitchcock. Realmente, uma secretária acossada decide ajustar contas com o patrão que a despediu quando lhe recusou um convite ao sexo. Primeiro, visita seu escritório e finge ter mudado de idéia, inspirando assim o machista a despir-se no ato. Aí pegando-o desprevenido, subitamente corta o seu pênis e, enquanto ainda estrebucha de dor, calmamente o atira pela janela. Sua declaração para os investigadores da polícia:

Eu não entendi direito o que aconteceu. O cara ficou completamente maluco. Ele queria porque queria transar comigo. De repente, tirou a roupa, pegou a tesoura e disse “ou você trepa comigo ou eu corto o meu pau”. Aí eu disse “corta ué”. E não é que ele cortou. Cortou, gente, e ainda jogou pela janela. O pau e a tesoura. (p. 78)

A dela é um feminismo inconsciente cujas ramificações simbólicas vão além de um mero ato de castração. Logicamente, seu ato isolado e aqueles (menos dramáticos) de outras mulheres cumprem

o papel dual de vergastar os excessos do machão à medida que salientam os sucessos femininos (momentâneos). Não obstante, tais exemplos tendem a ser mais uma paródia das boas intenções feministas do que qualquer avanço concreto em direção a uma verdadeira emancipação.

Quanto ao denominador comum, começa e termina no sexo, seja implícito ou explícito. Num cartum de Ziraldo, uma pavo, não tendo a plumagem majestosa do macho, olha para um e comenta: "Que rabo"!!! O duplo-sentido evidente provoca este comentário do macho: "PQP! quando é que nós, os machos da espécie, vamos deixar de ser considerados como simples objeto de prazer?..."⁹² Os papéis também estão literalmente invertidos em *Um romance de geração*,⁹³ com ela em cima dele, "me mordendo, me beijando, prendendo meu corpo debaixo do seu" (p. 76). *Wandinha de Cabeça de papel* – o diminutivo é enganador – sussurra prosaicamente ao narrador-protagonista como "eu gostaria de comer você..."⁹⁴ é a única pessoa que admiro que não comi" (p. 186). A ninfomaniaca Ana Maria também é atuante demais: "Bernardo – 14 de fevereiro. Uma cruz. José Celso – 16 de fevereiro. Cruz. Luís – 17 de fevereiro. Cruz. Cada dia um nome. A cruz é o fim, o sepultamento."⁹⁴

Em "Pomba enamorada ou uma história de amor",⁹⁵ o personagem-título persegue seu homem relutante com uma determinação simplória e conseqüências hilariantes. Uma amostra da diatribe dele, parafraseada pelo narrador, é seguida pelo comportamento típico dela:

... se um dia me der na telha, EU MESMO TELEFONO, certo? Ela que espere, porra. Esperou. Nesses dias de expectativa, escreveu-lhe catorze cartas, nove sob inspiração romântica e as demais, calcadas no livro *Correspondência Erótica*.... (p. 59)

Pomba tem a graça e tato mais alinhados com os de um urubu! Por outro lado, certas freiras foram observadas "botando chifres em Jesus"⁹⁶ enquanto... "Já notou como as senhoras gostam de ouvir palavras? Quanto mais moralistas, e devotas, mais estimam elas as palavras feias, os nomes sujos."⁹⁷ Não é de surpreender que Sandrinha, de Ary Quintella – "a virgem dos lábios de fel" – mal possa parodiar a Iracema idealizada.⁹⁸

Moacyr Scliar cria uma versão curiosa do Tubarão na pessoa de Rosa, cujos dentes vaginais a tornam uma protetora inesperada da raiva feminista.⁹⁹ Muito mais apropriada é Marialva, a castradora por excelência de *Os pastores da noite*, a "Devoradora de homens." Ela é um don-juan feminino que:

Tudo fazia para conquistá-los, era humilde e terna, tornava-se indispensável. Sugava-os depois, tirava-lhes a vontade e a decisão, para largá-los como bagaços quando já não valiam nada, tudo lhe haviam entregue.... (p. 63)

Estivesse mais preocupada em acumular riquezas do que escalpos masculinos, poderia ter acabado de maneira algo semelhante a Angélica Bompiano, cujo nome comicamente enigmático resguarda uma piranha que "Atualmente já está em seu terceiro milionário"¹⁰⁰. (O leitor consciencioso não pode deixar de ponderar se está se falando em dólares ou cruzados.)

Talvez seja Ariano Suassuna quem melhor resuma a Batalha dos sexos ao revesti-la engenhosamente de termos sócio-políticos e dogmáticos:

Do ponto de vista social, o sexo masculino, mais forte, dominador e explorador do outro, era da Direita, e o sexo feminino, explorado, fraco, ressentido e revoltado, da Esquerda. Mas, do ponto de vista do gosto, o sexo masculino, sóbrio e despojado, era da Esquerda, enquanto o feminino, com o amor pelos tecidos e pelas jóias, era da Direita.¹⁰¹

Mesmo aqui, tanto sintática quanto graficamente, a mulher brasileira continua por baixo de sua contraparte sexual. □

Nascido em Nova Iorque em 1946, Malcolm Silverman doutorou-se pela University of Illinois. Já tendo lecionado em três continentes, é atualmente professor titular de estudos luso-brasileiros na San Diego State University. Entre suas publicações figuram os seguintes livros: *Moderna Ficção Brasileira 1 e 2*, *O Novo Conto Brasileiro* e *Moderna Sátira Brasileira*.

Referências Bibliográficas

1. Guilherme Figueiredo, *14 Tilsitt*, Paris, primeira edição (Rio: Civilização Brasileira, 1975), p. 123.
2. Ivan Ângelo, *Casa de vidro*, segunda edição. (São Paulo: Cultura, 1980).
3. Paulo Francis, *Cabeça de papel*, terceira edição, (Rio: Civilização Brasileira, 1978), p. 76.
4. A curva de Colombo, terceira edição, (Rio: José Olympio, 1978).
5. Elizabeth Lowe, "The Temple and the Tomb: the Urban Tradition in Brazilian Literature and the City in the Contemporary Brazilian Narrative", tese de doutorado (City University of New York: 1977), p. 322.
6. Jorge Amado, primeira edição (São Paulo: Martins, 1973).
7. Eduardo Almeida Reis, primeira edição (Rio: Record, 1981).
8. Rosamundo e os outros, quarta edição (Rio: Sabiá, 1969).
9. Garoto linha dura, segunda edição (Rio: Editora do Autor, 1964).
10. Primeira edição (Porto Alegre: L & PM, 1980).
11. Terceira edição (Porto Alegre: L & PM, 1978).
12. Antônio Callado, segunda edição (Rio: Nova Fronteira, 1981).
13. Sérgio Sant'Anna, primeira edição (Rio: Civilização Brasileira, 1977).
14. Primeira edição (São Paulo: Vertente, 1970).
15. Rubem Fonseca, segunda edição (Rio: Codecri, 1979).
16. "Produção para o consumo", *Rosamundo e os outros*, p. 75.
17. Segunda edição, *Que país é este?* (Rio: Nórdica, 1979).
18. João Antônio, *Leão-de-chácara*, quinta edição (Rio: Civilização Brasileira, 1976).
19. *O homem ao zero*, sexta edição (Rio: Francisco Alves, 1980), p. 62.
20. "A enganosa linguagem dos empregadores."
21. Primeira edição, *Histórias de sexo, amor e porrada* (Rio: Codecri, 1979).
22. Marques Rebelo, segunda edição (Rio: Salamandra, 1980).
23. Elias José, primeira edição (São Paulo: Ática, 1977).
24. Érico Veríssimo, *Incidente em Antares*, quinta edição (Porto Alegre: Globo, 1971), p. 429.
25. Ignácio de Loyola, segunda edição (Rio: Brasília, 1976).
26. Luís Fernando Veríssimo, "O maridinho e a mulherzinha", *Sexo na cabeça*, primeira edição (Porto Alegre: L & PM, 1980), p. 41.
27. *Punidos, venceremos*, primeira edição (Rio: Codecri, 1981).
28. *Coleira do cão*.
29. Fernando Sabino, "Numa vida anterior", *A falta que ela me faz*, sétima edição (Rio: Record, 1981), p. 127.
30. Marcelo Garcia, *Do fundo das alturas*, primeira edição (Rio: Record, 1981).
31. "Dia dos namorados", *Rosamundo e os outros*, p. 30.
32. *O analista de Bagé*, décima nona edição, (Porto Alegre: L & PM, 1981).
33. *14 Tilsitt*, Paris, p. 101.
34. Luís Fernando Veríssimo. "Eros e civilização (I)", *O popular*, terceira edição (Porto Alegre: L & PM, 1984), p. 27.
35. *Os pastores da noite*, décima sexta edição (São Paulo: Martins, 1968), p. 124.
36. Chico Anísio, *Tem aquela do...*, terceira edição (Rio: Rocco, 1979).
37. Jorge Amado, trigésima edição (São Paulo: Martins, 1966).
38. Orígenes Lessa, terceira edição (Rio: Pallos, 1976).
39. Sérgio Porto, *As cariocas*, primeira edição (Rio: Civilização Brasileira, 1967).
40. Ledo Ivo, primeira edição (Rio: Civilização Brasileira, 1964).
41. "Flagrante nº 2", *Garoto linha dura*.
42. *O analista de Bagé*.
43. Rubem Fonseca, primeira edição (Rio: Artenova, 1975).
44. *O carnaval dos animais*, segunda edição (Porto Alegre: Movimento, 1976).
45. Artur da Távola, *Leilão do mim*, primeira edição (Rio: Nova Fronteira, 1981).
46. Ewelson Soares Pinto, primeira edição (São Paulo: Cultura, 1980).
47. Darcy Ribeiro, primeira edição (Rio: Nova Fronteira, 1981).
48. Ildásio Tavares, primeira edição (Rio: Codecri, 1980).
49. Moacyr Scliar, primeira edição (Rio: Expressão e Cultura, 1975), p. 11.
50. "The Temple and the Tomb: the Urban Tradition in Brazilian Literature and the City in the Contemporary Brazilian Narrative", p. 330.
51. Jorge Amado, oitava edição (São Paulo: Martins, 1969).
52. *A casa de vidro*.

53. "Acerto de contas", *Histórias de sexo, amor e porrada*, p. 77.
54. Primeira edição (Rio: Record, 1979).
55. Primeira edição (Rio: Record, 1980).
56. Ariano Suassuna, segunda edição (Rio: José Olympio, 1972).
57. Paulo Rangel, *O carrossel e a feiteira*, primeira edição (São Paulo: Símbolo, 1976), p. 236.
58. Orígenes Lessa, segunda edição (Rio: Codecri, 1978).
59. Sérgio Sant'Anna, *Confissões de Ralfo*, primeira edição (Rio: Civilização Brasileira, 1975), p. 161.
60. Estória-título, *As aparições do Dr. Salu e outras histórias*, quarta edição (Rio: Civilização Brasileira, 1981), p. 102.
61. *Leão-de-chácara*.
62. *Os Dez Mandamentos*, primeira edição (Rio: Civilização Brasileira).
63. Antônio Callado, segunda edição (Rio: Civilização Brasileira, 1972).
64. Marcos Rey, "Sonata ao luar", *O enterro da cafetina*, segunda edição (Porto Alegre: L & PM, 1978).
65. Deonísio da Silva, *A mesa dos inocentes*, primeira edição (Rio: Artenova, 1978).
66. "O dia da caça", *A companheira de viagem*, segunda edição (Rio: Sabiá, 1972), p. 37.
67. *Romance d'a pedra do reino*, p. 177.
68. *A noite sem homem*, p. 27.
69. Augusto Boal, primeira edição (Rio: Civilização Brasileira, 1979).
70. Quarta edição (Rio: Nova Fronteira, 1976).
71. "Tudo o que ninguém jamais desejou saber nem houve quem soubesse explicar direito", *Somos todos assassinos*, segunda edição (Edições Du-bolso, 1980), p. 35.
72. João Antônio, "Meninão do caixote", *Malagueta, perus e bacanaço*, segunda edição (Rio: Civilização Brasileira, 1975), p. 84.
73. Bob Chamberlain, "Humor: Vehicle for Social Commentary in the Novels of Jorge Amado", tese de doutorado (UCLA: 1975), p. 148.
74. *Lincha tarado*.
75. *Casa de loucos*, primeira edição (Rio: Civilização Brasileira, 1976).
76. Jorge Amado, "Da científica teoria das baqueanas", *A completa verdade sobre as discutidas aventuras do Comandante Vasco Moscoso de Aragão, Capitão de Longo Curso*, vigésima segunda edição (São Paulo: Martins, 1969).
77. *Exposição de motivos*, segunda edição (Rio: Artenova, 1976).
78. Márcio Souza, *Galvez, imperador do Acre*, oitava edição (Rio: Civilização Brasileira, 1980).
79. *Gabriela, cravo e canela*.
80. Gladstone O. Mársico, primeira edição (Porto Alegre: Movimento, 1972).
81. *Dona Flor e seus dois maridos*.
82. Chico Anísio, *Feijão no Copa*, primeira edição (Rio: rocco, 1976).
83. Nélida Piñon, primeira edição (Rio: Record, 1977).
84. Lygia F. Telles, oitava edição (Rio: José Olympio, 1976).
85. *Fábulas fabulosas*, sexta edição (Rio: Nórdica, 1979).
86. Millôr Fernandes, "Ainda falta algum lib", *Todo homem é minha caça*, primeira edição (Rio: Nórdica, 1981), p. 65.
87. "Humor: Vehicle for Social Commentary in the Novels of Jorge Amado", p. 503.
88. Júlio César Monteiro Martins, *Artérias e becos*, primeira edição (São Paulo: Summus, 1978), p. 149.
89. *Feliz Ano Novo*.
90. Darcy Ribeiro, segunda edição (Rio: Civilização Brasileira, 1978).
91. *Histórias de sexo, amor e porrada*.
92. *O almanaque de Ziraldo*, primeira edição (Rio: Codecri, s/d) p. 12.
93. Sérgio Sant'Anna, primeira edição (Rio: Civilização Brasileira, 1980).
94. Ignácio de Loyola, "Túmulos de vidro", *Pega ele, silêncio*, terceira edição (São Paulo: Símbolo, 1976), p. 31.
95. Lygia F. Telles, *Seminário dos ratos*, segunda edição (Rio: José Olympio, 1977).
96. *Dona Flor e seus dois maridos*, p. 288.
97. Jorge Amado, "As mortes e o triunfo de Rosalinda", *Os Dez Mandamentos*, p. 140.
98. *Sandra sandrinha ou câmera lenta: zum*, primeira edição (Belo Horizonte: Comunicação, 1977), p. 25.
99. *Os deuses de Raquel*, p. 37.
100. "Pequena biografia de alguns rebentos ilustres", *Todo homem é minha caça*, p. 83.
101. *Romance d'a pedra do reino*, p. 196.

Resumen

EL MACHISMO ARRAIGADO, LA MÍSTICA FEMENINA Y SUS VARIANTES

Visto dentro del contexto brasileño contemporáneo, la relación hombre-mujer es estereotípica en la forma en que refleja los clichés latinos tradicionales, sin embargo cada vez más diversa en su resistencia a la norma doble sexista. Los conflictos que resultan crean materia prima irresistible para muchos de los prosistas nacionales, la mayoría masculina. Ya sean ocasionalmente satíricos o críticos inveterados, sus personajes y situaciones – aquí citados y comentados – ofrecen un panorama variado, revelador y cómico, tanto del género en sí como del temperamento brasileño en general.

Abstract

ENTRENCHED MACHISMO, THE FEMININE MYSTIQUE AND VARIANTS

Seen within a contemporary Brazilian context, the man-woman relationship is stereotypic in its reflection of traditional Latin clichés yet increasingly diverse in its resistance to the sexist double standard. The resulting conflicts create irresistible raw material for many of the nation's largely male prose writers. Whether passing satirists or inveterate critics, their characters and situations – here cited and commented on – offer a varied, revealing and comic panorama, both of the genre in itself as well as of Brazilian temperament as a whole.

Consciência colonial de alguns

Sara Almarza

Tradução de Marcos Bagno



Na América hispânica do século XVIII, as vozes críticas dos *criollos* (descendentes de espanhóis nascidos na América) anteciparam e prepararam a insurgência do século XIX. Entretanto, as preocupações reformistas dos arbitristas americanos não se limitaram à crítica à opressão econômica e política da estrutura colonial. Contrariando a tese europeia de que no período a América viveu um momento de obscurantismo, os *criollos* reivindicaram bibliotecas e arquivos para a preservação da memória do povo americano e, de forma avançada, se empenharam no fortalecimento da identidade e solidariedade continental.

Nada mais interessante para o estudioso dos acontecimentos históricos que conhecer de que maneira os contemporâneos de uma época percebem e analisam seu ambiente social, pois são eles que, ao mesmo tempo, participam dos fatos e os avaliam. Os textos que têm esta dupla especificidade permitem um privilegiado auscultamento dos fatos sociais, já que oferecem ao historiador a possibilidade não só de conhecer dados e sucessos mas também de apreciar a repercussão que tais acontecimentos tiveram na sociedade. Esta dupla característica está presente nos escritos dos pensadores que em seguida analisarei.

Os autores são *criollos*¹ hispano-americanos imbuídos do espírito ilustrado do século XVIII, e suas obras têm em comum um objetivo bastante claro: o desenvolvimento de suas sociedades. Para consegui-lo, oferecem conselhos e propõem medidas concretas ao monarca, a um bispo ou a qualquer autoridade. Eles próprios se batizaram *arbitristas* e com tal nome chegaram até nossos dias. A palavra *arbitrista* provém de *arbitrio*; no entanto, não foi só nesse sentido que a usaram na Europa dos séculos XVI e XVII; também significou “conselho econômico” e, por conseguinte, os conselheiros passaram a chamar-se *arbitristas*².

Nos anos 60 investigadores do porte de Pierre Vilar, Antonio Domínguez Ortiz, John Elliott e José Antonio Maravall nos deslumbraram ao descobrirem que na Espanha governada pela Casa de Áustria nem tudo era inércia e decadência econômica, senão que um nutrido grupo de pensadores – os *arbitristas* –, críticos da sociedade espanhola, sacudiam com seus projetos de reforma a inoperância de validos e privados na Espanha imperial. Na década seguinte, outros estudiosos, formados em filologia e crítica literária, como Jean Vilar e Iris M. Zavala, continuaram por essas trilhas da história espanhola e buscaram novas facetas: a do *arbitrista* como crítico do pensamento misoneísta e como renovador ideológico.

Para a Espanha, estes autores já são conhecidos. Na América hispânica começa-se apenas a exumá-los dos arquivos, que estão repletos de manuscritos à espera de quem os traga à luz. Por que se tornaram desconhecidos? Parece-me que seria preciso buscar o motivo no conteúdo destes textos, uma vez que criticam a estrutura colonial, isto é, o sistema político e econômico, e numa sociedade fortemente hierarquizada, como foi a da Colônia, não se permitia à crítica política que prosperasse. Assim explicamos que a maioria de tais textos tenha ficado sem pu-

"criollos" hispano-americanos

blicação, pois encerram uma severa contestação ao *status quo* colonial.

Detenho-me, a seguir, em alguns destes autores com o objetivo de refletir até que ponto os criollos estavam conscientes da realidade de serem colônias exploradas pelas metrópoles européias. O limenho Pedro Peralta Barnuevo envia ao vice-rei Mendoza Sotomayor (1735-1745) um memorial sob o título *Lima inexpugnable. Discurso hercotectónico o de defensa por medio de la fortificación de este grande emporio* (1740)³. Nesta obra, Peralta denuncia a pirataria, o comércio clandestino dos ingleses e o risco que correm a cidade de Lima e, sobretudo, as riquezas do Peru. Assinala quem são os que lucram com o ouro e a prata peruanos, e chega à certa conclusão de que "a Inglaterra é mantida pela opulência, a opulência é mantida pelo comércio, o comércio é mantido pelo Peru, o Peru é mantido por Lima, logo Lima mantém a Inglaterra". Este fino raciocínio, em certa medida, antecipa, em quase dois séculos, os mais complexos de hoje empreendidos por historiadores, economistas e sociólogos ao julgarem a dependência dos países americanos. Peralta Barnuevo apresenta-se-nos, então, como um primitivo das atualmente bem conhecidas teorias da dependência.

Os escritos *Ensayos mercantiles*⁴ (1742), desde a Audiência da Guatemala, e *Estado político del reino del Perú*⁵ (1742) insistem na importância do comércio livre para o desenvolvimento das economias internas das colônias. Com julgamentos claros e agressivos, o peruano assevera que a "maior máxima é trazer livre o comércio para atropelando-se a ambição das nações seja a concorrência de suas manufaturas as que dão suas mercadorias aos mesmos preços com pouca diferença"⁶. Idéias bastante avançada as deste peruano, pois em 1742 não se vislumbrava a livre política comercial entre a Espanha e a América, que só começou a forjar-se em 1765 e foi reconhecida definitivamente em 1778 com a publicação do "Regulamento e tarifas para o comércio livre de Espanha e Índias", com exceção das províncias de Nova

Espanha e Venezuela, que só o obtiveram em 1789. "O comércio é um ídolo", sintetiza ele, depois de oferecer uma argumentação detalhada sobre a necessidade de as colônias traficarem livremente tanto entre si quanto com a metrópole⁷. A união de interesses comuns em companhias e sociedades regionais é outro grande desejo que têm em mente os autores desta literatura. Uns propõem a criação de bancos de avio (1748) (empréstimo de dinheiro para fazer trabalhar uma mina) e outros, a fundação de sociedades agrícolas. Ambas as organizações estariam montadas com capital próprio e sem vínculo com a administração colonial. Propostas atrevidas para essa primeira metade do século XVIII, pois a Casa de Contratação (1503) é mais tarde o Consulado de Comércio (1543) fiscalizaram todo o tráfico comercial entre os dois mundos.

Também este anônimo arbitrista peruano envia a Felipe V uma denúncia mordaz da administração colonial. Começa dizendo ao monarca que a distância do governo metropolitano é a causa da corrupção existente em todo o vice-reino, e que os vice-reis "amparados na distância têm usurpado a potestade". Se há ministros justos, que não cometem faltas, são chamados "loucos e melancólicos porque não seguem a corrente das iniquidades"⁸. Tal acusação, de suborno e tirania das autoridades vice-reinóis – vice-reis, ouvidores, corregedores, juizes – foi uma constante nessa época colonial e não provinha somente dos criollos: os próprios funcionários peninsulares se uniam em tal denúncia. Como solução para esta decadência, propõe que os vice-reis sejam trocados por bispos e os ouvidores por eclesiásticos, costume que não era estranho para a época. Deplora, ademais, ser a Igreja um estamento improdutivo, e assinala com cifras que o número excessivo de conventos e o celibato dos religiosos causam o "despovoamento do reino". E manifesta a quanto poderia ter chegado a multiplicação do reino se, além do celibato dos padres, as mulheres não se houvessem também consagrado à Igreja.

Mas as preocupações destes avançados não são apenas comerciais: também há autores que velam pela defesa de uma cultura americana. Vários criollos alçam a voz indignados ante os estrangeiros que se aproveitam dos tesouros tanto materiais quanto culturais de "nossas Índias". Querem, portanto, resgatar de mãos alheias os escritos históricos sobre os acontecimentos do continente e, desta forma, ir criando um patrimônio autóctone. Embora na Espanha existisse o arquivo de Simancas estabelecido entre 1543-1545, além de outros pertencentes às Chan-

celarias, Tribunais e Conselhos, o número de papéis das Índias era excessivo e "andavam tão dispersos e derramados fora de seu centro" que em 1726 a própria Coroa pede que se crie um arquivo público na Corte. Entretanto, Llano y Zapata, em 1759, reivindica uma biblioteca pública onde a própria cidade de Lima guarde os manuscritos em que se relata a história do continente⁹, pois como afirma Antonio de Alcedo em seu *Diccionario*¹⁰ (1786), "os estrangeiros desejosos de estudar as Índias têm retirado todas as histórias que escreveram seus naturais". Outro arbitrista, Hipólito Villarreal, afirma na sugestiva obra *Enfermedades políticas de la Nueva España*¹¹ que o estrangeiro "chupou todos os tesouros das Américas", tanto os materiais quanto os culturais. Por conseguinte, o que se pode apreciar deste sucinto panorama é que o criollo não fica alheio à exploração das colônias: ao contrário, luta desde o começo do século XVIII por conservar um patrimônio continental.

Ora, qual é a importância que tem um discurso dessa natureza desenvolver-se na sociedade colonial? Parece-me que a contribuição trazida por este tipo de pensamento assinala uma nova e importante faceta do período. A literatura arbitrista americana é uma produção que propõe uma mudança na estrutura social, econômica, política e cultural; ou seja, é um discurso reformista que em vários aspectos antecipa e prepara a ideologia insurgente do século XIX.

As advertências arbitristas demonstram-nos que na sociedade colonial houve mentes que refletiram sobre os acontecimentos da época e lutaram por alcançar um maior desenvolvimento em suas regiões. Ademais, os textos indicam o amplo conhecimento que seus autores tinham tanto da Europa quanto do resto das colônias. Fernando de Echeveriz, por exemplo, conhece a vida comercial dos holandeses e louva-lhes a riqueza baseada no tráfico comercial. Chega a comentar: "de que adianta ter minas se não se tem um comércio?" Está a par do movimento das ações no Banco de Paris e de escritos mercantilistas

surgidos na Europa, como os de Samuel Ricard, Henry Desaguliers, Gerónimo de Uztáritz. Da mesma forma, o peruano está consciente do que se passa nas outras províncias do vice-reino, e reserva-se o direito de opinar sobre as sublevações ocorridas na primeira metade do século: no Paraguai, a dos Comuneros (1717-1735), e em Cochabamba, a de Juan Santos Atahualpa (1742-1756). O conhecimento dos autores a respeito das demais colônias e da Europa demonstra, uma vez mais, o contínuo intercâmbio que houve desde o começo da etapa colonial e põe por terra a tese européia, fortemente divulgada nos anos setecentos, de que a América viveu em sua etapa colonial um momento de obscurantismo.

O arbitramento americano é tardio em relação ao da Espanha (séculos XVI e XVII), já que floresce em pleno século ilustrado (não tenho encontrado textos, até agora, anteriores a 1740). Esta coincidência dá aos escritos arbitristas coloniais uma dupla perspectiva: são censores e reformadores, e se nutrem do ambiente ilustrado da época, fortalecendo a argumentação com raciocínios mais complexos. Os criollos encontraram neste tipo de literatura um veículo adequado para expressar as idéias numa sociedade cuja metrópole vivia um ambiente mais aberto às novas correntes, propiciado pelo advento dos Bourbons. Os arbitristas americanos combinam a tradição inovadora dos precoces arbitristas espanhóis com o pensamento reformista dos iluministas do século XVIII numa original síntese americana.

Não deixa de chamar a atenção, também, a idéia que o criollo vai elaborando no que diz respeito a formar uma identidade distinta da peninsular e à urgência de desenvolver política e economicamente suas sociedades. Os arbitristas coloniais empregam em seus textos os termos *provincia*, *región* ou *reino*, a expressão *nuestra América*¹² e o vocábulo *patria* com uma forte matiz de identidade tanto local quanto continental. O peruano, ao comentar a sublevação dos Comuneros contra as autoridades espanholas e a situação

injusta que os vassallos têm de tolerar, dá como exemplo a revolta de Cochabamba, quando os criollos rebelam-se contra os impostos exigidos pela Metrópole. O autor, ao referir-se a estas sublevações, esclarece que os súditos não só deixaram de obedecer aos vice-reis como passaram a "inflamar-se os ânimos com aquele romano título da liberdade da pátria, digno fantasma de temer-se em todos os povos e muito mais no Peru, onde se respira escravidão e se faz tirania das leis"¹³. Detenhamo-nos brevemente nas reflexões ideológicas. Notamos neste anônimo arbitrista peruano uma clara preocupação pela união de interesses regionais que se distancia de uma concepção imperial. Não deixa de surpreender, também, a utilização que faz da linguagem, pois não declara qual é o motivo dessa "inflação dos ânimos", mas prevê que que injustiça e tirania podem chegar a ser a causa de um levantamento. Analista perspicaz ao manifestar que o simples fato de não obedecer aos vice-reis é irrelevante frente ao novo sentimento que vê crescer na sociedade peruana: a liberdade da pátria¹⁴.

No aspecto social, os criollos distinguem claramente a massa oprimida, que sofre as iniquidades, e as autoridades, que "usurparam o poder". Os súditos não se sentem da mesma natureza que o rei – representado pelos vice-reis –, isto é, não percebem nem uma origem nem um destino comum, o que vai determinar, com o tempo, uma não-solidariedade frente ao monarca e seu império. Através desta literatura percebemos, portanto, que o criollo começa a refletir sobre as desigualdades entre os vassallos e os representantes da Coroa, e sobre a importância de uma solidariedade de interesses econômicos dentro de uma mesma região e entre as diferentes colônias. Echeverz opina que o dinheiro deve permanecer na região e afirma que não entende a falta de compreensão política dos que puseram gabelas (impostos) aos frutos que saem do reino e, ao contrário, privilégios especiais a favor dos gêneros que vêm de fora.

Estes escritos também oferecem dados quantitativos sobre a produção numa determinada região, os fenômenos de curta duração, nas palavras de Braudel. Echeverz, ao analisar a economia interna, assinala com cifras o rendimento na exploração das minas e dos produtos como o cacau, o anil, o pau-brasil. Estes projetos convertem-se, então, em documentos necessários para o conhecimento e a reconstrução da estrutura da sociedade colonial, e são fontes primárias insubstituíveis para apreciarmos em que medida alguns criollos tiveram consciência da realidade

de e refletiram sobre os problemas de seu tempo. Os textos, além disso, são indispensáveis para penetrarmos no complexo ideológico do século XVIII americano. Entre os autores desenterrados, é possível entrever uma ideologia latente. Em relação à justiça, ela deve ser equitativa e distributiva; um comércio livre que acabe com os monopólios; uma riqueza que não se baseie somente nos metais preciosos, mas que inclua as manufaturas; um governo também em mãos dos eclesiásticos, pois os civis se relaxaram e não representam o Estado espanhol. Percebem que a causa da extrema pobreza é a carência de fontes de trabalho e por isso propõem o desenvolvimento de fábricas de tecidos que aproveitam a matéria-prima de cada região: o linho, o cânhamo, o algodão. Em relação à cultura, querem ir formando um patrimônio americano e lutam para que a memória do povo – encerrada nos manuscritos – se guarde na América.

Não menos interessante é perceber também nas reflexões dos arbitristas americanos o desenvolvimento de uma concepção econômica mercantilista – aumentar as riquezas de um grupo defendendo-as de interesses forâneos, comércio florescente, criação de uma marinha mercante, aumento da indústria têxtil e população numerosa –, junto a uma concepção política nacionalista. Esta mesma relação foi destacada por Pierre Vilar nos arbitristas espanhóis, nos cameralistas da Europa central e em alguns economistas ingleses setecentistas, Thomas Mun, por exemplo¹⁵. Em tal correspondência seria, pois, necessário acrescentar os arbitristas americanos, que expressam em seus julgamentos uma preocupação tanto mercantilista quanto regional ou continental. □

Sara Almaraz é chilena, Ph.D pela Universidade de Nova Iorque na área de Literatura. Lecionou nos Estados Unidos e no México e é atualmente professora visitante no Departamento de Teoria Literária e Literaturas na Universidade de Brasília. Sua pesquisa tem sido na área de História das Idéias.

Este artigo reproduz conferência proferida pela autora no Departamento de História da UnB em julho de 1987.

Notas e Referências Bibliográficas

1. Na América espanhola, grosso modo, os criollos são os descendentes de espanhóis nascidos na América.
2. Sobre este tema, veja-se Jean Vilar, *Economía y literatura. La figura satírica del arbitrista en el Siglo de oro*. Madrid, Revista de Occidente, 1972, cap. 1. No mundo lusitano parece que também existiram os arbitristas. Numa pesquisa bastante preliminar, descobri que o *Vocabulario* (1712) de Rafael Bluteau já consigna o arbitrista como "o que dá arbitrios, que inventa alvites"; também aparece o termo alvitreiro que se pode considerar sinônimo. Se Bluteau inclui estes vocábulos é porque eram acepções usadas naquela época. No século XVII Francisco Velasco de Gouvea diz que na Corte "havião muitos arbitreiros, que davam arbitrios iniquíssimos para se tirar fazenda dos vassallos" (*Justa Acclamação...*, Antuérpia, 1644). Já no século seguinte, o padre Manuel Bernardes em sua *Nova Floresta* (1706), ao falar contra os estadistas e os políticos falsos, diz que "muito mais se engana o Príncipe ou conselheiros, ou o arbitrista, quando lhe saiu bem a sua malícia, do que quando a não logrou", tomo IV, título 9, p. 30.
3. Ed. facsimilada L. A. Eguiguren Escudero, Lima, 1966.
4. Fernando de Echeverz, Guatemala, Sebastián de Arévalo, 1742. Faço uma análise mais profunda deste escrito em "El comercio en el siglo dieciocho: arbitrios a las autoridades", *Revista de Indias*, XLV (1985), 175, pp. 13-25.
5. É um manuscrito anônimo de 78 fólios. Rich Collection 80, New York Public Library.
6. *Ibid.*, fol. 189r.
7. Na América colonial desde 1728 existiram as chamadas companhias privilegiadas – a Guipuzcoana, que comercializava o cacau, a de Havana, o

tabaco, a de Barcelona e a das Filipinas – com monopólio exclusivo espanhol.

8. *Ibid.*, fol. 126r.

9. A proposta, parece, não teve ouvidos, pois a primeira biblioteca pública de Lima organizou-se somente em 1821, sob a iniciativa de José de San Martín. As únicas cidades que contaram com biblioteca pública nos anos setecentos foram Bogotá (1777) e Havana (1793). A carta de Llano y Zapata publicou-se em Cádiz em 1759 e bastante depois aparece na ed. preparada por Ricardo Palma das *Memórias histórico-físicas apologéticas de la América meridional*, Lima, Imprenta y Librería de San Pedro, 1904.

10. *Diccionario geográfico-histórico de las Indias Occidentales o América*. Madrid, Imprenta de Benito Cano, 1786. Esta obra pode-se considerar a primeira tentativa de fixar e catalogar vozes americanas.

11. *Enfermedades políticas que padece esta Nueva España en casi todos los cuerpos de que se compone y remedios que se la deben aplicar para su curación si se quiere que sea útil al rey e al público, 1785-1787*. Ed. Genaro Estrada, México, Bibliófilos Mexicanos, 1937. Comento este texto in extenso no artigo "Las enfermedades políticas de la Nueva España", *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madrid (no prelo).

12. Veja-se Sara Almaraz, "la frase Nuestra América: historia y significado", *Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien* Caravelle, Toulouse, 43 (1984), pp. 5-22.

13. "Estado político del reino del Perú", fol. 128r.

14. Analisei os diferentes sentidos do termo *patria* em "Variaciones en la noción de patria en la época colonial", *Cuadernos Americanos*, México (1985), 5, pp. 186-196.

15. *Iniciación al vocabulario histórico*, Barcelona, Crítica, 1980, p. 163.

Resumen

CONCIENCIA COLONIAL DE LOS CRIOLLOS EN LA AMÉRICA ESPAÑOLA

Durante el siglo XVIII, la América española vivió una época de interesante lucha ideológica, ambiente que preparó la insurgencia del diecinueve. El espíritu de reforma de los arbitristas americanos no consistió en una mera crítica a la opresión económica y política de la estructura colonial. Lucharon desde temprano por intereses regionales y continentales, tratando de rescatar tanto las riquezas materiales como la historia del pueblo americano.

Abstract

THE COLONIAL CONSCIENCE OF SOME HISPANO-AMERICAN CRIOLLOS

In XVIIIth century Hispanic America, the critical voices of the criollos (American-born descendants of Spaniards) foretold and paved the way for the uprisings of the XIXth century. The reformist concerns of the American conspirators reached beyond criticism of the economic and political oppression of the colonial order. Confuting the European view that the Americas were plunged into an era of obscurantism, the criollos demanded libraries and archives for preserving the memory of the American people and, in an advanced manner, strove to strengthen the identity and solidarity of the continent.

RAÍZES DO SIMBOLISMO

de Novalis a Cruz e Souza

Delton de Mattos

Cruz e Souza não é um simples apresentador de quadros luminosos e cromáticos, porém o criador de uma lírica requintada e mística, que rivaliza com os maiores poetas simbolistas europeus. Sua vigorosa obra, de uma originalidade pouco comum em toda a literatura universal, constitui um extraordinário patrimônio de nossa cultura.

Em sua tentativa de definir o Romantismo, Gode von Aesch acabou por considerá-lo “a desordem da configuração de todos os elementos que não podem ser estabilizados numa finalidade racional, pois cada um deles está exposto à influência transformadora dos demais”¹. De fato, constitui tarefa bastante difícil separar com nitidez os limites entre o Classicismo e o Romantismo, bem como mais tarde entre este último, o Parnasianismo e o Simbolismo.

A primeira manifestação da poesia romântica liga-se, na Alemanha, ao movimento chamado “Tempestade e Impulso” (Sturm und Drang), que antecedeu ao próprio Classicismo, e ao qual a Balada Alemã deve também o seu tributo. Algumas obras especialmente importantes da juventude de Goethe e de Schiller, como o *Werther* e os dramas *Götz von Berlichingen* e *Os Salteadores*, pertencem ao mesmo tempo ao movimento “Tempestade e Impulso” e às primeiras manifestações do Romantismo, cuja fase inicial se desenvolveu tendo como centro a cidade de Jena, muito próxima de Weimar, certamente um pouco à sombra dos dois grandes clássicos. Aí surgiram os primeiros escritos de Friedrich Schlegel e seu irmão August, Tieck, e o mais importante de todos eles, Friedrich Hardenberg (Novalis), sem falar em Schelling, Schleiermacher e Baader, só para citar os filósofos mais conhecidos da escola romântica.

No Romantismo, foram superpostos sentimentos e idéias de origens as mais diferentes, num período bastante curto da história da literatura, e num espaço territorial relativamente pequeno, em que se confundiam as mais diversas tendências e fontes de inspiração. Friedrich Schlegel e Novalis nasceram vinte anos depois de Goethe, conviveram com o seu classicismo de maneira pacífica e criativa, e morreram bem antes dele, sendo que o autor do *Fausto* sobreviveu a Novalis nada menos do que trinta anos, isto depois de poeta universalmente consagrado, que os jovens admiravam e de uma maneira ou de outra procuravam imitar.

A rigor, se levássemos em conta apenas os fatores cronológicos, o Romantismo alemão acabaria sendo concentrado nas chamadas **Segunda e Terceira Fase**, desenvolvidas em Heidelberg e na Suábia, principalmente com as figuras de Eichendorff, Brentano, Arnim, Bettina (aliás, uma das musas de Goethe), Justinus Kerner e Eduard Mörike. Assim, os estudiosos da literatura alemã têm bons motivos históricos para não conferir, explicitamente, a denominação de Simbolismo ao fértil movimento de renovação dos epígonos do Romantismo, que se esforçaram para criar uma linguagem exótica e espiritualizante, capaz de revitalizar os padrões tradicionais da arte poética. A cunhagem dessa denominação iria ocorrer mesmo por conta da França.



Gallina - 11.

Na verdade, não seria de todo despropositado apontar numa obra como o *Fausto*, a mais representativa do Classicismo alemão, inúmeras passagens que poderiam ser confundidas com a poesia característica do movimento muito posterior, que os franceses chamaram de Simbolismo. Bastaria lembrar episódios como o do *Canto dos Espíritos*, que antecede a primeira cena do *Quarto de Estudos*, ou do canto de Mefistófeles e Fogo Fátuo, na *Noite de Valpurgis*, em que as formas da natureza se apresentam desordenadas como símbolo do caos. São descrições que lembram a prosa mística de Novalis, claramente goethiano em muitas páginas do *Offerdingen* e do *Discípulos de Saís*, como no pequeno exemplo a seguir, aliás, uma das primeiras manifestações conscientes de sinestesia, tão ao sabor dos simbolistas: “Logo (o Mestre) observou as ligações, os encontros e as coincidências que existem entre todas as coisas; concluiu que nada está isolado. As percepções dos seus sentidos formaram grandes imagens coloridas, que ele passou a ouvir, ver e apalpar, numa sensação única, experimentando o prazer do encontro de formas heterogêneas. As estrelas se lhe transformaram em seres humanos, os seres humanos em estrelas, as pedras em animais, as plantas em nuvens”².

É certo que a noção do símbolo é a única peculiaridade verdadeiramente indiscutível do Simbolismo. Mas esta noção está nítida também em obras de outros movimentos e sempre encontramos superposições, digamos, anacrônicas, envolvendo, por exemplo, os escritos de Novalis e Richard Wagner, que são representantes, respectivamente, da primeira e da última fase do Romantismo, e que, conforme tentaremos mostrar, ofereceram decisivas contribuições para consolidar os princípios do simbolismo francês.

Informa Werner Vordtriede que quando Novalis começou a ser divulgado na França despertou, de imediato, o maior interesse, passando a ser objeto de sucessivas traduções, iniciadas por Henri Albert em 1893, com os *Contos*, e por Maeterlinck no ano seguinte, com *Discípulo de Saís*. Georges Polti e Paul Morisse editaram o *Offerdingen*, Maurice Pujot traduziu o *Cantos Espirituais* e Paul Morisse isoladamente o *Hinos à Noite*³. Verificou-se uma verdadeira “febre” de Novalis nas rodas literárias de Paris, que passaram a venerá-lo com todo o entusiasmo de uma nova e importante descoberta⁴. Maeterlinck viu nele um autêntico místico, André Gide o considerou um “filósofo do sentido da vida”, Gerardo o saudou como “o santo da forma poética”, enquanto Laforgue o chamou de “folclórico demoníaco”, no sentido dinâmico e criativo da expressão. Rodenbach tomou Novalis como ponto de partida para a sua teoria da “decadência e refinamento” e Maurice Leblond o apelidou de “Mestre”.

Até mesmo antes de se multiplicarem as traduções, os principais corifeus do futuro Simbolismo já revelavam sua grande admiração pela obra de Novalis, de quem haviam tomado conhecimento através dos estudos de Carlyle, e sob a influência de Mallarmé, que era, como se sabe, muito ligado às letras inglesas. Também a revolucionária Madame de Staël ofereceu, no seu famoso livro *L’Allemagne*, uma breve mas simpática notícia a respeito de Novalis e publicou um bom resumo do *Discípulo de Saís*. É pena que tenha deixado a falsa impressão de tratar-se de um poeta católico por excelência, o que naturalmente iria suscitar algumas desconfianças, numa época de franca rebeldia e contestação. Mas tal equívoco foi logo desfeito, graças a um trabalho de esclarecimento empreendido por Heinrich Heine, que também divulgou Novalis na França. Edmond Barteli não tem dúvida de que Novalis foi o verdadeiro “initiateur” do Simbolismo Francês⁴.

Além da de Novalis, o Simbolismo francês recebera outra poderosa influência da cultura alemã, através da obra musical e poética de Richard Wagner. Apesar da incompreensão dos franceses nos seus primeiros contatos com Paris, para onde o jovem compo-

tor se dirigiu no início de sua carreira, ele encontrou aí o apoio e o incentivo que buscava, o melhor centro de irradiação de suas idéias revolucionárias, muito antes de ser reconhecido e admirado na própria Alemanha. Wagner lutava com todas as suas forças para unificar os diversos tipos de manifestação artística, notadamente a música e a poesia, procurando eliminar fronteiras até então bem delineadas, fazendo reviver os valores da tragédia grega e das lendas medievais, retomando as tradições mitológicas do mundo nórdico, abrindo caminhos conciliatórios para arejar a atmosfera espiritual, buscando, em suma, realizar uma completa renovação do pensamento e das artes.

Seria natural que um gênio tão rico, dotado de tanta energia criadora e tanta intuição a respeito do processo renovador em curso, passasse logo a ser muito admirado pelos círculos intelectuais de Paris. E do impacto causado por sua presença, mesmo nas penosas circunstâncias dos primeiros momentos, resultou uma rápida tomada de consciência das possibilidades que se lhe abriam. Talvez não haja muitos casos semelhantes de um artista estrangeiro quase desconhecido, que se tenha dirigido a uma praça cultural tão exigente, para solicitar proteção e ajuda, e tenha conseguido, em tão pouco tempo, impor sobre ela, e de maneira irreversível, a originalidade e a força de sua arte. Não é preciso lembrar o que é por demais conhecido a respeito dessa rápida conquista. O grande êxito imediatamente posterior compensou de sobra aquele fracasso da primeira apresentação de ópera *Rienzi* para uma platéia conservadora e despreparada, que não se identificava com a verdadeira Paris dos intelectuais, sempre aberta e permeável às idéias novas.

O próprio Wagner não revelou muita habilidade no primeiro momento de sua luta para sobreviver em Paris, a ponto de ter declarado, num artigo de grande repercussão, que considerava os franceses superficiais e sem densidade filosófica, incapazes de compreender os mistérios da natureza e o sentido místico da cultura germânica. E é curioso que essa franqueza, sem dúvida injusta, ao contrário de ter sido retribuída com desprezo e silêncio, repercutiu como um toque de clarim da nova arte, conquistando a simpatia e o respeito de escritores já consagrados como Baudelaire, Gerard de Nerval, Champfleury, Villiers, Catulo Mendes e outros, que de uma noite para o dia se tornaram seus admiradores e seguidores incondicionais⁵.

Em janeiro e fevereiro de 1860, realizaram-se em Paris três concertos de estréia da música de Wagner. Movido pela impressão que estes lhe causaram, Baudelaire escreveu uma carta de verdadeira profissão de fé ao jovem compositor, que depois foi ampliada, vindo a constituir o seu famoso artigo sobre o drama musical do *Tannhäuser*, publicado um ano mais tarde, e que mereceu os aplausos de todos os artistas parisienses. Vale a pena citar um trecho dessa importante missiva, de 6 de fevereiro de 1860, e que é ao mesmo tempo um precioso documento sobre as primeiras composições de Wagner: “Existe em tudo – disse Baudelaire – qualquer coisa de elevado e envolvente, qualquer coisa que aspira chegar às esferas mais altas, qualquer coisa de exuberante e de superlativo. Por exemplo, servindo-me de comparações tomadas à pintura, imagino ver diante de meus olhos a vasta extensão de um vermelho sombrio. Se esse vermelho representa a paixão, vejo que ele nos chega aos poucos, depois de todas as transições do rubro e do rosa, na incandescência das brasas de uma fornalha. Parece difícil e mesmo impossível atingir algo mais ardente. Uma última brasa traça um sulco ainda mais claro sobre o branco que já lhe serve de fundo. É, assim podemos dizer, o grito supremo da alma, elevado ao seu paroxismo.”

Mas a influência de Wagner talvez de maiores conseqüências na França foi exercida sobre Mallarmé, que se tornara wagneriano já

em 1855, quando publicou diversos poemas em seu louvor, dentre os quais o soneto *Hommage*, em que chega ao exagero de chamar o compositor de *Le dieu Richard Wagner*, procurando fazer uma síntese simbólica de seu importante papel na renovação das artes. Na abalizada opinião de Vordtriede, Mallarmé desejou acentuar nesses versos, cuja linguagem é obscura mas extremamente sugestiva, que “a arte se tornara velha e vulnerável e sua memória fora mal conservada, enquanto a antiga poesia e a interpretação dos hieróglifos, de múltiplos significados, deixaram de ser compreensíveis, indo adormecer nas bibliotecas. Aí apareceu Richard Wagner como renovador”¹⁶. Algumas dessas idéias já tinham sido divulgadas por Mallarmé no poema *Prose* e se correlacionam com uma conhecida poesia de Novalis, dedicada a Tieck. O citado autor consagra todo um capítulo à importância de Wagner também como divulgador de Novalis na França⁷. Segundo Grange Woolley, a maneira de Mallarmé cultuar Wagner é bastante diferente da dos demais poetas franceses da época, pois durante os últimos dez ou doze anos de sua vida teria procurado reagir, embora em vão, a um complexo de inferioridade diante da exuberância opressora da obra wagneriana⁸.

Em resumo, a poesia e a música alemã do Romantismo ligam-se intimamente aos ideais do Simbolismo. E para sermos mais exatos, não deveríamos sequer nos limitar ao Romantismo, pois na verdade a “descoberta” do valor poético do símbolo, em sentido moderno, e de uma expressão mais qualitativa e colorida, remonta, em última análise, à velha poesia noturna e sepulcral do Norte da Europa, às antiguidades célticas e germânicas, cuja literatura é toda penetrada pelo sentimento do símbolo, embora muitas vezes de maneira inconsciente. Os principais documentos literários dos povos germânicos, seja das regiões extremas da Escandinávia, da Europa central nórdica, ou da parte setentrional das Ilhas Britânicas, apresentam traços comuns de inspiração místico-noturna, ligados às lutas contra uma natureza implacável e áspera, cheia de formas bruxuleantes e imprecisas, que facilmente se transformavam em linguagem simbólica. É o que vemos nos contos da *Edda Poética*, na *Canção dos Nibelungos*, no *Beowulf* e na poesia baladesca do menestrel Ossian, do século III, que James Macpherson traduziu e publicou em 1760, sob o título de *Fragmentos da Poesia Antiga*.

Em 1745, surgiu o livro *Pensamentos Noturnos sobre a Vida, a Morte e a Eternidade*, de Eduard Young, que fez da paisagem noturna um grande símbolo das sensações, formas e imagens que o ser humano não consegue dominar e que lhe causam emoção e angústia. Essa inquietante obra se difundiu com extrema rapidez na Alemanha, chegando à Liga da Amizade de Göttingen, criada imediatamente antes do movimento “Tempestade e Impulso” e que realmente toda a inspiração lírica da época. Nela teve origem também a Balada Alemã, uma espécie poética simbolista por excelência. A última fase da Liga pertenceu Gotfried Bürger, autor da conhecida balada *Lenore*, que foi um dos modelos de Novalis, como informa a correspondência entre ambos de maio de 1789.

Outro nome que não deve ser esquecido neste contexto é o de Herder, um dos iniciadores do movimento “Tempestade e Impulso” e notável pesquisador da cultura popular, que exerceu grande influência sobre os poetas mais jovens, principalmente sobre Goethe, despertando-lhes o interesse pelas autênticas tradições nórdicas. Nos seus escritos da juventude, Herder estabeleceu relações entre o “ideal noturno” de Young e as discussões pragmáticas dos ingleses, relativas à lei da atração e repulsa dos mundos celestiais, envolvendo o princípio da gravitação universal de Newton.

Rudolf Unger mostra como o trinômio morte-noite-eros forma uma cadeia intrínseca em quase toda a lírica de Herder, Novalis e Kleist. Mas entre Herder e Novalis prevalecem as diferenças qualitativas dos momentos literários a que estiveram ligados: o primeiro,

profeta da evolução da humanidade, considera a noite como uma grandeza matemática, de valor não absoluto, uma espécie de superpoderoso *fazer-se-luz*, com limites bem determinados, enquanto para Novalis a noite é absoluta e eterna, infinitude interpenetrada de energia cósmica, da qual resulta a alternância luz-não-luz do amanhecer e do pôr-do-sol; e Kleist, ocupando uma posição equidistante entre o Classicismo e o Romantismo, toma a noite em suas manifestações concretas e objetivas, de consequências imediatas e até utilitaristas⁹.

Não é necessário insistir que encontramos “ingredientes noturnos” nos momentos mais brilhantes da poesia alemã, o que se explica também por uma paisagem pouco privilegiada pela luminosidade solar. Mas exatamente o cansaço dessa atmosfera de sombras e trevas desencadeia uma intensa nostalgia da luz, que assim pode também ser objeto de poesia até mesmo num poeta da noite como Novalis: “Qual dos seres vivos e sensíveis não ama a luz, diante dos fenômenos maravilhosos do espaço? Não ama essa alegria de tudo o que existe, com suas cores, raios e ondas? Não ama a sua onipresença delicada e o dia que desperta?” Mas logo ele decide em outro sentido, pois o que o atrai mesmo é “a noite misteriosa, santa e inexprimível, da qual o mundo está distante, mergulhado no abismo e nas sombras”. E o próprio Hölderlin, arauto da luminosidade grega, reconhece os mistérios da noite, quando diz, por exemplo, que “ninguém, por mais sábio que seja, é capaz de compreender o que a noite prepara, pois assim o quer a divindade suprema, que tanto te ama”¹⁰, enquanto Goethe ensina que a luz tem origem nas trevas: “Sou uma parte, que no começo foi um todo, uma parte das trevas, que geraram a luz, a orgulhosa luz, que agora disputa com a mãe-noite os espaços e a velha primazia, mas nada consegue; por mais que lute, permanece colada e presa aos corpos”¹¹.

A presença das trevas e dos elementos noturnos aparece com maior intensidade no Romantismo alemão, ao passo que os simbolistas franceses se deixam banhar mais pela limpidez da luz do sol, em parte da mesma maneira que o nosso Cruz e Souza, conforme lembraremos mais adiante. Isto a nosso ver se explica, em resumo, pela atmosfera sombria e gelada em que vive o homem nórdico e que lhe impõe um constante recolhimento aos interiores fechados, cujos melhores símbolos naturais são as densas florestas e as grutas das cavernas como polarização material da noite fechada. Talvez por tal motivo, em vez de expandir-se para fora da natureza, ou para a vida cidadina, como fazia, por exemplo, Baudelaire, ele se volta para dentro dela, procurando transformá-la em formas místicas e simbólicas, criando, por assim dizer, “representações espiritualizadas”. Em *Discípulos de Saís*, Novalis procura encontrar analogias abstratas nas ligações simpáticas da natureza, que possam oferecer explicações para os enigmas da vida. Não se trata de apenas descrever a matéria, mas de encontrar a sua linguagem transcendente, preconizada pela filosofia de Schelling. Novalis persegue o objetivo da espiritualidade, no sentido da introspecção mística, para dentro de si mesmo e para o âmago da natureza. Daí a sua obsessão em perscrutar o mundo subterrâneo das minas de carvão, os ambientes fechados e opressivos do interior da montanha, que constituem temas fundamentais do *Ofterdingen*.

De acordo com o esboço da conclusão desse romance, que não chegou a ser escrita, os episódios restantes conservariam o mesmo sentido simbólico anterior, e seriam assim estruturados, a partir de elementos da natureza: um alto mosteiro com uma porta dando acesso ao Paraíso; a vida em minas de carvão das cercanias de Vindonissa; interior do castelo de Wartburgo; e finalmente conversas sobre flores e animais, como preparação para que o herói se transformasse, sucessivamente, em flor, animal, pedra e estrela. Além da indistarcável influência do pensamento morfológico de Goethe,

esse projeto remonta à monadologia de Leibniz e às doutrinas místicas de Jacob Böhme. Parece que nem mesmo as criações mais expressivas do movimento francês conseguiram alcançar essa densidade mística, filosófica e simbólica de Novalis.

Só nesse sentido a natureza pode ser considerada um valor absoluto na obra de Novalis, deixando o ser humano penetrar nos seus segredos, oferecendo-lhe consolo e abrigo seguro diante do inexplicável, ou indicando o caminho para o infinito através das suas formas grandiosas. "Quando (o poeta) procurava ultrapassar as fronteiras entre os mundos presentes e do além – diz Othmar Fries –, erguia-se na luz eterna ou entrava na noite infinita, cheio de calafrios e pressentimentos"¹². E von Rintelen acrescenta: "O consórcio com a eternidade da vida, com o abismo da mãe-terra, ao lado do espírito como um segundo pólo existencial, é passível de desenvolver forças positivas e proporcionar originalidade; é através dessas forças que o homem quer apreender a infinita extensão da natureza e devassar o indevassável recesso da noite sagrada"¹³. Schopenhauer abandona por completo a natureza, quando sobrepõe o Nirvana budico ao mundo material, valorizando as imagens supra-sensíveis, o absoluto e a presença do eterno que os simbolistas iriam adotar através de uma linguagem nova, extremamente rica, e que consegue transmitir emoções fugidias, estados inefáveis, ritmos e tonalidades de formas abstratas.

Esses traços fundamentais do pensamento poético nórdico, desenvolvidos numa obra fragmentária e bastante reduzida, mas de grande densidade mística e filosófica, encontraram um terreno fértil na aguda sensibilidade do gênio francês, que afinal soube interpretá-los e difundir-los com a proverbial clarividência de sua índole sistematizadora. Privilegiado pela ambiência horizontal e luminosa da cultura latina, os franceses tiveram condições de amenizar a densidade noturna daquela herança, consolidando a poesia renovadora da segunda metade do século XIX e início do século XX, que chamaram de simbolista, denominação com que foi exportada para outras latitudes. Por esse motivo, as criações das literaturas de origem germânica da mesma época têm outras características que não cabem nesse rótulo; e resvalam em terreno movediço as tentativas de procurar vestígios dos modelos franceses na obra de William Yeats, Thomas Eliot, Rilke, Hofmannsthal ou Ibsen.

Mas o terreno também pode ser movediço quando examinamos a questão em outras literaturas. A propósito do simbolismo português, diz Adolfo Casais Monteiro: "Pouca sorte a dos que em Portugal se apressam a pôr rótulo à nova poesia (...), pois nos bastava fluir o instintivo canto, que nem sequer estancara, pois para que Cesário, Nobre, Gomes Leal, Camilo Pessanha, Sá Carneiro e Fernando Pessoa mantêm a continuidade da essencial poesia, do canto profundo". E acrescenta: "O Simbolismo não foi e não podia ser uma escola, porque era apenas um estado de sensibilidade, resultando mais de uma indefinida insatisfação com a mentalidade positivista e determinista, do que de uma vontade definida de opor-lhe uma outra filosofia."

O reconhecimento do crítico português explica aparentes anacronismos e mutações superpostas de movimentos poéticos, que nos permitiriam considerar simbolistas um Antero de Quental, não por ter sido contemporâneo e admirador de Mallarmé, mas pelas características singulares de sua obra, que se identifica facilmente com a fluidez noturna de Novalis, ou com o pessimismo de Schopenhauer. Quando surgiu o Manifesto Simbolista de Moréas, Quental já era um artista consumado e já revelava aquele dinamismo superior e mágico, aquela profundidade esotérica e mística dos românticos alemães que estão evidenciados nos seus melhores poemas. Até o seu ideal budista coincide com a paixão de Schopenhauer pelas doutrinas do grande iniciado indu.

Quanto a Cruz e Souza, é consabido que recebeu influências da cultura alemã, quer diretamente através dos ensinamentos do humanista Fritz Müller, que lhe explicou Schopenhauer, e do intenso convívio com os imigrantes de Santa Catarina, quer de maneira indireta pela leitura de autores franceses imbuídos daquela cultura.

Em seus quatro estudos sobre Cruz e Souza, o sociólogo Roger Bastide reconhece eloqüentemente essa influência, a partir do princípio de que "se há uma poesia essencialmente nórdica, essa será exatamente a poesia simbolista"¹⁴. Entretanto não é convincente quando afirma que a paixão de Cruz e Souza pela cultura germânica se explicaria através de uma "análise do inconsciente social, na vontade de mudar mentalmente de cor", pois "é preciso clarear e o melhor meio é procurar a poesia ou a filosofia dos indivíduos que têm a pele mais clara, isto é, os povos do Norte"¹⁵. Mais curioso ainda é que, para reforçar seus argumentos, cita o caso de Tobias Barreto, cujo interesse pela mesma cultura também se explicaria através do desejo de embranquecer-se. A tese de Bastide não corresponde às leis da antropologia nem à verdade dos fatos, em primeiro lugar porque, ao contrário do que ele diz, a luminosidade e a cor branca não são, de modo algum, características dominantes da cultura nórdica, toda ela desenvolvida sob o manto das brumas noturnas, que obscurecem os limites das formas e convidam o homem ao silêncio e à meditação. E se por um lado essa paisagem sombria criava embaraços ao pleno desenvolvimento das artes visuais, por outro ofereceu ótimas condições para as conquistas no campo da filosofia, da música e das letras, incluindo valores relevantes do movimento poético do Simbolismo.

Além disso, a decantada vocação solar de Cruz e Souza não deve ser interpretada quantitativamente, apenas do ponto de vista estatístico da adjetivação, como pretendeu Bastide. É preciso dar mais valor ao sentido qualitativo da sua linguagem, sempre voltada às esferas mais altas do espírito, acima do mundo material, e de quaisquer contingências étnicas e sociais, movimentando-se com emoção metafísica na grandiosidade dos espaços cósmicos: "Abreme os braços, Solidão profunda/reverência do céu, solenidade/ dos astros, tenebrosa majestade/ó planetária comunhão fecunda!"¹⁶; "Um ser pertence à música infinita/das Esferas, pertence à luz sonora/das Estrelas do azul e hora por hora/na natureza virginal palpita"¹⁷; "Com a lâmpada do sonho desce aflito/e sobe aos mundos mais imponderáveis"¹⁸; "Para as Estrelas dos cristais gelados/ as ânsias e os desejos vão subindo/galgando azuis e siderais noivados"¹⁹; e assim por diante.

Há evidentes contradições nos estudos de Roger Bastide. No seu entender, a ambiência nórdica que atraiu Cruz e Souza é dominada pelo "frio límpido da lua", a "cabelereira dourada", "o cisne e a neve", em suma, mais a luz do que as sombras, o que, como já vimos, não corresponde ao condicionamento da natureza e às tradições históricas, desde as antiguidades germânicas, conforme fora magistralmente documentado já nos primeiros relatos romanos de Tácito e César²⁰. A obra de Novalis não deixa qualquer dúvida a respeito. Apanhado na contradição de suas próprias palavras, Bastide tenta explicá-la de maneira inusitada e superficial: "Poderão objetar-me certamente com o caso de Novalis, que foi um cantor da noite e criador de uma música mágica, mas a magia de Novalis se conserva em parte bem ocidental"²¹. Ora, Novalis foi ocidental, não apenas na parte, mas no todo. E dizer que a noite alemã é oriental, além de contrariar suas próprias palavras, é no mínimo um imperdoável desconhecimento das condições gerais em que se desenvolveu a cultura nórdica.

Depois de estigmatizar Cruz e Souza com a nostalgia do branco, sem valorizar o sentido metafísico e cósmico de sua obra, dedica todo um capítulo à sua poesia noturna, cuja existência portanto re-

conhece, mas apontando nela dois aspectos: "Ora, muito doce e muito boa, como se fora uma carícia do céu, ou um vôo de anjos brancos; é a noite dos simbolistas; ora, a noite feiticeira, satânica, povoada de terrores e fantasmas"; e conclui: "É o que chamarei de noite africana"²². Mas a verdadeira noite dos simbolistas nem sempre oferece a beatitude por eles pretendida, sendo na maioria das vezes um símbolo das angústias e sofrimento do poeta. Além disso, não se trata de evocar a condição de negro filho de escravos para explicar a admiração pela cultura alemã, nem tampouco esse racismo às avessas, segundo o qual Cruz e Souza só pode criar sua grandiosa obra poética, uma das mais notáveis do idioma, em virtude de ter sido negro.

Que Cruz e Souza tinha uma inspiração noturna tão profunda e consciente quanto à do norte europeu, não resta a menor dúvida, conforme demonstra uma breve seleção de versos, em que não falta sequer o ideal búdico pregado por Schopenhauer: "Ó negra monja triste, ó grande soberana/tentadora Visão que me seduzes tanto,/abençoa meu ser no teu doce Nirvana/no teu sepulcro ideal de desolado encanto!"²³; "Ah! Noite original, noite desconsolada/monja da solidão, espiritual e augusta/onde fica o teu reino, a região vedada/a região secreta, a região vetusta?"²⁴; "Abre-me os braços, Solidão radiante/funda, fenomenal e soluçante/larga e búdica Noite redentora!"²⁵. Mas é na *Evocações* que ele sintetiza toda a sua concepção dos sentimentos noturnos, numa linguagem muitíssima semelhante à de Novalis: "Ó doce abismo estrelado, nirvana sonâmbulo de aromas quentes, onde eu bebo o elixir do esquecimento e do sonho! Como eu amo todas as tuas majestades, todas as tuas estrelas, todos os teus ventos, todas as tuas tempestades, todas as tuas formas e forças! (...) Ah! como eu te amo, Noite! Como a tua eloquência muda me fala, me impressiona e me chama, Aparição seráfica, fabulosa irmã do caos e das Legendas!"²⁶.

Acontece que Cruz e Souza não vivia na atmosfera noturna de Novalis ou de Young, mas numa natureza sem invernos rigorosos e com a mais límpida plenitude solar. Seria natural que a influência dessa noite não tenha prevalecido na sua poesia, principalmente da primeira fase, reunida no livro *Broquéis*. O importante é que ele não tenha sido um simples apresentador de quadros luminosos e cromáticos, porém, o criador de uma lírica requintada e mística, que rivaliza com os maiores poetas europeus do movimento, conforme o próprio Roger Bastide reconhece. Sua vigorosa obra, de uma originalidade pouco comum em toda a literatura universal, constitui um extraordinário patrimônio da nossa cultura, que nunca deveria ser esquecida, independente das constantes renovações da arte e do sentido eminentemente social dos novos tempos. □

Dellon de Mattos é professor de Teoria da Tradução e de Literatura e Cultura Alemã na Universidade de Brasília.



Notas e Referências Bibliográficas

1. Aesch, Alexander Gode-von, *Natural Science en German Romanticism*, Londres, s/dta., Introdução.
2. Capítulo 2.
3. Vordtried, *Novalis und die französischen Symbolisten*, Stuttgarten, 1963, p. 36.
4. Apud Vordtriede, ob. cit., p. 48.
5. Comp. Wooley, Grange, *Richard Wagner et le Symbolisme Français*, Paris, 1931, p. 22.
6. Ob. cit., p. 158.
7. Ob. cit., Cap. X.
8. Apud Vordtriede, ob. cit., p. 117.
9. Unger, Rugolf, *Herder, Novalis und Kleist (Deutsche Forschung, X) 1922*, 13.
10. Comp. poema *Pão e Vinho*.
11. *Fausto*, cena do Quarto de Estudos.
12. Apud von Rintelen, Joachim, *Goethe, Espírito e Vida*, trad. Moura, Pedro de Almeida, S. Paulo, 1947, p. 107.
13. Von Rintelen, Joachim, ob. cit., p. 108.
14. Bastide, Roger, *Estudos Afro-Brasileiros*, S. Paulo, 1973, p. 62.
15. Ob. cit., p. 63.
16. *Êxtase Búdico*.
17. *Um Ser*.
18. *Cavador do Infinito*.
19. *Siderações*.
20. Comp. *A Germânica e De Bello Gallico*.
21. Ob. cit., 70.
22. Ob. cit., 70.
23. *Monja Negra*.
24. *Êxtase Búdico*.
25. *Evocações*, Cap. A Noite.

Resumen

RAÍCES DEL SIMBOLISMO. DE NOVALIS A CRUZ E SOUZA

Cruz e Souza no es un simple exponente de cuadros luminosos y cromáticos, sino un creador de una lírica esmerada y mística que rivaliza con los mayores poetas simbolistas europeos. Su obra vigorosa, de una originalidad poco común en la literatura universal, constituye un extraordinario patrimonio de nuestra cultura.

Abstract

ROOTS OF SYMBOLISM – FROM NOVALIS TO...

Cruz e Souza is not merely the artificer of luminous and chromatic images but the creator of finely-tuned mystical verse which is a match for the poetry of the greatest European symbolists. His vigorous, uncommonly original work is one of the pinnacles of our cultural heritage.



HISTÓRIA

MADEIRA-MAMORÉ: cada dormente um morto

Operários de mais de vinte e cinco países, uma verdadeira legião internacional do trabalho, construíram, no período de 1907 a 1912, em regime de semi-servidão no interior da selva amazônica, a estrada de ferro Madeira-Mamoré. Uma das mais importantes obras de engenharia do início do século e um dos primeiros grandes escândalos da República, a ferrovia Madeira-Mamoré foi desativada em 1966 e vendida como ferro velho em 1972. Hoje, o que resta é apenas um trecho de dez quilômetros, atração turística de Porto Velho.

Menezes de Moraes

Nos livros de registros da construtora norte-americana Madeira-Mamoré Railway Company consta que 1.552 trabalhadores de mais de 25 países, incluindo o Brasil, morreram durante aqueles seis anos heróicos e difíceis no interior da selva amazônica. Mas como esses números excluem os trabalhadores que fugiram da obra – se embrenharam nas selvas e sobre os quais nunca mais se teve notícias – e os que morreram nos acampamentos da construção, é provável que tenham morrido mais de 3.000 operários. Seja como for, porém, é um preço impagável este que custou para o Brasil e para o mundo a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, realizada em Rondônia, no período de 1907 a 1912. À moeda da época, foram pagos 62.194:374\$366 pela obra, que se transformou num dos primeiros grandes escândalos da República, com repercussões internacionais, e que foi vendida como sucata nos anos 70, por determinação do governo militar.

A Ferrovia Madeira-Mamoré foi construída com uma dupla finalidade: servir de canal de escoamento para o mercado internacional da produção de borracha da Amazônia – interligando à Bolívia uma saída para o Oceano Atlântico. (Rondônia) – e proporcionar à Bolívia uma saída para o Oceano Atlântico. Nenhum dos objetivos foi alcançado: em 1913 o mercado internacional da borracha entrou em crise; a ferrovia passa a operar no vermelho e em 1966 é decretada a sua desativação, no plantão do general Artur da Costa e Silva, e o general Emílio Garrastazu Médici, em 72, ordena que a ferrovia seja vendida no ferro velho, nos seus 366,485 quilômetros de extensão, construídos ao preço impagável de centenas e centenas de vidas humanas. Hoje, o que resta da Madeira-Mamoré é apenas um trecho de 10 quilômetros, para atração turística, na cidade de Porto Velho – que nasceu com a sua construção –, saindo do perímetro urbano à localidade de Santo Antônio, bairro proletário onde ainda vivem inúmeros construtores da ferrovia. Eles provaram, com a força do trabalho, que o sonho é possível.

■ Símbolo perfeito

A Ferrovia Madeira-Mamoré não é apenas uma das obras mais importantes da engenharia do início do século XX. É também o símbolo mais perfeito da grandeza internacional do trabalho e um dos exemplos mais incontestáveis do descaso com que sucessivos governantes brasileiros administram o dinheiro público. Obra idealizada ainda na monarquia agonizante e realizada nos governos republicanos de Afonso Pena e Hermes da Fonseca – que a inaugurou –, a sua construção já nasceu sob o signo da fraude e da corrupção. Para quem lembra do processo de abertura da concorrência pública para a construção da Ferrovia Norte-Sul – que o governo José Sarney vai construir neste semestre –, ele guarda semelhanças com o processo de licitação da Ferrovia Madeira-Mamoré. A história, diz um filósofo, se repete.

Enquanto o escândalo da fraude da concorrência pública da Norte-Sul foi denunciado pelo jornalista Jânio de Freitas, no jornal *Folha de S. Paulo*, em maio de 87 – num furo de reportagem que é ao mesmo tempo uma lição exemplar do jornalismo investigativo –, a farsa da concorrência pública da Madeira-Mamoré foi denunciada pelo engenheiro Raimundo Pereira da Silva, numa série de artigos publicados em jornais do Rio de Janeiro, em 1906. O engenheiro acusou o então ministro da Justiça de Afonso Pena de “arranjar as coisas muito propositalmente para afastar os concorrentes – o que efetivamente conseguiu – e dar o contrato para o seu protegido.” No caso da Norte-Sul, a farsa da “concorrência” indicava que os loteamentos entre os grandes empreiteiros já estavam decididos nos bastidores do poder, antes da publicação dos editais através da imprensa. Ao estourar o escândalo, Sarney anulou a “concorrência”. Mas não demitiu o seu ministro dos Transportes, a exemplo de 1906: Pena também não demitiu o seu ministro.

■ A história

A construção da Madeira-Mamoré tem uma história que começa de fato em 1825, ano de independência da Bolívia, que tinha interesse em conseguir uma saída comercial para o Oceano Atlântico, através dos rios Mamoré e Beni, Madeira e Amazonas. O obstáculo existente era político, que seria futuramente equacionado. Os desafios geográficos, tais como as 20 cachoeiras do rio Madeira, ao longo de mais de 420 quilômetros do seu curso e as durezas da vida na selva, poderiam ser ultrapassados, ensinavam todos os estudos técnicos então encomendados. Afinal, há mais de um século que brasileiros, portugueses e bolivianos vinham explorando precariamente esse trecho, em embarcações precárias e contornando dificuldades por terra, quando eram obrigados a arrastar suas canoas. A partir de 1846, esse projeto ganha

novo impulso.

É quando o engenheiro boliviano José Augustin Palácios visita a região e elabora um extenso relatório técnico ao governo do seu país, exaltando as maravilhas econômicas da região amazônica e afirmando categoricamente que era necessária uma política bilateral de sua ocupação. A navegação do rio Madeira é viável, dizia. Cortando território boliviano e brasileiro, era portanto uma alternativa econômica viável e mais barata do que, por exemplo, a alternativa via Aricas e Cobija. Em 1851, convencidos também dessa viabilidade, entram os interesses norte-americanos na jogada: o tenente Gibbon, enviado de Washington, faz um estudo da região e chega às mesmas conclusões positivas do engenheiro Palácios. O tenente, é claro, visitara a Bolívia. A sua conclusão foi óbvia: era preciso construir uma ferrovia cortando diretamente o território brasileiro, que servisse de canal para a Bolívia desembocar no Atlântico. Neste sentido, a idéia do tenente norte-americano não era nova: em 1797, D. Francisco de Souza Coutinho, então governador da província do Pará, sonhara com o mesmo projeto.

A idéia era tão boa que dez anos depois existiam outros parceiros interessados no projeto: os franceses. Em 1861, o engenheiro Ernest Grandidier, em missão do governo francês, esteve na região, com o objetivo de estudar a viabilidade de construção de um canal de comunicação da Bolívia, através do rio Amazonas. De sua viagem, resulta a publicação de um livro, em Paris. Nele, o engenheiro recomenda a construção desse canal de comunicação entre o Brasil, o Peru e a Bolívia.

Através desse canal de comunicação, dizia o engenheiro francês, estaria feita a ligação desses três países latino-americanos com os interesses econômicos da Europa e dos Estados Unidos, num período em que o processo de acumulação do capital já estava em marcha acelerada. Nada melhor, então, do que colocar a borracha brasileira e boliviana no circuito comercial europeu e norte-americano, por uma via mais fácil e mais econômica. Uma estrada de ferro era mesmo a saída. Também em 1861, o general boliviano Quentin de Quevedo esteve na região amazônica e teve a mesma idéia do engenheiro brasileiro João Martins da Silva Coutinho, que percorreria o rio Madeira no mesmo ano.

■ Política e comércio

Coutinho se convenceu de que o rio Madeira era o caminho natural para o escoamento

da produção da província de Mato Grosso e que ele traria inúmeras vantagens econômicas e comerciais, caso fosse construída uma ferrovia interligando o Brasil e a Bolívia. Só faltava agora vontade política por parte do governo central. Essa vontade só se materializou após a Guerra do Paraguai, em 1865-70: as dificuldades de comunicação com a província de Mato Grosso convenceram a Coroa, de uma vez por todas, da urgente necessidade de construção de uma ferrovia. E, além da questão geopolítica em si, havia o interesse econômico.

Em 1872, a Amazônia tinha uma população estimada em 137 mil habitantes, todos nordestinos, sem contar a população indígena, sobre a qual inexistia estatística. Neste período, a produção anual de borracha da região era de oito mil toneladas. Essa produção atingiu o seu recorde em 1912 – ano de inauguração da Madeira-Mamoré – com 42 mil toneladas. A partir daí a produção vai caindo mais e mais, como veremos mais adiante, principalmente por causa da Primeira Guerra Mundial, que explode em 1914.

O estado do Acre foi criado em 1899, pondo fim assim às inúmeras disputas que havia pela região entre o Peru e a Bolívia. A chamada “revolução acreana”, conduzida por brasileiros, acontece em 1902, através da qual o Acre é incorporado definitivamente ao território nacional, depois de um ano de lutas. Agora, existe uma vontade política maior para que a construção da ferrovia saia da prancheta para a realidade. Afinal, era preciso compensar a Bolívia pela anexação, por parte do Brasil, de parte do seu território ao noroeste da Amazônia. O prêmio de consolação seria a Madeira-Mamoré, que proporcionaria à Bolívia uma saída comercial para o Atlântico.

Brasil e Bolívia haviam assinado o “Tratado da Amizade” em 1867, que previa a construção de uma estrada. Isso facilitava as coisas. E o primeiro passo foi a criação da National Bolivian Navigation Company, cuja concessão foi entregue ao coronel norte-americano George Earl Church, em 1868, autorizada oficialmente dois anos depois. A companhia deveria receber o nome de Madeira and Mamoré Railway. Pelo decreto, o governo brasileiro, além de outros privilégios, concedia uma área de terras de 1.391 quilômetros quadrados à companhia.

É claro que o mundo financeiro se mobilizou em favor do empreendimento. Bancueiros londrinos concederam empréstimos aos bolivianos e em 1872 começaram a de-

sembarcar na região de Santo Antonio do Madeira, no Amazonas, as primeiras expedições trazendo técnicos. As dificuldades geográficas, porém, fizeram com que o contrato de construção da ferrovia fosse rompido apenas um ano depois. Em 1874 os últimos técnicos contratados deixam a região em definitivo, convencidos da inviabilidade da obra. Só que um ano antes, técnicos norte-americanos, contatados pelo coronel Church, vieram ao Brasil. Mas com a morte de alguns deles, por febre amarela, a companhia Dorsay & Caldwell desiste do contrato. Fracassa assim a segunda tentativa de construção da Madeira-Mamoré.

Em 1875, a companhia inglesa Reed Bross & Co. assina o contrato numa transação financeira que lhe valeu, de cara, 25 mil libras, isto por uma simples indenização por perdas e danos. Em 77, é assinado contrato com a P. & T. Collins, da Filadélfia. Um ano depois, jornais como o *New York Herald* noticiam a vinda de técnicos, operários e outras categorias sociais, para a região amazônica, num total de 245 pessoas. Eles saíram num vapor, da Filadélfia, para a Amazônia. Com eles, aumentou o número de tragédias.

■ Tragédias

Na costa da Carolina do Norte, o vapor naufragou, matando 80 pessoas. Os sobreviventes, ao chegarem ao Brasil, começaram a ser vitimados pelas chamadas doenças tropicais da época. Entre os trabalhadores, estavam americanos, italianos e irlandeses. Os italianos, demonstrando um nível maior de politização, rebelaram-se contra a construtora, pedindo a equiparação salarial com os irlandeses. Pegos de surpresa, os amotinados foram aprisionados durante a noite, nos trilhos iniciais da Madeira-Mamoré. 75 desses trabalhadores italianos conseguiram fugir pelas matas, onde se perderam para sempre. Eles também não constam da lista dos mortos oficiais da ferrovia.

Diante das dificuldades, a Madeira-Mamoré encalha outra vez. E até 1903, já com o advento do governo republicano, Brasil e Bolívia assinam um novo tratado. É publicado um edital de concorrência pública para a construção da ferrovia, vencendo a empresa do engenheiro Joaquim Catramby, que apresentou um orçamento de construção muito abaixo dos custos reais da época. Catramby, porém, fora autor de uma manobra política de bastidor bem-sucedida: na verdade, apenas subempreiteira a obra da firma norte-americana May, Jekyll & Randolph. Tendo Catramby como testa-de-ferro, esta empresa funda, quatro meses depois, na cidade de Portland, EUA, a companhia Madeira-Mamoré Railway, sob a direção de Percival Farguhar.

Farguhar conseguiu depois a posse da concessão que fora outorgada pelo governo de Rodrigues Alves ao engenheiro Catramby. Se não foi o primeiro, foi porém um dos primei-

ros escândalos da República. Em 1908, Farguhar consegue a transferência em definitivo do contrato para o seu nome. Farguhar é um capitalista ilustre. Tem até biografia oficial escrita sob encomenda, onde são louvadas suas qualidades de "homem público", etc., etc. Uma coisa, porém, é fato: com ele, a Madeira-Mamoré tornou-se uma realidade. A preço de sangue, suor e trabalho.

■ A odisséia do trabalho

A "ferrovia do século", foi chamada assim, começou a ser construída em 1907. O primeiro navio que partiu dos Estados Unidos para o Brasil tinha sua tripulação composta por 13 engenheiros – incluindo o chefe e os assistentes –, um médico, 12 marinheiros, um cozinheiro, um jornalista e dezenas de operários. Eles iniciaram uma odisséia internacional do trabalho em cuja galeria desfilaram mais de 21.717 mil operários até o ano de 1912, segundo o livro de registros da empresa construtora. Nessa odisséia, a grandeza do trabalho e a sua exploração caminharam de mãos dadas.

As cidades de Porto Velho, onde tudo começou, e Guajará-Mirim, que interligou a ferrovia, conheceu operários de mais de 25 países. Entre eles, os registros oficiais falam de brasileiros, antilhanos, espanhóis, alemães, norte-americanos, italianos, franceses, bolivianos, colombianos, chineses, japoneses, gregos, russos, venezuelanos, ingleses, irlandeses, canadenses, turcos, tchecos, árabes, dinamarqueses, húngaros, xucros, barbadinos, indianos e portugueses. Essa verdadeira legião internacional do trabalho cravou com suor e sangue, no interior da selva amazônica, a saga da grandeza das mãos e da inteligência humana, numa epopéia que representou a vitória do homem contra as adversidades da natureza.

Porto Velho ficou inteiramente habitada por esses homens, todos funcionários da Madeira-Mamoré Railway Company, de propriedade de Percival Farguhar, então considerado um dos homens mais poderosos do Brasil. Farguhar era um capitalista autêntico: pagava aos seus operários US\$ 1,30 por uma jornada diária de 11 horas de trabalho, quando a mesma diária que um seringalista recebia era de US\$ 2,30 – cerca de sete mil réis, unidade monetária do início do século. Os baixos salários provocaram a fuga de muitos operários da estrada de ferro para os seringais. Um quilo de carne de primeira, nessa época, custava sete mil réis.

E mais: os operários de Farguhar eram obrigados a fazer compras no armazém da empresa, um verdadeiro monopólio, onde um dos produtos mais exóticos era então a bolacha *cream-cracker*. Quando algum trabalhador adoecia, eram descontadas as horas que ele ficava enfermo. Quer dizer: o tempo consumido pela doença não era computado na jornada de 11 horas de trabalho. Os trabalhadores também não tinham liberdade de ir e vir: havia um limite geográfico imposto pela empresa. A passagem além dessa fronteira era expressamente proibida; ai de quem desobedecesse. O chicote rolava.

■ A lei e a ordem

Farguhar era a lei e a ordem na Madeira-Mamoré. Não havia polícia pública. A empresa tinha uma polícia particular. Não havia sindicato de trabalhadores. A empresa os explorava como bem entendia. A venda de arroz e de álcool eram proibidas. Havia um comércio paralelo dessas duas mercadorias. Principalmente dos aperitivos derivados da milagrosa fórmula química C₂H₆O. Também não havia mulheres na cidade-trabalho, o que levava operários e até funcionários graduados da empresa, como engenheiros, a fugirem para a cidadezinha vizinha de Santo Antônio, pródiga em bordéis, que prosperaram graças à construção da ferrovia. Era lá que os trabalhadores driblavam um pouco a solidão e o sofrimento, nos braços de uma gata, que podia ser uma índia prostituta, regados a álcool, sexo e ilusão.

No primeiro ano de construção da ferrovia, os livros oficiais registram apenas cinco mortes no hospital improvisado da empresa. Nenhum pesquisador da Madeira-Mamoré acredita que esse número seja verdadeiro. Nem os números subsequentes. Os livros da empresa só registravam os que morriam no hospital. Os que tombavam ao longo dos trilhos da ferrovia, caídos sobre os dormentes, com suas marretas ao lado; os que eram assassinados pela polícia da própria empresa, sob as ordens implacáveis do engenheiro Collier, chefe das obras; e ainda os trabalhadores que se matavam entre si, em conflitos inter-raciais, esses também não entraram para o livro de registro de óbitos da empresa. E os que fugiram pelo caminho da selva daquela escravidão moderna, como os 75 italianos? Ficaram todos de fora dos registros.

Num diário carioca, o jornalista Alberto Torres, escreveu o seguinte, sobre as condições de trabalho dos operários da Madeira-Mamoré: "Absurda e cruel a organização de trabalho que oferecia condições desumanas de sobrevivência, onde um homem sadio somente podia respirar, em tal situação, a não ser mais do que 90 dias de vida". Um médico da empresa – os médicos e os engenheiros eram todos norte-americanos – chegou a se desentender com os superiores, por reivindicar, para eles, um contrato de trabalho de





apenas um ano, com oito meses de jornada e os quatro restantes pagos sem trabalhar, incluindo aí as férias e o tempo de deslocamento dos EUA para o Brasil. As condições de trabalho na Madeira-Mamoré eram tão desumanas que governos de vários países proibiram que os agenciadores de Farguhar recrutassem mão-de-obra em seus territórios.

■ Doenças tropicais

Saindo da Europa ou da América do Norte, o primeiro impacto que um trabalhador da Madeira-Mamoré sentia na selva amazônica era com as chamadas doenças tropicais. Isso sem falar nos orientais, asiáticos, indianos, etc. Obrigados a uma jornada diária de 11 horas de trabalho sob um sol de 32 graus, ou debaixo de chuvas constantes que em questão de horas destruíam o trabalho de um mês, e ainda devido às péssimas condições de trabalho e alimentação, os trabalhadores ficavam sensíveis a todas as enfermidades. Quem escapava das picadas dos escorpiões, por exemplo, era vítima dos mosquitos transmissores de malária, febre amarela, etc.

O grande sanitarista Oswaldo Cruz foi

contratado pela empresa para fazer um levantamento e diagnóstico completos das endemias que aterrorizavam os operários da Madeira-Mamoré. Ele vinha de uma luta vitoriosa contra a peste bubônica, no Rio de Janeiro. No relatório que preparou depois de sua visita, catalogou mais de dez doenças e fez críticas veladas à política de saúde de Percival Farguhar. Foram estas as principais doenças, que Cruz denominou de "moléstias reinantes":

- **Pneumonia lobar:** "grassa entre os trabalhadores. É alta a mortalidade dos atacados no Madeira. Para cada grupo de 60 atingidos, 35 têm morte. Muitos morreram antes de chegar ao hospital improvisado. Dos 2.588 operários atacados no ano de 1910, 2,5% foram acometidos pela doença."

- **Ancilostomíase:** "infestação intestinal

comuníssima entre os trabalhadores. A média é de 50 a 75% do total dos quadros de funcionários da Madeira-Mamoré em relação aos operários de outros países. Nos trabalhadores brasileiros, a moléstia atacou cerca de 90%."

- **Beribéri:** o maior número de doentes provinha das frentes de trabalho. Existiam diversos focos da doença. Atacava a todos, desde "o trabalhador que vive nas piores condições de higiene individual" a "médicos, engenheiros (todos norte-americanos) e empregados de escritório." Por isso a empresa deixou de fornecer arroz aos trabalhadores, acreditando ser este alimento o foco principal da doença. Ledo engano: Oswaldo Cruz diagnosticou casos de beribéri em operários que já não comiam arroz há tempos. Durante o curto período de permanência do sanitarista na Madeira-Mamoré, 146 trabalhadores foram atingidos, tendo morrido 29% desse total.

- **Desintéria:** outra doença comum. A água era péssima. Nos primeiros seis meses do ano de 1910, de acordo com o relatório de Oswaldo Cruz, saíram do hospital Candelária 92 doentes, 13 dos quais morreram, o que dá um percentual de 14,2% de vítimas fatais.

OS TRILHOS DO ESCÂNDALO

No país das ferrovias dos escândalos, o show não pode parar: a Norte-Sul, já famosa pelos trilhos do mar de lama da concorrência pública fraudada – que a descarrilhado das pranchetas das grandes obras do governo para os espaços generosos das páginas policiais da grande imprensa – começa a ser construída em março, se as chuvas permitirem. Considerada o mais novo pesadelo do contribuinte brasileiro, sem a mínima garantia de que o seu dinheiro – que o governo desapropria na forma legal de tributos – será bem administrado, a Ferrovia Norte-Sul terá os seus 1.570 km de extensão construídos em dois anos, em duas etapas, ligando os estados de Maranhão e Goiás à periferia de Brasília, ao custo estimado em US\$ 2,5 bilhões.

Concebida sem o mínimo de planejamento e sem estudos de viabilidade econômica, a Norte-Sul será iniciada pela Parapanema S.A. Mineração, Indústria e Construção. Ela venceu a concorrência para a construção de 48 km de ferrovia no município maranhense de Açailândia, ao preço de Cz\$ 4,78 milhões, numa proposta que ainda não foi homologada pela Valec Engenharia e Construção, empresa criada por decreto presidencial, desmembrada da Vale do Rio Doce, especialmente para construir a Norte-Sul. A primeira fase da primeira etapa de construção da ferrovia será um ramal ferroviário de 423 km, partindo da região de Colinas (GO) à estrada de Ferro Carajás, nas proximidades de Açailândia.

A segunda parte da primeira etapa compreende a construção de outro ramal ferroviário, com 475 km, partindo da localidade de Porangatu (GO) e interligando-se ao sistema da Rede Ferroviária Federal em Brasília, nas proximidades do município de Luziânia (GO). Os 672 km restantes da Norte-Sul serão construídos na segunda e última etapa por diversos Batalhões de Engenharia e Construção do Exército, possivelmente no segundo semestre de 89, para tudo ficar pronto em 1990. Mas existe um porém: os US\$ 2,5 bilhões previstos hoje para a sua construção não serão suficientes, pois até mesmo técnicos do governo, do setor de transporte, admitem que o custo total da Norte-Sul não ficará por menos de US\$ 10 bilhões.

O ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, não se preocupa com esta previsão orçamentária. Amigo pessoal do presidente José Sarney há mais de 30 anos, Reinaldo garante: a Norte-Sul é a primeira ferrovia que vai permitir "uma interiorização do desenvolvimento. É a primeira tentativa de colocar à disposição dos brasileiros os bens de que dispomos no interior do Brasil." Esta ferrovia, acrescenta o amigo e ministro do rei, será "vinculada ao Programa de Desenvolvimento do Brasil Central, que visa aproveitar o potencial da região de mais de 143 milhões de hectares." Para a construção da primeira etapa, a Norte-Sul já conta com Cz\$ 8 bilhões oriundos do orçamento da União para 88.

Para a segunda etapa, não há números previstos. Ela será construída pelo sucessor de Sarney, que não terá como livrar-se da obra, a não ser que queira indispor-se contra as Forças Armadas, uma vez que são os Batalhões – não se sabe ainda quantos – de Engenharia do Exército que vão realizá-la. Comenta-se hoje em alguns gabinetes privilegiados do poder, em Brasília, que se a Constituinte optar pelos cinco anos para Sarney – hipótese remotíssima – o presidente entregará ao seu sucessor, prontas, as duas etapas da primeira parte da Norte-Sul. O "miolo da obra", como definiu um importante assessor do ministro dos Transportes – e que será construído pelo Exército – será inaugurado pelo sucessor de Sarney.

O fato hoje, porém, é que o ex-presidente do PDS provavelmente inaugurará apenas a primeira etapa da Norte-Sul. Todas as pesquisas informais já feitas entre os 559 constituintes revelam que Sarney ficará apenas quatro anos no cargo que herdou de Tancredo Neves. Aliás, o próprio Tancredo afirmou que só queria quatro anos de Presidência. Sarney também, na famosa mensagem que enviou ao Congresso Nacional, convocando a Assembleia Nacional Constituinte, disse que ficaria apenas quatro anos. Depois, mudou de idéia: lutou pelos seis e foi obrigado pela dinâmica da política a declarar de público que ficaria cinco. Mas ficará só quatro e mesmo assim o Brasil ainda terá a transição democrática mais longa da história.

● **Hemoglobinúrias:** também muito comum na região do Madeira. Rara em outros recantos do país. De janeiro a junho de 1910 foram atingidos 60 trabalhadores. Cinco morreram. No seu relatório, Oswaldo Cruz critica sutilmente seus colegas norte-americanos funcionários da empresa, por receitarem indistintamente aos trabalhadores uma droga chamada quinina, que provoca inclusive cegueiras momentâneas. O sanitarista brasileiro citou os casos já conhecidos junto aos operários que construíram o Canal do Panamá, "onde foi determinada a sua suspensão." Os trabalhadores, no entanto, depois da saída de Oswaldo Cruz das frentes de trabalho, continuaram recebendo doses indiscriminadas de quinina.

● **Impaludismo:** durante seis meses a-

tingiu 2.451 trabalhadores, do total de 3.642 operários que foram internados entre janeiro e junho de 1910. A mortalidade registrada por Oswaldo Cruz neste período foi de 0,5% dos atacados. Nos acampamentos, 592 operários interromperam seus trabalhos por causa dos acessos diários da doença. Disse o sanitarista brasileiro: "Tive ocasião de acompanhar um caso de cegueira por causa da quinina receitada para um trabalhador com impaludismo." Oswaldo Cruz também menciona moléstias como gripes, diarreias, desnutrição e um tipo de malária que deixava o trabalhador delirando. Quando isso ocorria, a ordem de Farguham era de que a vítima fosse amarrada e amordaçada para não perturbar o sono de seus companheiros.

■ Do nada para parte alguma

O terror que os trabalhadores da Madeira-Mamoré viveram ao longo dos seis anos de sua construção foi algo brutal. E, depois que tudo ficou pronto, veio o lado absurdo da coisa: tudo indicava que a ferrovia estava fadada à maldição de ser uma estrada de ferro que "vai de lugar nenhum para ne-

nhum lugar", ou que "sai do nada para levar a parte alguma". Inaugurada a 7 de setembro de 1912, neste mesmo ano ela já perdia a sua razão econômica de ser: a Amazônia já não tinha mais o monopólio internacional da produção de borracha. Quem tinha esse monopólio agora eram os seringueiros ingleses na Ásia, pois a acumulação de capital e a política imperialista de dominação dos ingleses transformaram a Inglaterra na maior potência mundial até a Primeira Grande Guerra.

Depois da inauguração, a Madeira-Mamoré Railway Company exigiu que o governo brasileiro lhe pagasse a quantia de 100.223:281\$372, por um contrato que estipulava o preço global da obra em 62.194:374\$366. A companhia alegou ter feito obras que não constavam do contrato. O governo recusou a pagar o restante. A empresa entrou com ação na justiça, com pareceres jurídicos favoráveis de, entre outros, Rui Barbosa. Rui, aliás, sai com a biografia arranhada nesse episódio. O romancista Márcio Souza o apresenta como cúmplice da corrupção de Farguham, no romance *Mad Maria*. E porque o governo não pagou a diferença, a empresa paralisou a ferrovia em junho de 1931, quan-

A Ferrovia Norte-Sul, também conhecida como Ferrovia da Vergonha ou Ferrovia dos Marajás, e que a exemplo da Madeira-Mamoré iria de lugar nenhum para nenhum lugar, etc., já nasceu sob o signo da corrupção e do escândalo, conforme denúncias publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em matéria assinada por Jânio de Freitas, em 13.5.87. "Concorrência da ferrovia Norte-Sul foi uma farsa", disse a manchete da *Folha*, assegurando ter publicado o resultado final da concorrência cinco dias antes da sua divulgação oficial, em forma de anúncio classificado, com os nomes das 18 empresas construtoras beneficiadas. A notícia da *Folha* divulgou um escândalo que abalou a credibilidade do governo. Este escândalo, em outro país, teria resultado no mínimo na demissão do ministro dos Transportes.

Sarney, no entanto, não se abalou. Apenas anulou a concorrência fraudulenta, recuou na construção da Norte-Sul em 87, mudou de tática e autorizou a abertura de inquérito, pela Polícia Federal, para "apurar" a verdade. "O inquérito, como eu já previa, deu em nada", desabafou o ex-ministro dos Transportes de Tancredo Neves e hoje senador, Afonso Camargo, o crítico mais ilustre da Norte-Sul, por entender que "existem outras prioridades no país". Também deu em nada a CPI do Senado para apurar o escândalo da concorrência fraudada. O então ministro da Fazenda, que se demitira logo após assinar a exposição de motivos da construção da Norte-Sul, Dilson Funaro, telefonou de São Paulo para o seu colega José Reinaldo Tavares, para dizer-lhe que Reinaldo é o homem "mais canalha que eu conheci". Mas tudo ficou por isso mesmo.

Até o término da Segunda Guerra Mundial a opção brasileira de transportes era a ferrovia. Com a vitória dos Estados Unidos na guerra, a opção tupiniquim passou a ser a rodovia, porque os EUA eram os principais exportadores de automóveis e de acessórios para veículos. Em 1984, o Brasil transportava 75% de suas cargas por estrada de rodagens. Hoje, com a maioria de suas rodovias – 50 mil km de estradas federais – necessitando de reparos, o Brasil passou de 40 mil km de ferrovias que tinha em 1950 para apenas 29 mil km de estradas de ferro. Mesmo assim, o

Brasil é a oitava economia do mundo capitalista e tem, oficialmente, mais de um milhão de trabalhadores desempregados.

No entanto, os contratempos da economia brasileira serão solucionadas brevemente, assegura o ministro Reinaldo. A solução, por outro lado, não está na construção da Norte-Sul, afirma o senador Mansueto de Lavor, indicado relator da CPI do Senado que investigou o escândalo da concorrência e que foi pressionado para demitir-se, porque o seu relatório era contrário àquilo que ele define como "pesadelo sobre os trilhos com o dinheiro do povo. A Norte-Sul não vai beneficiar o Nordeste, excetuando o estado do Maranhão, que já é também quase Amazônia." Já o seu colega Afonso Camargo garante: a Norte-Sul não passa de "Um capricho de Sarney."

A idéia de sua construção surgiu de um sonho de outro amigo de Sarney, o professor e engenheiro Haroldo Tavares, da Universidade do Maranhão. Sarney vibrou com a idéia. "Tudo pelo social": tudo pelo Maranhão, por que não? E articulou-se logo com dois candidatos aos governos do Maranhão e Goiás, respectivamente, Epitácio Cafeteira e Henrique Santilo. Ambos, em suas campanhas eleitorais, prometeram a tal ferrovia. Cafeteira, por outro lado, em entrevista a este repórter, lançou a candidatura de Sarney ao Senado, depois que o sucessor de Tancredo deixar o Planalto.

Agora, o sonho do professor Tavares começa a virar pesadelo para o contribuinte. Exemplos negativos não faltam: o governo já gastou US\$ 136 milhões com a Ferrovia do Aço, que se arrasta penosamente há mais de 15 anos e ainda não foi concluída, sendo chamada, por isso mesmo, de "As ruínas mais caras do mundo." E assistiremos todos à construção da Norte-Sul, envolta em embalagem desenvolvimentista, triunfalista, para transportar até o ano 2005, segundo o ministro Reinaldo, 26,9 milhões de toneladas/ano de alimentos. É mais uma promessa do país do futuro, no qual os administradores impopulares deliram no presente com o dinheiro público.

Menezes de Moraes

do Getúlio Vargas já tinha assumido o poder. Em julho do mesmo ano, Getúlio ordena o seu funcionamento. Ordem cumprida. Só que a Madeira-Mamoré teimava em não dá lucros. Isso levou ingleses e americanos, que estiveram à frente do empreendimento, a abandoná-la em 34.

Véspera da ditadura do Estado Novo, em abril de 37, Vargas estatiza a Madeira-Mamoré. Funcionou no vermelho até 1966, quando o governo militar manda desativá-la. Em 72, veio o golpe mortal: a ditadura ordena a venda da ferrovia como ferro velho. O heroísmo dos trabalhadores do mundo inteiro, que pagaram com suas vidas o preço altíssimo de sua construção, não teve a menor importância para o Estado militar de 64. A ordem era a internacionalização da Amazônia não por um empresário de estrada de ferro, mas por grandes capitalistas como Daniel Ludwig (Projeto Jari), por exemplo, que esteve na região ao lado do ditador Emílio Garrastazu Médici. Em 1984 o total de terras brasileiros em mãos de capitalistas estrangeiros alcançou o número absurdo de 500 mil quilômetros quadrados.

■ Para turista ver

Chamada “Mad Maria”, “Marrie Folle”, “María Loca”, “Maria Louca”, “Ferrovia do Diabo”, a Madeira-Mamoré, hoje, é apenas um retrato na parede da lembrança da história brasileira. E como dói. O que existe hoje dos 366,485 quilômetros de ferrovia construídos durante seis anos é apenas um pequeníssimo trecho para turista ver. O historiador Marcos Pinto Braga, da Universidade de Brasília, andou nesse trecho em 1985, quando foi inaugurado. Ele vai do perímetro urbano de Porto Velho ao bairro proletário do Triângulo, em Santo Antônio, onde vivem famílias, que descendem dos bravos trabalhadores que construíram a Madeira-Mamoré. “É um trecho pequeníssimo, que atrai turistas e faz a alegria das crianças”, confessa Marcos, com uma ponta de tristeza na voz.

O professor Marcos é autor de um projeto de tombamento da Madeira-Mamoré, apresentado à Fundação Nacional Pró-Memória em março de 1980. Até hoje, porém, a ferrovia não foi tombada. “São os entraves burocráticos que estão impedindo”, desabafou o professor de História. É um fato. Os entraves da burocracia brasileira e o descaso dos governantes na administração do dinheiro do

contribuinte não impedem, porém, a indignação popular. Existe hoje uma vasta literatura contando a história da Ferrovia Madeira-Mamoré.

Márcio Souza escreveu o romance *Mad Maria* (Ed. Marco Zero, 1985, Rio de Janeiro, 3ª edição). O jornalista e historiador Manoel Rodrigues Ferreira escreveu a pesquisa mais importante: *A Ferrovia do Diabo* (Ed. Melhoramentos, 1981, São Paulo, 2ª edição). Neste livro, estão relacionados todos os trabalhos escritos sobre a Mamoré, inclusive as raridades escritas pelos próprios trabalhadores sobreviventes, dois ou três. O livro contém ainda fotografias da época, do jornalista Dana B. Merrill.

No cinema, o cineasta João Batista de Andrade produziu um belíssimo e comovente documentário sobre a ferrovia, ouvindo depoimentos de muitos de seus trabalhadores. Andrade é autor, entre outros, de *O Homem que virou suco* e *O País dos Tenentes*. Hoje, a locomotiva “Barão do Rio Branco” está sendo corroída pela ferrugem em Porto Velho. Seus dormentes foram vendidos no ferro velho para um capitalista de São Paulo e o governo teima em não reverenciar a memória daqueles 21.717 mil trabalhadores do mundo inteiro que a construíram ao preço das vidas de muitos companheiros. Enfrentando a exploração da mão-de-obra, vivendo em regime de semi-escravidão, no pesadelo de inúmeras doenças e vencendo os desafios naturais da região, esses operários provaram, mais uma vez, que o trabalho é transformador. Mesmo que os donos do poder não o reconheçam.

José Menezes de Moraes é jornalista e escritor.

Resumen

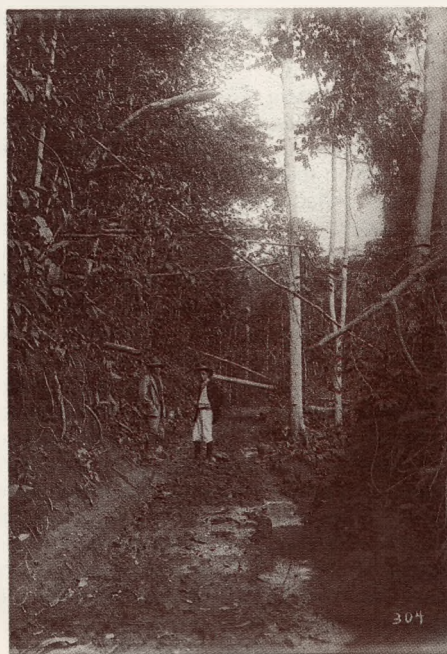
MADEIRA-MAMORÉ: EN CADA DURMIENTE UN MUERTO

En el interior de la selva amazónica, operarios de más de veinticinco países – una verdadera legión internacional del trabajo – construyeron, entre 1907 y 1912, en un régimen de semi-servidumbre, el ferrocarril Madeira-Mamoré. Esta ferrovia fue una de las obras más importantes de ingeniería al inicio de este siglo y uno de los primeros escándalos de la República; lamentablemente se desactivó en 1966 y se vendió como chatarra en 1972. Actualmente queda un trecho de diez kilómetros que pasó a ser atracción turística de Porto Velho.

Abstract

MADEIRA-MAMORÉ: A CORPSE PER SLEEPER

Workers from more than twenty-five countries, a veritable foreign labour legion, built the Madeira-Mamoré railway from 1907 to 1912, working in semi-slavery in the heart of the Amazon jungle. The Madeira-Mamoré railway was one of the most important engineering projects at the beginning of the century and one of the Brazilian Republic's first major scandals. It was shut down in 1966 and sold off as scrap in 1972. All that remains today is a ten-kilometre stretch, a tourist attraction in Porto Velho.

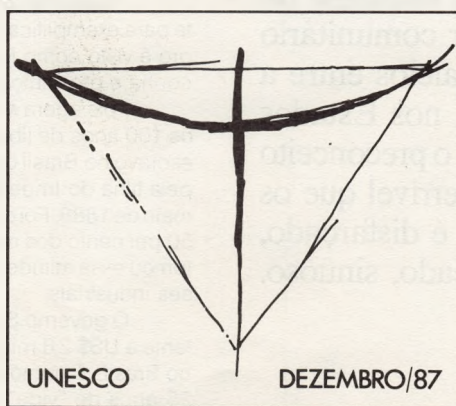


LINDA, BOA, EXCELENTE, MAGNÍFICA.

O PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE NA VOZ DO POVO.

Quando a UNESCO, no dia 7 de dezembro, decidiu inscrever Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, estava divulgando para o mundo que o sonho de uma cidade singular existe no planalto central do Brasil. E o brasiliense tem consciência disso. Em pesquisa realizada pela empresa Vox Populi, a grande maioria dos entrevistados exalta a inscrição de Brasília como Patrimônio Cultural. Entre os moradores do Plano Piloto e das Cidades-Satélites, existe uma clara noção de que Brasília é única no mundo. Que não existe neste século, em nenhum outro lugar, uma obra do mesmo porte. Convidados a definir Brasília numa só palavra, mais de oitenta por cento dos entrevistados

BRASÍLIA



CAPITAL DE TODOS
PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE
NOVA REPÚBLICA/PRESIDENTE JOSÉ SARNEY
GOVERNO JOSÉ APARECIDO

utilizaram adjetivos que fariam a felicidade das melhores cidades do mundo: linda, boa, excelente, magnífica, esperança. Apenas 0,5 por cento dos entrevistados se referiram a Brasília de forma negativa. Com resultados tão favoráveis à cidade e à sua inscrição como Patrimônio Cultural da Humanidade, Brasília já enxerga longe o seu futuro. Muito menos pela inscrição e mais pela própria consciência do brasiliense e de todo o povo brasileiro. A consciência de que o plano original de Brasília não impede a dinâmica do seu crescimento e preserva o modelo urbanístico e arquitetônico de uma cidade que, se para nós é uma realidade, continuará como sonho para os aglomerados humanos de nosso tempo.

Quem nasce pra Pelé nunca chega a Lincoln

Fernando Conceição

A partir de uma crônica – que bem poderia ser um conto de absurdo – narrando um incidente entre um grupo de jovens atores, um motorista e policiais embriagados, todos negros, numa noite baiana, Fernando Conceição faz uma enérgica denúncia da discriminação racial em nosso país.

Contrário à “comemoração” do centenário da abolição da escravatura, Fernando Conceição, militante do movimento negro e líder comunitário em Salvador, traça paralelos entre a discriminação no Brasil, nos Estados Unidos e na África do Sul: o preconceito brasileiro é tão ou mais terrível que os outros porque é disfarçado, escamoteado, sinuoso.

Há pouco mais de três anos o pessoal aqui da favela montou uma peça de teatro, que fez excursão por outras favelas, por teatros da cidade e na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O nome da peça é *Dia 11 Vá à Passeata*, e é sobre o dia-a-dia de lutas aqui do Calabar.

A convite da Federação Baiana de Teatro Amador, que estava desenvolvendo uma mostra conjunta com a prefeitura do município de Simões Filho, que faz limite com Salvador, a gente numa noite foi apresentar a peça lá. Nosso grupo tinha 20 pessoas, todo mundo jovem, entre 16 e 25 anos. A gente foi num ônibus da prefeitura. Na volta, o motorista levou o grupo para o Complexo Policial (onde está centralizado o serviço de delegacias de Salvador).

A alegação do motorista, um cara negro de uns 40 anos: àquela hora da noite, meia-noite, não se arriscava a nos deixar no Calabar, por medo de marginais. O grupo protestou, recusando-se a ser largado pelo caminho. O motorista então não contou conversa: todo mundo preso.

Tudo bem, eu disse ao pessoal enquanto o motorista desceu pra chamar algum delegado de plantão. Voltou com quatro ou cinco agentes, visivelmente embriagados. Não quiseram ouvir nossos argumentos e, armas em punho, ordenaram que todos descêssemos do ônibus. Protestos gerais. Os agentes, então, esvaziaram o ônibus à força. O filho-da-puta do motorista me apontou como “o cabeça da turma”, logo fui tratado de forma diferenciada pelos bêbados, isto é, os policiais. Amparo, minha mulher, queria me proteger. Tadinha dela...

Lá pra uma e meia da madrugada a gente saiu do Complexo Policial e caminhou três quilômetros até chegar em casa. Essa distância não quer dizer nada. Nossa raiva maior foi o significado disso. As humilhações que todo o grupo sofreu. Os bêbados policiais sacanearam a gente até o fim. Viam as meninas de 16 anos chorando nervosas e com medo. Lambiam os beijos e dirigiam olhares estupefatos pra elas. No final, o encarregado rindo na nossa cara disse: “Ao invés de fazerem teatro, porque vocês não vão fumar maconha, como fazem os marginais lá do Calabar? Vocês não dão cobertura a eles?”.

O motorista do ônibus e a maioria dos policiais eram negros e tão fodidos como nós, da favela.

O mito da democracia racial

Este é apenas um caso, que talvez não seja o mais contundente para exemplificar nossa condição de negros, num país onde o negro é visto como fora-da-lei, marginal, que só serve para fumar maconha e prostituição. Ou serve também pra policial...

Pois agora em 1988 o Estado brasileiro pretende comemorar os 100 anos de libertação do negro, que oficialmente deixou de ser escravo no Brasil com a assinatura da chamada Lei Áurea, assinada pela filha do Imperador Dom Pedro II, a princesa Isabel, em 13 de maio de 1888. Foi o último país a abolir a escravidão, quando mais de 50 por cento dos negros já tinham conquistado a alforria. E somente tomou essa atitude diante da pressão da Inglaterra com seus interesses industriais.

O governo Sarney está investindo Cz\$ 200 milhões (o equivalente a US\$ 2,8 milhões) para comemorar o “centenário da abolição no Brasil”. É como se o governo de Pretória quisesse comemorar os 25 anos de “vida” carcerária de Nelson Mandela. E há, no nosso meio, quem ache que isto é bom e se alie à “Nova República”, isto é, o governo implantado no Brasil em substituição aos militares, que entretanto em nada se diferencia da ditadura militar – em certos aspectos é até mais perverso (vide o recente massacre de Serra Pelada, as falcatruas dos grandes grupos econômicos, a fraude da ferrovia Norte-Sul, etc.).

O Estado brasileiro precisa vender a imagem da integração racial, da harmonia social entre as diferentes classes do país. Ao contrário da África do Sul, que não se envergonha de assumir o mais pífido sistema de relações sociais, e diferentemente dos Estados

Unidos da América, que a partir da década de 60 assumiu e reagiu à discriminação racial, nós aqui vivemos uma falsa democracia em todos os sentidos falando. Pela letra morta da lei, no Brasil "todos somos iguais". Isto lembra George Orwell: existem alguns que são mais iguais que os outros...

O negro no Brasil vive pior do que o negro norte-americano e pior que o negro de Cuba, e o negro na França, e o negro na Grã-Bretanha e o negro de qualquer parte do mundo. Vive até pior que o negro da África do Sul, o país governado pelo *apartheid* que temos de lutar para destruir. Ai está: na África do Sul há a possibilidade, cada vez mais próxima, de destruição da discriminação, porque o inimigo é visível.

No Brasil não. O preconceito e a discriminação se manifesta de forma disfarçada, subliminar, onipresente. Aqui o preconceito e a discriminação não estão no papel, nem atendem a fatores meramente econômicos. Em nosso país nós negros sofremos as consequências de um processo ideológico que nos exclui ao nos aceitar – porque a forma com que somos aceitos obedece a um padrão ideológico alheio aos nossos interesses enquanto co-participes da formação da sociedade brasileira, enquanto sócios da nação ou enquanto seres humanos.

Ilustração de Marcelo Terraza



Continua a luta de Zumbi

Pelé, o rei do futebol, declarou que queria ser presidente do Brasil. Gilberto Gil, ídolo da música popular brasileira, apoiou a idéia. A mídia caiu em cima. A chamada "esquerda" ou "centro-esquerda" para dizer que Pelé é um "vendido ao branco", isto é, um representante da burguesia. A direita, para acusá-lo de "não capacitado", já que é bom somente como jogador de futebol ou garoto-propaganda. Gil foi acusado de porra-louca.

O fato é que Pelé jamais será presidente do Brasil e Gil quer ser prefeito de Salvador fazendo declarações que negam o que há de revolucionário na questão do negro – como fez em entrevista de capa para a revista *Afinal* em dezembro último:

(...) "Não é uma candidatura negra. Imagine eu, que sou mulato, mestiço, e tenho filhos que são todos mestiços, casei com mulheres brancas! Não tenho nada contra os brancos no sentido racial. Isso é uma questão menor, uma questão que ficam querendo colocar para escamotear os problemas maiores que a cidade tem (...)".

Estatisticamente somos mais de sessenta por cento dos quase 150 milhões de brasileiros. Mas estamos na sarjeta. Ser negro no Brasil no centenário da falsa abolição é persistir na luta pelos ideais de Zumbi dos Palmares, da preta Zeferina, da Revolução dos Malês, da Sabinada, e de tantos outros guerreiros e revoltas negras, que nos devem dar forças para suplantarmos o poder da Rede Globo.

Por Oxalá!

□

Fernando Conceição, presidente da Associação de Moradores do Calabar e membro do Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), redigiu este texto originalmente para uma palestra junto a um grupo (*Sankofa*) de 27 militantes negros norte-americanos da cidade de Nova Iorque, em visita à favela no dia 12 de janeiro último.

Resumen

QUIEN NACE PELÉ NO LLEGA A LINCOLN

Partiendo de una crónica – que bien podría ser un cuento sobre el absurdo –, Fernando Conceição narra un incidente en una noche bahiana* entre un grupo de jóvenes actores, un chófer y policías borrachos, todos negros, y hace una enérgica denuncia de la discriminación racial en nuestro país. Es contrario, además, a "conmemorar" el centenario de la abolición de la esclavitud. Conceição es militante del movimiento negro y líder comunitario en Salvador, y se ha detenido en trazar los paralelos entre la discriminación en el Brasil, en los Estados Unidos y en la África del Sur: el prejuicio brasileño – dice – es tan o más terrible que los otros porque es disfrazado, escamoteado y sinuoso.

* de Bahía, estado del nordeste del Brasil.

Abstract

IF YOU'RE BORN TO PELÉ, YOU'LL NEVER MAKE IT TO LINCOLN

With a story – that might well be a tale of the absurd – narrating an incident involving a group of young actors, a driver and drunken policemen, all of them blacks, on a certain night in Bahia, Fernando Conceição forcefully denounces racial discrimination in our country. Rather than "commemorating" the centenary of the abolition of slavery in Brazil, Conceição, a community leader in Salvador and militant member of the black movement, draws parallels between racial discrimination in Brazil, the United States and South Africa: Brazilian prejudice is as or more terrible than that of other countries, for it is veiled, underhand, skulking.

NIETZSCHE:

um questionamento radical

Nelson Lehmann da Silva

Afinal, por que a verdade? Por que a necessidade da verdade? As respostas tradicionais são vagas: o conhecimento por si mesmo, Deus, a razão em si. Resposta nietzschiana: utilidade para a vida. A vida é o mais inquestionável ponto de referência de Nietzsche, que descobre também que esta se manifesta em essência como “vontade de poder”.

Aproveitando a recente onda de interesse por Friedrich Nietzsche, que parece ser cíclica, seria oportuno chamar a atenção para algumas de suas obras menos visitadas, no intuito de obter ângulos diferentes de sua mensagem. Partindo da leitura de *Uso e Abuso da História* (1873) e de *Além do Bem e do Mal* (1886), podemos afirmar que a atitude básica do pensador é a de reação contra todas as modas filosóficas (ideologias?) predominantes em seu (e nosso?) tempo. Estas poderiam ser todas genericamente caracterizadas como afluentes do grande caudal que era o historicismo hegeliano. Nietzsche questiona todos aqueles valores tidos por óbvios, definitivamente adquiridos, típicos de nossa herança ocidental e que marcam profundamente nossas estruturas de pensar, por mais díspares e conflitantes que pareçam.

Preliminarmente, algumas observações quanto à forma. *Uso e Abuso* – que numa tradução mais rigorosa deveria ser *Da Utilidade e da Desvantagem da História para a Vida* – ainda deixa entrever certa sistemática progressão argumentativa. *Além do Bem e do Mal*, treze anos depois, é mais ao estilo da caótica veemência do poeta. Uma trilha difícil de ser seguida, mas cheia de fascinação. Cáusticos aforismas contra todos os valores vigentes, num ímpeto de ultrapassá-los num além ainda não definido. Como conceitos-chaves aparecem “Vida” e “Vontade-de-Poder”, que são uma manifestação do outro. Além disso lemos repetidamente “bom/mau gosto”, “mediocridade” (como o vício por excelência) e “dignidade” (como a qualidade do indivíduo livre e criativo). Tais termos são tidos como de evidente significação, dispensando qualquer esclarecimento.

No *Uso e Abuso* Nietzsche denuncia a chamada consciência histórica, consequência de um excesso tipicamente ocidental, como uma droga entorpecente. Ação, afirma, só é possível num momento de suspensão da consciência histórica. Enquanto julga o presente à luz do passado o homem não é capaz de inventar algo de verdadeiramente novo. O próprio sentir-se feliz, lembra Nietzsche, tem sido descrito como momento de êxtase, ou de euforia, que literalmente significam um estar-fora-de-si, esquecido, desamarrado de todos os liames, inclusive e principalmente de uma identidade com o passado. A ação criativa requer também uma ilusão. Uma intencional ilusão. O que não tem nada a ver com ciência. Excesso de clareza destrói aquele meio optimal, único, que permite a vida. Há uma oposição entre ciência e vida. Depois de considerar as diferentes maneiras pelas quais a tradição tem usado a história como “mestra” da vida, o autor propõe reverter as posições: o instinto deve recuperar sua autonomia e pôr a história a seu serviço. Cultura, entendida como imitação e culto do passado, não passa de asfixia da vida instintiva.

Pretender objetividade tem sido o mito e o vício de todos os historiadores. A alegada obrigação de objetividade não é senão expressão do medo de revelar a própria subjetividade, que é outro nome para personalidade. É a glorificação da não-diferença, da indiferença. A melhor, e única, maneira pois de tornar a história útil é aproveitar o que ela narra das grandes personalidades. A biografia. Grandes homens o são porque foram “opositores de seu tempo”, foram contra o que parecia ser história, portanto. Um ponto de vista diametralmente oposto ao hegeliano, onde os grandes homens são os portadores ou a encarnação do momento histórico.



Ilustração de Fernando Lopes

Nietzsche atribui ao cristianismo as origens dessa "consciência histórica" que, desde tanto tempo, domina e enferma o Ocidente. O excesso de história se comprova no medieval "memento mori" e no ceticismo que o cristianismo traz com relação a qualquer proposta sobre a futura existência terrestre. A grande admiração que prestamos à Grécia clássica deve-se ao fato de esta ter sido precisamente uma cultura a-histórica. Os gregos nunca foram seguidores, meros imitadores, mas criadores. Foram conscientes fundadores de civilização. Povos líderes, assim como indivíduos fortes, sempre se impõem contra o usual e o repetitivo. A adoração do poder estabelecido, em todas as suas manifestações, ou a submissão à história, tem sido a consequência de todas as religiões dialéticas.

Em *Além do Bem e do Mal* temos um sumário de observações que pretendem desmascarar nossas instituições mais caras e nosso modo de pensar mais característico. A criatividade a que apela Nietzsche não pode estar comprometida com normas estabelecidas ou valores ditos universais. E nisso o mais persistente dogma de nossa tradição ocidental tem sido a polaridade entre o bem e o mal, a virtude e o vício. A própria inquirição da verdade é questionada. Afinal, por que a verdade? Por que a necessidade da verdade? As respostas tradicionais são vagas: o conhecimento por si mesmo, Deus, a razão em si. Resposta nietzscheana: utilidade para a vida. Todo pensar, mesmo filosófico, é uma atividade instintiva, dirigida pela vida, num movimento de autopromoção. A questão da melhor maneira de viver tem recebido igualmente suas tradicionais respostas. Em suma: viver de acordo com Deus, ou a Natureza. A Providência, ou a Natureza, porém, bem observados, se revelam como puro desperdício de energia, indiferentes, desmedidos, implacáveis, sem propósitos, cruéis. A vida parece ser, antes, uma resistência, um ímpeto de ser diferente, de preferir, de sobressair por individuação. Por que então valorizar o comportamento antívida, uniformizante, monótono como a virtude?

A vida, assim, é o mais inquestionável ponto de referência do autor, que descobre também que esta se manifesta em essência como "vontade de poder". A própria "vontade da verdade" nada mais seria que a procura e a aquisição de poder. Mas não se confunda tal ímpeto com o darwiniano *struggle for life*, pela vida meramente biológica. Poder ultrapassa a autopreservação. Poderosas são aquelas mentes superiores, assumidas e corajosas em sua solidão, conscientes de todas as ilusões e, assim, aptas para a verdadeira liberdade de criar seus próprios valores. Nada aqui que possa sugerir inspiração para um totalitarismo nazista, como já se quis denunciar.

Desde sempre os pensadores ocidentais têm tentado diagnosticar a causa dos males que afligem a humanidade como localizada na atual estrutura ou ordem social. Na chamada injustiça, ou as

simetria, dessa ordem. Conseqüentemente, estiveram sempre a projetar soluções em forma de estados utópicos, onde conflitos deveriam ser definitivamente banidos. Eis a mais persistente e vã "superstição" dos chamados intelectuais. Uma sociedade igualitária, harmônica, homogênea, significaria a própria estagnação da vida. Ao contrário, preferida deveria ser uma estrutura social marcadamente diferenciada e hierárquica, como de fato sempre o foi, pois que esta melhor estimula o indivíduo a revelar todas as suas mais insuspeitas potencialidades. Comando e obediência é a mais natural e generalizada relação entre os seres vivos. Condição para o desenvolvimento de qualidades cada vez mais apuradas no homem tem sido sempre a luta, a competição, o medo, a violência, e mesmo o terror da guerra. Digno do homem não pode ser apenas a vontade-de-viver, mas a franca e desafiadora vontade-de-poder.

Os típicos ideais políticos de democracia e socialismo são, na verdade, frutos de uma moral de escravo, cuja última consequência não pode ser senão a mediocridade. A supressão do temor natural, baseado em posições de força, ou de dominação de classe, e sua contraposta crença na comunidade perfeita como salvação futura, só leva à degradação do indivíduo bem adaptado e, finalmente, na negação mesma da individualidade. O homem ideal, pelo contrário, deve ser um não-conforme, autônomo, diferente e senhor. Na oposta moral do senhor e do escravo, o bem e o mal ocupam posições inversas. Os valores do senhor são livres, os valores do escravo apenas refletem suas necessidades. Os muitos, o popular, não visam distinções e exalam o peculiar "mau cheiro" da multidão. O indivíduo criador e forte, pelo contrário, é aquele que aprende a se desligar de obrigações, de sua própria cultura, pátria ou raça, e a desdenhar qualquer reconhecimento ou reputação diante dos outros. Só assim ele será livre e senhor, distante do rebanho temeroso e covarde. Constituições, teorias políticas, ideologias, enfim, não passam de disfarces produzidos pela má-consciência de líderes decadentes. Situações de força, como a guerra, são as situações de culminância da personalidade. A vitória mesma já pode vir a ser o começo da decadência.

Nossa moralidade ocidental foi fundada pelo cristianismo, consistindo sua substância na mortificação da própria vontade, que é o centro do impulso vital. Nietzsche, como sabido, dedica apaixonado ódio ao cristianismo. Nessa obsessão percebe-se a típica mescla ódio-admiração, pois o autor intui agudamente que o fenômeno cristão calca-se num paradoxo. O grande paradoxo, como diz. E, assim sendo, traz à tona o abismo de uma livre opção radical: a "reversão de todos os valores". O símbolo-mensagem do cristianismo é a cruz. Deus na cruz é de fato o mais ousado pensamento possível. Uma contradição. Por isso mesmo é que o cristianismo introduziu uma sublimação, ou uma sensibilidade nova na alma ocidental, tornando-a apta a afirmar algo além-razão. O cristianismo ousou criar. Nietzsche, portanto, não vem propor uma volta aos tempos pagãos, ou uma rousseauiana exaltação do pré-histórico homem natural, mas sim quer superar o nível atual de consciência retomando a autonomia já descoberta uma vez pela mente ocidental.

Daqui já se pode ter uma perspectiva de conjunto. O que faz Nietzsche é interpelar as aparentemente mais óbvias e estabelecidas concepções e valores de nossa herança ocidental: a verdade, a

ciência, a história, a justiça, a igualdade, a paz. Ele resiste à avassaladora tendência de considerar a história e as estruturas sociais como obrigatórias para a interpretação do homem. A afirmação da individualidade também implica resistência contra as pretensões uniformizantes e redutoras das ciências e teorias, que afinal sempre são simplificações da realidade. O historicismo, com suas leis universais, representa a abdicação da liberdade pura e simples. História, como narrativa, pode ser eventualmente aproveitável desde que aponte o único, o imprevisível, o trágico, o irracional.

Investindo contra o mito da história, Nietzsche também proclama que para os problemas humanos não podem existir soluções políticas. A chave dos problemas não se esconde nas estruturas externas do existir. Aquela "vontade-de-poder", diga-se de passagem, nada tem a ver com qualquer vontade de submeter ou conquistar outros. Está além da política. Aquela vontade é de oposição tanto à história quanto à natureza, ambas entendidas como lei, como necessidade universal, como lógica, como fundamento da ciência e da moral. A realidade é o feito, e a ação precede à razão. Este é o destino a que o homem tem fugido. Mas a liberdade é inescapável. Criador da realidade, o homem apenas deve permitir-se reconhecer isso. Tomar consciência plena disso. Aceitando sua vontade como seu destino, o homem afinal se reconcilia consigo. Reconhecendo tudo como ilusão, o homem superior se reconhece como deus, ou seja, como responsável por si mesmo. Nem natureza nem história, o homem é liberdade.

Última consequência de tal concepção, todos convimos, só pode ser o arbitrário, o caótico, o irracional. Talvez nenhum outro pensador tenha ousado tanto, e assim atingido o pano-de-fundo contra o qual se desenham nossas idéias-valores. Aqui, porém, tocamos numa questão limite: a questão da linguagem. Nietzsche não pode, ao menos, dispensar o uso da linguagem, ainda que de forma poética. Linguagem, porém, se constrói sobre significados pressupostos. A crítica de uma moralidade, igualmente, só pode ser feita a partir ou em relação a outra. Nietzsche, no entanto, não propõe rigorosamente uma outra possível moralidade, ou estética, ou lógica, enquanto quer se lançar além de todos os conceitos, individualizando, fragmentando todo o real. Seria possível criar uma linguagem correspondente? No sentido estrito ele nem mesmo pode fazer uso de expressões tais como "bom/mau gosto", "dignidade", "mediocridade", etc., etc., pois tais termos não têm ponto de referência permanentes e universais, conforme quer propor ele mesmo. Seu "super-homem", talvez por isso, deva renunciar a toda e qualquer possibilidade de comunicação.

Desestabilizar certezas e unanimidades é certamente a tarefa que Nietzsche se propõe. Pelo simples pôr-em-questão dos pressupostos mais básicos de nossas idéias-valores ele obriga-nos a fundamentar, sempre de novo, nosso vocabulário mais corrente. Melhor do que ninguém, por exemplo, ele nos chama a atenção para o que seria a essência do cristianismo, esta instituição fundadora do Ocidente. Ele aponta o Sermão da Montanha como o mais paradoxal dos discursos, o discurso contraditório por excelência, que veio subverter todos os valores; bem-aventurados os mal-aventurados. Depois disso, tudo se tornou possível. A loucura nietzschiana, portanto, choca e faz pensar. Pois pensar só se produz, numa situa-

ção agonística, de perplexidade, de agudo saber da própria ignorância, e da vontade de superá-la.

Se, segundo M. Heidegger, "nesse mundo que tanto dá o que pensar, o que mais provoca o pensamento é o fato de que não se pensa...", a leitura de Nietzsche nos leva a questionar tudo de novo e de modo radical. O que pode resultar numa oportunidade: voltarmos a pensar. □

Nelson Lehmann da Silva é professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Fez seu mestrado na República Federal da Alemanha e doutorado na Universidade da Califórnia, em Davis. Dedica-se ao pensamento político clássico.

Resumen

NIETZSCHE: UNA INTERROGACIÓN RADICAL

Desestabilizar las certezas y las unanimidades de nuestra tradición occidental es la misión que seguramente Nietzsche se propuso. Por el simple hecho de preguntarse sobre los referenciales básicos de nuestras ideas-valores, tales como la historia, la verdad, la justicia, la igualdad, la democracia, la paz, etc., él nos obliga a fundamentar, siempre de nuevo, los conceptos más corrientes.

Abstract

NIETZSCHE: A RADICAL ENQUIRY

Undermining the certainties and consensuses of our western tradition is undoubtedly the mission Nietzsche sets himself. Merely by probing the basic referential of our value concepts, such as history, truth, justice, equality, democracy, peace, etc., he obliges us to explain and justify anew our most current ideas.

... ONDE ANDA 688 ONDE VAI...

Em abril e maio deste ano, um ciclo de estudos promovido pelo Decanato de Extensão da UnB revira os anos 60 (sob o mote de "maio 68" e AI-5, tipo vinte anos depois) e projeta além. Antes, verifica os estilhaços nestes 80. Diversos Departamentos estão na Programação que conta, ainda, com o apoio do Arquivo Público do DF (inserindo no evento seu Projeto "Imprensa Alternativa" como resistência na Capital), a Fundação Rio, o Senado Federal, o Instituto de Tecnologia Alternativa do DF e algumas empresas e colaboradores.

Sem o menor interesse em "comemorar" ou "relembrar" qualquer coisa, o Encontro pretende ser uma provocação aberta sem ranço ideológico de leitura ou amargura passadista do tipo "as coisas realmente aconteciam naqueles tempos".

QUEM NÃO CAÍ NA LSN CAÍ NO LSD...

Pois o que era uma valorização do indivíduo diante da máquina ou qualquer instituição, exacerbada na figura do "hippie", desemboca, hoje, nos 80, na griffe vitoriosa do modelo "yuppie", sob um cinico individualismo. A farta iconografia dos 60 reforça o impacto estético destes anos. Estruturalmente o tal Sistema apenas foi arranhado, tudo sob controle, no campo evasivo do comportamental. Uma eficiente cobertura de Imprensa — a toda poderosa imagem em network passava a dar o código e mexer com as retinas sob o mosaico narcôse da telinha — pode ter dado o falso brilhante de uma "comoção planetária" emergente. Ai, o "velho" ruria como mágica sob um "sit in" psicodélico qualquer, num concerto tribal, num cigarro naturalis e quetais... Porém, estruturalmente? Só a casca. Roçando na atitude, de leve. Sob o maior estardalhaço, mas com pouca chance de morder a medula.

Mesmo os mais disciplinados, pela guerrilha, escolhiam um tipo de confronto onde o nível de treinamento se apresentava desigual diante das forças organizadas (a caminho do profissionalismo) usando a violência para generalizar o arbitrio. O que valia era o processo individual de ousadia e risco. Elementos concretos para a construção de uma espécie de caráter combativo e voltado para o próximo. A LSN (Lei de Segurança Nacional) e o LSD (Ácido Lisérgico) deixaram algumas vítimas pelo caminho. Mas os sobreviventes mantiveram uma espécie de compromisso anarco-invisível com a utopia. Esquadrões da Vida se contrapuseram ao secular arrocho do famigerado Estado, sempre vampirizando a sensibilidade em nome de uma resposta produtiva de insatisfatório resultado pessoal. E hoje, após o desencanto com a tal "Nova República" e a profunda ameaça de "vácuo" (o melhor adubo dos tiranos) sobram poucos e autênticos canais para conduzirem a ação marcante em que uma identidade coletiva se processe. É longe do pânico imobilizador que os "apolícapses" indagam:

O FUTURO É UMA FATURA MAL PASSADA?

Esta pichação borrou muito muro no Leblon. Sem a interrogação, é claro. Naqueles tempos descobria-se o "Jovem" enquanto entidade mítica e principalmente enquadrava-se o "jovem como produto". A nova e competente (do ponto de vista publicitário) máquina da mídia descobria os segmentos e brotava a classe-média-argamassa do reacionarismo. Pós-JK uma força industrial apresentava-se ávida para se colocar diante da população mai\$ promi\$\$\$ora do país: o consumidor jovem. Ai, era só conduzir a Arte enquanto moda vanguardeira (sem voar até o inferno de nossas contradições, como os trabalhos de Oiticica e do Oficina) para veicular diluição e tornar palatável o que poderia REALMENTE causar inquietação e mudança, mesmo. Vide a expulsão de Julian Beck e Judith Mallina de Ouro Preto quando se criou um TEATRO COMUNITÁRIO de tal força arquetípica com a população que a coisa quase vira passeata de Antonio Conselheiro (aliás o beato comovia com a teatralidade dos sermões e a operacionalidade do suor coletivo para erguer pontes e igrejas/abrigos). Nos 60 a tática da divisão imperou. A competência do aparelho estatal em assimilar para anular, isolar para dividir, exagerar para estereotipar, drogar para matar, torturar idem, desempregar para desestabilizar, epa?!?! Mas isso continua, hoje. E?

Por isso: deu no que deu. Os 60 inauguram um código e o tal frisson de brinquedo novo era vidro e se quebrou. Quem não dormiu no "sleeping bag" talvez consiga um colchonete da LBA despencando Favela abaixo no Rio. Os operários não foram convidados. Era papo de "cigarrras". Os negros cardiacas quando assumiram o funk, via "black-rio", foram espancados em quadras de Escolas de Samba porque assumiam o "lado aldeia global". Não podiam. As tais "raízes" precisavam ser mantidas. De furor mesmo só alguns da Tropicália em acrelirico gozo do Coração Materno, sob as bênçãos neon da lua oval da Esso, tremendo de pavor no quartéis da Vila Militar e Barão de Mesquita até um London-London que não tem mais fim.

Enfim, este aperitivo descontrolado (marca catártica dos 60) vai rolar pela UnB e manterá aquecidos os planos para um novo encontro em outubro, deste ano, intitulado: "Moderno Pensamento Brasileiro".

INSCRIÇÕES

As inscrições estão abertas no Decanato de Extensão da UnB e as etapas do Ciclo de Estudos compreenderão: a coleta de material informativo; mostras de produções artísticas; organização, registro e divulgação do material; conclusões e sínteses (previstos vídeos, um livro e um documentário dando balanço). A coleta reunirá depoimentos e o temário compreende: acontecimentos e significados gerais; 1968 na política, nos costumes, nas Artes e em Brasília.

Convidados internacionais estão sendo contatados (Cohn Bendit, Angela Davis, Elena Poniatovska, Osvaldo Coggidos etc.) e a constelação nacional é óbvia (Maciel, Boal, Zé Celso, Marcio, Gil, Chico, Sirkis, H. Pellegrino e muitos etc.).

Se você sobreviveu e ainda acha que vale a pena, que tal?

Eu, você, nós dois, já temos um Passat, meu amor...

Tetê Catalão



Poder, Mito e Realidade

O triunfo do mito ocidental do poder significa o triunfo da ideologia secular ocidental e o seu conceito de progresso material. A identificação do poder com a força física bruta (poder de coerção) é uma manifestação de um processo mais amplo de transformação de todas as coisas em objetos, geralmente objetos de manipulação. Mas o triunfo do conceito ocidental de poder de forma alguma chega a ser universal. Há realidades alternativas, onde a crença no poder como autoridade moral se mantém e onde a crença naquelas capacidades interiores especiais do homem tem sido amplamente compartilhada.

Henrik Skolimowski

Tradução de Álvaro Cirino
Revisão de Aírton Lugarinho Lima Câmara

Não é tanto o “poder” que corrompe mas o mito do “poder”. “Poder”, assim como “energia”, “tensão” e demais metáforas quase físicas devem ser olhadas com suspeição e, entre elas, “poder” é uma das mais perigosas. Aquele que cobiça uma abstração mítica é sempre insaciável. Como professores, não deveríamos promover tal mito.

Gregory Bateson

Somos a civilização mais poderosa que jamais existiu. Todavia nós, como indivíduos, estamos entre as pessoas menos poderosas que jamais existiram. As raízes deste paradoxo são parte da nossa tragédia. Pela exteriorização do poder, pela sua concepção como instrumento de dominação do mundo exterior, temos-nos privado (como indivíduos) do poder que os seres humanos podem possuir. Assim nós “aproveitamos” a enorme variedade de poder que temos em nossas mãos, enquanto estamos, internamente, vazios de poder. A ânsia de poder sobre as coisas (e sobre outras pessoas, também reduzidas a coisas) é parte de uma aspiração transcendental; é uma tentativa de identificação com um esquema mais amplo. Somos uma civilização vigorosa e racional, com o indivíduo firmemente entroncheado como o início

e o fim de tudo. Contudo, a aspiração transcendental de ir além de nossas próprias fronteiras persiste em cada um de nós. Ansiar por poderes externos sobre as coisas tem sido a nossa viagem transcendental.

Das muitas conotações e manifestações possíveis de poder, escolhemos valorizar uma em particular: o poder concebido como uma força bruta com a finalidade de controlar e dominar. É esta manifestação particular de poder que se tornou enredada em uma estrutura mais ampla chamada civilização ocidental secular; e é esta forma de poder que causa destruição e é “mais perigosa”.

Por detrás da busca faustiana pelo poder não há apenas um projeto social dirigido à dominação do mundo exterior, mas algo mais ilusório e muito mais profundo: uma nova escatologia. A elevação do mito do poder e sua posição perigosa na atualidade (na civilização ocidental) ocorreram porque o homem ocidental abriu mão de uma forma de salvação e enveredou (no período pós-renascentista) por outro caminho. A idéia da salvação foi removida do céu e colocada diretamente na terra. Com o passar do tempo, essa salvação veio a significar apenas gratificação, em termos terrenos. Isto significava usar, dominar e subjugar a terra. O deleite do fruto da terra era apenas uma parte do esquema, a outra parte era o gozo do poder sobre a terra, sobre a natureza, sobre as coisas.

Dentro da estrutura da ideologia secular do Ocidente, a religião passou a ser identificada com estagnação e retrocesso. Como resultado, a perfeição interior que a religião defende e os poderes interiores que almeja desenvolver tornaram-se coisas antiquadas, do passado. Somente por essa razão, as formas de poder que dizem respeito ao domínio espiritual do homem passaram a ser vistas como excêntricas e ultrapassadas. Além disso, a escatologia secular, pregando a realização aqui na terra e utilizando o veículo do progresso material como instrumento da transformação física do mundo, desprezou, abertamente, as aspirações não-materiais do homem. Este é o pano de fundo que permitiu a elevação do mito do poder.

Se formos colocados entre os atuais mercadores do poder, que nos intoxicam a todos com seus propósitos faustianos, frequentemente acharemos que o poder é tudo. Se nos posicionarmos a favor dos tratados eruditos da ciência política de hoje – os quais são apenas um reflexo da atual intoxicação com o poder –, dificilmente poderíamos resistir à conclusão de que a busca do poder é o motivo dominante da vida humana. As principais escolas de ciência política, especialmente nos Estados Unidos, carentes de uma perspectiva histórica e de um embasamento

filosófico, transformaram-se em expositoras indiferentes (e promotoras *ipso facto*) do poder concebido como força pura. O discurso da ciência social mostra-se abundante em palavras e esquemas complicados, mas destituído de um sentido real. O que é claramente efêmero e patológico é, freqüentemente, considerado normal e universal. Um observador astuto deste cenário, o filósofo político W. Stankiewicz, concluiu que, como consequência, "os livros tornam-se catálogos"; não são tentativas de compreender, mas uma interpretação linear da realidade unidimensional do poder. "Há deficiência de argumentos e especulações". É inútil penetrar além da fachada verbal dos chamados tratados acadêmicos. "Eles transpiram a superficialidade dos jornais e catálogos de correio".

Argumentarei, no curso deste ensaio, que em última instância, o poder é uma propriedade da vida; ele reside nos sistemas vivos: assim, uma transferência de poder é uma transferência da força da vida. Nós o temos cada vez mais atribuído a objetos e a mecanismos. Esta transferência – dos sistemas vivos aos mecanismos – foi alcançada através de mudança no contexto de toda a civilização. Ao modificar o contexto, criamos o mito do poder inspirado pelo demônio Dr. Fausto. Vejamos como isto ocorreu historicamente.

Paracelso como o precursor da moderna busca do poder

Quais são as origens do atual mito do poder? Há muitos caminhos que nos levam a ele. Entretanto, penso que deveríamos começar com os alquimistas medievais que procuravam incansavelmente a pedra filosofal, que eles consideravam a chave que lhes daria o poder para modificar a natureza das coisas. Era a chave da transformação física que eles perseguiam, o poder sobre as ações externas. Ninguém representa melhor esta tendência do que Philippus Aureolus Theophrastus Bombast von Hohenheim, também conhecido como Paracelso (1493?-1541). Ele surgiu como um arquétipo da mente ocidental em sua investigação incansável para manipular as ações externas e em suas desavenças com a religião. Possuía um caráter fascinante: sutil, complexo e profundo; era tão imaginativo quanto combativo. Sua obra, misteriosa por natureza, foi diminuída pelos pedantismos escolásticos de sua época. Sobre a imaginação, escreveu: "A imaginação é, em si, um Sol completo – uma estrela. Se um homem imagina o fogo, o fogo surgirá; se imagina a guerra, a guerra será o resultado... A imaginação a tudo precede. A imaginação resoluta tudo realiza."

Isto se assemelha mais a um sermão religioso, cultuando um Deus chamado imaginação, do que qualquer outra coisa. Mas ele era acima de tudo um físico e um alquimista. Sobre a magia e a medicina, escreveu: "A magia é uma mestra da medicina, de longe pre-

ferida a todos os livros escritos. A magia isolada – aquela que não pode ser ensinada nas universidades, nem adquirida pela concessão de diplomas, mas que emana diretamente de Deus – é a verdadeira mestra, a preceptora e a pedagoga na arte de curar os doentes. Afirmo que o verdadeiro médico é aquele que assim foi iniciado e que adquiriu poderes mágicos. E se nossos médicos realmente possuísem tais poderes, todos os seus livros poderiam ser queimados e os seus medicamentos atirados ao mar, e o mundo seria melhor."

Há aqui uma ambigüidade beirando o mistério. Mas também há uma inequívoca declaração de confiança na faculdade criativa do homem – na realidade, uma expressão de sua arrogância. O homem aspira à onipotência, uma atitude nem sempre em consonância com os ensinamentos da Igreja.

A questão fundamental é: estava o Cristianismo já em processo de desintegração, sem capacidade para confortar as pessoas do século XVI que procuravam caminhos radicalmente novos, a fim de encontrar a realização que o Cristianismo não era mais capaz de oferecer? Ou foi por causa da mente incansável das pessoas da época, irrompendo em todas as direções, que o Cristianismo tornou-se inadequado, na medida em que não podia mais atender os novos anseios de exteriorização? Uma questão fascinante que talvez nunca estejamos aptos a responder.

Afirmo que Paracelso e os alquimistas medievais foram precedidos pelos Cruzados, que representavam claramente o anseio de expansão imperialista do pensamento ocidental que despontava. É verdade. Mas as Cruzadas me parecem mais histórias de aventura – uma busca incansável de uma nova identidade, e menos uma cristalização da antecipação de uma nova ideologia materialista. Os Cruzados estavam, realmente, a serviço da religião, mesmo que apenas superficialmente. A mente secular contemporânea, possuída pela busca do poder, representa um fenômeno diferente.

O início da era medieval também presenciou o surgimento de novas tecnologias. Mas, novamente, superestimamos estas tecnologias (isto é, no século XX) em relação ao que elas representavam para a época. O órgão hidráulico foi inventado por volta de 1.000 A.D.. Os moinhos movidos a água passaram a ser utilizados um pouco mais tarde. O primeiro possibilitou a composição das fugas de Bach, que preencheram os espaços celes-

tiais das catedrais barrocas, enquanto os últimos deram origem, com a evolução, às fabricas satânicas do século XIX. Qual destas duas invenções representa maior façanha?

Em síntese, a promessa que se achava latente na tecnologia medieval era ambígua – de maneira nenhuma estava clara para as pessoas da época, e muito menos estimulava a imaginação. Os relógios mecânicos, nas torres da Igreja, eram interpretados como se estivessem medindo o ritmo de Deus, ao invés de serem invenções prometendo um novo milênio. A história de Paracelso, por outro lado, foi eletrizante e tornou-se o símbolo do novo empenho do homem ocidental. No tempo adequado, Paracelso torna-se o Doutor Fausto. A busca da pedra filosofal dá lugar à perseguição do poder puro.

O mito de Prometeu torna-se uma barganha faustiana

Somos feitos de barro, de estrelas, de mitos. Os mitos são as fontes ocultas de nossos pensamentos e ações. O mito de Prometeu é tão vital para entender a estrutura da mente do homem Ocidental quanto os seus templos e os seus tratados de Filosofia. A civilização ocidental nunca deixou de ser prometéica na sua extensão. Aqui jaz uma das fontes do romance ocidental com o poder. Este romance, mais tarde, torna-se um fato sórdido.

Prometeu é um símbolo inspirador para muitos samaritanos. Ele utilizou o poder sábio e benevolentemente. Há uma aura de divindade em seus atos. Quando o uso do poder não é guiado pela sabedoria e não é inspirado pela benevolência, torna-se insensato e, possivelmente, trágico. Os gregos eram completamente prometéicos. Estavam sempre cientes da arrogância e, também, atentos para as palavras de Eurípedes: "Aquele que, de acordo com a necessidade, concorda nas coisas divinas, é considerado capaz e sábio".

Contudo, quando a história prometéica torna-se subvertida pela crescente loucura dos mitos faustianos, quando o sentido da transcendência e da divindade são removidos da nossa procura do progresso, quando a intoxicação individual com o poder obscurece os caminhos mais amplos do destino humano, e quando a indulgência patética é vista como a única salvação, então o significado do poder torna-se limitado aos seus aspectos físicos, econômicos e manipuladores.

Não devemos, entretanto, omitir Ma-

quiavel e seu *O Príncipe* de nossa análise. *O Príncipe* é freqüentemente visto como o precursor direto, e mesmo como uma justificativa sincera, do conceito do poder como manipulação, controle e dominação. Mas as histórias, da Renascença e do próprio *O Príncipe*, são bem mais sutis e complexas do que os simplórios gostariam que acreditássemos.

Fizemos com Maquiavel na teoria política o mesmo que com Newton na física. Newton (deixemos bastante claro) se considerava um teólogo e considerava a sua física como uma criação de sua teologia. Desejava provar que todos os fenômenos físicos, no céu e na terra, obedeciam ao mesmo conjunto de leis. Assim procedendo, queria demonstrar a harmonia e a perfeição de Deus, que (na opinião de Newton) jamais criaria um universo confuso e desconectado, com um conjunto de leis para os céus e outro para a terra. Os físicos que se seguiram negligenciaram e ignoraram a herança teológica de Newton.

De maneira semelhante, a ciência política tem ignorado certos aspectos sutis e transcendentais tanto d'*O Príncipe* como da tradição renascentista, que, além de tudo – particularmente no seu grande período florentino – foi inspirada pelas investigações pitagóricas e, algumas vezes, obcecada pela exploração de mistérios esotéricos. Deixe-me citar Isaiah Berlin, que demonstrou claramente o quão complexo e ambíguo é Maquiavel: "Gostaria de sugerir que é a justa posição das duas perspectivas feita por Maquiavel, como se estivessem na mente dos leitores, os dois universos morais incompatíveis, e a colisão e o agudo desconforto que se segue, que durante anos tem sido responsável pelos esforços desesperados de interpretação de sua doutrina para representá-lo como um cínico e, ultimamente, como um frívolo defensor da política do poder, como um ser diabólico; como um patriota fazendo prescrições para situações particularmente desesperadoras, que dificilmente ocorrem; como um mero oportunista; como um político amargurado e fracassado; como um porta-voz de verdades de que sempre tivemos conhecimento mas que não gostamos de verbalizar, ou ainda como o tradutor iluminado de antigos princípios sociais aceitos universalmente em termos empíricos; como um satírico cripto-republicano; como um descendente de Jouvénal; um precursor de Orwell; um cientista frio; um mero tecnólogo político livre de implicações morais; um típico publicista da Renascença praticando um gênero atualmente obsoleto, ou como em quaisquer dos numerosos outros papéis que têm sido, e continuam sendo, atribuídos a ele.

Maquiavel pode ter possuído alguns destes atributos, mas a concentração em um ou em outro como constituindo o seu caráter essencialmente "verdadeiro" parece-me derivar da relutância em encarar e, mais do que isso, em discutir a desconfortável verdade que Maquiavel descobriu, não intencional-

mente mas casualmente, de que nem todos os valores últimos são necessariamente compatíveis entre si, que pode existir um obstáculo conceitual (que costuma ser chamado de "filosófico") e não meramente um obstáculo material à noção de solução última única que, se viesse a ser concretizada, estabeleceria a sociedade perfeita.

Maquiavel e toda a tradição renascentista são oriundos de uma matriz diferente daquela da qual surgiu o Iluminismo do século XVIII, e particularmente daquela do materialismo dos séculos XIX e XX. A mudança da nossa perspectiva sobre o poder não ocorreu na Renascença e sim muito mais tarde, como resultado de uma mudança ideológica e cosmológica mais ampla, através da qual o homem ocidental via, de maneira crescente, o universo como um agregado mecanicista a ser manipulado pela tecnologia ágil e poderosa, com o propósito de adquirir segurança e conforto pessoal, bem como o sentido de engrandecimento. É neste ponto que a história de Prometeu transforma-se na barganha faustiana: a dança da auto-intoxicação com o poder, sem se importar com as conseqüências. A perspectiva em mutação do poder representa a perspectiva em mutação da natureza humana.

Marx e Lênin: mitificando o poder econômico

O século XVIII foi o século francês; foi o século do Iluminismo, dos enciclopedistas; foi o século no qual a marcha triunfante do conhecimento como poder fazia crescer o seu ímpeto, no qual Le Mettrie publicou seu tratado *L'Homme Machine* (1748), onde argumentava que o homem nada mais é do que uma máquina.

Entretanto, foi também o século de J. J. Rousseau, e seu *Contrato Social* (1762). O contrato social de Rousseau foi baseado numa concepção cooperativa da sociedade, na qual as leis eram altamente consideradas como n'A República de Platão, onde lhes era conferido um status sagrado. De acordo com Rousseau, a liberdade individual e a dignidade humana são salvaguardadas e realçadas apenas na medida em que o indivíduo participa do contrato social. O respeito ao contrato social implica a noção de democracia. Contudo, Rousseau considerava a democracia como estando além do alcance humano. Ele escreveu: "Se existisse um povo constituído de deuses, o seu governo seria democrático. Um governo tão perfeito não foi feito para os homens". Não obstante a sua alegação, Rousseau estava bastante convencido de que através do contrato social podemos salvaguardar a liberdade humana. Estava também convencido de que o melhor contrato social é aquele que pelo menos se aproxima da democracia.

O ideal do contrato social, e a visão de que a sociedade é um organismo cooperativo, passou por uma modificação dramática

no século XIX. Após as tentativas dos primeiros socialistas – Owen, Saint-Simon, Fourier – de conseguirem melhorias sociais através de reformas gradativas, surgiu no palco da história humana uma nova casta de socialistas radicais.

Karl Marx inspirou-se muito na Ética de Rousseau, compartilhou de sua indignação moral e tomou de empréstimo uma parte considerável de sua linguagem. Entretanto, Marx foi seguidor de Rousseau só até certo ponto. Há um importante divisor entre os dois. A sociedade de Rousseau era baseada na cooperação. Marx via a sociedade baseada na luta de classes; antagonismos infindáveis eram postulados como a verdadeira essência da sociedade. As palavras de abertura d'*O Manifesto Comunista* eram: "A história das sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes". Quão diferente da maneira que Rousseau abre o seu *O Contrato Social*: "O homem nasce livre e, para onde quer que olhemos, o vemos acorrentado".

Conceber a sociedade como um organismo belicoso, como uma entidade envolvida em um conflito sem fim, foi realmente um novo começo para o pensamento ocidental, especialmente se considerarmos a contribuição da economia como o principal prisma através do qual devemos analisar toda a história da humanidade. Dentro do universo de Marx, a economia foi elevada a uma posição suprema e ao mesmo tempo colocada no centro dos conflitos sociais. Estes mesmos conflitos, devemos lembrar, pretendiam ser os veículos que nos levariam às melhorias sociais e, por último, à justiça social.

O resultado combinado de conceber a sociedade essencialmente como um organismo belicoso e de mitificar o poder econômico (pressupondo-o vitalmente importante e determinante dos eventos humanos) foi talvez tão importante para o nascente projeto secular do ocidente quanto a ancestral mecanização do cosmo e a procura de satisfação das necessidades apenas em termos materiais. Neste ponto, na deificação da economia, havia uma nova visão que, ao realizar-se, levaria a transformações de longo alcance. E ela realizou-se, e levou a transformações de longo alcance.

Este ponto precisa ser enfatizado: foi uma nova visão, e não uma "leitura fiel da história" que Marx ofereceu. Esta visão poderia somente ser validada pela nossa complacência em realizá-la, em considerá-la verdadeira e, então, torná-la verdadeira. A conclusão que

decorre destes argumentos é bastante óbvia: projetos sociais, isolados, não são nem falsos nem verdadeiros. Eles são validados e, em um certo sentido, são feitos verdadeiros, ao realizarem-se e ao serem aceitos como verdadeiros e aprovados pela “praxis” social. Isto foi exatamente o que aconteceu com a concepção marxista de sociedade; recebeu o crédito e a justificação no século XX, através de sua aceitação como válida, pela sua realização, e pela incorporação em instituições sociais.

Destaquemos dois pontos. Primeiro, a concepção antagônica da sociedade não é apenas pregada e praticada nos países comunistas, mas está igualmente em evidência nas democracias ocidentais. Paradoxalmente, enquanto nos países comunistas há uma grande dose de apelo feito à natureza altruísta do homem, no Ocidente industrializado a concepção da sociedade como um organismo antagônico é freqüentemente aceita despididamente e praticada sem piedade e com determinação, como se a existência do homem fosse determinada e nutrida apenas por considerações de ordem econômica.

O outro ponto que necessita ser realçado é que nas sociedades asiáticas, em particular na Índia (embora se admita que a exploração das pessoas lá seja maior do que no Ocidente industrializado), a luta de classes é menos evidenciada e a aceitação do ideal cooperativo da sociedade é muito mais pronunciada. Isto significa que estas sociedades permanecem “ignorantes” e que ainda não descobriram seu Marx? Em minha opinião significa algo bastante diferente, a saber, a visão marxista da sociedade em constante luta interna não é aceita como realidade. Desde que as pessoas não escolheram serem influenciadas pela visão marxista (porque foram nutridas por outras visões), esta não foi validada em suas práticas sociais. Resumindo:

do: os mitos que o influenciam tornam-se a realidade em que você vive. A implicação desta descoberta é de grande alcance: todas as novas realidades sociais começam com o surgimento de novos mitos.

A Revolução Soviética, decididamente, auxiliou a disseminação da visão marxista da realidade social. O que ajudou a revolução foi o gênio peculiar de Lênin, que acreditava na luta de classes como o veículo de mudanças e de manutenção do poder. Entretanto, Lênin acrescentou uma nova dimensão ao modelo marxista: ele uniu o conceito econômico de poder a uma organização específica. Ele era um militante. Via-se como um instrumento da inevitabilidade histórica. Estava ajudando a história a retirar poder do capitalista para concedê-lo ao proletariado. O projeto específico da organização para permitir a transferência do poder foi o centralismo democrático sob a liderança dos soviets. Daí a concepção de Lênin do comunismo: todo o poder aos soviets e – a eletrificação do Estado.

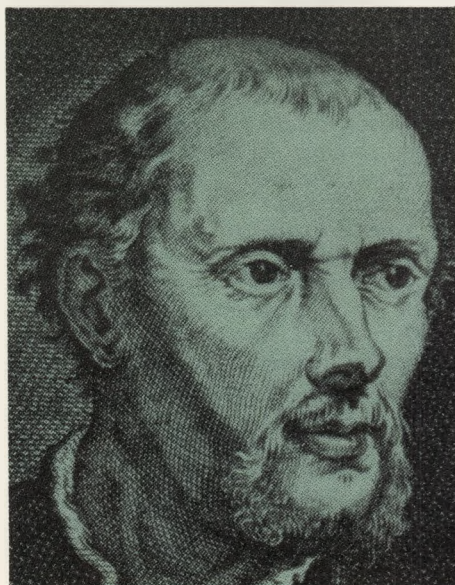
A união do conceito econômico de poder com estruturas organizacionais distintas foi a contribuição de Lênin para o perfil do século XX. Lênin, como sabemos, foi um admirador entusiástico de Frederick W. Taylor e do sistema taylorista, tal como era conhecido na época – o modelo da linha de montagem. Lênin ficou impressionado com o taylorismo até a obsessão. Ao enfatizar a importância dos soviets, como a unidade básica de um organismo maior, estava inconscientemente tentando organizar agregados humanos de acordo com o modelo da linha de montagem, quanto à transmissão e à multiplicação do poder. Testemunhamos aqui uma irônica virada da história. Aqui estava um homem, talvez mais desprezado do que Marx como o demônio vermelho do comunismo, que estava organizando seus exércitos de

acordo com um modelo baseado nas invenções mais recentes do capitalismo.

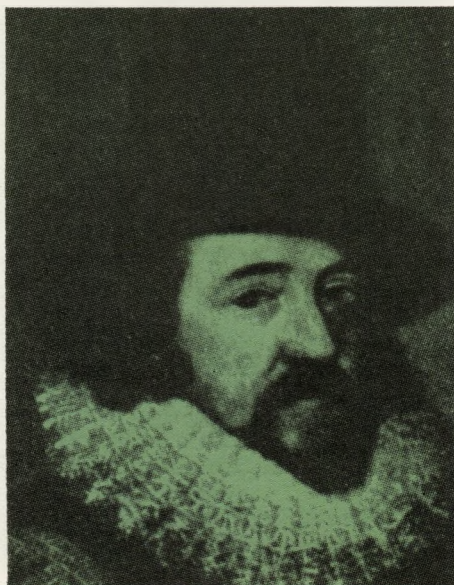
Vamos agora rever os vários componentes do atual paradigma do poder. A compulsão de Paracelso por mudanças físicas foi combinada com a idéia maquiavélica de manipulação impiedosa, a qual foi, mais adiante, combinada com a idéia de Bacon do conhecimento como poder, que foi somada à busca faustiana da dominação a qualquer preço, à qual foi acrescentada a concepção marxista da sociedade baseada no antagonismo e na luta de classes. A esta, Lênin adicionou a importância da organização, que era, até determinado ponto, o produto do taylorismo. Podemos finalmente identificar os componentes conceituais do atual ideal de poder do Ocidente: é a concepção de poder paracelsiano-maquiavélico-baconiano-faustiano-marxista-leninista-taylorista que nós alimentamos e que nos mantém em suas garras.

Cada um destes componentes – da nossa idéia composta do poder – surgiu em cena de uma forma mais ou menos casual. O atual conceito de poder é o resultado de uma série de acidentes históricos. Não havia qualquer necessidade histórica, muito menos inevitabilidade histórica, para que herdássemos esse composto particular que agora denominamos poder. E, no entanto (estranha é a mente humana), nós nos comportamos como se este conceito unilateral de poder fosse seu

“...EMPRESTAR SIGNIFICADO AO PODER NO SENTIDO FÍSICO-



Paracelso



Bacon



Fausto

único significado e, mesmo, sua realidade.

O paradigma paracelsiano-baconiano-faustiano-marxista-leninista-taylorista de poder que prevalece relegou os cientistas sociais a um papel insignificante e lhes ofereceu uma tarefa mínima: emprestar significado ao poder no sentido físico-econômico-organizacional, e justificar o *status quo*. Os cientistas sociais acatam. Eles também são vítimas da miopia conceitual geral que afeta a todos nós. Não é de admirar que mesmo os assim chamados melhores cérebros na ciência política (especialmente nos Estados Unidos) tornaram-se vítimas desta miopia. Contudo, não se tornar vítima dela requer o desenvolvimento de um novo paradigma, o que não é uma tarefa fácil. E esta tarefa é, neste momento, uma necessidade premente, ao menos muitos a percebem assim. Retornarei a este novo paradigma na última parte deste artigo.

Os aspectos mais profundos do significado do poder

Compreender a natureza do poder é uma tarefa bem mais difícil do que entender as suas várias manifestações. A analogia com a gravitação é útil aqui. Quando uma maçã cai de uma árvore, sabemos que ela não poderia parar no meio do caminho por causa da gravidade. Os efeitos da gravidade se manifestam. Mas definir a gravidade em si é outra questão. A gravidade não é apenas responsável pela queda de maçãs. Ela também controla os espaços intergalácticos, incluindo os Buracos Negros, que são um mistério completo. As manifestações da gravidade são inúmeras. Reduzir a gravidade a casos de quedas de maçãs é uma caricatura da nossa compreensão da gravidade.

O mesmo sucede com o poder. Sua natureza é misteriosa e suas manifestações

são múltiplas. Reduzir a variedade dos fenômenos que o poder representa aos casos das atuais instituições americanas é uma caricatura da nossa compreensão do poder. A questão: "o que é o poder?" é, talvez, tão complexa quanto: "o que é a gravidade?" É muito mais fácil descrever os seus respectivos efeitos.

Manifestações típicas da compreensão superficial sobre a natureza do poder são os intermináveis estudos sobre o poder, em particular dentro da atual ciência política. Mesmo os autores mais renomados e prestigiados, como Lasswell e Kaplan, estão bastante felizes em seguir abordagens superficiais; escrevem eles: "a ciência política, como disciplina empírica, é o estudo da formação e da divisão do poder". Este tipo de definição é tão útil para o nosso entendimento da natureza do poder, quanto a definição de gravidade como sendo a força que puxa as maçãs para baixo, para que possamos dividi-las posteriormente.

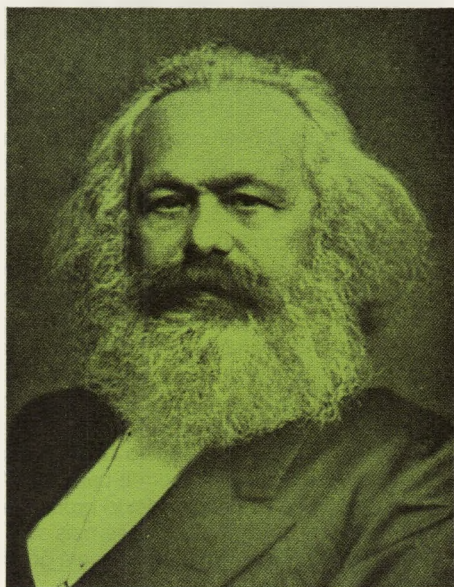
A fim de revelar formas alternativas de poder, de maneira que possamos projetar instituições sociais e políticas alternativas, necessitamos compreender o conceito de poder com alguma profundidade. Poderíamos começar dizendo simplesmente que o poder é uma relação entre o objeto A, que o detém, e o objeto B, que é o sujeito do exercício do poder. Mas mesmo esta formulação

preliminar é falha, pois o poder não reside em objetos; ele reside em sistemas, sejam biológicos, sociais, culturais ou espirituais. A espécie de poder que a ciência política analisa reside em instituições sócio-políticas. Mas tais instituições compreendem um pequeno subconjunto de todas as relações governadas pela existência do poder. Além disso, o subconjunto torna-se até mesmo menor quando o poder é confinado às instituições econômicas ou políticas isoladamente.

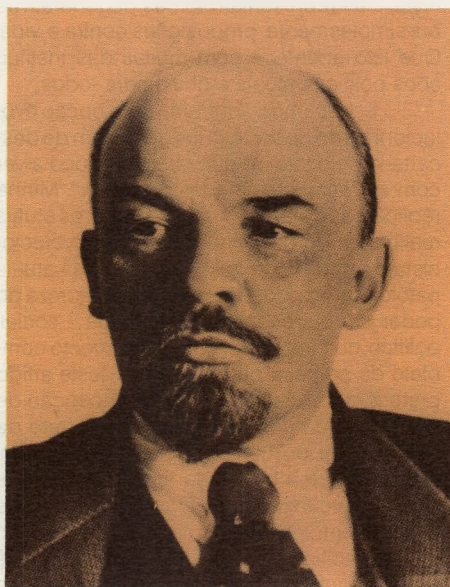
O poder é, então, uma relação entre o sistema S_1 e o sistema S_2 . Isto ocorre mesmo quando S_1 e S_2 são indivíduos humanos. Pois cada indivíduo é um sistema muito sutil e complexo, e não apenas um objeto. Consequentemente, como resultado da relação entre S_1 e S_2 , S_2 é influenciado, moldado, dirigido ou determinado por S_1 . Todos esses termos – "influenciado", "moldado", "dirigido", "determinado", "aniquilado" – são facilmente compreendidos no dia-a-dia. Mas não são tão facilmente compreensíveis dentro da estrutura objetivada da ciência social. Os termos "influenciado" ou "moldado" não podem ser facilmente definidos operacionalmente.

Quando os cientistas políticos discutem a existência ou a influência do poder, eles freqüentemente se comportam como se estas fossem reações causais simples, lineares e diretas entre S_1 e S_2 . Em nosso dia-a-dia invariavelmente tratamos com o fenômeno de causalidade múltipla. Isto é especialmente verdadeiro quando se trata de fenômenos sociais complexos. Dada a complexidade habitual, não há meios de saber se quaisquer outros fatores somando-se a S_1 poderiam ter influenciado S_2 ; e, além disso, também não temos meios de saber se S_2 modificou-se como resultado de S_1 (do poder exercido por S_1), ou, talvez, como resultado de sua própria reconstrução interior. O esquema que a ciência

ECONÔMICO-ORGANIZACIONAL E JUSTIFICAR O STATUS QUO."



Marx



Lênin



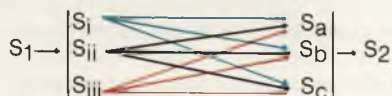
Taylor

cia social habitualmente pressupõe (quando o poder de S_1 sobre S_2 é discutido) é uma simplificação, tal como mostrado abaixo:

$S_1 \longrightarrow S_2$

quando, na realidade, um modelo muito mais complicado entra em ação:

Aspectos do poder de $S_1 \longrightarrow$ aspectos de S_2 (influenciado por S_1)



De fato, o modelo em nosso dia-a-dia é ainda mais complexo, na medida em que fatores externos a S_1 podem influenciar (dirigir, determinar) S_2 , e que são atribuídos a S_1 . Além disso, há um problema de interpretação. O que é uma causa, o que é um efeito, e como determinamos cada um deles (se estamos utilizando critérios objetivos) é que é um problema.

Estejamos, portanto, cientes de que esta realidade particular, a realidade sócio-política, é um tema muito complexo. Podemos, é claro, reduzir qualquer coisa a modelos lineares e à causalidade direta, mas isto seria o triunfo de uma metodologia simplista, e não da compreensão real da natureza do poder em si.

Mesmo se aceitarmos a alegação da ciência política de que o poder é predominantemente um fenômeno de instituições políticas, de elites sociais, e da luta de classes, a compreensão deste poder está longe de ser um empreendimento simples. Não pode ser entendido por meio de modelos simplistas, pois é um assunto de causalidade múltipla.

Mas o poder não é um fenômeno que pode ser limitado à arena política (a própria expressão "arena política" tem a conotação do antigo circo romano). O poder entendido como uma relação entre S_1 e S_2 – em um nível de análise mais profundo – revela-se como uma transferência de vontade. Talvez, em uma análise ainda mais profunda, a transferência de vontade devesse ser entendida como a transferência de força vital. Se a linguagem soa um pouco mistificada, o fenômeno que estamos tentando descrever não o é.

Podemos agora colocar o assunto em termos gerais. Poder é um atributo universal

da vida. A fonte de todo poder é a evolução. A entropia é a marcha inexorável do universo em direção ao caos e à desordem, o que significa a morte absoluta. A vida é a única organização de matéria capaz de combater a entropia. A capacidade da vida de combater a entropia poderia ser denominada Sintropia (ingl. Syntropy). A sintropia é evidenciada não apenas nos organismos biológicos, mas também em instituições sociais e políticas. Uma sociedade que funciona bem é um conjunto de poderosas estruturas antientrópicas, através das quais a vida é perpetuada e engrandecida.

Podemos agora ligar o conceito de poder com o de sintropia ou antientropia. Poder é a qualidade, no universo vivo, que contribui para a sintropia ou, o que é o mesmo, que combate a entropia. Esta é uma perspectiva evolucionária sobre o poder, e a única com sensibilidade para compreender a natureza do poder no domínio sócio-político e em outros campos. O propósito final de todas as estruturas dotadas de poder é combater a entropia e engrandecer a vida. As instituições e pessoas que contribuem para a sintropia representam um legítimo uso do poder. As instituições e pessoas que contribuem para a entropia representam um ilegítimo uso do poder. Para enfatizar, o propósito do poder é a propagação da sintropia através da transferência de vontade que engrandece a vida. Isto é executado no universo social através da criação e propagação de instituições que promovam a vida.

Entretanto, tal é a natureza deste universo contingente, que todas as coisas têm uma tendência para degenerar. A entropia atua sobre nós, todo o tempo. A degeneração ou patologia do poder se revela no fato de que, ao invés de serem os instrumentos da sintropia, muitas instituições sociais (e as pessoas que as servem) tornam-se instrumentos da entropia. De um ponto de vista evolucionista, elas representam forças degenerativas ou, simplesmente, proposições contra a vida. Que isto acontece com muitas das instituições políticas atuais é óbvio para todos.

Esboçamos, aqui, uma concepção evolucionista do poder. Alguns gostariam de descartá-la pelo fato de que ela tem pouco a ver com as "atuais realidades do poder". Minha réplica é que ela tem muito a ver com as atuais realidades do poder. A concepção evolucionista de poder que delineei explica as atuais patologias do poder; bem como a natureza do poder em outros domínios da vida – social, político, cultural, espiritual. O argumento completo da primeira parte histórica deste artigo pretendia mostrar que a atual concepção de poder não é nada mais do que um fruto da visão míope do homem ocidental moderno. Uma vez que a causa da miopia seja removida, começamos a ver. O atual conceito de poder é simplesmente uma ratificação de um mito específico do poder. Quando este mito é abolido, outras manifestações e realidades

do poder podem ser visualizadas claramente. Examinarei, agora, alguns exemplos que representam estas outras realidades do poder.

O poder como autoridade: xamãs, feiticeiros, Ghandi, Khomeini, Walesa

A enorme sombra do conceito de poder como força bruta é muito conspícua para ser ignorada. No entanto, há por detrás desta sombra outras realidades. Começarei com a mais controversa, o Irã. O Aiatolá Khomeini era um ancião quando exilado em Paris. E não tinha nenhum poder. E, contudo, ao desafiar a "realidade" do poder e todos aqueles que zombavam dele, como um velho que deveria cuidar de suas cabras e cultivar rabanetes, ele ascendeu ao poder real. Não há dúvida de que a situação foi extraordinariamente complexa. Mas há uma única linha que atravessa toda a história. Os "eruditos", os cientistas políticos, os jornalistas especializados e outros aconselharam o Aiatolá, primeiramente quando estava no exílio, a recolher-se ao anonimato, pois ele não compreendia a realidade do poder, e assim fazendo, ofenderam-no gravemente.

Então, após a queda do Xá, Khomeini foi aconselhado a ser razoável e realista, a aceitar um acordo de cooperação com o novo governo do primeiro-ministro Bakhtiar. Os argumentos foram os mesmos: Khomeini era um tolo na medida em que não poderia acomodar-se às realidades do mundo. Ele certamente não faria isso. Nesta época ele ainda não possuía o poder no sentido profano.

Ele então foi a Teerã, tomou o poder com as mãos nuas e, desde então, tem desafiado todas as predições e preceitos relativos ao que é o poder. Ele tem sido um beato, apto a governar através da benevolência da Providência. Ele é percebido muito diferentemente no Ocidente, que tem constantemente tentado enquadrá-lo e interpretá-lo através de categorias às quais somos "sensíveis". O Ocidente, entretanto, não é competente para julgá-lo imparcialmente. Quem quer que se ocupe em analisar retrospectivamente as previsões dos especialistas conclui que ele fez de tolos todos os "eruditos" que continuamente lhe diziam o que era o mundo e o poder. Obviamente, se eles tivessem apenas um pouco de razão, Khomeini teria ficado na lixeira da história, por muito tempo.

Em comparação com o poder real sobre o destino do seu povo que Khomeini demonstra, o Presidente dos Estados Unidos mais parece um pária e seu poder afigura-se ilusório. Ele não é apenas uma vítima do Senado e do Congresso; ele é, sobretudo, uma vítima dos meios de comunicação de massa. Deixo de lado a questão se Khomeini exerceu o poder para melhor ou para pior. A história decidirá a respeito deste problema. Mesmo assim, existirão distorções, pois a história do Ocidente certamente não será gentil com ele.

uma cerimônia religiosa! O local onde os trabalhadores realizaram a greve estava decorado com retratos de Nossa Senhora, do Papa e de santos. Belos arranjos de flores decoravam todos os retratos. A atmosfera no estaleiro era, ao mesmo tempo, festiva e reverente. Era estritamente proibido beber vodca! Esta restrição à bebida foi um ato de devoção. Precisa-se conhecer razoavelmente os hábitos de beber dos trabalhadores poloneses para aquilatar este fato.

A situação toda beirava o bizarro e não se prestava a qualquer explicação "racional": conduzir uma luta política como se fosse uma cerimônia religiosa era suficientemente ridículo; imaginar um espetáculo assim em um país comunista parecia impossível. Entretanto, a realidade dos fatos negou a racionalidade de nossas explicações superficiais.

Estamos num dilema, mas apenas se limitarmos a noção de poder aos seus aspectos físico-econômicos mais evidentes. O exercício real do poder tem mais a ver com autoridade, particularmente com autoridade moral, do que com a posse de meios físicos para controlar pessoas. A noção de autoridade é mais abrangente do que a noção de poder. O que é autoridade? Para responder a essa questão sutil, precisaríamos de um livro. É suficiente dizer que autoridade é um poder moral que impõe as pessoas a fazer coisas que de outra maneira elas não estariam dispostas a fazer; ela as impõe a proceder assim em nome de ideais humanos mais elevados ou em nome de causas que transcendem seus interesses individuais.

Esta concepção de autoridade é mais ampla do que é comumente suposto em ciência política. Os cientistas sociais algumas vezes tentam transmitir a idéia de autoridade como uma forma de poder moral. Eles acreditam que precisam ser neutros e não concordam com noções normativas. Daí suas definições serem eufemismos distorcidos. Entretanto, autoridade como poder moral é uma categoria normativa e de valor. Conseqüentemente, a sua definição como "uma qualidade de comunicação em virtude da qual ela é aceita" é um triste uso da língua. Mesmo esta definição vulgar e pseudo-objetiva de autoridade não pode escapar do contexto normativo. Pois o que é a qualidade da comunicação, senão algum poder moral que se impõe? E o que é este algo em virtude do qual ela é aceita, senão algo que ultrapassa a mera idéia da comunicação. Das várias concepções de autoridade, a de Bertrand de Jouvenal é a que mais se aproxima da minha, quando ele insiste que: "o fenômeno chamado 'autoridade' é ao mesmo tempo mais antigo e mais fundamental do que o fenômeno chamado 'estado'". De Jouvenal merece ser estudado, e não apenas reconhecido em notas de rodapé.

O poder sem autoridade é ilusório. Esta é a razão por que Jesus predominou sobre os Césares. Por isso Ghandi predominou sobre os britânicos. Por isso, Khomeini predominou

sobre o Xá. Por esta razão os trabalhadores de Gdansk predominaram sobre o Comitê Central de Varsóvia. (Faço aqui um parêntese para acrescentar que toda essa análise foi escrita em outubro de 1980, quando a invasão da Polônia parecia iminente. Apesar disso, Lech Walesa e as realizações dos poloneses permanecem e permanecerão para sempre como um episódio significativo da história humana.)

Anteriormente discuti o poder como uma relação entre S_1 e S_2 e sugeri que o poder assim concebido poderia adicionalmente ser analisado como uma transferência de vontade e, em última instância, como uma transferência de força vital. Ao aceitar esta interpretação do poder, ao menos como hipótese, podemos ver que uma folha de grama brotando através de uma calçada de concreto é uma manifestação de poder. Parece existir, em uma folha de grama (sob certas condições) este poder extraordinário que a habilita a atravessar o concreto, apesar de todos os argumentos racionais em contrário.

Se tomarmos o caso de Ghandi (vis a vis a solidez do império britânico, a analogia da plantinha (construindo seu caminho através da superfície de concreto) mostra-se irresistível. Tentei argumentar que todas as instituições sociais e políticas devem estar, em última análise, relacionadas e interligadas à grande trama da vida, da qual o lado espiritual do homem é um aspecto inerente. A autoridade moral de Ghandi pode ser entendida como o brotar da vida saudável atravessando o concreto de vida petrificada.

Existem ainda outras formas de poder que foram importantes para culturas do passado: o poder dos xamãs, dos feiticeiros (incluindo os médicos profissionais de nosso tempo), o poder dos homens santos e dos curandeiros.

A fonte de poder destas pessoas parece ser uma espécie inteiramente diferente da fonte das instituições políticas. Entretanto, há uma conexão entre o poder político no sentido moderno (concebido como poder de dominação) e o poder atribuído aos feiticeiros, curandeiros e homens santos. Todo o poder dos homens santos, xamãs, curandeiros e dos beatos reside nas extraordinárias faculdades pessoais que estes possuem. Isto os torna especiais. Através destas faculdades, eles podem conseguir feitos inalcançáveis para as pessoas comuns. Nas culturas tradicionais existia um forte laço entre homens com autoridade e os homens com esses po-

O caso do Aiatolá Khomeini é tão controverso e multifacetado que se presta a quase qualquer interpretação. Consideremos, portanto, um caso mais simples e por isso mais revelador. Analisemos a greve dos trabalhadores poloneses em Gdansk, no verão de 1980. Era, por excelência, uma luta política pelo poder. Teria sido mesmo? Estranho como possa parecer, era uma repetição da história de Khomeini, em um outro nível e em outras circunstâncias. No início, os trabalhadores não tinham qualquer poder. Sua greve não foi nem mesmo reconhecida pelas autoridades que detinham todo o poder, incluindo os tanques que subjugaram os protestos dos trabalhadores em 1970, na mesma cidade de Gdansk. Todos os argumentos racionais, reconhecendo a "realidade" do poder, eram contra os trabalhadores. Até mesmo a Igreja Católica e o cardeal Wyszyński achavam que os trabalhadores deveriam fazer um acordo e ser **razoáveis**. Contra todos os augúrios e até mesmo contra a história, que lhes dizia que sindicatos independentes nunca poderiam ser reconhecidos em um país comunista, os trabalhadores foram bem-sucedidos. O que quer que aconteça com suas conquistas, no futuro, é uma outra questão. O fato é que, naquelas circunstâncias, contra todas as chances, eles tiveram sucesso. Sua vitória foi grande e sem precedentes.

Como conseguiram, sendo tão desprovidos de poder no início, e no final tão poderosos? Aqueles que estão preparados para morrer pelas suas causas têm maior probabilidade de sucesso (mesmo sem recorrer às armas) do que aqueles que são neutros e que estão sempre dispostos a fazer acordos. Esta era uma das razões. A capacidade de enfrentar a morte e a vontade de assumir as acusações, quaisquer que fossem as conseqüências, eram a sua grande força moral, e até mesmo uma fonte oculta de poder: político e não-político.

Contudo, uma explicação mais imediata do sucesso extraordinário dos trabalhadores poloneses em Gdansk em 1980 foi o surgimento de um líder, Lech Walesa, o líder que veio do nada e não tinha poder algum, de início. No final da greve, tinha a autoridade e o poder que muitos dos chamados "líderes mundiais" poderiam apenas invejar.

Mais surpreendente ainda é o fato de que, quando se olham os eventos à medida em que estes evoluem, chega-se à conclusão de que, num certo sentido, não se trata, em nenhuma hipótese, de uma luta política. Era

deres interiores especiais. A autoridade era freqüentemente o fruto do poder interior que estes raros indivíduos possuíam. A autoridade, por sua vez, era traduzida em poder político. O chefe era investido com poder político porque possuía autoridade; e tinha autoridade em decorrência de possuir faculdades extraordinárias que faziam dele um feiticeiro ou um homem de visão. Ou ainda, deveríamos dizer, porque ele se permitia ser um agente, uma fonte de força vital manifestada na forma de poder humano. Neste ponto, as obras de Carlos Castañeda são de grande relevância para o entendimento do poder. Façamos um resumo:

Tenho já classificadas três realidades de poder:

(i) O poder concebido como **dominação**, freqüentemente aludido como poder político;

(ii) O poder concebido como **autoridade**, que se manifesta numa transferência de vontade de S_1 para S_2 , através da qual S_2 se sente obrigado a agir como resultado de um imperativo moral.

(iii) O poder concebido como a **posse de faculdades interiores extraordinárias**, por meio das quais as coisas são conseguidas como que por magia, o que significa que aqueles que não possuem aquelas faculdades extraordinárias estão à mercê daqueles que as possuem.

Na cultura ocidental, ou, deveríamos dizer, na cultura ocidental atual, dominada pelo paradigma mecanicista, o poder como autoridade é menosprezado, e o poder como posse de faculdades extraordinárias é quase completamente ignorado, para nosso azar. O poder de Ghandi era sem dúvida o resultado de uma autoridade moral. Sua autoridade moral, por sua vez, parecia ser o resultado de suas faculdades especiais que o tornavam um santo homem (o termo "beato" seria igualmente apropriado), através das quais as pessoas se inspiravam e se renovavam por sua mera presença.

O pragmatismo racional renitente pode argumentar neste ponto que o que se aplica ao povo adulator, sentimental e de inclinação mística da Índia, não se aplica ao povo ocidental. Mas o pragmatismo renitente é freqüentemente limitado em sua percepção, principalmente neste caso. Um político dotado de poder, concebido como autoridade moral, é com bastante freqüência alguém que possui carisma. Carisma é outra denominação para a posse do poder no sentido de ser dotado de faculdades extraordinárias. John F. Kennedy possuía tal carisma, e exercia o poder como autoridade moral. Por esta razão se tornou uma lenda – apesar da máquina governamental que queria contrariá-lo.

Carisma e autoridade são irrelevantes à concepção de poder na percepção mecanicista. Quando a máquina define e determina a abrangência e a extensão do poder político, o povo pode enfrentar uma eleição na qual

acha-se privado de opções, como ocorreu na eleição presidencial nos Estados Unidos em 1980.

Tiremos algumas conclusões. O poder não pode ser exercido no vácuo. Seu significado é determinado pelo conjunto do contexto social. É a estrutura que determina a realidade do poder. Compreender o significado do poder é compreender o contexto no qual este opera. Modificamos tão profundamente o contexto da sociedade ocidental, desde os tempos medievais, que, de forma correspondente, tivemos que modificar o conceito de poder. Diga-me quais são os ideais de sua sociedade e eu direi qual o conceito de poder que sua sociedade compartilha.

O triunfo do mito ocidental do poder tem sido o triunfo do **contexto ocidental**, o que significa o triunfo da ideologia secular ocidental e o seu conceito de progresso material. Este "triunfo", é claro, inclui o capitalismo industrial e o socialismo industrial. Como vimos, a contribuição de Marx e Lênin à formação de nossa noção de poder não foi desprezível. Os países comunistas aceitaram alegremente a ideologia secular do homem ocidental pós-renascentista, e, com ela, outros componentes do conceito faustiano de poder.

Mas o triunfo do conceito ocidental de poder de forma alguma chegou a ser universal – mesmo ao tempo em que nações e continentes inteiros sucumbiram ao "glamour" hipnotizante do progresso material. Pois no seio do novo Leviatã, os Estados Unidos, tem havido enclaves de uma realidade alternativa, onde o "antigo xamanismo" prevalece, onde a crença no poder como autoridade moral é mantida, e onde a crença naquelas capacidades interiores especiais do homem tem sido amplamente compartilhado. Refiro-me aos índios americanos. Eles não aceitaram o contexto e, conseqüentemente, não aceitaram o mito correspondente, ou o conceito de poder.

A linguagem como poder

O poder é transmitido através de uma variedade de modos e veículos. Um deles é a linguagem. Dentro da cultura ocidental, e talvez de todas as culturas, a linguagem tem tido uma influência e um poder dos mais significativos. O lendário poder da linguagem descrito pelas sociedades primitivas não pertence ao passado. O homem é um animal da linguagem. Muitas das nossas atuais transações e negociações de poder ocorrem exclusivamente por meio das palavras.

O aspecto simbólico ou sacramental da linguagem dá sentido aos esforços culturais e espirituais do homem. A história da cultura humana e a luta do homem pela espiritualidade (podemos substituir "espiritualidade" por "humanidade", para a satisfação daqueles que são alérgicos aos vestígios do passado religioso) teriam sido inconcebíveis sem a linguagem como o transmissor simbólico de todo um conjunto de valores. Na maior parte das transações humanas, quer ao persuadir ou ao coagir, quer ao prometer ou ao pedir desculpas, quer ao ameaçar ou ao iludir alguém com sutis lisonjeios, o poder da linguagem é tão potente quanto oculto; e é um poder real.

Tem sido uma tragédia para os países em "desenvolvimento" – na realidade para todos os países das civilizações não-ocidentais – aceitar não apenas a ciência e a tecnologia do Ocidente, mas também os mitos que as acompanham. Eles também aceitaram a própria linguagem que transmite e perpetua os mitos ocidentais. A língua inglesa é um exemplo por excelência do empirismo ocidental e, mais recentemente, do ceticismo e do materialismo ocidentais. O que desejo sugerir é que o problema conosco, com a natureza e com a noção do poder em si, tem sido intensificado porque a língua inglesa – nossa ferramenta e veículo, de forma crescente – parece estar mais carregada com a ideologia expansionista do secularismo ocidental do que qualquer outra língua. Afinal foi Bacon que concebeu o conhecimento como poder; foi Hobbes que defendeu que o homem é um lobo para o homem; foi Adam Smith que louvou a economia de mercado; foi Darwin que escreveu a *Origem das Espécies*. Bentham e Mill foram os mascates do utilitarismo no campo da Ética, que mais tarde tornou-se uma justificativa para uma considerável variedade de valores filisteus. Dada a propensão da raça anglo-saxônica para o mundano, o empírico, o desalmado e o manipulativo, os dados da língua inglesa têm sido crescentemente viciados em favor de uma visão do mundo como uma fonte de recursos naturais e em favor de explicitar o poder como a força desnudada da dominação.

Tivesse o sânscrito – a linguagem da sabedoria – se tornado a linguagem universal, teríamos tido muito menos problemas com o poder e com nós mesmos. Mesmo uma linguagem provinciana como a polonesa, poderia ser menos nociva que o inglês, pois, não obstante o fato de que foi profundamente influenciada pelo latim, a língua polonesa reteve a alma eslava. O inglês, sem alma, é a fonte de nossos problemas.

O mundo ocidental tem definido, formulado e determinado o resto do mundo com o poder de sua linguagem. O mundo ocidental tem definido como primitivo aquilo que precede a civilização científica do Ocidente. Há uma considerável variedade de conotações pejorativas ocultas na palavra "primitivo". Ser pri-

mitivo é ser atrasado, quase semi-humano; juntar-se ao Ocidente em sua luta a favor do progresso é um imperativo, um avanço, e quase uma condição necessária para ser humano. Fascinadas pelas definições ocidentais, as nações do Terceiro Mundo dançam ao som da música industrial e até mesmo se consideram primitivas. Elas se vêem como a linguagem imperial do Ocidente quer que se veja e não como são realmente, dentro do envoltório da sua própria cultura.

É o poder da linguagem e o poder das definições que freqüentemente tornam as nações do Terceiro Mundo mais desamparadas do que são; e é isto que torna as nações industrializadas muito mais poderosas do que de fato o são. A própria linguagem que utilizamos ocasiona o domínio do Ocidente e a submissão dos países não-ocidentais. Pois existe uma supremacia branca embutida na linguagem do Ocidente. No poder desta linguagem estão ocultas muitas injustiças e iniquidades. E este poder da linguagem é quase mágico, e as nações do Terceiro Mundo dificilmente poderão a ele resistir, apesar do seu melhor julgamento e apesar de sua cultura. Sua herança e tradições foram castradas pelo modo de pensar ocidental, como expresso na língua inglesa, e tornou-se a base de seu raciocínio e de seus critérios de julgamento.

As conclusões decorrentes de minhas análises significam bons augúrios para as nações do Terceiro Mundo – mas não a curto prazo. Este processo de repensar o atual paradigma de poder deveria informar as nações do Terceiro Mundo de que em sua cultura existem ferramentas, conceitos e tradições que poderão habilitá-las a criar um novo contexto. A partir de sua herança cultural e das antigas mitologias, que são fortemente simbióticas e holísticas, um novo contexto poderá ser criado, através do qual surgirão novas perspectivas civilizatórias. Num sentido fundamental, a criação de novos paradigmas – quer de sociedade, de poder ou de vida alternativos – ocorrerão com maior facilidade no Terceiro Mundo, porque a influência da ideologia faustiana é, ali, freqüentemente epidérmica, enquanto que no Ocidente ela já permeou nossa mentalidade.

Desenvolver novas formas de vida nunca é uma tarefa fácil, onde quer que ocorra. Como as nações do Terceiro Mundo estão presas aos ciclos da luta pelo poder nos termos exatos do Ocidente, elas apenas perturbam a doença ocidental. Como as nações do

Terceiro Mundo estão tentando lutar contra o Ocidente com as armas do Ocidente, preveem-se dificuldades, pois escolheram as armas dos antigos senhores, enquanto que elas são apenas neófitas.

O poder de definir é o poder de controlar. O poder de controle é o poder de definir. Ao definir não estamos apenas descrevendo; estamos também julgando, afirmando valores, controlando, exercendo uma influência sutil e contínua na mente das pessoas. Quando somos subjugados pela linguagem de outrem, até o ponto de destruição, precisamos escapar das garras da sua linguagem e do contexto inteiro.

Mas também existe a realidade do amor. E existe a linguagem do amor. Quando elas são redescobertas, nos mostram uma outra face do poder. Nos assuntos humanos, não podemos alcançar justiça e equidade, bem como a paz entre nações, sem resgatar o amor como uma realidade da nossa existência. Nossa linguagem está atualmente tão esgotada que sequer ousamos falar do amor – um comentário triste sobre a nossa perversa concepção de mundo. O amor é um dos grandes tesouros da espécie humana. Não devemos abandoná-lo, para que ele não nos abandone. Quando as pessoas se tornam mais sábias, o amor assume o seu lugar de direito como um conselheiro sobre todas as coisas, incluindo o poder. Sem dúvida, algum racionalista renitente considerará este último parágrafo sobre o amor como uma intrusão. Por quê? Não é o amor parte do mundo empírico, na medida em que o experimentamos?

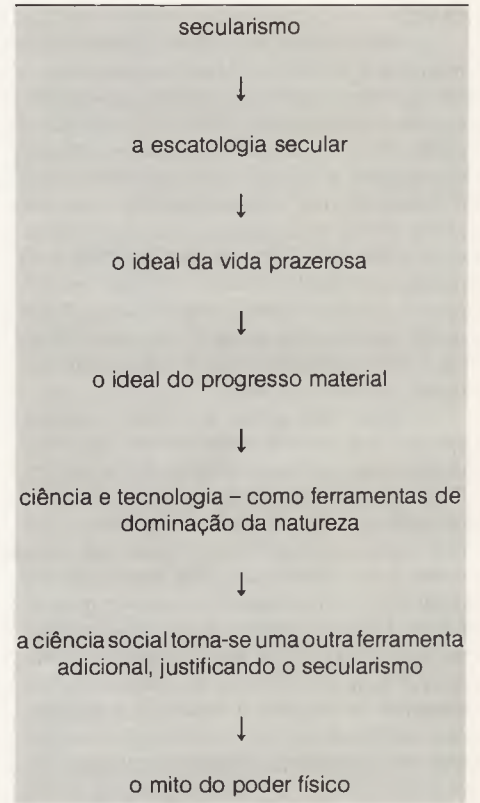
Conclusão: em direção a um novo paradigma de poder

O conceito de poder é uma das partes de uma teia complicada de relações e ideais que têm contribuído para a formação da mente ocidental. O mito do poder está inserido no mito da vida prazerosa. Quando a Escatologia transcendental foi abandonada e o secularismo começou a triunfar como uma filosofia total, isto fez surgir um novo conceito de salvação: a realização aqui na terra, que mais tarde traduziu-se na ideologia da gratificação instantânea.

Acreditava-se que o secularismo, combinado com o progresso material, deveria alcançar o fruto desejado, que tornaria a vida prazerosa uma realidade. O desenvolvimento da tecnologia de ponta, bem como da ciência objetiva, cínica e atomista, foram aclamados porque se pressupunha que quanto mais poderosa as ferramentas da transformação física, melhor nos sairíamos no esquema do progresso material.

Assim, o ideal do poder, como capacidade de transformação física, foi protegido e inserido (mesmo que apenas subconscientemente) no contexto global da ideologia do secularismo. Resumindo, o secularismo,

quando suficientemente especificado, se reduz ao mito do poder físico. Vamos rever os vários componentes que deságuam no mito do poder.



Embora o mito do poder esteja localizado, em nosso diagrama, no nível inferior, ele permeia, na realidade, todos os níveis; ele é influenciado por todos os outros e influencia cada um deles. Existe, de fato, uma relação de retroalimentação entre cada nível e todos os demais; eles se apóiam e se defendem mutuamente. O diagrama também chama nossa atenção para o fato de que o culto do poder não é acidental, mas essencial na sociedade ocidental. A civilização que concebeu o mundo como um mero agregado físico de objetos a serem explorados para a satisfação de suas gratificações sensitivas é obrigada a aceitar o culto do poder bruto. A celebração da crueldade está assentada nas bases do projeto do secularismo.

Se é assim, por que a perseguição do poder explicitado não se tornou total na sociedade do Ocidente? Porque o secularismo, como a ideologia governante, não foi universalmente aceito. Os ideais de nossos credos

anteriores modificaram consideravelmente a nossa busca faustiana. Estes ideais mais antigos eram freqüentemente baseados em concepções transcendentais do homem, que buscava satisfação em outros termos que não a mera gratificação material.

Nosso diagrama também mostra que nós não podemos esperar “domesticar” o poder em sua corporificação atual dirigindo-nos tão-somente ao poder, isolando-o da estrutura que o gerou. É esta estrutura mais ampla, que foi certa vez considerada uma grande realização do homem ocidental, que está agora se transformando em um grande perigo.

Nós criamos o contexto que elevou a máquina e, conseqüentemente, minimizou o ser humano. Criamos o contexto que empobreceu a natureza humana de forma que o poder mecânico viesse a prevalecer. A fim de consegui-lo, e não nos sentirmos diminuídos e desvalorizados, tivemos que criar o mito de poder (físico), na busca do qual acreditamos estar crescendo. Estamos agora modificando nossas perspectivas sobre o poder, e com esta mudança ocorrerá uma modificação na nossa perspectiva sobre a natureza humana – que novamente será investida com poderes intrínsecos a ela.

Quais são, então, as novas perspectivas civilizatórias que poderiam nos habilitar a desenvolver um novo paradigma de poder? Podemos aprender sobre tais perspectivas olhando retrospectivamente a história, que nos informa que o poder como autoridade e o poder como uma capacidade interior extraordinária do homem estão intimamente relacionados. Não estou defendendo uma inversão no relógio da história. Antes, estou destacando que durante os últimos dois séculos fomos tomados de assalto, e mesmo esmagados, pela contra-revolução cultural que provocou grandes devastações sociais e culturais. Deveríamos corrigir a nossa linguagem e não falar sobre os dois últimos séculos materialistas como uma revolução, mas como uma obscura era reacionária.

Não podemos esperar “domesticar” o poder, ou utilizá-lo sábia e benevolentemente, enquanto estivermos inserido no contexto da ideologia que tem feito do poder o instrumento da dominação física e da supressão cultural. Precisamos, antes, desenvolver um novo paradigma sócio-político. Precisamos criar uma nova realidade social, que possa nos oferecer um novo contexto para um paradigma alternativo de poder. Não será suficien-

te substituir o capitalismo pelo comunismo, ou por qualquer forma de socialismo, pois (como já argumentamos) o socialismo industrial e na verdade toda a ideologia marxista são baseados no poder como dominação, como luta de classes, no antagonismo e no conflito. Como conseqüência, substituir o contexto sócio-político do capitalismo pelo contexto sócio-político do marxismo significaria substituir um contexto vicioso de poder por um outro também vicioso. O que precisamos fazer, portanto, é ir mais fundo, até as próprias raízes da nossa civilização, até as raízes da tradição paracelsiana/maquiavélica/baconiana/galileana/faustiana/ marxista/leninista/taylorista.

Isto pode parecer ser uma regra muito forte para ser considerada “realisticamente”. Qualquer um que busque soluções mais imediatas e mais fáceis não é um realista, na medida em que não percebe que as raízes do nosso conceito atual de poder são muito profundas e que estão agora inseridas em mitos. No processo de desmitificar o atual contexto de poder, muitos relacionamentos fundamentais necessitarão ser redefinidos. Precisaremos redefinir o progresso e a própria idéia de **vida prazerosa**; necessitaremos reestabelecer a diversidade orgânica como o **modus operandi** da vida e do trabalho. É através do engajamento ativo em vários níveis da vida que nós nos realizamos e damos significado ao nosso trabalho. No processo, podemos necessitar desenvolver estilos de vida alternativos; precisaremos incluir a frugalidade, que deverá significar não a miséria e a privação mas a frugalidade elegante. Precisaremos olhar para a natureza humana como uma extraordinária fonte de poderes humanos. Todos estes atos de redefinição da realidade em torno de nós deveriam ser vistos como novas formas de participação na vida, não como perturbações de nosso sono destrutivo, mas como uma alegre jornada para adiante. Estou consciente de que não delinee aqui um novo paradigma de poder. Delineei as condições necessárias para isto. Deixo que outros se juntem a mim e articulem os detalhes da estrutura que estão latentes em meu discurso.

E, no entanto, os rudimentos de um conceito alternativo de poder têm estado ao nosso alcance todo o tempo. Jesus acreditava no conceito de poder baseado no amor; e assim também o fez Madre Tereza. Ela não faz sentido, falando “racionalmente”. No entanto, ela existe. Madre Tereza é admirada pela maioria dos racionalistas renitentes, porque o seu amor é poder. Se tivéssemos a coragem para dizer coisas simples, diríamos: queremos desenvolver o **poder reverencial**, pois este é o poder que cura e constrói. O poder reverencial requer e demanda um universo reverencial e seres humanos reverenciais.

Um comentário final: não me afligirei pelos resmungos habituais (que muito freqüentemente são uma expressão de impotência, ao invés de uma expressão de genuí-

na procura de alternativas): “Tudo bem com respeito ao delineamento destas alternativas filosóficas, mas diga-nos como passar daqui para lá”. Não considero a questão como de importância fundamental. Esta questão pode ser de importância decisiva no interior do universo dos técnicos guiados por valores instrumentais, mas não para o universo de seres humanos completos guiados por valores intrínsecos.

Mais importante, a questão do “como” muda de significado quando estamos em diferentes paradigmas. O que é impossível dentro de um conjunto de restrições torna-se inteiramente possível dentro de um novo contexto. Nossa busca é no sentido de criar um novo contexto que nos tornará senhores do nosso destino, e não escravos entorpecidos de um excessivamente poderoso e cego Leviatã. O projeto não é novo. A vida humana é a história da libertação das restrições que inadvertidamente nos auto-impusemos. Quando acharmos a nossa nova visão compelida e necessária, acharemos os meios de concretizá-la. Devemos criar um novo contexto. Devemos encontrar poderes dentro de nós que não apenas comprovarão a nova (e ao mesmo tempo antiga) realidade de poder humano, mas que também serão uma fonte de novas forças na reconstrução da realidade social.

Epílogo

Este artigo foi escrito durante os últimos dois anos, período durante o qual o mundo vem se modificando, e com ele as vicissitudes de Lech Walesa. Após a imposição do regime militar na Polônia, em dezembro de 1981, parecia que grande parte de minha análise estaria invalidada. Mas, de uma maneira estranha, meus argumentos centrais têm sido apenas confirmados.

O governo polonês tomou o poder pela força bruta; utilizando-se, inclusive, de tanques. Quase todos os líderes do **Solidariedade** foram postos na cadeia. E então um espetáculo curioso começou a desvendar-se. Ao invés de liquidar “os inimigos declarados do Estado”, os líderes do **Solidariedade** estavam sendo tratados com grande deferência. O governo parecia deter todo o poder e, no entanto, eles tinham que tratar Walesa como um príncipe.

A partir do início do estado de emergência, durante todos aqueles meses, Walesa foi tratado com grande cuidado e sempre en-

cabeçava os noticiários. Ele possuía a autoridade diante da qual eles repetidamente se curvavam.

Durante os primeiros cinco dias posteriores à imposição do regime militar, o governo anunciou que Lech Walesa estava negociando com as autoridades. Então eles admitiram que Walesa havia sido preso. Primeiro fomos informados de que ele estava em prisão domiciliar, transferido de um lugar para outro a fim de frustrar os planos de sua fuga. Então, transferiram-no para um mosteiro e, finalmente, para uma remota cabana de caça, na fronteira com a Rússia – como se não se pudesse confiar nos poloneses para vigiá-lo e apenas a sombra do urso soviético fosse capaz de fazê-lo. Enquanto estava detido, Walesa constantemente fazia reivindicações. As autoridades queriam negociar. Walesa disse: sim, mas nos meus termos, vocês primeiro libertam os outros membros presos do *Solidariedade* e então conversaremos. Podemos ver aqui que o governo tinha os tanques, enquanto Walesa possuía a autoridade. Em 12 de janeiro de 1982, o governo anunciou que seria encontrado um lugar para Walesa no planejamento do futuro dos sindicatos. Em 30 de janeiro, o *New York Times* registrou que Walesa estaria livre para escolher os seus conselheiros – dentre os membros do *Solidariedade* em liberdade – para iniciar negociações com o governo. Mas Walesa disse: Não, não até que os outros membros do *Solidariedade* sejam libertados. Em meados de fevereiro, Walesa divulgou uma declaração, através do seu capelão, dizendo que ele não havia enviado mensagem de qualquer tipo durante o estado de emergência. Assim, todo o tempo ele se comporta como um estadista e não como um ex-líder sindical alquebrado e esmagado. A mesma história continua durante 1982. Nos primeiros dias de março, foi oferecido a Walesa um passaporte para escapar para o Ocidente. Ele se recusou a ir. É interessante notar que a oferta do general Jaruzelski a esse respeito ocorreu logo após a sua visita a Moscou.

Então, apenas um dia após a morte de Brezhnev (uma coincidência?), o governo anunciou, em 11 de novembro (quando uma greve geral pairava no ar), que a libertação de Walesa era iminente. Este último episódio é interessante em si mesmo. O governo anunciou (em 11 de novembro) que Walesa teria escrito uma carta de conciliação a Jaruzelski, na qual ele (supostamente) dizia: "Proponho uma reunião e uma discussão séria sobre problemas de interesse mútuo (novamente ele fala como estadista e não como um prisioneiro). E, com boa vontade, acharemos uma solução". Este tipo de carta seria estranha, se ela aparecesse repentinamente. Mas isso não ocorreu! Apenas alguns dias antes, um visitante muito distinto, o ministro do Interior, general Czeslaw Kiszczak, esteve com Walesa na cabana de caça. Podemos imaginar o que aconteceu: era uma operação

de salvar as aparências. Eles propuseram a Walesa: você escreve este tipo de carta e nós o libertamos. Com o senso de humor, ele o fez e assinou como "Cabo Walesa". Temos aí um fenômeno curioso: um cabo na prisão conversando de igual para igual com um general de quatro estrelas e governante absoluto da Polônia.

O cabo Walesa recusou-se a permanecer nesta patente inferior. A autoridade moral de Walesa era tal que, quando o Papa visitou a Polônia em 1982, o governo não pôde recusar um encontro entre os dois. Para prevenir uma possível manifestação de grande escala numa cidade de maior porte, o encontro foi arranjado num local isolado, situado nas montanhas Tatra. O governo forneceu um helicóptero do exército especialmente para transportar Walesa através de toda a Polónia – do Mar Báltico às montanhas de Tatra –, um tratamento extraordinário para um simples cabo.

E a história continua. Quando se iniciou a campanha de truques sujos na Polónia, em outubro de 1983, a fim de desacreditar Walesa, ele recebeu o prêmio Nobel da Paz, desta maneira garantindo para si a imunidade contra a perseguição, aberta ou encoberta. O desconforto das autoridades polonesas era imenso. Não sabendo o que fazer, as autoridades retaliaram de uma forma muito curiosa. Como os parlamentares alemães indicaram Walesa para o prêmio, e colocaram um grande peso na sua designação, as autoridades polonesas resolveram puni-los... cancelando todas as músicas alemãs nas rádios polonesas. Curiosos são os gestos de tiranos impotentes. Para tornar o absurdo ainda mais ridículo, a música alemã de Bach e pré-Bach era permitida. Apenas a música alemã do século XIX e XX foi cancelada, como se os parlamentares alemães fossem responsáveis por ela, e assim sentir-se-iam punidos pelo fato de que a audiência polonesa não pudesse ouvir Beethoven e Brahms.

Walesa é uma anomalia, uma tocha de esperança, um milagre vivo em circunstâncias que deveriam tê-lo destruído muitas vezes. E onde está a sua fonte de poder? Quantas divisões ele comanda? Nenhuma. Sua fonte de poder é sua autoridade moral. Ele a extrai daquelas fontes de poder que alimentaram e nutriram os verdadeiros líderes da humanidade. □

Henrik Skolimowski, polonês, estudou física e engenharia nos anos 50, em Varsóvia. Sua maior vocação, no entanto, era a filosofia, que estudou em Oxford. Seus estudos o levaram a duas noções básicas: em primeiro lugar, que é a tecnologia e não a ciência que molda a civilização; em segundo, que a filosofia vigente, principalmente a mecanicista do século XVI, estava equivocada, gerando com isso toda uma visão errada sobre o homem e a natureza. Engajou-se na formulação de uma filosofia e ecologia alternativas, a que deu o nome de *ecofilosofia*. O presente artigo é uma análise do poder baseada nesse sistema filosófico. Publicou dois livros: *Technology and human destiny*, e *Ecophilosophy*. Leciona atualmente nos EUA, na Universidade de Michigan, Ann Arbor, Instituto de Humanidades.

Resumen

PODER, MITO Y REALIDAD

El triunfo del mito occidental del poder significa el triunfo de la ideología secular occidental y su concepto de progreso material. La identificación del poder con la fuerza física bruta (poder de coerción) es una manifestación de un proceso más amplio de transformación de todas las cosas en objetos, generalmente los de manipulación. Pero el triunfo del concepto occidental de poder, de ninguna manera llega a ser universal. Hay realidades alternativas donde la creencia en el poder como autoridad moral se mantiene y donde la creencia en las capacidades interiores especiales del hombre han sido ampliamente compartidas.

Abstract

POWER, MYTH AND REALITY

The triumph of the western myth of power is the triumph of western secular ideology and its concept of material progress. Identifying power with brute physical force (the power of coercion) is a manifestation of a broader process in which all things are transformed into objects, generally objects that can be manipulated. The triumph of the western concept of power is by no means universal, though. There are alternative realities where the belief in power as moral authority still holds sway and where the belief in man's special inner capabilities is widely shared.

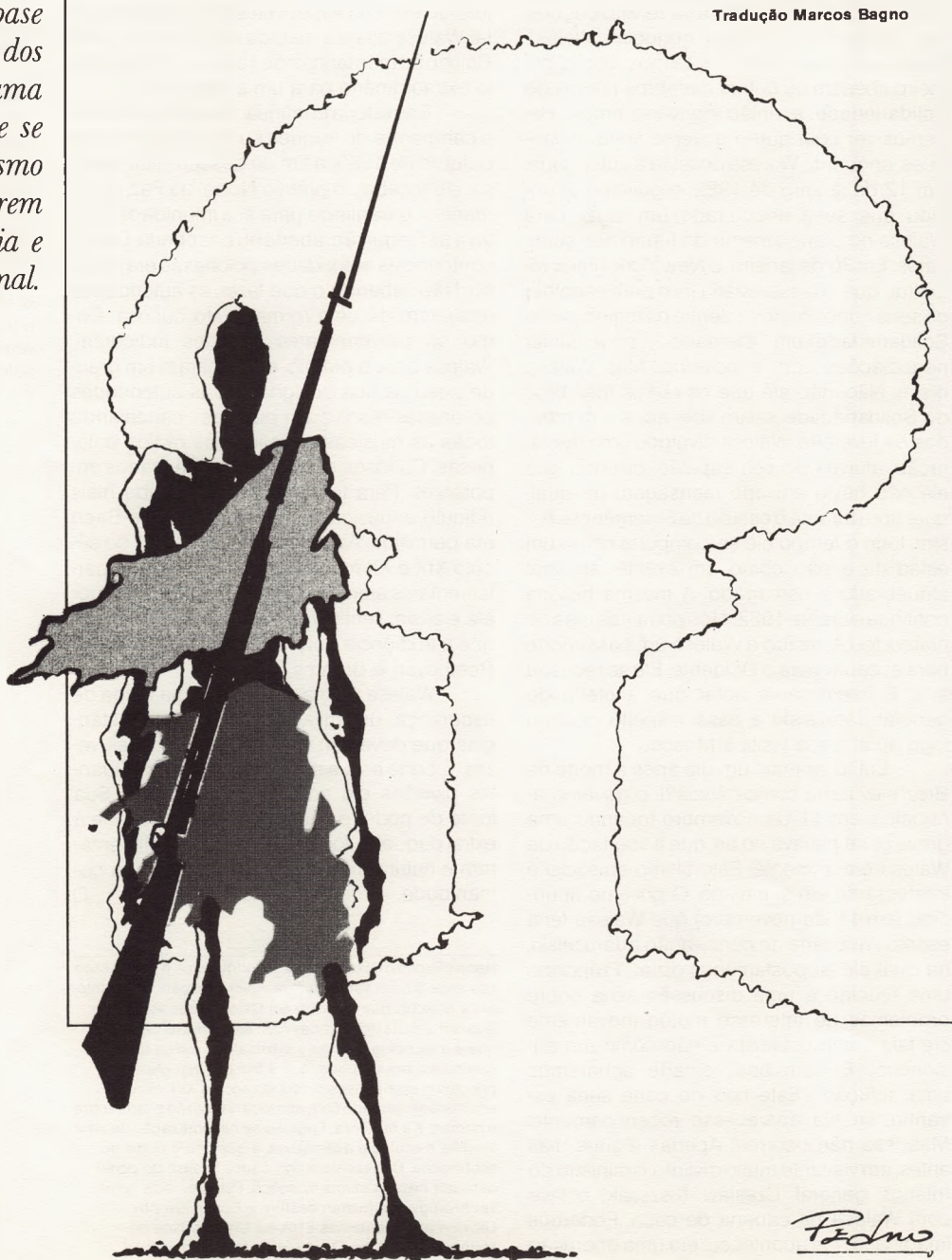
Numerosos fenômenos políticos, aparentemente desconectados entre si, acontecem a cada dia: ações terroristas, intervenções das superpotências nucleares em países do Terceiro Mundo, ásperas discussões para apoiar grupos armados no Afeganistão ou na América Central. Um conceito extraído da história militar, conflitos de baixa intensidade, é revitalizado para que sirva de base àquilo que os EUA e alguns dos seus aliados vêem como uma ameaça global totalitária, que se manifesta tanto no terrorismo quanto em governos que querem afastar-se de sua influência e movimentos de libertação nacional.

GUERRA E PAZ

Conflitos de baixa intensidade

Mariano Aguirre

Tradução Marcos Bagno

*Bagno*

Não é difícil chegar a crer que a guerra não existe. Basta não viver no Chade, em Angola, na América Central, no Iraque ou no Sudeste asiático. Nesse caso, o conceito de guerra ficará identificado com a parafernália tecnológico-nuclear e com uma guerra das galáxias na qual se tende a perder a fronteira entre a realidade da cinematografia e da política. A guerra é, em todo caso, algo distante; os conflitos sempre estão em outra parte, ou no futuro. Mas enquanto temos esta percepção, os planejadores da guerra consideram que entramos numa nova era de conflitos que não se ajustam às definições tradicionais desde Cícero até Clausewitz. Conflitos que são e serão rápidos, executados numa base legal ou ilegal de acordo com o Direito Internacional; sujos, sem declarações formais de rompimento de relações ou de início de hostilidades, com unidades pequenas e ligeiras antes que com grandes exércitos. Trata-se dos conflitos de baixa intensidade (CBI, *low intensity conflicts*) e estão sendo objeto de uma atenção muito especial nas publicações militares e centros de criação de doutrina política dos EUA. Os CBI são na opinião de todos as guerras do futuro que se experimentam em casos como o da Líbia e da Nicarágua no presente, já que incluem o militar, o econômico e o político como armas ativas.

"O mundo está hoje em guerra. Não é uma guerra global, mas estende-se ao redor do planeta. Não é uma guerra entre exércitos totalmente mobilizados, mas nem por isso é menos destrutiva. Não se trava de acordo com as leis da guerra e, mais ainda, a lei em si mesma, como um instrumento de civilização, é um alvo desta particular variedade de agressão". As palavras pertencem ao secretário de Defesa dos EUA, Caspar Weinberger, e foram pronunciadas durante um congresso sobre conflitos de baixa intensidade realizado em janeiro de 1986 em Fort MacNair, Washington DC, e ao qual assistiram várias dezenas de especialistas neste tipo de conflitos. Ao Congresso assistiu também o secretário de Estado, George Shultz, que afirmou que "o problema da guerra de baixa intensidade leva-nos a confrontarmos-nos com uma série de questões políticas, militares, intelectuais, legais e morais". E acrescentou: "A guerra de baixa intensidade é a resposta deles (comunistas, terroristas) a nossas forças convencionais e nucleares, uma manobra pelo flanco, em termos militares". Pouco depois deste congresso, criava-se um centro sobre CBI na base da força aérea de Langlay, Virgínia.

Embora seja nos EUA onde mais se estudam os CBI, outros países preparam grupos de elite para este tipo de guerra. França e Itália, por exemplo, criaram nos últimos anos suas respectivas forças de intervenção rápida. A URSS, por seu lado, demonstrou na invasão do Afeganistão que pode mobilizar tropas com rapidez, como já o havia feito em novembro de 1977, quando montou uma ponte aérea para dotar com armamento pesado a

Etiópia em sua guerra contra a Somália. A veloz capacidade de projeção de forças é fundamental, e as nações com interesses hegemônicos estudam os CBI como uma forma de controle.

O conceito baixa intensidade aplicado à guerra tem sido utilizado de maneira flexível por numerosos exércitos, em especial os que têm participado de guerras coloniais, para referirem-se àquelas nas quais não opera mais que um limitado número de efetivos dotados com equipamentos leves. Na obra coletiva *US Police and low intensity conflicts* são analisadas as experiências britânica e francesa, assinalando-se que o Reino Unido participou de numerosos conflitos que agora podem catalogar-se como CBI. Ao mesmo tempo, Jacques L. Pons, na mesma obra, indica que a França tem uma tradição intervencionista que nem sempre foi por razões econômicas, porém humanitárias; que poucas vezes teve características puras, e que se levou a cabo com uma força não regular (a Legião Estrangeira). A guerra da Argélia é o exemplo mais claro. Precisamente, as experiências das lutas coloniais e a contra-insurgência dos anos 60, com o fracasso no Vietnã, onde os EUA ganhavam as batalhas mas perderam a guerra, são o que tem conduzido os EUA a reformularem a estratégia de tais conflitos no Terceiro Mundo.

A nova doutrina parte da convicção de que a paridade nuclear impede a uma URSS "totalitária e expansionista" atacar de frente e, portanto, recorre a supostos movimentos de libertação nacional, a governos íteres e ao incapturável terrorismo. A isto se soma a passividade cúmplice de muitos países que não se dobram aos boicotes econômicos e diplomáticos. O desafio é percebido como global e exige uma resposta no mesmo nível que combine, como explica Michael T. Klare, da Universidade de Amherst, três campos: o da contra-insurgência clássica (assessores militares para governos aliados, ajuda militar combinada com ajuda civil para ganhar, como se dizia no Vietnã, "os corações e as mentes"); o da defesa "ativa" contra o terrorismo (golpes preventivos e represálias contra países que supostamente amparam grupos armados antinorte-americanos, ações rápidas que podem violar o Direito internacional, como o seqüestro dos seqüestradores do Achille Lauro), e o da pró-insurgência (apoio ativo a grupos armados que combatem governos mal vistos por Washington, como os da Nicarágua, Angola, Líbia, Etiópia, Camboja e Afeganistão). Nesta direção, em abril de 1984, o presidente Reagan assinou a diretriz 138, que aprova os golpes preventivos assim como as represálias contra o terrorismo fora do território dos EUA.

O novo globalismo

Nos manuais de estratégia há um espectro ou gradação dos conflitos possíveis. O

general Donald R. Morelli e o major Michael M. Ferguson, ambos do exército dos EUA, explicam na publicação oficial *Military Review* (novembro de 1984) que há três tipos de conflito: de baixa, média e alta intensidade. O primeiro implica desde boicotes até operações de guerrilha, passando por resgates de reféns, sabotagens, apoio militar e incidentes fronteiriços. O segundo já conduz à utilização de forças regulares na luta, o possível uso de armas químicas e que se ataquem alvos civis: é a guerra declarada. Por último, os de alta intensidade supõem mobilização total e o uso de armas nucleares estratégicas.

Para levar a cabo estas guerras do primeiro escalão, criam-se as já mencionadas forças de ataque ou de intervenção rápida e potencializam-se as forças de operações especiais (SOF). "A administração Reagan", afirma um estudo realizado por ex-oficiais das Forças Armadas dos EUA dirigidos pelo almirante Gene Laroque, "tem estimulado a ampliação das forças de operações especiais – unidades militares tipo comando treinadas para guerra de guerrilhas, operações encobertas e contraterrorismo – como uma de suas mais altas prioridades". As SOF estão constituídas, entre outros grupos, pelos Rangers, pelos Boinas Verdes, pela Força Tarefa 160 (unidade de helicópteros, secreta até 1984), pela Força Delta (antiterrorista, que foi posta em ação no último seqüestro de um avião da TWA no Líbano), pelos comandos de operações psicológicos para operar detrás das linhas inimigas ou criar climas antiterroristas na opinião pública, por um corpo combinado de ar, mar e terra pertencente à Marinha e pela Primeira Ala de Operações Especiais da Força Aérea. "A alta prioridade que temos dado à revitalização das Forças de Operações Especiais", declarou Caspar Weinberger em 1984, "reflete nosso conhecimento de que os conflitos de baixa intensidade, para os quais as SOF são as mais adequadas, serão a ameaça mais freqüente que teremos de enfrentar durante o final deste século".

A colocação em marcha das forças de elite e a reativação das doutrinas de guerras sujas são fenômenos inseridos naquilo que os comentaristas políticos dos EUA costumam chamar de doutrina Reagan ou globalismo, porque define quase todos os pontos do planeta como áreas de interesse estratégico de Washington. "O novo globalismo", escreve em setembro de 1985, Anthony Lewis no *New York Times*, "é o mais importante movimento conceitual da política externa norte-americana em muitos anos". E define-o assim: "os Estados Unidos devem intervir em guerras com países do Terceiro Mundo sempre que exista uma possibilidade de lutar contra a influência soviética e marxista. Deve-se fazer isso em todo o mundo, sem levar em conta condições locais particulares. Procura-se combater nas praias de Angola e nas montanhas do Camboja, mas não porque os EUA tenham qualquer interesse nacional vital ali,

mas porque a ideologia manda. Devemos combater o comunismo onde apareça no Terceiro Mundo". Lewis critica duramente esta atitude, alegando que ela conecta os EUA com o regime sul-africano ao apoiar os rebeldes antiangolanos e que, na realidade, o regime angolano não tem atacado os investimentos ocidentais, ao mesmo tempo em que existe a certeza de que se cessassem as hostilidades encorajadas por Washington e Pretória, Angola pediria a Cuba que retirasse suas tropas. Para Lewis, a política intervencionista alentada pelos neoconservadores custará aos EUA desprestígio, dinheiro e vidas.

Os ventos da guerra fria, porém, não vêm somente da Casa Branca. Dado que o totalitarismo e o seu braço armado, o terrorismo, não respeitam nenhuma lei, não haverá compreensão possível. Devem acabar-se as explicações dos fenômenos armados que, sem justificá-los, entendem que há algum problema de fundo. O embaixador de Israel nas Nações Unidas, Benjamin Netanyahu (irmão do tenente-coronel que morreu enquanto dirigia o comando que resgatou o avião sequestrado em Entebbe, Uganda, em 1976), diz em seu livro *O terrorismo: como o Ocidente pode ganhar* que "o terrorismo internacional não é um fenômeno esporádico nos desígnios e ambições políticas dos Estados expansionistas e dos grupos que lhes servem. Sem o apoio de tais Estados, o terrorismo internacional é impensável". A fórmula que ele propõe para combatê-lo corresponde plenamente aos conflitos de baixa intensidade. Pressões políticas (controlar e fechar embai-xadas em países como Líbia, Síria, Irã, Iraque, Iêmen do Sul e países do bloco soviético para suprimir o suposto apoio que prestam ao terrorismo); pressões econômicas (combinando boicote e embargos), e ações militares. Neste último ponto, afirma que a soberania nacional não deve ser violada por nenhum Estado, mas que se um país fracassa em suas lutas contra o terrorismo corre o risco de sofrer intervenção. "Os países", diz, "não têm o direito de fazer qualquer coisa dentro de suas fronteiras" quando se trata de lutar contra os terroristas.

A luta ideológica

A doutrina global antiterrorista e anti-comunista dos EUA está avançando mais rapidamente do que a reflexão que fazem seus aliados europeus sobre o tema. A palavra terrorismo começa a englobar coisas demais. Os EUA enviam a VI Frota à costa líbia enquanto a opinião pública não viu, até o momento, as provas concretas da conexão Trípoli-bombas em Berlim ou Roma. Enquanto isso, George Shultz declara que é preciso pôr em marcha respostas militares com grande rapidez, tratando de respeitar a moralidade e o Direito, "mas não podemos esperar para ter certeza absoluta". O maior problema é que,

como ocorreu na Argélia, na América Central nos anos 60, no Vietnã, desenham-se projetos que combinam o militar com o econômico para evitar que determinadas áreas caiam em mãos comunistas ou para que delas saiam, mas enquanto abundam as ações militares há penúria de projetos econômicos concretos. A iniciativa reaganiana para a zona do Caribe, por exemplo, deu em nada porque o protecionismo do mercado interno dos EUA cuida antes do emprego e do lucro no Texas do que da possível subversão pela fome na Guatemala. Ademais, os investimentos não fluem para essa área porque as guerras de baixa intensidade conterão os supostos comunistas, mas não dão segurança às multinacionais. Indo contra Clausewitz, os arquitetos dos conflitos de baixa intensidade vêem a guerra como a continuação da luta ideológica por outros meios: a melhor maneira de combater a revolução é fomentando a contrarrevolução com a iconografia clássica do guerrilheiro (os *contras*); o terrorismo é melhor combatido com o risco de violar a legalidade que se pretende sustentar. Avizinham-se tempos difíceis para o Direito, a soberania e a política internacionais. Seria conveniente não se guiar por seu nome tranquilizador: as guerras de baixa intensidade já se travam com a VI Frota, dotada de armas nucleares, e podem ser altamente explosivas. □

Mariano Aguirre é coordenador do Centro de Investigação para a Paz de Madri e especialista em questões de política internacional e defesa.

Este artigo foi transcrito de EL PAÍS, edição de 19 de abril de 1986.

Resumen

CONFLICTOS DE BAJA INTENSIDAD

Numerosos fenómenos políticos, aparentemente desconectados entre si, suceden día a día: acciones terroristas, intervenciones de las superpotencias nucleares en los países del Tercer mundo, ásperas discusiones para apoyar grupos armados en Afganistán o en América Central. Un concepto tomado de la historia militar, conflictos de baja intensidad, está siendo revitalizado para que sirva de base a eso que los Estados Unidos y algunos de sus aliados ven como una amenaza global totalitaria. Este peligro se manifiesta tanto en el terrorismo como en los gobiernos que quieren alejarse de la influencia hegemónica y en los movimientos de liberación nacional.

Abstract

LOW INTENSITY CONFLICTS

Numerous political phenomena, apparently bearing no relation to one another, occur everyday: terrorist attacks, nuclear superpower interventions in Third World countries, heated arguments over support for armed groups in Afghanistan or in Central America. A concept culled from military history, low intensity conflicts, is revived to form the basis for what the U.S.A. and some of its allies consider a global, totalitarian threat, manifest in terrorism, in governments seeking to move out of their sphere of influence and in national liberation movements.

AMÉRICA LATINA

QUEM TE VIU,

Muito se escreveu, nos países desenvolvidos, sobre a América Latina. Pouco se conhece, na América Latina, dessa produção acadêmica. Permaneciam inéditas no Brasil nada menos que 43 milhões de páginas de teses de doutorado (de Artes à Zoologia), defendidas em universidades americanas, europeias e japonesas. Este acervo e mais 620 títulos de periódicos, em microfilmes (14.641 rolos), foram doados pela Xerox do Brasil à Universidade de Brasília. Uma contribuição no valor de 1,5 milhão de dólares, a maior feita até hoje a uma instituição de ensino, através da Lei Sarney.

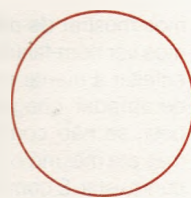
QUEM TE VÊ

Toda essa produção acadêmica está agora à disposição dos estudantes e pesquisadores brasileiros, na Biblioteca Central da UnB. Formou-se, com ela, o maior acervo sobre o tema "América Latina" no Brasil. O que é muito importante para a única instituição que mantém um curso regular de doutorado em América Latina. As teses estão disponíveis para consultas no local (público em geral) e empréstimos (para a comunidade universitária). A biblioteca está equipada para fornecer também cópias dos microfilmes de periódicos. Estas informações estão disponíveis aos usuários de todo o país através do "Programa COMUT". Basta procurar uma das bibliotecas que compõem a rede.

PROJETO INDEPENDÊNCIA DE INFORMAÇÕES — UnB

Para maiores esclarecimentos entre em contato com a Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Campus Universitário, Caixa Postal 15-2951, CEP 70910, Fone 274-0022 R. 2416 Telex: (061) 1083

DEPOIMENTO



amor
que é
vida

Adriana de Oliveira Nunes

“Por que escrever sobre o amor?” Uma jovem estudante interroga-se, enquanto se debruça sobre sentimentos e emoções, sobre as mil formas de amar e desamar de sua geração, buscando alcançar e afirmar o amor que é vida.

“Amor é estado de graça
e com amor não se paga.”

“Amor é primo da morte
e da morte vencedor,
por mais que o matem (e matam)
a cada instante de amor.”

(Carlos Drummond de Andrade)

Queria fazer um trabalho que fosse tão bem fundamentado teoricamente como o livro da Elisabeth Badinter, tão descontraído e caótico como o da Betty Milan, e informal e “tesudo” como os do Roberto Freire. Queria também que tivesse a lucidez e serenidade dos poemas de Carlos Drummond de Andrade e a paixão de Vinícius de Moraes. Por fim, acontecimento desse último fim-de-semana e a notícia da morte de Drummond hoje cedo deixaram-me desnorteadas. Parecia que subitamente eu havia perdido todos os referenciais teóricos extraídos da bibliografia. A prática não parecia casar com a teoria. A morte parecia arrasar, dominar, aniquilar qualquer pulsação viva que houvesse dentro de mim. Então, recitando mentalmente alguns versos do poeta morto, que diziam do amor e de seus caminhos e descaminhos, decidi introduzir este trabalho com uma citação do Roberto Freire, que me anima profundamente: “Não é a vida, e sim o amor, o contrário da morte.”¹

O amor e a sedução

"Sossegue, Carlos,
o amor é isso que você está vendo.
Hoje beija,
amanhã não beija,
depois de amanhã é domingo
e segunda-feira ninguém sabe
o que será." (C.D.A.)

Será que o amor é feito de inconstância? Alguns dizem que é assim pelo menos que ele começa. O jogo inicial da sedução se daria pela insegurança. Quantas vezes não ouvimos este conselho de nossas mães e tias: "Nunca deixe seu amado muito seguro de que você o ama. De outra forma, ele desaparecerá?" E quanto esmero colocamos na aparência, quanto descaso fingimos no olhar quando nosso amado não nos procura! Fingimos estar bem apesar de tudo – do telefonema que não houve, da carta não enviada, do atraso para o encontro, do "bolo" recebido. E de parte a parte, preparamo-nos para a "guerra" sutil da conquista. Queremos batalhar pela atenção de alguém, ganhar nosso objeto de desejo (que a princípio não se identifica necessariamente com o objeto de amor).

É quase como se remontássemos a ludicidade de nossa infância. Não queremos o óbvio, o facilmente entregue, o que está exposto. Queremos o prazer da conquista, da superação dos obstáculos, a caminhada, passo a passo, em busca do tesouro escondido. O tesouro em si não é o que nos excita mais, e sim o que fazemos para chegar até ele. No jogo do esconde-esconde, buscamos o esconderijo mais recôndito, mais improvável de ser descoberto. Escondemo-nos bem do outro pensando assim despertar-lhe o desejo de nos encontrar. A cabra-cega chega até a ter os olhos vendados. Privada de sua visão, ela terá de recorrer a outros sentidos para nos achar. Mas nós sabemos, como na caça ao tesouro, deixar-lhe pistas – o nosso cheiro, nossa maneira de escapar, nossa forma de respirar e de rir. E quanto mais difícil, pensamos nós, mais aguçamos-lhe o desejo.

Quando adultos, porém, o que era lúdico vira só guerra. As pistas do tesouro viram verdadeiras armadilhas. Escondemos tudo que possa nos deixar expostos. Temos medo de sermos usados, de que brinquem com nossos sentimentos. Brincar transformou-se em sinônimo de abusar, de guerrear. Colocamos uma venda nos olhos do outro para tudo que possa fazê-lo nos apreender de imediato. Fazendo o outro inseguro em relação ao que sentimos de fato, julgamos paradoxalmente prendê-lo a nós. O que era prazer virou prisão.

E como gostamos de nos adornar, de ficarmos belos para o outro! Como os peixes machos dançam para suas fêmeas, quando chega o momento do acasalamento, como pavões exibem suas penas, como pássaros cantam mais alto ou mudam de cor, quere-

mos mostrar de nós apenas o melhor. Tentamos ser bem-falantes, mostrar grandes dotes, enfeitar a mente e o corpo. E nessa tentativa de agradar chegamos até a rivalizar, a competir, se não com um possível concorrente, mas até mesmo com a pessoa que queremos conquistar. E como bem lembra Elisabeth Badinter, só rivalizamos com quem estamos seduzindo, se acreditamos ser diferente dele em essência. É como se disséssemos: "Veja bem, somos diferentes. Eu tenho o que você não tem e até bem mais que você. Nós nos completamos. Você precisa de mim para ser inteiro. Portanto você deve (ou precisa) querer ficar comigo." Talvez fosse isso que todos os machistas (deveria dizer machões?) de todas as épocas também pensaram, para melhor dominar a mulher. A sedução aqui perde seu efeito encantatório para ganhar um poder de dominação sobre o outro. E esse poder pode até se dar pelo simples prazer de seduzir, de destruir no outro a resistência. Como no caso do Don Juan, onde a sedução é uma guerra, segundo Betty Milan em seu livro *O que é amor* – "Don Juan conquista pelo só gosto de vencer a resistência. (...) Toma-se por um general e só concebe o amor através da guerra, usa-o para testar o próprio poder – precisa seduzir para se afirmar. O amor em questão é o de si mesmo e o outro um mero pretexto."²

Queremos seduzir para termos nosso Ego bem massageado. E no estágio atual da sociedade capitalista e consumista em que vivemos, onde todos somos Narcisos, e nosso Ego já não cabe dentro do nosso corpo, precisamos reafirmar a cada dia nossa beleza, talento e capacidade de conquista. Não que haja algo de errado com o desejo de beleza e de sermos apreciados pelo que temos de belo. Mas o fazemos constantemente em detrimento da beleza alheia e da originalidade de cada um (quantas vezes não calamos o outro com a beleza grandiloquente de nosso discurso intelectual?). Ou então utilizamo-nos dela para inflarmos nossa própria capacidade (ou incapacidade) de sermos belos. Isso se dá por exemplo quando seduzimos alguém que está em posição social "hierarquicamente superior" à nossa, para usar um termo do Arnaldo Jabor. Anunciamos bem alto e a quatro ventos que dormimos com o ator "fulano de tal" ou com "tal e tal" milionário. Incorporamos o sucesso e o carisma alheio e nos apropriamos deles como se fossem nossos. Ora, se estamos atraindo tamanha celebridade, é porque devemos ter um potencial de brilho dentro de nós. Certo – porque todos nós temos um potencial criativo e carismático dentro de nós, o qual devemos medir pelo que somos e produzimos, e não pelo tamanho da celebridade que seduzimos. Mas, ao invés de aprendermos a desenvolvê-lo, passamos a vida a sugar o dos outros como parasitas. Daí nossa necessidade de ídolos. Daí a construção de mitos.

No amor, entretanto, não deveria haver a idealização de um mito. Diz o ditado popu-

lar que "ídolos têm pés de barro". Até no jogo violento da sedução deveria haver lucidez. Mostramos o que temos de bom, mas por que o medo dos nossos defeitos? Por que brincar com as aparências, quando se pode brincar com as essências? Para que simular uma possível igualdade na diferença, quando o que existe são diferentes possibilidades de igualdade? Penso no livro de Badinter com o belíssimo título *Um é o Outro*. Na verdade, somos todos seres humanos iguais, possuidores da mesma capacidade de expressar nossas idiossincrasias. E portanto no amor, inclusive na sedução, não há domínio, posse, batalha. Porque "o ato de seduzir propõe troca, não apropriação."³ A sedução entre homem e mulher que se sabem iguais, entre homem e homem, entre mulher e mulher, enfim entre seres humanos, não se dá pela busca ansiosa de complementaridade, pois não há nada a ser complementado. Em *Utopia e paixão* Freire afirma que somente homens inteiros, que tivessem atingido um igual desenvolvimento e soubessem viver de si mesmos, são capazes de viver juntos "sensações inéditas, extraordinárias, impossíveis de se viver sozinho"⁴, que constituem o amor suplementar. Então, a sedução que leva à união não tem mais o gosto de morte. "A sedução é um jogo, o jogo do encantamento de estar vivo e poder animar (encantar) vida nova nos outros."⁵

O amor e seus objetos:

"O primeiro amor passou
O segundo amor passou
O terceiro amor passou
Mas o coração continua." (C.D.A.)

Freire, em seu livro *Sem Tensão não há solução*, afirma que o amor não depende de seu objeto, ou seja, não é o objeto de nosso amor que o traz para a existência. O amor já existe dentro de nós, já foi gerado em nós mesmos. Portanto, ele pode se manifestar de várias maneiras, em diversos lugares e tempos, por várias e variadas pessoas e coisas. Ele pode se manifestar mais ou menos intensamente por uma ou outra pessoa ou coisa, mas ele existe em sua plenitude de mãos dadas com a vida.

"Para nós, o conceito de amor se identifica com o de vida. E é pulsação. Pulsação que só se justifica, na consciência lúcida e livre do homem, se visa a realização do prazer."⁶

Se o amor é vida e amor pela vida, por que nos atemos justamente aos aspectos mais mesquinhos que associamos a ele? Como somos capazes de reprimir, dominar, assassinar nosso amado ou ainda de nos suicidarmos em nome do amor? O amor mesclado a sentimentos e conceitos tão desprezíveis como o ciúme violento e doentio, a honra, a chantagem e a dependência emocional ainda pode ser chamado de amor? O amor

pode ser excludente ("Ou eu ou ele"; "Ou eu ou seu trabalho", etc.)? Ou deve ser o mais inclusivo possível, açambarcando o mundo com o coração?

Quando amamos, tendemos a ser exclusivistas. Não falo nem da necessidade, a meu ver bastante pessoal, de se querer ter um ou mais parceiros. Falo de como somos compelidos a excluir amigos, trabalho, desejos, para vivermos a paixão. E não se trata aqui de um desligamento do mundo para viver o arrebatamento louco de momentos intensos de uma relação amorosa. Trata-se da alienação de si mesmo no/ao outro. Não se trata também de concessões naturais necessárias ao crescimento do relacionamento, mas da chantagem afetiva, do esmagamento das vontades do outro.

É muito fácil observar esse asfixiamento mútuo, quando observamos as pessoas e suas intenções. Vemos como rapazes tão saltitantes e brincalhões transformam suas atitudes quando assumem um compromisso "sério". Lembro de homens que mal me cumprimentam na presença da namorada, e em sua ausência o fazem efusivamente. Eles me demonstram claramente o medo que têm de assumir perante a parceira a possibilidade de achar outras mulheres belas e agradáveis e de gostar delas também. A namorada parece contentar-se com a ilusão de que vive numa torre de marfim, onde só ela é objeto de interesse de seu amante, e seu único ideal de beleza. Sabemos, entretanto, que a beleza está além do amor e da paixão, podendo ser apenas um ideal estético e de prazer. Podemos nos deter na apreciação prazerosa do belo sem necessariamente nos rendermos a ele. Podemos consumi-lo com nossos olhos, nossas mãos, com todo nosso corpo, sem realmente desejar outro tipo de fruição. O belo nos envolve, nos delicia, é apaixonante. Mas nosso coração estará sempre apto para descobrir além do belo o que nos leva a amá-lo ou não.

Outra preocupação que me chega é a dicotomia absurda entre "relacionamento sério e estável" e "transas casuais e de brincadeira". Acredito que o lúdico deve permear todo o processo de uma relação estável, e que a seriedade, identificada com a honestidade e integridade, deve haver nas relações as mais casuais. Não vejo o sério como o carrancudo e taciturno. O sério identifica-se com a importância que damos às pessoas e à vida. Por isso creio que podemos ser sérios mesmo quando brincamos e que a ludicidade pode vir carregada de responsabilidade. Se estamos com alguém mesmo por uma noite é porque nos sentimos atraídos e porque algo compatibiliza-se entre nós. Portanto por que tratá-lo como algo desimportante, sem lhe dar crédito? Se alguém está conosco por um momento que seja já nos transforma de alguma forma – acrescentando-nos ou retirando-nos qualquer coisa, estará sempre provocando uma mudança que é incorporada à constituição do nosso ser no processo geral de

nossas vidas. Portanto, nada é em vão. Tudo tem sua aura própria e temos de descobri-la. Estar com alguém intimamente não é leviano. Se chegamos a escolher um parceiro para ficar conosco, é porque acreditamos numa possibilidade positiva de troca. Estar com alguém, tomando sorvete ou fazendo amor, por um dia ou por um ano, é uma troca gostosa que deve incluir respeito, carinho, seriedade e muita, muita ludicidade. Se aprendemos a descobrir o mundo e a vida em sociedade brincando, por que não o fazemos quando estamos a descobrir outra pessoa?

Voltando à questão do amor existente dentro de toda gente e do amor como exclusividade, concluo dizendo que se temos consciência do tamanho e qualidade do amor pela vida, descobrimos que estar sozinhos não implica a ausência de amor. Mesmo quando existe carência de alguém com quem dividamos (ou multipliquemos) nossa vida, existe ainda o amor de estar vivo – de acordar espreguiçando cada músculo do corpo, de sorrir para o sol e dizer Bom Dia para o dia que se fez tão lindo, de ouvir as pessoas e descobrir qualquer coisa nelas, de andar acariciando o chão. E não seria esse nosso amor mais envolvente?

Fazer amor sem amor?

"Faça amor, não faça guerra."

Sempre entristeceu-me o modo leviano e consumista com que as pessoas usam a expressão "fazer amor". Creio que fazer amor é muito maior do que um simples envolvimento sexual. Acredito que possa haver qualidade e intensidade numa relação sexual entre pessoas que se conhecem há pouco tempo. Mas não acho que seja por aí que os Narcisos modernos encaram essas relações. A permissividade crescente para o sexo tem muitos aspectos negativos, quase tantos quanto positivos. Se, por um lado, queimamos etapas importantes e não precisamos mais esperar

pelo casamento (que bom!) para nos amarmos livremente, por outro lado, estamos perdendo o sentido da escolha, e deixamos de ouvir nossos desejos reais. Transamos até porque o dedo do pé da "figura" é "interessante" (palavra tão esvaída de sentido!). Transamos por compulsão (Será que o medo da AIDS está mudando isso?). O ritual da sedução – a sedução gostosa e encantadora do Freire – está cada vez mais curto, em vias de extinção. Se a paixão carregada de instintos de morte e desespero morreu, como diz Badinter, façamos seu enterro alegremente. Não queremos uma paixão que sobreviva (e consuma os apaixonados) à própria impossibilidade de realizar-se. Romeu e Julieta morreram para não terem seus desejos satisfeitos. Hoje temos a coragem de assistir à realização do desejo bem como à sua morte. Um desejo passa, mas o amor sobrevive. E assim deve ser com a sedução. Atropelamos tanto nosso sentimento prévio e a sensibilidade de "intuir" e perceber a pessoa ao nosso lado, que já nem sabemos o que fazer com ela quando estamos numa cama. Deparamo-nos com um corpo estranho que nem sabemos tocar. A pressa de gozar e a "ditadura do orgasmo" impedem que aprendamos a nos iniciar nele. E quanto constrangimento, quanto mal-estar resultante desse consumo utilitarista, desse descaso e indiferença com a emoção do outro (e de si próprio). Tiramos do ato de amar não só o amor como a emoção. E o que nos resta então?

Se advogo a necessidade de se estar apaixonado para se relacionar sexualmente, acredito que a emoção, o tesão (pelo outro e pela vida), a percepção e qualidade têm de estar presentes. Se não, não é fazer amor, não é fazer carinho nem afeto. Não é fazer nada – pois não há troca. Só é mesmo, com a licença da palavra, "foder" com a cabeça e o corpo do outro.

Relações homem-mulher em transição:

"Não sei se caso ou se compro uma bicicleta."

Esta pichação encontrada no muro de uma rua de Salvador me fez pensar a que ponto chegou a desimportância dada atualmente ao casamento. Na verdade, o casamento como instituição garantidora de segurança, como conveniência para os cônjuges e troca de interesses entre as respectivas famílias já não existe mais como regra geral de uma sociedade. As pessoas estão buscando formas diferentes de acasalamento, onde o sentido de estar juntos e bem é o único a movê-las para uma relação de convivência. Segundo Badinter, "O casamento, não sendo mais um laço divino, nem a aliança de duas famílias, nem uma união econômica, é, para os que o praticam, uma última prova de ternura. Frequentemente ligado ao desejo de filhos, ele é o fruto de uma longa maturação e não o resultado de um desatino passionai. A



FCLP** 87.

coabitação tornando-se uma maneira banalizada de viver como casal, o momento do casamento sendo cada vez mais adiado, é fácil conceber que o tempo das primeiras paixões não é o da Instituição. Para aqueles, a tradicional lua-de-mel, que devia preparar a vida conjugal, não tem mais sentido. Agora esposa-se um amante que se conhece bem, por assim dizer, o amigo privilegiado.⁷

Não existe mais a idéia de eternidade, como foi expresso pelo Vinícius em seu célebre "Soneto da Fidelidade". Agora a fidelidade só existe quanto ao sentimento. Não se vive até a morte com alguém por fidelidade ao sacramento divino, às regras da sociedade, à honra do cônjuge e ao bem-estar dos filhos. Sabe-se que tudo é frágil e mutante e que o crescimento individual está condicionado ao crescimento da relação. Quando do momento da estagnação do relacionamento por motivos vários que não necessariamente o do fim do amor, aprende-se a renunciá-lo antes que ele se deteriore e esmague a individualidade de cada um. "A consciência de sua fragilidade é tão aguda que a ruptura é encarada como parte integrante do amor."⁸

Sabe-se que nem todos que se amam conseguem conviver bem. Por egoísmo, por um individualismo exacerbado, torna-se cada vez mais difícil o sacrifício e o devotamento. "A solução (das crises), sempre precária, passa por negociações sutis que têm, todas elas, por objeto, a satisfação do Ego. Quando este se sente lesado, incompreendido ou alienado, o casal perde toda razão de ser."⁹

Muitos casais optam por outras formas de convivência, alegando uma tentativa de não terem seus Egos sufocados. Por isso, decidem morar juntos mas em quarto separados, ou morar em casas separadas. Alguns dizem que essas opções são apenas uma fuga dos impasses e dissabores do cotidiano, um desejo de viver a relação em eterno estado de êxtase, prazer e gozo; uma prova de como as pessoas não sabem ceder, renunciar e compartilhar. Outros acreditam que são experiências muito positivas, que levam ao enriquecimento individual e do casal pela manutenção da liberdade e do espaço próprio de cada um; pelo direito de estar sozinho ou de estar a sós com outra pessoa; pela não obrigatoriedade de ter que acordar todo dia ao lado do outro; e por outras razões forjadas no dia-a-dia do casal.

Não creio que deva eu aqui formar juízos de valor sobre as diferentes opções. Acho válido que as pessoas experimentem o que quer que sintam melhor para seu processo de amar. Para usar outra frase do Freire, "cada ser humano há de amar conforme suas necessidades e possibilidades."¹⁰ E aí também configura-se não só a opção pelo espaço físico que o casal irá ou não dividir, como o espaço afetivo. Ouvimos o Caetano cantando: "Não importa com quem você se deite/ que você se deleite seja com quem for/ apenas te peço que aceite/ o nosso estranho amor",

para concluir mais adiante: "Ó maninha, deixe o ciúme chegar/ deixe o ciúme passar/ e si-gamos juntos". Ouvimos vários casais dizendo o mesmo. Ainda há pouco um amigo meu me confessou: "Ela pode dormir com quem quiser que eu não me importo. Eu só não quero que ela se apaixone por outro cara, porque aí eu vou ficar muito fera." Tudo isso me fez questionar como um relacionamento aberto a outras pessoas pode ser complexo e confuso. Como se pode deitar com outros parceiros, gostar de estar com eles e não se envolver de uma forma mínima que seja, às vezes suficiente para abalar a relação que se quer estável e intensa? Como evitar o componente sado-masoquista incluído na intenção honesta de se dividir tudo com o parceiro e a consciência de que se pode feri-lo com essa honestidade? E como impedir que os eventuais parceiros não se apaixonem, não se envolvam fortemente a ponto de quererem ser também prioridade nessa relação triangular?

Roberto Freire aponta para o fato de que o amor dos amantes plurais é como o amor de mãe "porque divide-se igualmente entre os filhos, e, entretanto, está inteiro em cada um deles."¹¹ Será que isso é verdade? Será que temos um coração assim tão flexível? E as nossas preferências? E a questão do tempo? Como podemos dividir o curto tempo que nos resta para relações afetivas interpessoais com tantos seres queridos? Não vai haver alguém a receber um quinhão maior de nossa disponibilidade? E os outros, se desejam a mesma parte para si, como ficam? Quem renuncia a quê e a quem?

Acho importante colocar a diferenciação que o Freire faz entre dois tipos de ciúme. Ele distingue entre "o ciúme, enquanto sentimento autoritário de propriedade das pessoas, do outro ciúme, algo que parece fazer parte do próprio amor e da natureza biológica do homem, fruto do sentimento de totalidade, de profundidade e de integralidade que julgamos só poder atingir nas relações amorosas exclusivas."¹² E acrescenta que o "ciúme produzido pelo autoritarismo, pela necessidade capitalista da posse das pessoas como se fossem dinheiro ou terra, nesse caso o ciúme é um elemento importante na política do poder."¹³ Esse ciúme, ele conclui, devemos combatê-lo com armas políticas. "O outro aspecto do ciúme é mais difícil de viver, sobretudo porque o confundimos com o autoritário e não usamos armas adequadas para enfrentar a dor que nos provoca e utilizá-la corretamente a serviço do próprio amor."¹⁴ "Ele pode doer e ferir tanto quanto o outro, mas devemos vencê-lo não com a violência, mas com a sedução."¹⁵ "A beleza da espécie humana é mais evidente – e de forma independente dos padrões estéticos tradicionais ou da moda – quando as pessoas, sentindo o risco da concorrência, exteriorizam e colocam em ação todos os seus potenciais na luta (ou dança) pela conquista do parceiro que deseja."¹⁶

Mas será que é tão fácil sermos sedutores justamente quando estamos mais fragilizados emocionalmente? Costumamos ouvir que só conquistamos alguém quando estamos bem conosco mesmos. Como vamos conquistar justo quem está a nos deixar os nervos em frangalhos? Pelo diálogo? Pela aparente indiferença? Pela beleza externa? Pela busca de outro parceiro que nos massageie o Ego e nos deixe prontos de novo para o jogo da sedução? Deveríamos deixar o ciúme passar, como pede Caetano? E a nossa auto-estima e amor próprio? Somos capazes de aceitar o parceiro de volta sem mágoa? Somos capazes de aceitá-lo com outro ainda? Como podemos não odiar nosso rival? Podemos acreditar que se quem amamos o ama (ou pelo menos sente-se atraído por ele), poderíamos nós também amá-lo? Quantas dúvidas me surgem quando me proponho a racionalizar o ciúme? E será que é possível racionalizá-lo?

Já não tenho certezas sobre o ciúme. Comecei a escrever sobre ele é sinto-me tomada por questionamentos. Quero desvendar novos caminhos, mas sinto que recorro ainda a todo um conjunto de referências culturais e morais antigo. Percebo que estamos muito pouco preparados para enfrentar as dores da transição. Já sabemos o que não queremos, mas não divisamos bem o que almejamos. A prática de novas formas de relação ainda encontra-se associada a velhas formas de pensamento, a valores e condicionamentos antigos, a formas de sentir arcaicas, aliadas a um superindividualismo. Queremos instituir novos conceitos, mas ainda utilizamos uma nomenclatura pejorativa e antiquada. Falamos de seres emancipados, livres e independentes, enquanto xingamos mulheres e homens de "galinha", "piranha", "viado", "frouxo", etc. Por isso, ao invés de falar de novas relações homem-mulher, preferi usar o termo "em transição".

O masculino e o feminino

"Quem dera/ pudesse todo homem compreender, oh mãe, quem dera/ ser o verão o apogeu da primavera/ e só por ela ser/ Quem sabe/ o Super-homem venha nos restituir a glória/ mudando como um deus o curso da história/ por causa da mulher".

Gilberto Gil

Hoje muitos músicos e poetas cantam a descoberta da androginia em cada um de nós como um fato positivo e humanizador do homem. "Um dia/vivi a ilusão de que ser homem bastaria/ que o mundo masculino tudo me daria/ do que eu quisesse ter/ Que nada/ minha porção mulher que até então se resguardara/é a porção melhor que trago em mim agora/ é a que me faz viver", canta Gil, associando à feminilidade sensações boas e necessárias, da mesma forma que Pepeu Gomes – "Ser um homem feminino/ não fere o

meu lado masculino/Se Deus é menina e menino/ sou masculino e feminino."

Analisando a letra de Pepeu, percebemos como ele desmonta a idéia tradicional do divino associado ao macho. Sempre pensamos em Deus como nosso Pai todo-poderoso, na civilização cristã-ocidental. Obviamente que numa sociedade patriarcal, o divino jamais poderia ser associado à fêmea. Entretanto, desde a Revolução Francesa, derubada da aristocracia – e do rei com um poder de direito divino – e a conseqüente separação da Igreja do Estado, a imagem de Deus-Pai foi-se enfraquecendo progressivamente. Caído o rei, pai de todos os súditos, o Deus que lhe concedeu os poderes foi abalado. Com o fortalecimento do capitalismo e a crescente incorporação da mulher no mercado de trabalho, a dicotomia homem/divino/poderoso-mulher/telúrica/ impotente foi perdendo o sentido.

Com o movimento da Contracultura, resposta ao extremismo da sociedade consumista, o homem, como Gil bem o diz em Super-homem, pode resgatar sua sensibilidade e feminilidade. O Super-homem não é mais identificado com o Supermacho, mas com um homem capaz de "mudar o curso da história por causa da mulher". A esse homem foi restituído o direito de chorar, brincar com o filho, curtir e assistir o parto da mulher, fazer carinho nas crianças, participar de sua educação. Esse homem hoje pode se adornar, ser vaidoso – usar anel, brinco, creme de beleza, roupas leves. Ele faz aula de dança ou de musculação, yoga e bioenergética. Mora sozinho e cozinha, lava roupa, e já consegue a guarda dos filhos em alguns casos de divórcio.

Em contrapartida, hoje, a mulher não é só admirada pela sua beleza e sensualidade, mas também pela sua inteligência, capacidade de decisão e independência. A mulher vai conquistando o direito à sexualidade e ao controle do seu corpo (apesar das controvérsias em muitos países sobre a legalização do aborto), a não obrigatoriedade de ser mãe.

"Os homens mais viris podem ser amados por sua feminilidade, as mulheres mais femininas por sua virilidade."¹⁷ Os adjetivos anteriormente atribuídos especificamente ao homem (decidido, firme, discreto, independente, ambicioso, dominador, seguro de si, combativo, lúcido, criador, obscuro, etc.) e à mulher (caprichosa, histérica, sensível, medrosa, frívola, tagarela, astuciosa, vaidosa, submissa, curiosa, intuitiva, etc.) estão sendo cada vez mais usados indiscriminadamente, independente do sexo. São as mutações da raça humana, cujo processo afeta radicalmente as relações homem-mulher, que, se ainda estão extremamente confusas, pelo menos já são bem mais honestas e verdadeiras. Seres portadores das essências masculina e feminina, e ainda assim incompletos, compreendemos bem que nenhuma relação poderá nos completar inteiramente. Como

seres multifacetados que somos, não podemos descobrir uma cara-metade inteiramente ajustável a nós. Sabemos, pois, que a solidão decorrente da constatação de sermos seres individuais e únicos, sem possibilidade de fusão perfeita, existe dentro de nós quando ainda estamos acasalados. Mas aprendemos a conviver com ela sem trauma. "Eu preciso aprender a ser só" anda lado a lado com o "eu quero aprender a viver com o outro". Não desistimos dessa vivência com o outro, pois sabemos que ela já não aniquila a vivência que temos de/com nós mesmos.

"Andrógino imperfeito, nossa complexidade nunca é total. O aprendizado da solidão é uma força e não uma finalidade. Ela permite uma exigência extrema na relação do casal, como a fusão de duas entidades respeitadoras de sua liberdade mútua."¹⁸

Por que escrever sobre o amor?

A que conclusão podemos chegar, além das inconclusões próprias a tema tão aberto e complexo? Que conclusão tirar de nossas mil formas de amar e desamar? Se cada um opta por uma face da verdade "conforme seu capricho, sua ilusão, sua miopia"¹⁹, como optar por uma verdade para o amor? Tudo o que foi dito por mim serve a cada um de acordo com sua interpretação de vida. O próprio Freire diz que "Estamos hoje certos de que o amor não foi feito para ser compreendido, mas apenas vivido. (...) Do amor só se pode fazer necropsia, jamais biópsia."²⁰ E pergunta: "Então, por que escrevemos sobre o amor?"²⁰

É esta a pergunta que me faço agora. Às vezes, penso que é só por vontade de desobedecer aos conselhos de nosso Drummond, como se desobedecê-lo agora fosse a melhor homenagem póstuma (bem nietzschiana) a:

O SEU SANTO NOME

Não facilite com a palavra amor.
Não a jogue no espaço, boia de sabão.
Não se inebrie com seu engalanado som.
Não a empregue sem razão acima de toda
[razão (e é raro).
Não brinque, não experimente, não cometa a
[loucura sem remissão
de espalhar aos quatro ventos do mundo
[essa palavra
que é toda sigilo e nudez, perfeição e exílio na
Terra.
Não a pronuncie. □

Adriana de Oliveira Nunes é aluna do quarto semestre do curso de Comunicação (UnB).

A versão original deste texto foi apresentada ao professor Luís Humberto M. Pereira, como trabalho final da disciplina "Estudos Culturais", no Depto. de Comunicação/UnB (primeiro semestre de 1987).

Referências Bibliográficas

1. Freire, Roberto. *Sem tédio não há solução*. Ed. Guanabara, p. 130.
2. Milan, Betty. *O que é Amor*. São Paulo, Brasiliense, p. 37.
3. Freire, Roberto. *Utopia e Paixão*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, p. 96.
4. *Ibid.*, p. 100.
5. *Ibid.*, p. 94.
6. *Ibid.*, p. 94.
7. Badinter, Elisabeth. *Um é o Outro*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 286-7.
8. *Ibid.*, p. 286.
9. *Ibid.*, p. 286.
10. Freire, Roberto, *Utopia e paixão*, Rio de Janeiro, Ed. Rocco, p. 99.
11. *Ibid.*, p. 104.
12. *Ibid.*, p. 104.
13. *Ibid.*, p. 104.
14. *Ibid.*, p. 105.
15. *Ibid.*, p. 105.
16. *Ibid.*, p. 105.
17. Badinter, Elisabeth. *Um é o Outro*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 283.
18. *Ibid.*, p. 279.
19. Andrade, Carlos Drummond de. *Corpo*, Rio de Janeiro, Ed. Record, p. 42.
20. Freire, Roberto, *Utopia e paixão*, Rio de Janeiro, Ed. Rocco, p. 94.
21. *Ibid.*, p. 94.

Bibliografia Adicional

1. Alves, Denise, *O desencontro marcado*. Petrópolis, Vozes.
2. Souza, Eliane Levy – artigo publicado na revista *Desfile*, Rio de Janeiro, Ed. Bloch, julho de 1987, p. 131.

Resumen

EL AMOR QUE ES VIDA

"Por qué escribir sobre el amor?" Una joven estudiante se interroga mientras se inclina sobre sentimientos y emociones, sobre las mil formas de amar y de desamar de su generación, buscando alcanzar y afirmar el amor que es vida.

Abstract

THE LOVE THAT IS LIFE

"Why write about love?" While mulling over feeling and emotions, a young student ponders on the myriad forms by which her generation falls in and out of love, in a quest to attain and affirm the love that is life.



Figura 5. Visão de Isaías, conforme trabalho do século II de Reichenau, Alemanha²⁴.

A dracunculose e as Escrituras uma hipótese de correlação

A Bíblia foi e continuará sendo uma fonte inesgotável de informação e inspiração para novas descobertas e interpretações. Um dos aspectos de interesse sempre renovado é o relacionamento entre as descrições dos males que afligiram o povo hebreu, bem como as leis que lhe foram impostas, e os modernos conhecimentos sobre aspectos médicos e sanitários que norteiam as afecções e moléstias correspondentes do homem, conforme elas são abordadas em nossos dias. A hipótese de correlação da dracunculose, uma afecção de grande importância social, com relatos bíblicos já foi feita anteriormente, mas um estudo mais aprofundado sobre essas associações do ponto de vista do simbolismo místico, criação artística e comportamento humano ainda merece uma reflexão mais ampla.

Luiz R. Travassos

A Bíblia é olhada por muitos como o maior monumento já erigido até hoje, que procurou, dentro das limitações e circunstâncias da época, apresentar, discutir e codificar os princípios morais, éticos e teológicos que determinaram a evolução de toda a civilização ocidental. Constituições e leis foram escritas e inspiradas em ensinamentos da Bíblia. Por outro lado, o Pentateuco, ou os cinco livros de Moisés, é, dentro de sua conotação de texto escrito sob inspiração divina, um documento até hoje intensamente estudado, quer pelos religiosos que esperam ainda descobrir mensagens ocultas não inteiramente decifradas, quer por cientistas e historiadores que procuram nos seus versos indícios ou sinais de realidades objetivas que possam ser abordadas por metodologias modernas. Fascinantes são, por exemplo, as descobertas arqueológicas e a tentativa de reconstrução de elementos históricos ou da vivência antiga de nossos precursores. A confirmação do texto bíblico passou a ser obsessão de muitos. A interpretação figurativa ou simbólica foi preferida por outros. A colocação do texto bíblico e de suas mensagens, dentro de um contexto de comportamento psicológico, sem negar qualquer atributo divino, é ainda outra tendência que tem fornecido resultados promissores. A simples colocação histórica factual, com a conseqüente negativa teológica, leva em geral a uma dialética estéril e afasta-se da mensagem central do documento. A tentativa de colocação da tradição bíblica dentro de uma tradição cultural mais ampla, universal, é muito utilizada hoje por filósofos e historiadores, mas pode dispersar a focalização de aspectos específicos que somente têm uma significação própria dentro de uma realidade de costumes, crenças e pressões sociais e hierárquicas que eram características do povo

hebreu e de seus vizinhos. A dracunculose é um exemplo de um episódio de ampla ocorrência, mas que apresentou repercussões próprias e citações especiais que deram origem a variadas interpretações e associações de idéias de maior ou menor abstração, que ainda hoje merecem reflexão. Representa mais uma experiência para o entendimento do comportamento humano, antigo e presente.

Alguns dados históricos e formação de uma hipótese

O verme da dracunculose é reconhecido desde a antiguidade até os nossos dias. Foi dito que as serpentes abrasadoras que atacaram os israelitas perto do mar vermelho eram *Dracunculus*: a doença foi reconhecida e denominada por Galeno (*Dracunculus* = *L. pequeno dragão*). "Se qualquer um abandonar suas noções preconcebidas e tiver o trabalho de ler a narrativa histórica de Kuchenmeister sobre o *Dracunculus*, creio que achará muito difícil resistir à conclusão de que Moisés foi o primeiro relator deste assunto; e ainda terá necessidade de acreditar que as serpentes abrasadoras que afligiram os filhos de Israel durante sua estadia na vizinhança do Mar Vermelho eram, nem mais nem menos, que espécimes de *Dracunculus*"¹. Geograficamente os israelitas estavam perto do Golfo de Akaba onde o verme é endêmico.

Agatharchidas de Cnidus, que viveu no segundo século antes de nossa era e foi tutor de um dos filhos de Ptolomeu VII, assim descreve a moléstia: "a população recolhida enferma no Mar Vermelho sofria de ataques muito estranhos de vermes desconhecidos e entre eles pequenas cobras que saíam dos pacientes, mordiam suas pernas e braços, e,

quando tocadas, se retraíam, enrolavam-se nos músculos e lá provocavam dores insurportáveis". Foi sugerido que a proibição de certos alimentos pela lei Mosaica foi baseada no conhecimento da infestação de vários deles por parasitos, sendo a dracúncula um deles². Para estabelecer-se esta opinião, no entanto, as passagens do Velho Testamento não são muito claras e as evidências pouco elucidativas. Até o segundo século, Soranus e outros, incluindo Galeno, ainda não consideravam o parasita como um animal vivo, descrevendo-o como uma concreção nervosa³.

Definição da enfermidade

A dracunculose é uma infecção causada pelo parasita *Dracunculus medinensis* (Lineu 1758), ou a filaria de Medina. O nematódio infectante habita nos tecidos subcutâneos e intermusculares do homem e animais domésticos na Índia, África – desde o Egito ao Atlântico – e Arábia. No Brasil, houve um foco em Feira de Santana (Bahia), hoje extinto, certamente trazido por escravos africanos. No presente, a dracunculose ocorre principalmente no subcontinente da Índia e África Ocidental, onde cerca de 10 milhões de pessoas vivendo em áreas rurais podem estar afetadas. Como a manutenção desta infecção é dependente basicamente da ausência de fontes adequadas de água potável, existem programas para garantir esse suprimento em áreas endêmicas, no que é chamada a "International Drinking Water Supply and Sanitation Decade (1981-1990)"⁴.

A "filaria" fêmea, que pode atingir 90-100 cm por 1 mm de diâmetro, emerge diretamente através da pele, nos membros inferiores usualmente entre os ossos do metatarso e sola do pé⁵. Os vermes adultos emergem 10-



Figura 1. *Dracunculus medinensis*. Vesícula cutânea de onde logo emergirá um verme fêmea que descarregará larvas ativas na água (De paciente do Rajasthan, Índia; fotografia de P. C. Beaver)²².



Figura 2. Fêmea adulta de *D. medinensis* parcialmente removida de uma lesão ulcerada no dedo do pé (De Faust, apud Castellani e Chalmers)²².

14 meses após a ingestão pelo homem de água contaminada com um microcrustáceo, que serve como hospedeiro intermediário, o *Cyclops*. É o contato com a água que faz com que a hérnia do útero da filaria fêmea se rompa e liberte os embriões, que são então ingeridos por várias espécies do gênero *Cyclops*. Os embriões perfuram a parede do microcrustáceo e se fixam em seus músculos. Alcançam aí 1 mm, após 2 semanas e 2 mudas, estando agora suficientemente diferenciados para iniciar uma infecção após a ingestão da água contaminada com o crustáceo. As larvas infectantes, quando penetram na parede intestinal ou do estômago do indivíduo infectado, amadurecem e acasalam, com a morte subsequente dos vermes machos. A migração da filaria fêmea é, como já foi dito, lenta, e sua emergência é precedida de sintomas alérgicos generalizados, urticária, febre, náusea, vômito e diarreia. É usualmente acompanhada por uma sensação de queimadura e logo por uma vesícula que se rompe para formar uma úlcera no local da emergência. Na palpação, nota-se um cordão serpenteado e intumescido, logo abaixo da pele, ou no centro de um abscesso. A ferida pode se infeccionar secundariamente e a rutura interna do verme pode determinar flegmão difuso e gangrena⁵. Nesta infecção, não se desenvolve imunidade, de modo que pessoas em áreas endêmicas podem ser reinfectar um ano após o outro⁶.

A dracunculose representa um grave problema social e econômico, porque os indivíduos afetados sofrem grande dor na emergência das filarias, têm os membros inferiores inchados, artrite local e infecção secundária. Não raro, ficam incapacitados de trabalhar nas zonas rurais e até de andar por longos períodos.

Os vermes logo que emergem em contato com a água podem ser pinçados e, aos poucos, serem enrolados numa pequena haste, cerca de 3 a 4 cm por dia. No fim de 20 a 25 dias, o verme pode ser extraído por completo. Este tipo de extração tem sido feito tradicionalmente há séculos, tomando-se a precaução de não romper o verme, o que exacerbaria a inflamação. As vítimas da dracunculose devem se vacinar contra o tétano, que é uma complicação secundária freqüente. Alguns vermes podem ser removidos cirurgicamente. A anestesia com clorofórmio ou cocaína pode favorecer a retirada sem resistência das filarias.

Hipótese de associação com as Escrituras

A associação da dracunculose com as referências encontradas nas Escrituras é uma hipótese. Obviamente, serpentes verdadeiras infestavam os locais onde peregrinou o povo hebreu. É referido ainda que serpentes mor-

deram o povo, o que pode, no entanto, ser interpretado em duplo sentido: mordida ou picada externa, ou emergência para o exterior de uma filaria interna. A referência a várias mortes que teriam ocorrido em função do ataque das serpentes não está muito de acordo com o que se conhece hoje da dracunculose, que raramente é fatal⁶. No entanto, a ocorrência de infecções secundárias progressivas, incluindo o tétano, formação de abscessos e gangrena, que pode ter acompanhado a dracunculose de nossos ancestrais, principalmente considerando-se uma população pouco instruída para enfrentar tal epidemia, pode ter provocado um número considerável de casos fatais. Também não há referência aparente nas Escrituras aos sintomas característicos do envenenamento por víboras, inclusive a víbora da Palestina (*Vipera palestinae*), cujos mecanismos de injúria e morte incluem a paralisia respiratória provocada pela circulação de uma neurotoxina, hemólise e hipotensão. A dor, formação de vesículas e edema não são constantes no envenenamento por víboras (freqüências de 65,40 e 74%, respectivamente⁷) sendo, no entanto, características da dracunculose.

O que mais chama a atenção para uma associação da dracunculose com as citações bíblicas são idéias e vocábulos que incluem a noção de ardência, queimadura, despedaçamento, bem como o inescapável simbolismo da haste enrolando a serpente de bronze, que serviu durante muito tempo como espécie de ídolo de cura para a população afetada, conforme será visto a seguir. Além disso, ataques por serpentes são em geral episódios isolados, e a descrição nas Escrituras dá idéia de uma epidemia que, pelo grande número de pessoas afetadas, exigiu um comando especial de Deus. Tal realidade está mais condizente com a ingestão, por grande parte da população, de água contaminada com microcrustáceos albergando a microfilaria, principalmente em regiões onde o suprimento de água potável renovável, ou corrente, proveniente de minas naturais deveria ser mais raro.

Relações específicas de textos e palavras

A relação entre a dracunculose e as Escrituras envolveria não somente a simples correlação entre vocábulo, nomes e adjetivos, mas uma intensa associação de idéias, de efeito mais profundo. Não seria esta tarefa, no entanto, de procurar as possíveis correlações uma pretensão absurda do autor, julgando possuir discernimento suficiente em terreno tão explorado e tão sujeito a controvérsias e, no mínimo, exaustivamente estudado? Acalmaram-me, contudo, as palavras dos próprios sábios:

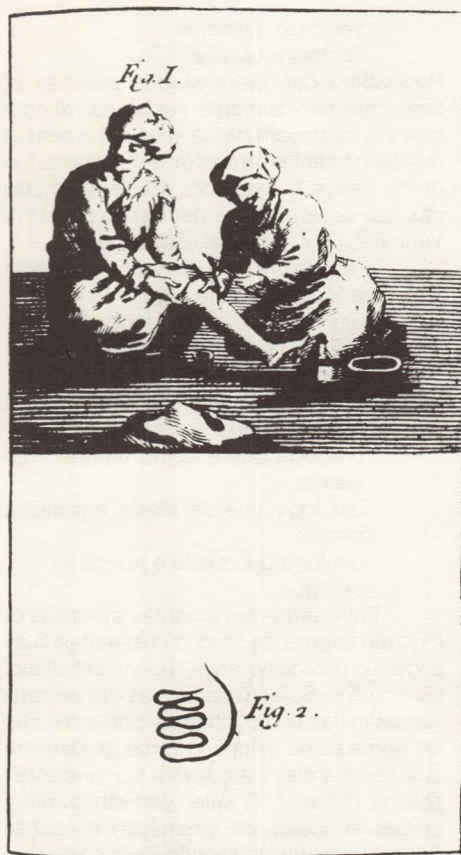


Figura 3. Remoção da "filaria" da dracunculose (de Andry, 1741); Plate II, A History of Parasitology³.

"Não é minha palavra como um fogo, diz o Senhor, e como um martelo que quebra a rocha (pedra) em pedaços?" (Jer. 23:29); "como o martelo causa o lampejo de numerosas faíscas, assim também um verso das Escrituras é capaz de muitas interpretações" (Sanh. 34a).

Doces, contraditórias Escrituras Amargas também, tristes, lamentosas, Mensagens para as gerações futuras, Ainda que dramáticas, tormentosas. Responde aos risos e às vãs ironias A firme serenidade da lei.

E tu! Era de temor que tremias, Aos pés do pergaminho feito rei? Não será esta, sublime idolatria, Ainda que a palavra nele apareça, Forte, divina, impedindo a anarquia, Para que teu povo nunca se esqueça? E tu, que interpretas aqueles versos, Não temes o erro em conceitos adversos?

As citações que merecem reflexão são as seguintes: "... te conduziu pelo deserto grande e temível em que há cobras, serpentes, abrasadoras e escorpiões (bamidbar hagadol vehanorah nahash saraf veakrav)" (Deut 8:15), e "E enviou o Eterno para o povo as serpentes abrasadoras e morderam o povo; e morreu muita gente de Israel (Vaishalach Adonai baam et hanehashim haserafim...)" (Num 21:6). Algumas traduções preferem serpentes ardentes, de fogo, ou até, mais livremente, venenosas. O texto em hebraico refere-se a *hanehashim*, plural de *nahash*, serpente, cobra, mas que também quer dizer encantamento, presságio, mostrando que a serpente sempre foi um animal de alguma maneira associado a fenômenos sobrenaturais. De animal maléfico, traiçoeiro e mortal, a ente protetor e até sagrado, a serpente circulou nas culturas antigas dentro das mais variadas concepções. Uma ilustração, por exemplo, pode ser encontrada no capítulo onze, apocalíptico, do Bhagavad-Gita. A resposta de Arjuna à revelação de Krishna refere-se ao caráter sagrado das serpentes:

"Ah, my God, I see all gods within your body;
Each in his degree; the multitude of creatures;
See Lord Brahma seated upon his lotus;
See all the sages and the holy serpents⁸."

A palavra *haserafim*, traduzida como ardentes, abrasadoras, usa a raiz *saraf*, queimar, despedaçar, que estaria adequado nos dois sentidos para descrever a dracunculose. A utilização da palavra *saraf*, no singular, como serpente, ao lado de seu outro sentido, relacionado à ardência, ao fogo, induz os tradutores a incluir o adjetivo *serpente abrasa-*

dora para englobar todos os atributos da palavra *saraf*.

Veneração da serpente de bronze

"E disse o Eterno a Moisés: faz para ti uma serpente abrasadora (*saraf*) e põe-na sobre uma haste; e acontecerá que todo aquele que for mordido, olhando para ela, viverá" (Num 21:8). A associação entre o modo de se retirar a dracúncula do paciente infestado e a referência a uma haste em Num 21:8 parece possível. Novamente a língua hebraica oferece duplo sentido a palavra *nes*, que quer dizer haste, estandarte, mas também milagre. A serpente de bronze tratar-se-ia de um sinal de forças mágicas, funcionando como um ídolo de cura dos feridos. Segundo lembra Werner Keller, o ídolo da serpente relaciona-se com "o bastão de serpente, da antiga Suméria, que aparece em um vaso, dedicado a Ningizzida, deus da vida, bem como o bastão de Esculápio, deus da medicina dos gregos, mais as inúmeras serpentes sagradas do antigo Egito⁹". Gressmann (1921-1927)¹⁰ sugere que Jetro, um sacerdote mitanita e sogro de Moisés, tenha introduzido o culto à serpente. Tal explicação resolveria uma das contradições do texto bíblico que consistentemente reafirma a proibição de construção de qualquer tipo de imagem, em particular de répteis ou qualquer outro animal. "Não vos corrompais fazendo para vós uma estátua de imagem de qualquer forma... semelhança de qualquer réptil que se arraste na terra... (*tavnit col remes baadamá*)" (Deut 4:16-18).

Ainda, segundo o relato de Keller⁹ num sítio arqueológico, onde provavelmente habitaram mitanitas, Beno Rothenberg encontrou um ídolo de serpente, em parte dourado, de comprimento curto (12 cm). Esta peça, encontrada em Timna e pertencente ao Museu Haaretz de Tel Aviv, foi exposta em 1973 em várias cidades da Alemanha. "A pequena e delicada serpente, de brilho dourado, estava no tabernáculo de um santuário de tenda"⁹.

A serpente de bronze que Moisés fabricou somente foi destruída pelo rei Ezequias (Hezekiah) justamente porque a população oferecia preces (sacrifícios) a ela. "E ele fazia o que era direito aos olhos de YHVH segundo tudo o que David seu antepassado tinha feito. Foi ele que removeu os altos lugares e despedaçou as colunas, e decepou o Asherah (poste sagrado) e quebrou em pedaços a serpente de bronze (latão) que Moisés tinha feito; pois até aqueles dias os filhos de Israel tinham-lhe queimado incenso; e foi chamada *Nehushtan* (objeto de latão)" (2Reis 18:3-4). Outra associação de idéias inescapável é a mesma raiz das palavras *nahash* e *nehoshet* (*nehushti*) cobre, latão, bronze, de modo que a palavra *nehushtan* pode ser traduzida como serpente de bronze.

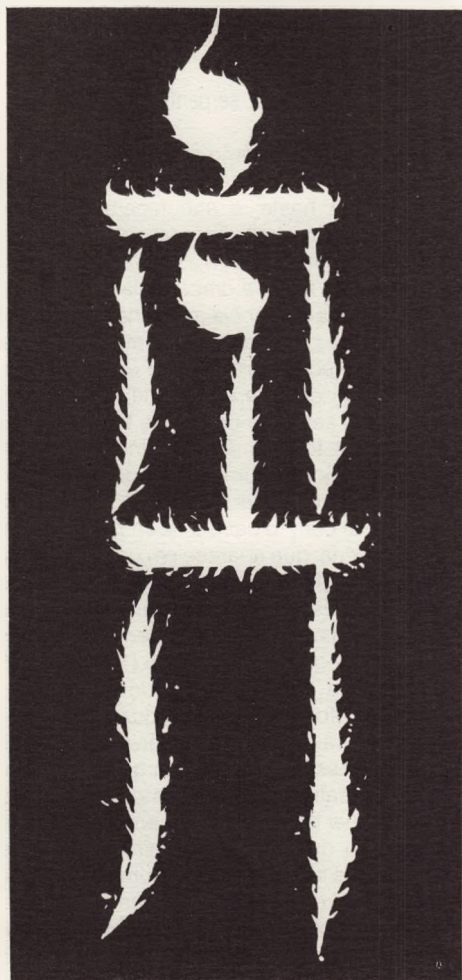


Figura 4. Representação do Kavod ou Glória Divina, composta em fogo negro e branco, e referido em Ezequiel como "o aparecimento do homem" (O nome divino como Adam Kadmon)²³.

Relação entre as serpentes abrasadoras e os serafins

Alguns pensam que originalmente os serafins eram deuses pagãos na forma de serpente. Serpentes eram ainda imaginadas como sendo animais lendários com asas. "Porque da raiz da serpente sairá uma cobra venenosa (basilisco) e seu fruto será uma (ardente) cobra voadora" (Isaías 14:29); "... através da terra da dor e da angústia, de onde vem a leoa e o leão, a víbora e a (ardente) serpente voadora..." (Isaías 30:6). De que forma a figura da serpente ardente (saraf) passou a personificar seres espirituais habitando com Deus como anjos (serafim) é motivo de especulação. As serpentes abundavam na Palestina. Elas foram consideradas como instrumentos de Satã (Gen. 3: 1-5,13), ou figuras mitológicas: "Naquele dia YHVH com a sua espada dura e grande punirá o leviatã, a serpente deslizador, e o leviatã, a serpente sinuosa e matará o dragão que está no mar" (Isaías 27:1); "... e embora eles se escondam de minha vista no fundo do mar, comandarei a serpente e ela os morderá" (Amós 9:3).

Creio que não foram os atributos de cobra da palavra saraf que justificam a associação mas aqueles de ardência, fogo. E a proximidade entre o fogo, ou as chamas ardentes e o Eterno, é sugerida em várias ocasiões, inclusive sendo elas manifestações ou mensageiros intermediários Dele. "Tens por mensageiros os ventos e por ministros chamas de fogo (Osse malachaiv ruhot meshartaiv esh lohet)" (Salmos 104:4); "Apareceu-lhe um anjo (malach, mensageiro) de YHVH em chama de fogo" (Êxodo 3:2); "E do meio do fogo ouviu suas palavras" (Deut 4:36) e de modo ainda mais dramático: "Face a face o Eterno convosco do meio do fogo (panim befanim diber Adonai imachem bahar mitoch haesh)" (Deut 5:4). No Hino dos Céus de Yannai¹¹, aparece esta descrição não menos tocante:

"Pois Tu move-se em um querubim e voa no vento;
Teu caminho é um furacão, Tua estrada é uma tempestade;
Tua direção é através das águas.
Chamas de fogo são Teus Emissários – milhares de milhares, e miríades de miríades,
Que se transformam em homens, transformam-se em mulheres,
Em ventos e em demônios; que assumem todas as formas
E cumprem toda a missão, com medo, espanto, reverência,
Tremor, terror, agitação..."

E de Amittai ben Shephatiah¹²:

"Quando ele (Moisés) viu a figura de Saldafon,
Acometeu-lhe uma angústia, pois

seu fogo consome
Tochas e brasas".

Reveladora das propriedades plásticas do fogo, que não somente nunca se extingue quando de origem divina, mas pode criar ou moldar diferentes formas (eventualmente fundindo metais e ligas para esculturas metálicas, leia-se serpentes ardentes) é a poesia de Yannai¹³, Fogo celestial (Esh asher hi):

"Agora um anjo do Senhor apareceu a Moisés em um fogo ardente,
um fogo que devora fogo
um fogo que queima coisas secas e úmidas
um fogo que se ilumina no meio da neve e do gelo
um fogo que é como um leão que rasteja
um fogo que se revela em muitas formas
um fogo que existe e nunca se extingue..."

Entre serpentes ardentes e chamas de fogo (ou línguas de fogo, ou labaredas) a associação parece possível. No livro cabalístico da criação – *Sefer Yetzirah* – as dez sefirot são definidas como "chamas cintilantes cujo fim perde-se no infinito. O verbo de Deus circula nelas e elas executam a todo instante a palavra divina"¹⁴. O *sefer yetzirah* combina ambas as idéias de emanação e criação. Deus é imanente no sentido de que as sefirot (princípios numerados), as formas, são um resultado da emanação de Seu espírito e Ele transcende quando a matéria que foi moldada para a construção do mundo é um produto de Sua atividade criadora¹⁵. Uma das sefirot é o fogo, e com ele é esculpido o trono de honra (Ezeq 1:26-27), os Ofanim (rodas celestes), os Serafim, os Haiot hakodesh (animais santos) e os anjos servidores; fez Seus anjos e Seus espíritos ministros se movendo no fogo.

A visão de Isaías e os Serafim

Do que foi dito, parece clara a associação de idéias que leva a uma correlação sobrenatural entre serpentes ardentes – serafim – e as chamas de fogo através das quais ocorre direta manifestação divina. Talvez para "purificar" o conceito de Serafim de outras conotações mitológicas ou diabólicas, a visão de Isaías procura "humanizar" os Serafim: "Acima dele (do trono de YHVH) havia Serafim de pé. Cada um tinha seis asas. Com duas cobria sua face, e com duas cobria seus pés, e com duas voava. E este clamou para aquele e disse Santo, Santo, Santo é o Senhor dos exércitos. A plenitude de toda a terra é sua glória (Kadosh, Kadosh, Kadosh, Adonai ts'vaot meló col-haaretz qvodó)" (Isaías 6:2-3). "E voou para mim um dos Serafim e na sua mão havia uma brasa viva que ele tirara do altar com uma tenaz" (Ibid, 6). É curioso que

um dos **Serafim**, que como anjo não é dotado de corpo, sendo inteligência separada da matéria¹⁶, necessite de uma tenaz para retirar uma brasa viva do altar, como se se protegesse de uma queimadura muito humana! Mas logo "passou a tocar minha boca com a brasa e dizer: Eis que isto tocou os teus lábios e teu erro sumiu e o próprio pecado teu, está expiado" (Isaías 6:7). Esta purificação pela brasa viva lembra o processo de "casherização" de superfícies utilizados por algumas comunidades ortodoxas ainda hoje.

Conclusão

Associações como as que se fizeram neste artigo podem, desde logo, ser criticadas de mil e uma formas. A idéia principal foi unir o fato objetivo à interpretação subjetiva, mesmo que o fato em si possa ser motivo de especulação. Mas não é assim que funciona em tantos casos a ciência? Não são os dados experimentais tantas vezes produtos de artefatos ou resultantes de interpretação subjetiva? "Que inépcia cometem os que – à feição dos materialistas – inconsideravelmente tomam o objetivo como se ele fora absolutamente dado, sem dar importância alguma ao elemento subjetivo! Como se o objetivo pudesse existir sem o subjetivo! Um objeto sem sujeito!"¹⁷ Numa frase feliz de Carl Sagan, "... os processos do pensamento racional não representam fins em si mesmos, mas devem ser percebidos no contexto mais amplo da prosperidade humana, a natureza e a direção dos esforços racionais e analíticos devem ser determinadas em grande parte por suas implicações humanas fundamentais, como demonstra o pensamento intuitivo"¹⁸. A necessidade mística do homem decorre, em minha opinião, de dois aspectos fundamentais em sua vida: as experiências mais ou menos traumáticas de seu nascimento e o medo não elaborável da morte. "Todo ser humano, sem exceção, já viveu uma experiência como a dos viajantes que retornam da terra dos mortos: a sensação de voar, a saída da escuridão para a luz, uma experiência em que, ao menos algumas vezes, se pode perceber uma figura heróica, coberta de luz e glória. Há apenas uma experiência comum que se ajuste a esta descrição. Chamam-na nascimento"¹⁹. É esta sensação renovada que inspira e molda as visões, dentro do contexto das realidades circunstanciais e utilizando elementos do mundo visível. E, quanto mais abstratos se tornam esses elementos, maior é a perplexidade do homem e maiores seus esforços visando transcender para planos considerados superiores de apreciação cosmológica. A perplexidade ou paradoxo existencial é expresso com incontida fé na poesia "Paradoxo" (Siba veila umamid), de Sa'adiah Longo²⁰:

"Eu encontrei no Deus Vivo a causa e

apoio de todo Ser.

Oculto embora revelado, eu O vi com o olho de minha mente.

Fazedor de opostos e no entanto Um, eu O chamei singular e único.

Quando perguntado: "Como isto pode ser?", eu respondo: se soubesse, eu seria Ele!"

A irreversibilidade da morte é outro fator de criação mística. Como pondera Elias Canetti, "todas as pessoas que morrem são mártires de uma futura religião mundial" e, atônito, especula que "não há meios de dizer o que o povo acreditará no momento em que tiver abolido a morte do mundo"²¹.

Nascimento e morte. Luz e trevas. Esses são os opostos que condicionam as fantasias do homem. Dracunculose foi o tema. Filarias penetram e evoluem nas trevas. Perfuram a pele, encontram a luz e despejam seus embriões no imenso lago amniótico. Homens gemem de dor e morrem. Trevas. Devem olhar para a serpente ardente em efígie, ídolo proibido dourado, que se transmuta na serpente voadora, que finalmente emerge humanizada na figura do anjo de seis asas que habita no fogo, junto ao Rei supremo, coberto de luz e glória.

As imagens acima podem parecer remotas e produtos de relatos místicos já modificados ao longo dos tempos. Contudo, quadros contemporâneos do mestre Salvador Dalí revivem o simbolismo destas criações sob uma coloração surrealista. Na homenagem aos irmãos Marx, o quadro dedicado a Harpo, além das inevitáveis correlações com Nero, traz numerosas girafas flamejantes, cujos longos pescoços soltando labaredas de fogo são representantes atuais dos dragões e serpentes abrasadoras dos antigos. A morte como fator de criação mística, inclusive acompanhada dos anjos mensageiros, é tema de outra obra de Dalí, "Les Anges de la Mort" (1955) onde uma série de caveiras contrasta com a leveza esvoaçante de anjos negros que as rodeiam individualmente, embora, sem qualquer confusão com os **Serafim** pelo fato de conterem apenas um par de asas. □

Luiz R. Travassos é médico e professor titular da Escola Paulista de Medicina, além de membro titular da Academia Brasileira de Ciências e pesquisador na área de bioquímica e imunológica de microorganismos. Publicou até hoje cerca de 90 trabalhos, entre artigos científicos em revistas especializadas, comunicações a congressos e sociedades científicas e capítulos de livros.

Notas e Referências Bibliográficas

1. Cobbold, T.S. 1864 Entozoa; an introduction to the study of helminthology. London: Groombridge.
2. Hoeppli, R. 1959 Parasites and parasitic infections in early medicine and science; Singapore: University of Malaya Press.
3. Foster, W.D. 1965 A History of Parasitology. E & S Livingstone Ltd., Edinburgh and London.

4. Hopkins, D.R. 1983 Dracunculiasis: An eradicable scourge. In Epidemiological Reviews, vol. 5., Baltimore; The Johns Hopkins School of Hygiene and Public Health; pp. 208-219.

5. Pessoa, S.B. 1958 Parasitologia Médica; Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, RJ 5ª edição; pp. 809-810.

6. Hopkins, D.R. 1985 Dracunculiasis. In Cecil's Textbook of Medicine; J.B. Wyngaarden and Lloyd H. Smith, editors; 17th edition; W.B. Saunders Co., Philadelphia, USA; p. 1828.

7. Sanford, J.P. 1985 Snake Bites. In Cecil's Textbook of Medicine; J.B. Wyngaarden and Lloyd H. Smith, editors; 17th edition; W.B. Saunders Co., Philadelphia, USA; pp. 1841-1943.

8. Huxley, A. 1985 The Perennial Philosophy. Triad Grafton Books, London. Segundo notações do autor, entre as muitas traduções desta Escritura Hindu, a melhor, do ponto de vista literário é a de Swami Prabhavananda e Christopher Isherwood (Los Angeles, 1944).

9. Keller, W. 1981 E a Bíblia tinha razão...; tradução de Und die Bibel hat doch recht, de J. Tavora e T.L.S. Arneitz; 11ª edição; Melhoramentos, São Paulo, SP.

10. Gressmann, H. 1921 Die älteste Geschichtsschreibung und Prophetie Israels; 1927 Altorientalische Texte und Bilder zum Alter Testament; citados por Werner Keller (citação 6).

11. Yannai, 1981 Hymn from the heavens. In The Penguin Book of Hebrew Verse; translated and edited by T. Carmi; Penguin Books, England; pp. 218-219; traduzido para o português pelo autor do ensaio.

12. Shephatiah, Amittai ben 1981 Moses' journey through heaven. In The Penguin Book of Hebrew Verse; translated and edited by T. Carmi; Penguin Books, England; pp. 238-239; trecho traduzido para o português pelo autor.

13. Yannai, 1981 The celestia! fire. In the Penguin Book of Hebrew Verse; translated and edited by T. Carmi; Penguin Books, England; p. 221; traduzido para o português pelo autor.

14. Papus (Gerard Encausse) 1983 A Cabala; tradução de La Cabbale, Tradition secrète de l'Occident, de J.M.P. Bilycz; Editora do Brasil, São Paulo.

15. Epstein, I. 1982 Judaism. 13th edition; Penguin Books, England; Cox & Wyman, Ltd.

16. Maimonides (Rabbi Moshe ben Maimon) 1983 Guia de Perplejos (Moreh nebukin). Edición preparada por David Gonzalo Maeso; Editora Nacional; Torregalindo, 10; Madrid 16.

17. Schopenhauer, A. 1960 Da necessidade metafísica do homem; tradução de Über das Metaphysische Beduerfniss des Menschen de A.V. Veloso; Editora Itatiaia Ltd., Belo Horizonte, MG.

18. Sagan, C. 1982 Os dragões do Eden; tradução de The dragons of Eden, de S.A. Teixeira e M.G.D Oliveira; 2ª edição; Livraria Francisco Alves Edit., Rio de Janeiro, RJ.

19. Sagan, C. 1981 Broca's Brain. Ballantine Books Edition; 6th printing; USA. (trecho usado traduzido por C.A. Medeiros na edição em português, O Romance da Ciência, Francisco Alves, RJ).

20. Longo, S. 1981 The Paradox. In The Penguin Book of Hebrew Verse; translated and edited by T. Carmi; Penguin Books, England; p. 460; traduzido para o português pelo autor.

21. Canetti, E. 1978 The Human Province. The Seabury Press, New York, NY; translated from Die

Provinz des Menschen by J. Neugroschel.

22. Faust, E.C., Russell, P.F. & Jung, R.C. 1970 Craig and Faust's Clinical Parasitology; 8th edition; Lea & Febiger, Philadelphia, USA.

23. Halevi, Z. b. Shimon 1985 Kabbalah. Tradition of hidden knowledge. Thames and Hudson, Reprinted in Yugoslavia; p. 39 "O Shem ha-Meforash, nome especial de Deus transmitido a Moisés, pode ser visto, em arranjo vertical, simulando o Adam Kadmon, o homem primordial". As letras hebraicas Yod, He, Vav, He, são representantes em conjunto por YHVH como no texto.

24. Ibid, p. 60 Vision of Isaiah, from ms. Book of Isaiah, Reichenau, Germany 11th c.

Resumen

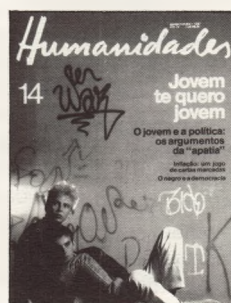
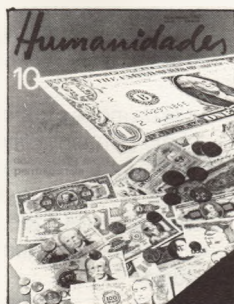
DRACUNCULIASIS Y LAS SAGRADAS ESCRITURAS. UNA HIPÓTESIS DE CORRELACIÓN

La Biblia ha sido y continuará siendo una fuente inagotable de informaciones e inspiración para nuevos descubrimientos e interpretaciones. Un aspecto, siempre de renovado interés, es la correlación entre la descripción de las enfermedades que afligían a los niños de Israel, así como los preceptos que les eran impuestos, y el moderno conocimiento de las reglas médico-sanitarias que definen hoy la enfermedad o afección correspondiente. Una hipótesis de la correlación entre la dracunculiasis, una enfermedad de importancia social, y ciertas referencias bíblicas ha sido postulada, sin embargo una asociación mas profunda con aspectos relacionados al simbolismo místico, creación artística y conductas humanas merecen una investigación adicional.

Abstract

DRACUNCULIASIS AND THE HOLY SCRIPTURES. A CORRELATION HYPOTHESIS.

The Bible has been and will continue to be an inexhaustible source of information and inspiration for new discoveries and interpretations. One aspect of ever renewed interest is the correlation between the descriptions of the infirmities that afflicted the children of Israel, as well as the commandments that were imposed upon them, and modern medical and sanitary knowledge which nowadays defines the corresponding affections or diseases. A correlation hypothesis of dracunculiasis, a socially important malady, and certain biblical references has already been advanced, but a more profound association with aspects concerning mystical symbolism, artistic creation and human behavior deserves further investigation. This is the main objective of the present essay.



Atenção

A partir da próxima edição, a revista Humanidades reservará um novo espaço para a divulgação de textos inéditos de criação literária de autor nacional – contos, poemas, fragmentos de romances, crônicas.

Os textos não devem ultrapassar as 120 linhas e serão acompanhados de um breve currículo, contendo o nome do autor, nome literário, idade, lugar de nascimento, profissão e obras já publicadas, se for o caso.

Os trabalhos serão selecionados por duas pessoas ligadas à literatura e serão remunerados segundo a tabela da revista.

Envie-nos o seu trabalho.



SANT'ANNA, Sérgio. A tragédia brasileira. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.

Narrativa múltipla

Sérgio Sant'Anna integra uma rara família de escritores. Escritores do zelo pela palavra, solidários no pacto com a poesia, solitários num palco onde a sintaxe do absurdo, a semântica da cor, a textura poética da dor consolidam a expressão de suas buscas. Suas vozes soam em dissonância no coro da mediocridade literária do país, cuja única ressonância é a lista dos mais vendidos. Suas vozes, ecos de matrizes de primeira linha – Proust, Lispector, Beckett, Joyce, Cortázar, Guimarães Rosa, Osman Lins, Dionélio Machado –, dialogam, por enquanto, com poucos leitores e críticos mais atentos.

Ao lado de Rubem Fonseca, Murilo Rubião, Roberto Drummond, José J. Veiga, Sérgio Sant'Anna faz da narrativa de ficção o contraponto da realidade, desenhando com a palavra a solidão do povo brasileiro, cântico de sonhos, vigília, resistência. Em *A tragédia brasileira* entram em cena elementos e recursos literários que configuram o que há de mais moderno na prosa atual, e o autor de *Os sobreviventes* (livro de estréia, 1969) embaralha com maestria as cartas do linear, do antigo, da ousadia, que é o experimento, para um embate com o tempo, a personagem, cujo resultado maior é a sucessão de reflexos a partir de um espelho pluridimensional.

A tragédia de Sant'Anna é sinfonia de luz e sombra, réstias e ritmos, crueldade e beleza, atos que se encerram e recomeçam no amplo espaço das interrogações. Pobres, malditos, desgarrados, os personagens se locomovem no prosaísmo insólito da dualidade fantasia-realidade em contínuos convites à coragem do sonho. Os diálogos, béticos e digressivos, beiram monólogos – verdadeiros exercícios de poesia.

Jacira, a musa-anjo, epicentro desse abalo lírico na calmaria inventiva da literatura brasileira, é o eixo central da peça onde desliza a agonia criativa e passionai do autor-diretor, personagem mítico e mutante, como ela. Jacira é puta e santa, carne e osso, possibilidade de pureza e luxúria, assim como ele, o

autor-diretor, é poeta e demônio, cozeiro que enterra a poesia antes dela emergir dos bastidores da imaginação. Realidade próxima da vertigem, Jacira é a semente que dorme na alma do poeta-autor-diretor e gera o caos, a lógica helicoidal dos que amam e tentam decifrar os enigmas da humanidade.

O livro é dividido em quatro capítulos, três atos e uma curta narrativa romanesca (*As agruras de um autor-diretor*) que ao mesmo tempo é conto e biografia. A abertura é um verso de luz e cor. O epílogo, que se deve ler seis, sete vezes, no mínimo, é algo tão incompreensível e poético, exercício filosófico e messiânico, que o leitor não pode, em nenhum momento, vinculá-lo ao corpo do texto. Parece um apêndice ou um membro qualquer que não faz falta alguma. Mas é a grande surpresa da tragédia de Sant'Anna.

A tragédia brasileira é um profundo mergulho na técnica do teatro, do romance moderno, sonho bordado de uma realidade que se fixa entre o passado e o presente, reunindo estilhaços dos anos sessenta, dança de tempos, metamorfoses, fluxos e refluxos do consciente coletivo. O espectador vê a tragédia brasileira sob ângulos do imaginário e do real, camadas de dimensões ao som da razão e do delírio. É esse leitor-espectador que comanda os rumos de sua aventura ao tocar o fascinante romance da poesia. O autor põe a sua tragédia nas mãos do outro para que este a sinta e debulhe como queira. A intenção de Sant'Anna não é nenhuma a não ser o enredo através da poesia, estética da forma e tênue compromisso com o conteúdo. Nesse entrevero de significante e significado sobra a semântica do caos representada pelos sobreviventes da Belém-Brasília, do Rio de Janeiro, do Interior, do Urbano.

Como os de Rubem Fonseca, os personagens de Sant'Anna são gladiadores da agonia em uma arena de concreto e telões eletrônicos, espantados com a própria decadência e conscientes de uma solidão que só é aplacada na terceira garrafa ou na arte. O amor é mecânico e diluidor de tensões. Procuram no branco das paredes que tocam uma paixão qualquer, uma menina de doze anos, como Jacira, ou uma boneca inflável de peitos grandes e coxas quentes que satisfaz e mur-

cha à medida em que o anseio se desfaz nos retalhos do dia-a-dia.

O autor-diretor vive olhando de uma janela, no alto de um edifício, uma cena que não existe, a cena xis, o ponto final, o cair do pano que não vem, até o momento em que acha que o seu espetáculo só se passará dentro de sua própria cabeça, porque montado será efêmero e esquecido. Eis o duelo entre a razão de ser e de fazer e as garras impiedosas das reticências, da expectativa, do drama existencial das interrogações. Que como ganchos pontiagudos e inexoráveis remetem o homem ao absurdo e ao nada.

A tragédia de Sant'Anna é moderna em tudo, na angústia, na polimorfia do eixo redacional, semântico, linguístico. Em certa altura surge em palco o diálogo da literatura com a literatura, na cena cinco do segundo ato, quase um exercício autobiográfico, no sentido de se perceber através das nuances narrativas e fabulares do autor, que ele está consciente da tragédia que é escrever e viver. Uma bela tragédia de contradições e esperança, pelo menos na arte, ou numa paixão luzidia e diáfana que abandona o palco ao rascar de pneus de um motorista louco e apaixonado. Daí em diante Jacira comanda o espetáculo metamorfoseando-se sucessivamente em mulher, santa, prostituta, miragem. A tragédia do Sérgio Sant'Anna é pintura, poesia, cinema, teatro, romance e música, até a cena xis.

Carlos Tavares
Contista, jornalista

ARRIGUCCI JR., Davi. Enigma e comentário – ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. 238 p.

Em busca da particularidade

Enigma e comentário – ensaios sobre literatura e experiência, constitui a nova coletânea de estudos de Davi Arrigucci Jr., agudo depoimento de leituras.

Os autores visitados são Manuel Bandeira, Rubem Braga, Pedro Naveira, Antônio Callado, Fernando Ga-

beira, Murilo Rubião, Juan Rulfo, Júlio Cortázar, Ricardo Piglia e Jorge Luis Borges. Pelo menos, é o grupo de frente, pois há páginas que falam de Gilberto Freyre, Raul Pompéia, Machado de Assis e, ad argumentandum, sempre aparecem Walter Benjamin, Mário de Andrade e Antônio Cândido.

Ler Enigma e comentário é também refletir sobre o gênero "ensaio". Primeiro, este se traduz numa conversa inteligente sobre leituras feitas; segundo, como forma de segurar o leitor, dá-se o estabelecimento de analogias e de contrastes; terceiro, a realização do texto requer um insistente convite à reflexão, mediante gozo estético, estilo. O ensaio como obra de arte impregna o trabalho.

O ensaio tem compromisso com a Ciência, saber adquirido ou utilizado, e com a Arte, beleza buscada ou negada, segundo avaliação crítica.

O ensaio persegue a denotação de verdades encontradas, valendo-se da herança cultural, mas se nega a desprezar o jogo da ambiguidade e da conjectura, pois é na variedade de hipóteses e de leituras que se sente avizinhar da intensidade artística.

Uma das características dos ensaios de Davi Arrigucci Jr. é justamente a busca da particularidade no meio da fascinante rede de analogias que a pulsão da totalidade determina. Assim, ao particularizar um autor e uma obra, o ensaísta estabelece nexos com outros escritores, primeiramente, para, em seguida, tentar surpreender a singularidade do texto analisado.

E, nesta viagem de ida e vinda, o ensaísta narra o seu processo de investigação, muitas vezes com ênfase, para fazer o jogo da persuasão. Aí desponta o artista que há nele, a música do laboratório.

Davi Arrigucci Jr. se deixa fascinar pelas formas literárias de Borges, especialmente pelo seu ensaio, naquilo que este revela de "inquisição", "busca tateante de sentido", "instrumento de decifração".

Daí, talvez, o título da coletânea, *Enigma e comentário*. Com efeito, a vida é uma textualidade sem fim, uma proposição interminável de mensagens a serem decifradas. E o que os críticos e ensaístas fazem, diante de espécimens textuais, é tentar conter o fluxo de informações

dentro de um modelo explicativo, gramaticalizando-os.

É o que faz Davi Arrigucci Jr. ao tratar da poesia e da prosa de Manuel Bandeira, assinalando o estilo humilde com que o poeta se introduziu na modernidade. E mostrando como, em Manuel Bandeira, o tema onipresente da morte se transfundiu em beleza; ou como o efêmero, "o traço da destruição", "é outro sinal da beleza" (ob. cit., p. 13).

Além de autores, o ensaísta investiga gêneros. A crônica, por exemplo. Ao falar de Rubem Braga, a analogia leva-o a Manuel Bandeira, também cronista. E a Machado, evidentemente. A crônica como emoção do efêmero, como retrato dos desejos insatisfeitos na sociedade em constante e rápida mudança.

E a crônica dos dias aparece nas memórias, outro gênero considerado, a propósito de Pedro Nava, que no crepúsculo da vida, dispôs-se a dar continuidade a esta "pela mágica da memória": "À beira do esquecimento, põe-se então a recordar quase com fúria como na antiga imagem do poeta épico que tivesse bebido das águas de Mnemosina, fonte e deusa da memória, musa de todas as formas de narrativa. E começou por quebrar a cara do preconceito corrente que reduz a velhice à ausência de desejo, à rigidez de atos e idéias, à improdutividade e à espera solitária da morte." (ob. cit., p. 69).

Assinala muito bem como Pedro Nava, transformando em natureza viva os ramos genealógicos (como o fez Gilberto Freyre), passou ao largo do problema de classe, obnubilando-o ou deixando-o subjacente à extraordinária poesia memorística.

Aproxima o texto de Nava ao de Raul Pompéia, *O Ateneu*, "crônica de saudades", mas o faz quanto à substância. Curiosamente, em seminário com a presença do memorialista, tentamos, certa vez, enfatizar na sua prosa a forte presença da forma de Raul Pompéia, quando os analistas insistiam obstinadamente na herança proustiana.

Importa observar a honestidade com que Davi Arrigucci Jr. trata as obras de sua escolha. Por exemplo, os textos-reportagem de Fernando Gabeira. Soube distinguir a importância de *O que é isso, companheiro?*, como "luta contra o esquecimento, que é um dos modos de nos mantermos vivos" (ob. cit., p. 119) e

os demais trabalhos do autor, cada vez mais frágeis.

Tem bons momentos de interpretação da obra de Murilo Rubião, em que encontra um dado fundamental, "a paralisação da surpresa" no mundo harmoniosamente construído com base no insólito.

A parte final de *Enigma e comentário* incide em autores latino-americanos. Rulfo, por exemplo, tem um leitor penetrante, que assinala o seu realismo de essência, seu despojamento, a difícil junção nele de realismo e alegoria.

Cortázar merece um estudo importante, pois Arrigucci Jr. apanha-o na busca do erótico e do metafísico, surpreende-o na herança romântica e surrealista, mostra como na prosa do autor de *Rayuela* a analogia convive com a ironia.

Como numa apoteose, a coletânea se fecha com um estudo da obra de Borges, particularizada no conto "Biografia de Tadeo Isidoro Cruz". Englobante, estilístico-cultural, prolonga-se no ensaio seguinte, em que se dá ênfase ao entrelaçamento da ficção ao ensaio.

Esta a síntese de *Enigma e comentário*, cuja beleza e profundidade somente poderão ser captadas pela detida leitura. Aí se notarão alguns cacoetes de linguagem, como o abuso e enfraquecimento do conceito "decisivo" (40 vezes) e "resgate" (18 vezes), o que, no caso, seria índice de baixo teor de elasticidade da língua, segundo Lotman.

Fábio Lucas
Ensaísta, professor

MOREL, Edmar. *A marcha da liberdade.* Petrópolis, Editora Vozes, 1987. 192 p.

O historiador da Coluna Prestes

Se a história brasileira está, na verdade, por ser escrita, não é menos exato que, quando isso acontecer, haverá que rever também os juízos de valor sobre as suas grandes figuras. Há muito que rever, efetivamente, nesse terreno. Isto vem a propósito da biografia de Lourenço Moreira Lima, escrita por Edmar Morel, no excelente livro que é *A marcha da liberdade*. Fora das pessoas já de idade avançada, aquelas que

foram contemporâneas de Lourenço Moreira Lima, devem ser raros os brasileiros que conheçam o seu nome e mais raros aqueles que conheçam os seus feitos. Está mais do que em tempo, pois, para recordar o homem e a sua vida. Vida turbulenta, de um idealista devotado, cuja vida foi toda empenhada na luta por aquilo em que ele depositava as suas esperanças.

Lourenço Moreira Lima ficou mais conhecido por ter sido o secretário da Coluna Prestes, organizador do seu arquivo e, depois, o seu emérito historiador. Muito mais à base de sua memória, lembrando os efeitos de que participou ou que assistiu, ele escreveu um livro sobre o qual, como sobre a sua própria figura, paira um esquecimento de todo o injusto. O livro foi, realmente, desde o seu lançamento, e no decorrer das três edições que o divulgaram, um clássico das letras militares brasileiras – no nível de *A retirada da Laguna*, de Taunay, e de *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Um clássico no sentido exato da expressão, digno de ser conhecido mais amplamente, de ser estudado, de ser discutido. Não foi isso o que aconteceu, entretanto: com o passar do tempo, Lourenço Moreira Lima foi esquecido e o livro desapareceu de circulação.

Edmar Morel, jornalista e escritor, tomou a si a tarefa e reconstituiu, com rigor de pesquisa e de julgamento, essa figura singular, a do civil que combateu, como voluntário, na Coluna Prestes, e que, nela, mereceu o título de "bacharel feroz", pela forma como participou dos combates. Muitos foram os bravos, naturalmente, naquele conjunto de jovens que se comprometeram na defesa pelas armas dos ideais que haviam escolhido. Lourenço Moreira Lima ficou em lugar de destaque, nesse nível. Mas, depois, consagrou-se à reconstituição dos feitos e realizou a tarefa com um rigor, uma segurança e um capricho que tornaram o seu depoimento um livro clássico. Apesar de tudo, muitos o leram e admiraram. O que ficou esquecido foi o autor. Edmar Morel se entregou à tarefa de reconstituir a sua vida, uma vida devotada à luta pela democracia no Brasil, no amplo e movimentado quadro em que se desenvolveu o período político-militar conhecido como Tenentismo. Moreira Lima foi o seu historiador – e historiador emérito. João Alberto, comandante de

um dos destacamentos da Coluna, escreveria, muitos anos depois, que Moreira Lima era "homem de valor moral enorme", autor de um livro "onde contou as façanhas dos companheiros, escondendo as suas". Completando um julgamento justíssimo: "Seu exemplo de dedicação à causa inspirava respeito e por isso ele se sentava ao nosso lado nas grandes decisões. Era alto, magro e aparentava cerca de cinquenta anos de idade. Otimista incorrigível, não proferia duas palavras sem confirmar sua crença na vitória final da Revolução, que o esqueceu em 1930. Nenhuma palavra amarga saiu, porém, em seu livro, publicado depois e dedicado só à Coluna, a que foi fiel até à morte".

Foragido da feroz repressão política que anunciava o Estado Novo, Lourenço Moreira Lima escondeu-se em São Paulo, onde mereceu a proteção de Quirino Pucca, médico dos pobres. Estava doente e esquecido. Vivendo com nome suposto, combatido pela enfermidade, passou os seus últimos dias numa tapera, em distante subúrbio da capital paulista, de onde saiu para um hospital, para falecer. O enterro demorou, pois havia que resolver o problema da identidade. Foi em 1940. Dezesete anos depois, os antigos companheiros, já em melhores condições políticas, colocaram uma lápide no túmulo. Mas nem depois de morto encontrou a paz. Em 1983, o jazigo foi violado e os restos de Moreira Lima desapareceram: o dono do túmulo precisou do espaço para sepultar pessoa de sua família. Para ele, o escritor era um desconhecido. Como, depois, para os brasileiros.

Edmar Morel, assim, faz uma obra de reparação: repõe no devido lugar de destaque, celebrando os seus feitos, o "bacharel feroz", o narrador seguro que se preocupou em salvar do esquecimento os companheiros de luta. Para essa tarefa meritória, Morel dispõe das qualidades indispensáveis. Reportar, dos maiores que a imprensa brasileira conheceu, contatou aqueles que poderiam fornecer elementos de informação sobre Lourenço Moreira Lima. Com enorme dificuldade, pois a maior parte dos que o haviam conhecido já não eram vivos. Outros, em face de razões diversas, esqueceram-se. A luta pela liberdade, que marcou indelevelmente a memória

do autor de um livro importante, o histórico da Coluna Prestes – mais do que isso: a reconstituição do Tenentismo – tornara perigoso o seu convívio e até o seu nome. Jamais lhe foi feita a justiça.

O livro de Edmar Morel supera esse esquecimento amargo e começa a desvendar a grandeza de um homem que, além de ter dedicado a sua vida inteira ao que julgava digno de sua devoção, soube, com fidelidade exemplar, salvar do esquecimento a memória dos que, em seu tempo, haviam lutado pela liberdade. Com as páginas de Edmar Morel, Lourenço Moreira Lima ressurge para os brasileiros. Como sempre mereceu, aliás.

Nelson Werneck Sodré
Ensaísta, historiador

ZIMMERMANN, Roque. *América Latina o Não-Ser – uma abordagem filosófica a partir de Henrique Dussel (1962-1967)*. Petrópolis, Editora Vozes, 1987. 264 p.

Filosofia para a América Latina?

Será que Hegel foi apenas um filisteu alemão? Ou quem sabe um europeu a serviço do hegemonismo ocidental? Do ponto de vista teórico, essa é a questão de fundo sugerida pelo livro de Roque Zimmermann – *América Latina o Não-Ser* – sobre o pensamento de Henrique Dussel. O stalinismo já tentou reduzir Hegel a um simples representante filosófico do Estado prussiano. Mas essa empresa, diga-se de passagem, não foi bem-sucedida. A filosofia hegeliana continua a inspirar novas reflexões, a lançar desafios à inteligência, a justificar o conservadorismo de alguns e a práxis revolucionária de outros. Numa palavra, continua sendo um pensamento filosófico cuja universalidade ainda frutifica.

Hegel, aqui, é somente um exemplo e um símbolo, pois é através dele – segundo o próprio Dussel – que se realiza a plenitude da totalização moderna, totalização totalitária e opressiva que deve ser dissolvida pela crítica no plano filosófico e destruída na prática pela ação política. É partindo dessa premissa que Dus-

sel propõe a tarefa de construir uma filosofia especificamente latino-americana ou terceiro-mundista. Seria necessária, então, a ruptura com toda a filosofia anterior que, desvendada e aniquilada pela crítica, ficaria reduzida a sua insignificância histórica frente aos desafios da atualidade. O conjunto da filosofia ocidental é denunciado como instrumento secular de domínio sobre os povos periféricos e oprimidos. Assim, os posicionamentos anteriores em filosofia não são negados ou invalidados, adverte Zimmermann interpretando o pensamento de Dussel, mas “relegados como inoportunos para este preciso tempo e espaço latino-americano” (p. 18).

O livro de Roque Zimmermann é um ingênuo e entusiasmado comentário em torno do pensamento de Henrique Dussel, professor argentino considerado principal inspirador da chamada “filosofia da libertação”. Trata-se de um movimento intelectual nascido no final da década de 60, como um dos desdobramentos teóricos do engajamento revolucionário dos católicos de esquerda da América Latina.

Dussel evoluiu de uma postura francamente antimarxista, passando por uma fase em que foi fortemente influenciado por Husserl e Heidegger, para um diálogo com o marxismo, no qual “começa a ter cada vez mais importância a análise crítica de Marx” – diz Zimmermann. (p. 32) Os livros e artigos de Dussel já somam milhares e milhares de páginas publicadas em diversos países, embora nem sempre bem articuladas e coerentes, admite seu intérprete. “Nele se encontra – proclama Zimmermann – muito mais do que o raciocínio perfeito, o calor de uma luta, o ardor de um militante (o verdadeiro intelectual orgânico) do qual carece a América Latina.” (p. 36)

A crítica fundamental feita por Dussel ao pensamento ocidental recai sobre a categoria da totalidade, que funcionaria como pressuposto teórico e justificativa ideológica da opressão. “Totalidade, como âmbito fechado, ontológico, eterna repetição do mesmo, princípio originante e justificador da dominação, da conquista, da afirmação do ser como absoluto e, conseqüentemente, como princípio da negação da alteridade.” (p. 61) Da crítica à totalidade, ele passa à crítica da ontologia que “quando é levada à ‘ontologização’,

isto é, à ideologia legitimadora do status quo, é promotora da morte e do caos, porque é fechamento do ser e impedimento de um verdadeiro pensar, pensar sobre e a partir de uma realidade”. (p. 147) Mas o pensamento de Dussel precisa encontrar uma categoria capaz de indicar a transcendência do ser e a negação da totalidade. Com tal propósito é que surge a noção de exterioridade, “como abertura possível ao outro, não absolutização do ser, princípio metafísico da alteridade”. (p. 61) A exterioridade definida como negação abstrata da totalidade – e não como movimento da própria totalidade para o exterior de si mesma, para a alteridade situada como campo das potências e possibilidades concretas – exige o socorro da fé. Através da fé, interpreta Zimmermann, pode-se chegar ao “totalmente outro”. Realiza-se, desse modo, a absolutização da transcendência ao invés da absolutização do ser. O pensamento de Dussel permanece no terreno do absoluto, envolvido nos véus do misticismo, mesmo evitando os caminhos da escatologia.

A “Teologia da Libertação” procura oferecer uma nova interpretação dos dogmas cristãos e, nessa medida, propor uma nova relação dos católicos com a história e a política, cujo eixo central é o compromisso com os explorados e oprimidos. A “Filosofia da Libertação” pretende situar-se num patamar mais elevado do ponto de vista teórico e racional. “Não há, então, em minhas obras, – afirma o próprio Dussel – confusão entre filosofia e teologia.” (p. 14)

No percurso radical da razão a filosofia é o último reduto, embora possa haver filosofias cuja missão é dissolver as raízes históricas da realidade. Não obstante, mesmo nesse caso, trata-se de uma tarefa que, conscientemente ou não, envolve um movimento regressivo de destruição dos fundamentos, ou seja, que deve ir até as raízes últimas para tentar suprimi-las. E depois declara, envergonhada do percurso feito na obscuridade, que nada existe além da superfície do mundo e que é inútil procurar. O itinerário do positivismo de Comte – profeta do capitalismo monopolista – e dos seus herdeiros neopositivistas é precisamente esse. Portanto, a moderna filosofia burguesa propõe a

destruição da idéia de totalidade ao invés de preservá-la.

O misticismo presente na teorização de Dussel e a sua proposta de uma filosofia latino-americana ou terceiro-mundista parecem constituir as debilidades mais flagrantes dessa reflexão ainda em curso. Sob o aspecto político, sua abordagem privilegia a luta anticolonial ou nacional, colocando a luta de classes em segundo plano e, por isso, oferecendo larga margem ao populismo.

A idéia de que existem certos espaços historicamente favoráveis para que se possa formular uma filosofia avançada ou revolucionária não é nova. Mas disso não se deduz que se deve valorizar ou definir uma filosofia pelo “lugar” que ela pretende representar.

A interrogação colocada por Zimmermann no final serve como patética indicação dos equívocos de uma filosofia que julga poder aquilatar seu valor e sua missão pelos estreitos critérios do “nacional” e do “popular”, ou seja, critérios deduzidos diretamente da luta política. “O povo (povo simples, povo pobre, analfabeto, o sujeito desta filosofia) – indaga Zimmermann, numa tímida investida crítica frente ao volume da obra do próprio Dussel – como fica diante de uma avalanche tão grande de escritos e publicações?” (p. 211)

Ora, o povo simples, pobre e analfabeto necessita lutar por sua redenção e participar ativamente na redefinição global dos rumos da Humanidade. Entretanto, isso jamais poderá ser levado a bom termo através de uma filosofia que lhe seja imediatamente acessível, pois ela teria de ser também simples e pobre, o que dimensiona pelo avesso a grandeza da tarefa.

Adelmo Genro Filho
Ensaísta, professor

ÉLIS, Bernardo. *Chegou o governador*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1987. 170 p.

Reconstrução do tempo esquecido

No seu romance – “Chegou o Governador”, Bernardo Elis, depois de meio século de fidelidade à técnica de narrador de histórias não muito curtas (contos), reaparece

agora ampliando a sua disposição de reconstrutor do tempo esquecido (ou perdido?) na psicologia dos costumes. Pela conhecida perspicácia da narratividade bernardiana, as coisas (ou causos) esquentam sem se distanciar do tom da narrativa.

É um novo bolo narrativo, tempestivamente temperado com as cores e ansiedades da paisagem do começo do século passado. É o que Bernardo Élis, neste romance de título pouco feliz, está oferecendo aos seus fiéis leitores. O narrador que se apresentou um dia com a disponibilidade das histórias de "Ermos e Gerais", permanece com a firmeza da reconstrução de atmosfera própria e ainda com o controle de sua força telúrica.

Estas características do narrador – firmeza e controle – ajudam a tirar da poeira do tempo os tipos e costumes vivos. Embora feitos e refeitos de tinta e papel, costumes e tipos (personagens) estão inteiros nas ações da paisagem física e humana. Na técnica sequencial desenvolvida, o narrador representativo de contos quase-romances, constrói e estica a sua construção em vinte e dois capítulos contidos em quatro atos (ou partes). Nesta narrativa esticada e depurada, Bernardo solta seus tipos. E o resultado é um gostoso bolo narrativo que não esfarinha diante do apetite da leitura.

Embora o núcleo da narrativa tenha seu apoio em personagens de presenças mais demoradas (ou contempladas), como a da figura do governador nomeado pelo monarca português – o jovem capitão-general D. Francisco de Assis Mascarenhas e a sua menina-moça Ângela Ludovico – os tipos mais fortes, pela carga simbólica de rebeldia exposta, não têm nomes. São os inumeráveis seres temíveis e apresentados apenas como "a infinidade de vadios e desocupados". Ao mesmo tempo em que a narrativa valoriza os tipos de mais destaques para localizar os costumes decadentes de uma monarquia erótica e não assumida, o que fica em primeiro plano da linguagem gestual e meio cinematográfica é a paisagem da tragédia.

Bernardo é um narrador privilegiado pela natureza do seu próprio universo, onde sempre recebe uma atmosfera de tragédia e angústia de

mão beijada. Ontem ele narrava um imenso universo cercado da angústia dos morfélicos nos estirões da sua Goiás velha. Hoje já tem a angústia de fim de século que é a do perigo atômico, cujo acidente tão recente já significa uma tragédia que bate nas suas portas de escritor.

Mas a tragédia do início do século passado é a que está presente nas páginas do romance "Chegou o governador". Numa atmosfera de isolamento, de desamparo, de solidão feroz e de abandono, é que saltam das páginas bernardianas, além dos prazeres e poderes da monarquia safada, aqueles negros escravos, seminus e desnutridos. O que sugere o narrador com aqueles grandes olhos brancos dos negros escravos, não vira maniqueísmo, mas uma força de consciência coletiva numa mistura de súplicas e condenação aos monarcas. É uma linguagem de cinema, que vale mais pelo que sugere do que pelo que aparenta de denúncia ou afirmação.

Existe uma força silenciosa nos relatos de Bernardo que permite ao seu leitor também criar, em nível do imaginário, uma satisfação de desejos insatisfeitos sobre certos desfechos. Isto acontece com frequência em momentos de delicadezas em que a narrativa transmite até o tempero da paisagem, ao registrar "um cheiro de chá de erva cidreira fumegante". Ou ainda um cheiro de fome na carne e peixes nos espetos. Mas uma verdadeira dor de amor e de ódio que alimenta as transações sexuais do governador com a menina-moça Ângela e ainda com uma linda negrinha escrava também alimenta a narrativa no seu gozo de expressão.

Apesar da distância em que ficou ou ficava aquele mundo de Vila Boa, o tempo em todas as direções da narrativa parece indicado como o remédio que não cura a tragédia nem as angústias, embora tenha cortado fisicamente a febre e o delírio do representante da monarquia. Uma angústia inserida na paisagem de costumes, onde o tempo mostra a cor da calamidade numa imagem de derrota e ruína que fazia do goiano o mais triste dos seres.

Uma tristeza refletida nos olhos e nos gestos de rebeldia. Até o baillado dos personagens coletivos (sem nomes), reflete a tristeza, embora narrado com aquele gosto e ritmo

dado pelas festas noturnas dos pretos e vadios, nas suas rodas de lundus, umbigadas, catiras, jogos de cartas e bebedeiras. Uma tristeza incontrolável porque vira revolta silenciosa, e, às vezes, manifestada corajosamente por um dos vadios (ou marginalizados), que entra num salão elegante para acabar com a festa da já então chamada alta sociedade. O relato dos mais fortes mostra um baile, com a presença do governador, em que todos dançavam quadrilhas. De repente (um fedor nauseabundo de excremento humano) obriga a cada um dos dançarinos a cheirar as próprias mãos e podendo logo, notá-las sujas de algo feito uma fruta podre, que fedia como merda. E era. Este lance do retrato psicológico dos costumes permitiu um tipo de realização de desejos insatisfeitos alimentados pelo coletivo da tristeza. Ao mesmo tempo permitiu o registro relâmpago do personagem Generoso da Etelvina, que foi o que deu prova material de que o poder já fedia naquela época.

Ézio Pires
Poeta, jornalista

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Editora Ática, 1987. 228 p.

Metralhadora semântica

Por que as esquerdas brasileiras que pegaram em armas fracassaram? Esta é a questão principal que o historiador baiano Jacob Gorenender coloca em seu livro, *Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Para respondê-la, o autor mergulhou nos subterrâneos das esquerdas, entrevistou dezenas de seus líderes, leu grande quantidade de documentos, de inquéritos policiais-militares, consultou arquivos importantes como o Brasil: Nunca Mais e, numa linguagem-síntese, construiu a primeira grande obra sistemática sobre o tema, tecendo um painel sangrento e explosivo, que vai de 1961 a 1979. De quebra, ainda incursionou pelo ano de 81, época em que a direita militar e paramilitar explodiu bancas de jornais e revistas, sob os olhos e o silêncio cúmplices

do Estado-caserna.

Militante do PCB desde 1942, tendo chegado ao seu comitê central e dele só saindo em 69, para fundar o PCBR em companhia de outros dissidentes, Gorenender fala com a autoridade de quem conhece bem o chão onde pisa. Preso em janeiro de 70, passou um ano nos porões do sistema sendo torturado com dezenas de companheiros no DEOPS e no Presídio Tiradentes, no Rio de Janeiro. Pôde, então, amadurecer bem suas reflexões sobre o fracasso das esquerdas ditas de orientação marxista-leninista que pegaram em armas duas vezes na História do Brasil: em 1935 – contra o governo de inspiração ditatorial de Getúlio Vargas – e em 64, contra a ditadura militar que depôs o presidente João Goulart.

Por que ambas as tentativas redundaram em derrota? Em 35, argumenta, o movimento armado da esquerda – não havia esquerdas à época – optou pelo caminho estreito do levante, sob a inspiração de Luís Carlos Prestes, que pregava "todo poder à ALN", à semelhança do "todo poder aos soviets" de 1917. Este movimento "perdeu o caráter político de massas", (p. 248) e não sensibilizou mais do que meia dúzia de revoltosos. "Levante idealizado em Moscou, foi resolvido a frio e podia ser evitado", garante Gorenender. Como se sabe, este fracasso foi o mote para Getúlio Vargas dar o golpe de 37, instaurando o Estado Novo. E em 64, por que as esquerdas fracassaram? Por causa da síndrome do retardamento. Diz o historiador:

"Não travada em março-abril contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada em 65 e desfechada em definitivo em 68, quando o adversário dominava o poder do Estado", (p. 249). No diagnóstico gorenenderiano, as esquerdas estavam afastadas da classe operária – embora lutassem em seu nome, o que é um paradoxo –, do campesinato e dos setores progressistas das camadas médias urbanas. Encurraladas, as esquerdas optaram pelo "foquismo" e o terrorismo, inspirados nas idéias de impacto internacional dos anos 60." A miopia histórica do momento fez com que as esquerdas jogassem elas mesmas a pá de cal definitiva na tumba da luta armada daquele período.

O que aliás foi uma pena, diz

Gorender: "se a esquerda travasse a luta contra os golpistas, era improvável que viesse a perder", (p. 250). E o êxito, acrescenta, "mudaria o curso da História do Brasil." Gorender aqui esquece que a História não é tecida sob o signo das hipóteses ou do condicional "se". O fato é que as esquerdas armadas fracassaram duas vezes no país da economia do quem é quem. Mas não pensem vocês, por outro lado, que Gorender chegou a estas conclusões sobre este duplo fracasso de maneira fácil. Já incluído na galeria dos melhores lançamentos editoriais de 87, tendo vendido dez mil exemplares em apenas uma semana, despertando igualmente paixões e reações contrárias, **Combate nas Trevas** é um livro de fôlego. E nos revela um Jacob Gorender de olhar crítico e autocrítico sobre os principais fatos políticos ocorridos nos períodos 61-64-79.

E nos trinta e três capítulos bem articulados por quem conhece a dialética, com a colaboração de uma equipe de vinte pessoas, Gorender lança o seu olhar crítico sobre os dez partidos comunistas citados, as trinta e três organizações políticas de esquerdas que desfiliam em suas páginas e os aparelhos do Estado militar, com seus grupos paramilitares, suas instituições clandestinas ou oficiais. Gorender sistematiza, assim, a luta das esquerdas armadas, num livro onde andam de mãos dadas a narrativa histórica informal, formal, contemporânea e as reminiscências do autor. Nesse método de mão-dupla-história e memória – reside alguns atropelos do autor.

Por exemplo: ao entrar em cena, o memorialista elimina o historiador. E o ego do militante Jacob Gorender fala mais alto. Refiro-me aos episódios narrados em paralelos com Luís Carlos Prestes. Prestes, diz Gorender, "é o maior índice de atraso do marxismo no Brasil", (LEIA, nov. 87, p. 27). Assim, o memorialista Gorender tem por missão demolir o "mito" Prestes, "o ex-cavaleiro da esperança." O problema é que quando Gorender fala (mal o tempo todo) de Prestes, se auto-enaltece; constrói o seu próprio busto. Nesse paralelo maniqueísta, Gorender insinua: ele é um bandido; eu sou um herói. E, de sobremesa, demole ainda o "mito" Giocondo Dias, então o segundo homem na hierarquia do

PCB. É louvável, por outro lado, a demolição que ele faz do caráter autoritário de certos setores da esquerda armada e a crítica à subversão/servilismo de muitos de seus militantes diante dos chefes hierárquicos.

Neste ritmo, não desperdiça uma vírgula sequer para demolir outros "mitos", com a sua metralhadora semântica, da qual não escapam, entre outros intelectuais como Jorge Amado, Moniz Bandeira, Francisco Weffort, Celso Furtado e até o cineasta Glauber Rocha. Glauber "aderiu ao regime militar à época do governo Geisel" (p. 74), aquele general em cujo plantão ocorreu a chamada abertura política lenta, segura e gradual. Também intelectuais de outros países são alvos do chumbo semântico de Gorender: Lin-Biao, teórico e dirigente da revolução cultural chinesa; e Louis Althusser, autor de um "formalismo com aparência cientificista", (p. 77). Nem o próprio PCB que ajudou a fundar e a dirigir passa impune ao olhar crítico de Gorender. A guerrilha do Araguaia, do PC do B, merece dele alguns adjetivos favoráveis, para logo em seguida ser demolida em poucas linhas:

"Foi uma tática do foquismo castro-guevarista sem nenhum trabalho político prévio", (p. 211). Ele também lança farpas sobre a classe operária, cujo "consenso" permitiu a "construção da nação burguesa." (p. 16) Gorender é o Gregório de Matos das esquerdas. Mas, às vezes, faz a crítica pela crítica. "Marighella morreu sem ter ultrapassado o ativismo antiteórico", (p. 138). Isto não é verdade. O próprio Gorender cita inúmeros trabalhos teóricos de Marighella. Porém, nenhum homem é um mito. Nem Karl Marx, que Gorender endeusa, é um mito, porque também teve os seus defeitos. O fato é que Gorender tem o dom de despertar polêmica, o que lembra Glauber Rocha, respeitando as evidentes diferenças. O seu já clássico **O escravismo colonial** (Ática, São Paulo, 4ª ed., 1985) também gerou polêmicas (cadernos 3 e 5 da **Civilização Brasileira**, Rio, 1978).

Jornalista autodidata, culto, sensível e brilhante não como uma vítima do céso-137, Gorender toca em feridas profundas das esquerdas. Suscita polêmicas tais como a de que o seu **Combate...** favorece a direita e expõe, sem retoques, a fra-

gilidade humana em sua radicalidade e contradições, idealismo e fanatismo. Gorender rompeu com o PCB por considerá-lo dono de um projeto "reformista e pacifista" (p. 216) para o Brasil. Hoje, porém, Gorender legitima essa tese, ainda que por via indireta. O próprio título do seu livro – **Combate nas trevas** – sugere um **Combate à luz do dia**: a via democrática – e, portanto, pacifista. Dono de uma cabeça privilegiada, ele não compactua com o sectarismo, com a miopia histórica, com o aventureirismo e o golpismo. As esquerdas apressadinhas da "revolução à vista" perderam assim um valioso militante. Mas o Brasil ganhou um grande historiador.

Menezes y Moraes
Poeta, jornalista

tudiosos um dos gênios da literatura, de todos os tempos e todos os povos. Há autores que o colocam lado a lado com Shakespeare ou Cervantes. Sua obra – destaque para *Gargantua e Pantagruel* – situa-se no início do Renascimento, e carrega características da transição entre essa época e o fim da Idade Média, segundo a estética do que Bakhtin chama de "realismo grotesco", o sistema de imagens da cultura cômica popular, impregnada de imagens do corpo, da satisfação de necessidades naturais, da vida sexual.

O volumoso estudo do escritor russo Mikhail Bakhtin, um dos mais importantes teóricos da literatura contemporânea, tenta suprir uma lacuna em seu país, onde Rabelais, segundo ele, é "o menos popular, o menos estudado, o menos compreendido e estimado dos grandes escritores da literatura mundial". "A cultura popular na Idade Média e no Renascimento" foi publicado originalmente em 1965, dez anos antes da morte de Bakhtin, e é considerado uma de suas obras mais importantes. A tradução é de Yara Frateschi Vieira, a partir da edição francesa.

Bakhtin coloca Rabelais no mesmo grau de importância de Dante, Boccaccio, Shakespeare e Cervantes, pela sua influência nos destinos não só da literatura francesa, mas também mundial, e pela sua ligação profunda às fontes populares. Bakhtin admite que Rabelais é o mais difícil dos autores clássicos, mas considera que a chave para decifrá-lo é um estudo sério da cultura cômica popular na Idade Média e no Renascimento, o que procura fazer ao longo da primeira parte do livro.

Bakhtin mergulha fundo neste contexto, antes de iniciar a análise da obra de Rabelais. "Os especialistas do folclore e da história literária não consideraram o humor do povo na praça pública como um objeto digno de estudo do ponto de vista cultural, histórico, folclórico ou literário", critica ele, lembrando que as "manifestações do riso" opunham-se ao tom sério, religioso e feudal da cultura da época. Bakhtin divide essas manifestações em três categorias (formas dos ritos e espetáculos, obras cômicas, verbais formas de vocabulário familiar e grosseiro) e revela os cultos cômicos, que convertiam autoridades e divinda-

des em objetos de burla e blasfêmia. Foi sobre essa "linguagem carnavalesca" que Rabelais construiu sua obra, impregnada de imagens exageradas e hipertrofiadas da vida material e corporal, explica Bakhtin.

Rabelais freqüentava as feiras, nas praças públicas, onde o comediante de rua era personagem freqüente. Em seu tempo, o mundo hierárquico da Idade Média entrava em decadência, com o início da formação de um novo modelo que incorporava o pensamento filosófico, o conhecimento científico, a prática humana e a arte. "O princípio material e corporal, a terra e o tempo real, tornam-se o centro relativo do novo quadro do mundo", escreve Bakhtin. O estilo grotesco, cujos sinais característicos são o exagero, o hiperbolismo e o excesso, marca a obra de Rabelais com imagens de carnificina, banquetes, excreções, cenas de batalhas. Bakhtin identifica aí a inspiração direta das festas, jogos, profecias, adivinhações e a tradição cômica popular que deixa sinais até hoje em expressões como "vá lá m..." – fruto da exploração de elementos do "baixo" material e corporal.

A análise da obra de François Rabelais, neste livro, é feita de forma tão pormenorizada por Bakhtin, a ponto de mergulhar no estudo de outras obras e autores que, de uma forma ou outra, serviram ao teórico russo para situar melhor o escritor francês. Bakhtin critica os autores do século XVIII – o chamado "Século das Luzes" – pela pouca compreensão de Rabelais nessa época. "Para os escritores das Luzes, com sua falta de sentido histórico, seu utopismo abstrato e racional, sua concepção mecanicista da matéria, sua tendência à generalização e à tipificação abstratas, Rabelais era a encarnação perfeita do século XVI selvagem e bárbaro", escreve Bakhtin. Ele cita Engels para explicar o nível de consciência teórica da época, que impediu o entendimento da obra de Rabelais – "A razão pensante tornou-se o único critério de tudo que existe."

Bakhtin considera o Renascimento uma época única na história das literaturas e línguas européias, por marcar o fim da dualidade e consequente transformação linguística, caracterizada pelo fim do latim clássico. "A morte jocunda da língua atacada de asma, acessos de

tosse e lapsos senis foi descrita por Rabelais no discurso de mestre Janotus de Bragmardo", um de seus personagens, descreve o livro, lembrando que essa abordagem do escritor francês influenciou obras posteriores de outros autores.

Segundo Bakhtin, a importância de Rabelais se caracteriza pela revelação não apenas do Renascimento, especificamente a cultura popular da época, mas também pela clareza com que sua obra, que se opôs à cultura oficial das classes dominantes, lança luz sobre a cultura popular de outras épocas.

Alexandre Marinho
Escritor, jornalista

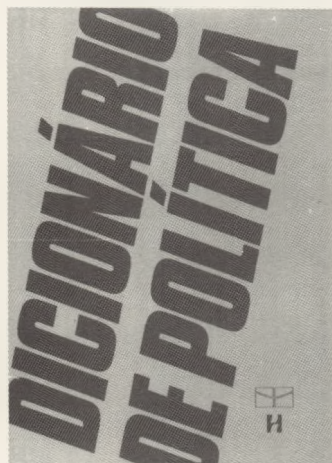
Editor: Lourenço Cazarré

■
Esta seção aceita resumos críticos, assinados, de livros, periódicos, artigos, teses, conferências, e de textos em língua estrangeira que o leitor considere relevante sugerir para edição em português.

Pretende-se com isso uma seletiva atualização bibliográfica e uma permanente contribuição para manter aceso o debate cultural a partir da análise de um dos seus testemunhos mais expressivos – o texto publicado.

O CONHECIMENTO SEM FRONTEIRAS

Receba em casa os lançamentos da Editora UnB

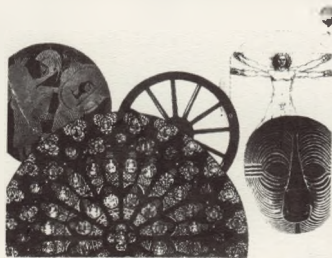


DICIONÁRIO DE POLÍTICA
Noberto Bobbio

Noberto Bobbio, o principal cientista político italiano da atualidade, coordenou uma equipe de mais de cento e vinte pesquisadores de todo o mundo para a elaboração desse monumental **Dicionário de Política**, sem dúvida um dos principais lançamentos editoriais dos últimos anos no Brasil. Capa dura, 1.318 páginas, código 07960 Cz\$ 5.390,00.

ARNOLD TOYNBEE

UM ESTUDO DA HISTÓRIA



UM ESTUDO DA HISTÓRIA
Arnold Toynbee

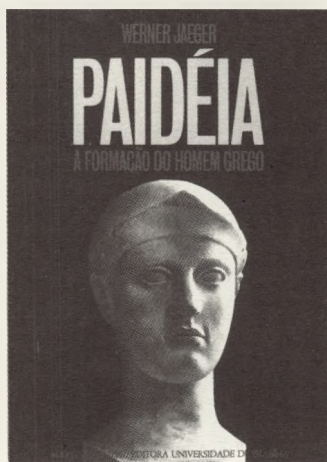
Arnold Toynbee dedicou quase toda sua vida a esta obra. De 1920, ano em que fez as primeiras anotações, até 1972, quando esta edição revista e condensada sai na Inglaterra, o historiador buscou abarcar, numa visão global, a história do homem sobre a terra.

Livro em edição primorosa, com mais de 500 ilustrações, 90 delas em cores, e vinte e três mapas. Capa dura, formato 29,5 x 23,5, 592 páginas, código 03336 Cz\$ 4.440,00.

PAIDÉIA

Werner Jaeger

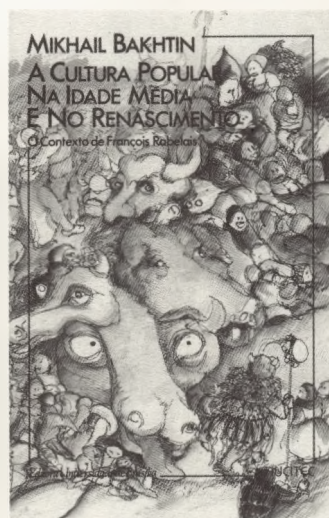
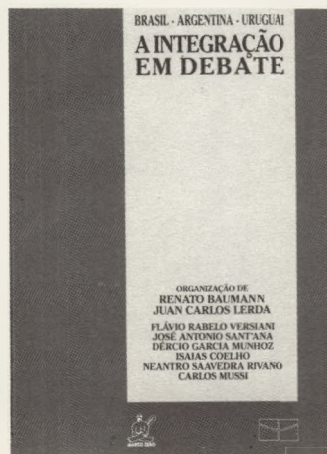
Paidéia, de Werner Jaeger, constitui um precioso estudo sobre a formação do homem grego, ao desvendar o processo histórico da sua gênese e a ação recíproca do processo espiritual através do qual os gregos lograram elaborar o seu ideal de humanidade. Para o autor, Paidéia é uma palavra intraduzível e que abarca o sentido de muitas outras, ao mesmo tempo: cultura, tradição, filosofia, literatura e educação. 966 páginas, código 09311 Cz\$ 2.990,00.



BRASIL-ARGENTINA-URUGUAI (A integração em debate)

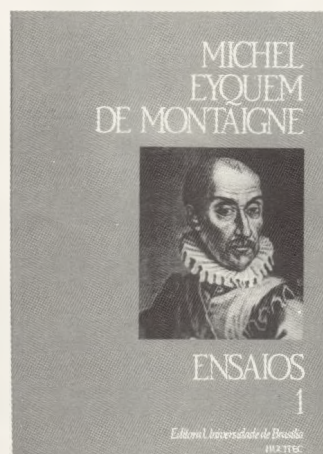
R. Baumann e J. Lerda (Orgs.)

Economistas de destaque analisam nesta obra o potencial e as dificuldades num processo de integração econômica do Sul da América Latina como forma de fugir à exploração dos países desenvolvidos. 280 páginas, código 09831 Cz\$ 700,00.



A CULTURA POPULAR NA IDADE MÉDIA E NO RENASCIMENTO
Mikhail Bakhtin

O autor centra seu trabalho em cima dos textos de François Rabelais, que considera o mais democrático dos grandes do Renascimento. Para Bakhtin, sua obra realiza uma síntese rara entre o popular e o erudito, o velho e o novo, o real e o imaginário. 419 páginas, código 09903 Cz\$ 1.710,00.



ENSAIOS
Montaigne

Mais de quatro séculos após sua publicação, os **Ensaio**s continuam seduzindo porque neles Montaigne consegue desvendar todas as nuances, mesmo as mais escondidas, da alma humana. Observador da natureza humana, o autor construiu um sólido monumento literário e filosófico. Três volumes, 1180 páginas, código 08249, Cz\$ 4.490,00.

DE ESTADO SERVIL A NAÇÃO SOBERANA

J. W. Bautista Vidal

Análise crítica do modelo de crescimento econômico brasileiro e seus principais efeitos especialmente os que se mostram de natureza perversa para a nação. O autor se debruça sobre a crise brasileira, busca suas causas primeiras e põe em debates as saídas. Bautista Vidal acredita que só a união da sociedade, esclarecida pelo debate, pode apontar os caminhos para a obtenção de um modelo de desenvolvimento que seja independente e nacional. 319 páginas, código 10208 Cz\$ 1.810,00.

Moniz Bandeira

O EIXO ARGENTINA-BRASIL

O Processo de Integração da América Latina



O EIXO BRASIL-ARGENTINA (O processo de integração da América Latina)

Moniz Bandeira

Moniz Bandeira apresenta um estudo comparado da evolução econômica, social e política de Brasil e Argentina, desde as iniciativas do Barão de Rio Branco até nossos dias, quando Sarney e Alfonsín assinaram os tratados de integração como primeira etapa para a formação de um mercado comum, ao qual o Uruguai aderiu de imediato. 119 páginas, código 09881 Cz\$ 490,00.

PANORAMA DAS IDÉIAS ESTÉTICAS NO OCIDENTE

Fernando Bastos

"História segunda, mas não secundária do Pensamento Ocidental que Fernando Bastos recompõe neste panorama nitido, ao mesmo tempo didático e ensaístico, que vai da concepção platônica à reviravolta moderna do juízo estético consumada na terceira Crítica Kantiana", assim define o livro o ensaísta Benedito Nunes. Obra pioneira em nosso país no estudo da estética, indispensável a estudiosos de filosofia, literatura e artes. 184 páginas, código 09814 Cz\$ 1.170,00.

Fernando Bastos

Panorama das
Idéias Estéticas
no Ocidente
(De Platão a Kant)



ARNOLD TOYNBEE UM ESTUDO DA HISTÓRIA



WERNER JAEGER

PAIDÉIA

A FORMAÇÃO DO HOMEM GREGO



EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Nome

Endereço

Bairro

CEP

Cidade

U.F.

Solicito a remessa das seguintes publicações

Código

Quant

Valor Cz\$

Forma de pagamento

☐

Reembolso Postal

☐

Credicard

☐

Vale Postal

☐

Diners

☐

Cheque nominal à Fundação
Universidade de Brasília

☐

American Express

Numero

Val

Assinatura

Valor total a pagar Cz\$

ISR 47580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

CARTÃO-RESPOSTA COMERCIAL

NÃO É NECESSÁRIO SELAR.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
70099 - Brasília/DF

Humanidades

Guia para os autores, ilustradores e assinantes

Aos autores

1. Os originais devem ser enviados em três vias ao Editor-chefe:

Silvia Távora

Editora Universidade de Brasília

Revista HUMANIDADES – Campus Uni-
versitário – Caixa Postal 153001

70.910 – Brasília – DF – Brasil

2. Os artigos enviados poder-se-ão destinar às várias seções da revista, abrangendo qualquer área de conhecimento humano.

- Ensaios
- Análises e diagnósticos sociais, políticos, econômicos
- Estudos de caso
- Relatos de experiências
- Reportagens
- Crônicas
- Entrevistas
- Perfil de pensadores
- Criação literária, contos, poesias, fragmentos de romance
- Artigos científicos
- Resenhas críticas de publicações

3. Os artigos devem ser, preferencialmente, inéditos. Poderão sofrer revisão por parte da Edição e, se necessário, serão enviados de volta ao autor com as sugestões de mudanças ou solicitação de maiores informações. Nenhuma modificação de estrutura ou conteúdo será feita sem o prévio consentimento do autor.

4. Os trabalhos publicados na revista só poderão ser reproduzidos com a autorização expressa da Edição da revista. As idéias neles contidas são de absoluta responsabilidade de seus autores.

5. Apresentação dos originais:

- a) Os artigos devem ser datilografados em laudas de 30 linhas, de 72 toques, não devem ultrapassar 25 laudas.
- b) Devem conter, além do texto propriamente dito:
 - Uma abertura (**lead**), datilografada em lauda separada, abordando as principais idéias (idéia) do artigo. Esta abertura se destina a motivar o interesse do leitor pelo tema.
 - Notas e referências bibliográficas. Nos dois casos devem ser relacionadas no final dos originais e apresentadas de forma padronizada.
 - Resumos em português, inglês e espanhol.
 - Ilustrações, fotos, gráficos e tabelas, se for o caso.
 - Um breve currículo do autor de no máximo 5 linhas.

6. Resenhas críticas

As resenhas críticas a livros, periódicos, artigos de periódicos ou teses devem conter as informações bibliográficas da publicação em pauta (nome, título, editor, ano da publicação, tradutor e título original se for o caso) e não devem ultrapassar as 70 linhas. Elas são

assinadas e devem trazer alguma informação sobre o autor da resenha.

7. Sugestões aos editores

Esta seção, também de resenhas críticas, se destina a sugerir títulos estrangeiros para publicação em português aos editores em geral.

Aos ilustradores

Além de encomendar a artistas gráficos e plásticos ilustrações específicas para os artigos publicados, a revista *Humanidades* aceita trabalhos inéditos de ilustração, relacionados a algum texto ou auto-suficientes, no caso de **charges**, por exemplo. Elas devem atender às proporções da revista:

Verticais – 9,0 x 23,0 cm

Horizontais – 11,5 x 19,0 cm

Página inteira – 23,0 x 19,0 cm

Os ilustradores devem enviar um breve currículo pessoal (cerca de 5 linhas) junto com as ilustrações.

Aos assinantes

Humanidades é uma publicação trimestral da Editora Universidade de Brasília.

Você pode adquirir *Humanidades* em bancas e livrarias ou fazer a sua assinatura anual (quatro números) utilizando o cupom abaixo. O preço do exemplar avulso é de Cz\$ 250,00 e o da assinatura Cz\$ 900,00 (Cz\$ 600,00 para os estudantes que anexarem fotocópia de comprovante de matrícula). *Estes preços são válidos até 31/05/88.*

CUPOM DE ASSINATURA



Editora Universidade de Brasília

Humanidades

19

NOME

ENDEREÇO

BAIRRO

CIDADE

CEP

UF

ASSINALE AO LADO
SE ESTIVER INFORMANDO
NOVO ENDEREÇO

Sim, desejo assinar *Humanidades* nas condições oferecidas.

ASSINALE NOS QUADROS APRESENTADOS A OPÇÃO CORRESPONDENTE

FORMA DE PAGAMENTO

☐ VALE POSTAL
(ANEXO)

CARTÃO DE
CRÉDITO

☐ CHEQUE NOMINAL À
EDITORA UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA (ANEXO)

RENOVAÇÃO ☐ SIM ☐ NÃO

QUANTIDADE DE ASSINATURAS

Cz\$,00 CADA

CARTÃO DE CRÉDITO	NOME DO CARTÃO	Nº	VALIDADE	ASSINATURA

ISR - 47-580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

CARTA RESPOSTA COMERCIAL

NÃO É NECESSÁRIO SELAR

O selo será pago por:
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70099 BRASÍLIA DF

--	--	--	--	--

Endereço

Remetente

COLE AQUI

COLE AQUI

COLE AQUI



A seguradora de toda a família.

SASSE 
CIA. NACIONAL DE SEGUROS GERAIS
Seguradora da Caixa Econômica Federal

MATRIZ: Rua Lauro Müller, 116 - 5º, 6º e 7º andares Rio de Janeiro-RJ - Telefone: (021) 276-4022

SUCURSAIS

ALAGOAS (AL) Praça dos Palmares, 11º and. salas 1105/1106 Ed. Delmiro Gouveia - Centro - Maceió - Tel.: (082) 221-3475
AMAZONAS (AM) Av. 7 de Setembro, 815 - 7º and. salas 71/72 Centro - Manaus Tel.: (092) 234-8831
BAHIA (BA) Rua Chile, 23/25 - 7º and. salas 706/710 Ed. Professor Eduardo de Moraes - Bairro de Sé - Salvador Tel.: (071) 241-5144
CEARÁ (CE) Av. do Imperador, 398 Centro - Fortaleza Tel.: (085) 231-9555/226-2280
DISTRITO FEDERAL (DF) S.C.S. Ed. União - 10º and. Brasília-DF Tel.: (061) 223-3075/223-3218/223-3164
ESPÍRITO SANTO (ES) Av. Jerônimo Monteiro, 130 - 1º and. Centro - Vitória - Tel.: (027) 223-6173/223-2539
GOIÁS (GO) Rua Quatro, 515 - 11º andar - salas 1113/1115 Ed. Parthenon Center Centro - Goiânia - Tel.: (062) 223-7306
MARANHÃO (MA) Rua do Sol, 141 - 8º and. Ed. Centro Comercial de São Luís Centro - São Luís - Tel.: (098) 222-3722
MATO GROSSO (MT) Rua Batista das Neves, 165 Centro - Cuiabá - Tel.: (065) 321-9823
MATO GROSSO DO SUL (MS) Av. Afonso Pena, 1864 Centro Campo Grande - Tel.: (067) 382-5219
MINAS GERAIS (MG) Av. Amazonas, 641 - 10º and. conj. 1001 a 1010 Centro - Belo Horizonte - Tel.: (031) 201-3388/201-3509

PARÁ (PA) Av. Sarzedelo Conde, 160 Centro - Belém - Tel.: (091) 224-1893
PARAÍBA (PB) Rua Santo Elias, 312 Centro - João Pessoa - Tel.: (083) 221-3364
PARANÁ (PR) Rua Marechal Deodoro, 630 - 4º and. conjuntos 401, 402, 403, 405 e 407 Centro - Curitiba - Tel.: (041) 233-2812
PERNAMBUCO (PE) Travessa Marques de Faria, 187 - 5º and. Salas 501/510 Sítio Antônio - Recife - Tel.: (081) 224-3139
PIAUÍ (PI) Rua Elzeu Martins, 1294 - 2º and. salas 204 Centro - Teresina - Tel.: (086) 222-3264
RIO GRANDE DO NORTE (RN) Rua João Pessoa, 198 - salas 902, 903 e 904 Edifício Canaçu - Centro - Natal
RIO GRANDE DO SUL (RS) Rua dos Andradas, 995 - 6º and. salas 601 e 602 Centro - Porto Alegre - Tel.: (051) 21-3344/21-3671
RIO DE JANEIRO (RJ) Av. Rio Branco, 125 - 4º and. Centro - Rio de Janeiro - Tel.: (021) 224-1414
SÃO PAULO (SP) Av. Paulista, 1912 - 5º e 6º andares Cerqueira César - São Paulo - Tel.: (011) 289-7844/7563/7156/7685
SANTA CATARINA (SC) Av. Osmer Cunha, 15 - 4º andar - Bloco C conjuntos 401 e 402 - Florianópolis - Tel.: (048) 22-4233/22-4224
SERGIPE (SE) Av. Rio Branco, 186 - salas 321 e 332 Edifício Orvedo Teixeira - Centro - Aracaju - Tel.: (079) 221-1327



Além de ser uma das maiores empresas no seu setor, prestar bons serviços e fabricar produtos de qualidade reconhecida, a Shell cumpre um outro importante compromisso com a comunidade: o apoio a eventos artísticos e atividades culturais, como a Música, o Teatro, o Cinema, a Dança e a Pintura.

Na Música, quem dá a nota é o Prêmio Shell para a Música Brasileira, que já premiou nomes importantes do repertório nacional, como B. L. Braguinha, Tom Jobim, Villa-Lobos, Francisco Mignone, Dorival Caymmi, Radamés Gnattali, Camargo Guarnieri, Luiz Gonzaga, Cláudio Santoro, Braguinha, Milton Nascimento e Guerra Peixe.

No Teatro, a força da Shell está sempre em cena; ela já patrocinou a montagem de grandes espetáculos entre outros "Rei Lear" (Prêmio Molière Especial para Sergio Britto), "Freud", "Assim é se lhe Parece", "Quatro Vezes Beckett" e "Sábado, Domingo e Segunda".

Cultura: a Shell Também Responde.

No Cinema, o impulso que a Shell dá se revela na sua filmoteca, um amplo acervo de curtas-metragens, didáticos e culturais, à disposição para empréstimo gratuito ao público.

E, na Pintura, mais uma vez destaca-se o incentivo da Shell, que tem em sua pinacoteca assinaturas consagradas, como Sami Mattar, João Câmara, Laerpe Motta e Tomie Ohtake, entre outros. Vale realçar que a maioria dessas obras foi adquirida quando seus autores ainda não eram tão famosos, do que muito se orgulha a Shell, além de comprovar o acerto de seu investimento.

Através de seu incentivo a essas atividades artísticas, a Shell não só participa como também assume seu posto no apoio à identidade cultural de nosso povo.

Estimular a cultura nacional é papel de uma grande empresa.

